

A Defesa Nacional



Neste número :

- **O Cavalo Militar em Mato Grosso e em São Paulo** — Gen-Div A. Franco Ferreira e Cap Luiz Phelippe Dick
- **As Fôrças Armadas da República Federal Alemã (2. Organização)** — Ten-Cel Osny Vasconcellos
- **Havia Perigo ?** — Ten-Cel Walter Mesquita de Siqueira
- **Comando e Liderança** — Dr. Antonio Marques
- **Algumas considerações sôbre a reforma do Exército** — Ten-Cel Everaldo de Oliveira Reis
- **Rondon** — Dr. Henrique Pinto Magalhães

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Maj Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Adailton Sampaio Pirassinunga
Tenente-Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1965

General Antonio de Souza Junior
Tenente-Coronel José de Sá Martins
Major Sady de Almeida Valle

SUPLENTES

General Armando Batista Gonçalves
Major Jonas de Moraes Corrêa Neto
Major Lauro de Lima Santos

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acôrdo com julgamento da Redação.

DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LI

Rio de Janeiro, GB — Jul/Agô de 1965

Número
602

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em fôlha autorizado, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200.

Atrasado Cr\$ 250.

ENDERÊÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

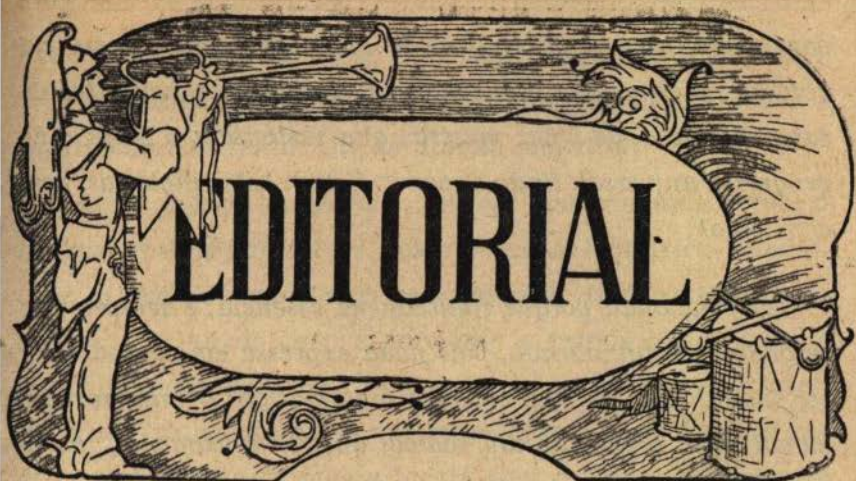
Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
O Cavalo Militar em Mato Grosso e em São Paulo — Gen-Div A. Franco Ferreira e Cap Luiz Phelippe Dick	7
As Forças Armadas da República Federal Alemã — 2. Organização — Ten-Cel Osny Vasconcellos ..	13
Havia Perigo? — Ten-Cel Walter Mesquita de Siqueira	21
Comando e Liderança — Dr. Antonio Marques	29
Algumas considerações sobre a reforma do Exército — Ten-Cel Everaldo de Oliveira Reis	33
Rondon — Dr. Henrique Pinto Magalhães	43
O Exército e a Revolução Democrática de 31 Mar 64 — Maj Aroldo José Machado da Veiga.	51
O Barão do Rio Branco no panorama internacional — Dr. Tarcisio Antônio da Costa Taborda	61
A arte militar oriental — R. Boissau (Trad. do Maj Rubens Mário Jobim)	63
A problemática do desajustamento — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho	77
Computadores eletrônicos sentam praça... principalmente na Artilharia — Maj Nelson Cibulars	83
Ser Chefe — Cap Nuno Lopes Pires	91
As Fortificações: da Caverna Pré-histórica à Caverna Atômica — Capitão-de-Fragata Léo Fonseca e Silva	93
Caxias entrevistado — Cel Rubens Massena	103
Uma tendência de hoje — Maj Romero Lepesqueur Sobrinho	111
Cavalos e Muarens na II Grande Guerra — Cel Vet Estevão Corrêa Filho	103
Uma reorganização do Ministério da Defesa — Ten-Cel Juan Manuel Sucre F. (Trad. do Ten-Cel Paulo Gaucho de Oliveira Mesquita) ...	117
Gen Renato Baptista Nunes — Marechal João Baptista de Mattos	127
Guerra Subversiva — Ten-Cel Hermes de Araújo Oliveira	131



A idéia da integração americana, lançada pelo imortal Simon Bolivar, apesar dos tropeços por que passou através dos tempos, frutificou e hoje não há mais quem de bom senso possa impedir sua marcha vitoriosa em nosso Continente. É que as grandes idéias, aquelas que nascem da sensatez e do equilíbrio e têm como escopo a construção, o olhar para o alto, a união, não param, mesmo quando obstáculos hostis lhes são interpostos.

Assim, nasceu a OEA, que consubstancia em sua Carta todo um ideal pan-americanista, que integra uma doutrina de paz para que possa haver convivência harmônica entre os Estados Americanos. "Paz e segurança" é o seu lema, indicando aos homens e às Nações que o racional sempre venceu as batalhas contra as forças negativas que tentam desagregar ou destruir a humanidade.

A história dos povos, em regra, é retratada por seus feitos guerreiros. Entretanto, os batalhadores da paz e da concórdia sôbre a Terra, aquêles que, na humildade de suas ações

concorrem para a tranqüilidade entre os homens, são, em verdade, mesmo que esquecidos, os verdadeiros baluartes do saber humano, as vigas mestras que sustentam o edifício do progresso universal. Nada se constrói com lutas inglórias, nem com ódio!

O irracional, porque limitado na essência, é sempre postergado e marginalizado, pois nada expressa em verdade, por ser indefinido. Até nas ciências matemáticas o número irracional sofre o peso de um radical que, tirânicamente, lhe limita a visão superior e lhe impede sua racionalização.

A OEA, instrumento político-jurídico que tem por finalidade unir os povos americanos e incrementar seu desenvolvimento em todos os setores de atividades, impedindo que as controvérsias entre os Estados sejam resolvidas pelas armas, cresce cada vez mais em importância na hora presente.

Nosso Continente é democrata. Os povos que nêles habitam nasceram livres e desejam que suas liberdades fundamentais não sejam violadas, nem denegridas pela ideologia marxista. Os Estados Americanos já têm maturidade suficiente para sentir que um sistema de segurança coletivo, sem ferir o princípio de soberania, dia a dia, se impõe como a solução adequada para constituir barreira intransponível aos adeptos do credo vermelho. É preciso, portanto, que a OEA se imponha, mais e mais, como o verdadeiro fóro onde as controvérsias entre os Estados sejam racionalmente resolvidas e também como o instrumento adequado ao estraçalhamento do subdesenvolvimento nas Américas. Isso permitirá elevar o padrão de bem-estar social dos povos americanos, em to-

dos os quadrantes de nosso Continente, e, sem dúvida, construir a democracia sólida, sonhada e desejada por todos e invulnerável às tentativas do ataque marxista.

Ainda, agora, nosso País, fiel aos compromissos internacionais, enviou parcela de nossa tropa à República Dominicana, a fim de somar seus esforços com os de outros povos irmãos, em missão de paz para que a tranqüilidade volte a reinar naquele País. Que essa ação preventiva permita atingir o objetivo colimado — sua redemocratização! Que os que empunharem suas armas o façam com o olhar voltado para os ideais da família americana como um todo! Que, particularmente, nossos irmãos brasileiros possam, de retôrno, ufanarem-se do cumprimento da difícil tarefa que lhes foi imposta, sem derramamento de sangue!

A Defesa Nacional, ao ensejo da participação de nossas Forças Armadas no Exército Interamericano da OEA, organizado com a finalidade de pôr termo ao conflito interno da República Dominicana, expressa seu voto de confiança nesse organismo internacional e tem a esperança que sua atuação superior possa sempre proporcionar paz e segurança à família americana.



O CAVALO MILITAR EM MATO GROSSO E EM SÃO PAULO

Gen-Div A. FRANCO FERREIRA, DGRV
Cap LUIZ PHELIPPE DICK

Está a Diretoria Geral de Remonta e Veterinária empenhada, desde meados do ano de 1963, na solução do momentoso problema da cria e recria do cavalo militar, para provimento da tropa hipomóvel do Exército. Para tanto, foram reequipadas as Coudelarias, foram traçados Planos de execução para aproveitamento das duas grandes glebas, a de Rinco de São Gabriel, no Município de São Borja (RS), com área de 15 000 ha, e a de Campo Grande, junto à cidade do mesmo nome, em Mato Grosso, com aproximadamente 3.500 ha, dos quais quase 2/3 cobertos de mata de relativa densidade.

Por outro lado, o Rio Grande do Sul, Estado essencial e tradicionalmente criador, já incluiu, desde longa data, nos seus hábitos, o uso do cavalo nas suas lides do campo e o povo gaúcho sempre se ufanou e orgulhou da excelência e do vulto das manadas de baguais que pisoteavam seus campos intermináveis de coxilhas ondulantes e, quando os clarins de Marte tocavam reunir para as sagradas missões de defesa da Pátria, o gaúcho, não raro, acorria montado no seu "pingo", trazendo por diante, um ou dois "cavalos de muda", para as fileiras do Corpo provisório a que se alistava.

De Mato Grosso, dizia-se que a região Sudeste apresentava aspectos muito semelhantes ao do Rio Grande do Sul, e os hábitos campesinos deste Estado sulino teriam sido para ali transplantados, com as levas de colonos imigrados, a busca de riquezas ou de simples aventura. Correndo também a notícia da existência de bons e numerosos cavalos na região, a Diretoria Geral achou de bom alvitre pesquisar "in loco", designando ento para tal missão, o Cap Luiz Phelippe Dick, homem de cavalo e encarregado do Centro Hípico do Exército, o qual fez interessante relatório sobre o assunto.

Transcrevemos o relatório em loco, por julgarmos-lo de vivo interesse para os camaradas da Arma de Cavalaria, senão para os brasileiros que desejam conhecer as riquezas do seu país.

RELATÓRIO DA VIAGEM DE ESTUDOS FEITA AOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MATO GROSSO, VISANDO A APONTAR AS POSSIBILIDADES DESSA REGIÃO, PARA A CRIA E RE- CRIA DO CAVALO MILITAR

1 — MISSÃO

Encarregou-me o Exmo. Sr. General Diretor-Geral de Remonta e Veterinária de, em viagem através dos Estados de São Paulo e Mato Grosso e com apoio nas Coudelarias de CAMPINAS e de CAMPO GRANDE, estudar as possibilidades regionais da cria e recria do Cavalo Militar, programa a que está totalmente empenhada essa Diretoria-Geral

e para o qual se voltam as atividades da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN), da qual S. Excia. é Presidente por força da própria Lei n. 4.096, de 18 Jul 62.

2 — TERRITÓRIO PERCORRIDO

Por motivos óbvios de facilidades de transporte, iniciei os estudos pelo Estado de Mato Grosso, deslocando-me, na manhã de 3 de dezembro de 1964 de avião, para a cidade de CAMPO GRANDE onde entrei em contato com o Sr. Major de Cavalaria HELIO DO AMARAL VASCONCELOS, dinâmico Diretor da Coudelaria de Campo Grande, conhecida no local como a "Remonta do Exército".

Inicialmente, portanto, penetrei a parte Sul da Região Geográfica Centro-Oeste que compreende os Estados de Mato Grosso e Goiás, dos quais só o primeiro interessa às investigações ora feitas, assim mesmo, na Vertente Ocidental do Paraná, a sub-região dos "Campos e Ervais" e, para os lados da Baixada do Paraguai, e constituída dos Municípios de Nioac, Miranda, Bela Vista e Pôrto Murtinho. A primeira das sub-regiões apresenta aspectos muito semelhantes aos do Rio Grande do Sul, cujos hábitos também importou, havendo portanto muito uso e apêgo ao caavlo na região que é de enorme riqueza agropecuária, na imensidão dos seus campos que se estendem desde as cabeceiras do Rio Pardo, para o Sul, até o limite dos ervais, e que são revestidos de vegetação baixa de plantas forrageiras e gramíneas de alto valor alimentício, com algumas manchas ervateiras que vão se adensando para o Sul, até formar matas mais ou menos cerradas com predominância da "erva-mate", particularmente na região do antigo Território de PONTA PORÁ. A presença de largos e intermináveis campos gerais e a existência de hábitos semelhantes aos do gaúcho, são elementos de conclusão de uma assertiva da criação de cavalos, como adiante comentarei com alguns pormenores. Paradoxalmente, entretanto, é justamente na região SUL, chamada Planalto, que abrange os Municípios de MARACAJU, DOURADOS e PONTA PORÁ, onde se encontram os melhores rebanhos eqüinos da região, isto possivelmente porque ali existem melhores águas de nascentes puras.

Nos campos gerais as terras não são totalmente férteis, a camada é naturalmente pouco espessa e contra-indicada para plantio de forrageiras de raízes profundas, entretanto, o Município de DOURADOS, já tem hoje pretensões de se constituir em celeiro do Estado, tal a fertilidade e a versatilidade de suas terras, onde o milho, a aveia e a cevada rivalizam em viço com a exigente alfafa, cujos pendões atingem acima de metro, permitindo excelente fenagem e melhor enfardamento. Na Zona de Campo Grande, cuja cidade é a capital regional de todo o Sul de Mato Grosso, os campos são em geral fracos e mal cobertos, carecendo sempre de complementos e corretivos agrostológicos para obtenção de tapetes regulares de gramíneas de maior valor. Por outro lado, a situação da cidade, como entroncamento rodoferroviário, com um de-

envolvimento demográfico equivalente e decorrente do progresso industrial, vem emprestando à região um aspecto urbano e suburbano de grande centro e, com êle, a presença extensiva do motor em todos os momentos de sua vida vegetativa.

Na "Baixada do Rio Paraguai", ainda abrangida com a denominação local de "Pantanal", verifica-se, em regiões situadas a muitos quilômetros do leito do rio e sujeita a enchentes periódicas, uma vegetação densa, quase impenetrável, composta de uma grande variedade de associações vegetais comumente conhecida por "Complexo do Pantanal", com alguns espécimens de caráter cíclico, que quase desaparecem nos períodos da seca, para brotarem viçosas e cheia de vitalidade depois das cheias, como acontece com as gramíneas de grande porte, de que se alimenta o gado da região.

Em São Paulo, visitei a região de CAMPINAS e adjacências, onde a luta entre a industrialização, moderna, pujante e avassaladora e a agropecuária conservadorista e rotineira, vem deixando para esta pequenas nesgas de terras que a erosão proveniente do desmatamento para atender aquela, vem causando os mais profundos e decepcionantes estragos. Hoje, as manchas de campos existentes na região são fruto de laboriosa renovação de pastos e de demoradas pesquisas de laboratório, além de onerosas medidas de irrigação artificial.

3 — O CAVALO EM MATO GROSSO E EM SÃO PAULO

Podê-se asseverar, com convicção, a existência no Sul e Sudeste de Mato Grosso de bons rebanhos de cavalos para fins militares. Os crioulos e mestiços trazidos do Rio Grande do Sul, no comêço do século aclimataram-se na região (igualmente fria, no inverno) e procriaram em belos espécimens, que novas correntes de sangue puro inglês melhoram dia a dia. É assim que nos Municípios de DOURADOS, PONTA PORÁ e BELA VISTA (nesse em menor escala), encontram-se múltiplos lotes de 50 a 60 animais da mesma primavera (idade) e que mantêm um tipo uniforme: **Cabeça**, curta e de forma piramidal, ganachas afastadas e fronte larga, perfil ligeiramente acarneirado; **Pescoço**, mediano de comprimento, tendendo para curto, ligeiramente convexo no bordo superior e quase reto na linha inferior; **Cernelha**, pouco saliente **Dorso** reto, curto, largo e bem unido à cernelha; **Garupa** larga e possante, "ischium" saliente e fêmur bastante inclinado; **Espáduas**, amplas e inclinadas; **Peito**, médio porém musculoso; **Boletos**, secos, redondos e fortes; **Quartelas**, curtas e fortes e medianamente inclinadas; **Cascos**, ligeiramente achatados, tapas duras e predominantemente pretas; **Altura** média, 1,52m, encontrando-se tipos de 1,60m; e **Pêso** médio entre os 400 e 450 kg, predominando as pelagens gateado, rosilho, tostado, zaino e tordilho.

A Coudelaria de Campo Grande adquiriu, para constituição de seu plantel de éguas mestiças destinadas à criação de cavalos especiais, mediante a inseminação do PSI (Puro sangue Inglês), ventres xucrôs, de 4 a 7

anos, escolhidos dentre os de melhor porte, todos com mais de 1,56m de altura, a preço altamento compensador.

Quanto ao cavalo "Pantaneiro", também chamado "Mimoseano", por ser seu "habitat" a região Norte do Estado, onde medra o "Capim Mimoso" — forrageira de alto valor nutritivo e grande resistência à seca —, os espécimens vistos confirmam o tipo oficial conhecido, isto é, animal de muito pequeno porte — raramente cresce além de 1,38m —, cabeça pequena, de perfil retilíneo, pescoço bem protegido e proporcional, olhos salientes, orelhas curtas, móveis e vivas, peito estreito, dorso reto e garupa inclinada, dotado de extrema vivacidade, resistência e rusticidade, muito lembrando, na perfeita proporção de suas linhas e no valor de suas qualidades de temperamento e rusticidade, seus inigualáveis ancestrais árabes. Tal animal vive e serve a região do Pantanal mato-grossense e, dizem os locais, que tirado do seu meio ambiente, pouca duração e resistência poderá apresentar.

Ultimamente, com a resolução da DGRV de diminuir o plantel de garanhões de sangue árabe, a Coudelaria de Campo Grande foi seguidamente procurada por candidatos à compra desses animais, segundo diziam tais candidatos, para regenerar e melhorar o tipo do "Pantaneiro" existente.

No tocante ao PSI, a criação no Estado é bastante reduzida, e o testemunho dessa assertiva é o interesse quase sófrego que o Jockey Club local manifesta pelas potrancas de dois anos, produtos da Coudelaria, sempre em número bastante reduzido, tendo em vista a própria finalidade desse Estabelecimento de Remonta.

Já em São Paulo, o cavalo quase sempre apresenta qualidade. Os Haras da região Campineira tendem para a exclusividade da criação do Puro Sangue de Carreira e alguns criadores das cidades novas do Oeste paulista, antigos criadores do "Manga-larga" e do "Campolino", estão preferindo os mestiços do "Orloff" e mesmo do "Bretão Postier", para a consecução de um "Polo poney" excepcionalmente forte, dócil e ágil e que encontra compradores de bolsa fácil, para adquiri-los. Estes são, todavia, animais de porte acima do médio, e portanto, perfeitamente aptos para as atividades pedidas ao cavalo militar.

4 — AS COUDELARIAS

— De Campo Grande — é constituída de uma gleba de terras com cerca de 3.500 ha, dos quais, pelo menos 3/5 se cobrem de mata natural semidensa ou mesmo densa, nos vales e canchadas. Possui boas aguadas, é de fácil acesso, para quem vem da cidade de Campo Grande, donde dista cerca de 16 km em estrada asfaltada de 1ª categoria.

Feita, inicialmente, para atender à idéia pioneira de Fomento, que durante muito tempo orientou a Remonta do Exército, a Coudelaria, no momento, não dispõe da infra-estrutura necessária para se tornar estabelecimento de cria e recria de cavalos militares, no número fixado em sua missão específica. Data venia do ilustre Diretor em exercício,

eu me permito regozijar-me pela magnífica obra de readaptação que êsse ilustre oficial esta empreendendo, no cumprimento do programa que foi traçado pelo Exmo. Sr. General DGRV, pôsto que tal obra é de excepcional importância e relevância para a Remonta do Exército, como constituirá, depois de pronta, um verdadeiro orgulho da Cavalaria brasileira.

As obras que ali serão empreendidas comportarão, na redivisão de pastagens: aproximadamente 40 km de cêrcas divisórias de três fios, com 125 moirões e 186 travessas de trama por km; no preparo de pastagens artificiais, a desmatação de cêrcas de 350 ha, à razão de Cr\$ 10.000 por hora de trator, sendo necessárias de 4 a 5 horas de trabalho por ha desmatado, a aquisição de adubos, defensivos e sementes, à razão de Cr\$ 9.000 cruzeiros por ha, para aquêlê mesmo número de ha, trabalhos de irrigação artificial, além da construção de imóveis para moradia do pessoal acrescido para o cumprimento das novas missões, quartéis de contingentes, etc., enfim despesas de relativo vulto, atendidas em parte, pelos montantes das verbas orçamentárias normais, e, por outro lado, com o vultoso suplemento financeiro proveniente da cota atribuída à DGRV, como organização destinada ao fomento e criação do cavalo componente da CCCCN, conforme estatui a Lei número 4.096/62, já citada.

— De Campinas — provém de antiga fazenda de café, com suas características essenciais, a casa grande, as tulhas, os terreiros de secagem, as casas de colonos, ocupa área pouco menor que 300 ha, e tem por missão precípua, a criação do PSI, visando a renovação dos plantéis de reprodutores das outras Coudelaria. Complementarmente, deverá criar pequenas manadas de cavalos especiais destinados à montaria de oficiais e, bem assim, fazer o fomento da criação, atendendo pequenos criadores, mediante a inseminação dos ventres que trouxerem ao Estabelecimento para cobertura, desde que êstes animais satisfaçam determinadas condições de tipo e o proprietário se sujeite ao pagamento de módica taxa de pensão estabular do animal apresentado.

A derrubada dos cafêzais e o plantio de gramíneas nos pastos de terras esgotadas — o que provoca manchas de esterilidade, e, por outro lado as enxurradas que correm das estradas asfaltadas que atualmente cercam a gleba, tem produzido fenômenos de erosão que, inclusive, está afetando a continuidade das pastagens e, até mesmo, dado lugar a alguns acidentes na criação dos potrilhos nascidos no Estabelecimento. Isto implica em dizer que a Coudelaria tem que ser submetida a um planejamento de irrigação artificial, de modo que na época das sêcas sejam restaurados os pastos, replantados e irrigados convenientemente, para que, na época das chuvas o tapête de grama proteja corretamente a inclinação natural que apresentam de campo de vale, como são os que ali apreciamos. Não obstante êsses importantes trabalhos, que, todavia já estão em curso de execução, a criação continua e anualmente a Coudelaria apresenta, em São Paulo, alguns espécimens, na Exposição Leilão do Jockey Club Paulistano, que por vêzes atingem boa cotação, mercê das ótimas correntes de sangue transmitidas pelos selecionados

garanhões do Estabelecimento que, embora cercado de Haras de elevado gabarito, não só pela seleção e origem dos reprodutores, como pela excelência das instalações que nêles se verificam, goza ainda de elevado prestígio.

5 — SÍNTESES CONCLUSIVAS

1ª) A região Sul de Mato Grosso, constituída a Leste por campos gerais que se debruçam sobre a calha do Rio Paraná, tem semelhanças fisiográficas e de hábitos com o Rio Grande do Sul e, por isso mesmo o cavalo ainda encontra fortes razões para sua existência, sua criação melhorada e sua ampla aplicação. A parte Oeste, do Pantanal, apresenta um tipo de animal adaptado à inclemência climática dominante e descendente das montadas dos antigos Guaicurús que, por seu tipo raquítico e degenerado só pode ter aplicação aos transportes militares em condições muito especiais e precárias.

2ª) O cavalo do Sudeste Mato-grossense é um cavalo grande, forte e francamente utilizável para fins militares. As manadas são numerosas e a demanda está interessando os criadores, particularmente na venda de potros até 2 anos, operação que lhes faz diminuir o sriscos de perdas na doma e castração, como diminui o uso dos campos pisoteados pelos eqüinos adultos.

3ª) Em São Paulo predomina o cavalo de qualidade, o rebanho eqüino do Estado, sensivelmente menor que o de seu visinho de além-Paraná, é economicamente muitas vêzes mais valioso do que aquele. Na zona da Alta-Paulista e da Noroeste do Brasil, criam-se bons mestiços de uso geral.

4ª) As Coudelaria de Campinas e de Campo Grande estão aparelhadas para o cumprimento de suas missões específicas, a primeira de manter o plantel de sangue PSI necessário à renovação dos reprodutoras nas demais Organizações da Remonta, a segunda, para a cria média anual de 100 a 150 produtos de boa linhagem e cria até de 500 potros destinados ao provimento da tropa, podendo mesmo aumentar esse número, se necessário se tornar. Também os Planos de Trabalho dêsses Estabelecimentos entregues a Comandantes trabalhadores, empreendedores e capazes, permitem prognosticar realizações de crescentes melhoria na implantação de infra-estruturas adequadas à consecução de seus objetivos de prover a Cavalaria brasileira de cavalos à altura das gloriosas tradições da Arma de Osório.

• • •

NOTA DA REDAÇÃO — O rebanho eqüino brasileiro está estimado pelo Serviço da Estatística da Produção, em 8,3 milhões de cabeças, correspondendo a criação brasileira à segunda no mundo, só ultrapassada pela da URSS. O valor econômico de tal rebanho atinge à ordem dos Cr\$ 290.500.000.000, e a sua distribuição quantitativa pelas regiões geográficas, é a seguinte: região SUL, 40% dos efetivos eqüinos do país; região Leste, 28,5%; no Nordeste, 17%; no Centro-Oeste, 13% e no Norte, apenas 1,5%. (BRASIL — 1960 — Ministério das Relações Exteriores).

AS FÔRÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

(BUNDESWEHR)

Ten-Cel OSNY VASCONCELLOS,
Oficial de EM

2 — ORGANIZAÇÃO

A — ESTRUTURA

Conforme vimos na síntese histórica (1), houve grande preocupação por parte do governo alemão em manter a BUNDESWEHR sob controle do poder civil. É evidente a preocupação de impedir o ressurgimento da versão de que as forças armadas constituíssem um “estado dentro do estado” ou então algo que lembrasse o antigo “slogan” prussiano de que o estado estava “a serviço de um exército”. As atuais forças armadas deveriam, por origem, defender “o direito e a liberdade do povo alemão e de seus coligados” e o atual soldado alemão é encarado, com seus direitos e deveres, como “um cidadão em uniforme”. Existe mesmo no Parlamento uma Comissão de Defesa que, entre outras atribuições, toma a si a tarefa de controlar os direitos fundamentais do soldado garantidos pela constituição. Assim cada militar, sentindo-se injustiçado ou prejudicado em seus direitos, poderá dirigir-se imediatamente a essa Comissão sem passar pela via hierárquica. O próprio Estado-Maior da Bundeswehr não passa, como veremos adiante, de uma subseção do Ministério da Defesa. Coerente com o que foi explanado, à testa deste ministério está um civil, parlamentar pertencente ao partido no poder (CDU — CRISTHICHE DEMOKRATISCHE UNION = UNIÃO DEMOCRÁTICA CRISTÃ).

Decidida a criação das novas Forças Armadas em 1956 foi criado inicialmente no Parlamento uma “Comissão de Seleção do Pessoal”. Esta Comissão visava lançar mão para constituir o núcleo inicial da Bundeswehr, dos ex-componentes da Wehrmacht. É evidente a impossibilidade de organizar uma força armada alemã com pessoal que não houvesse pertencido à Wehrmacht, extinta 11 anos antes. Lembramos que na Segunda Guerra não houve alemão, que não tivesse sido mobilizado, exceto naturalmente os refugiados, presos ou internados em

(1) (“A Defesa Nacional”, n. 599, Jan/Fev 65, págs. 21 e segs.)

país estrangeiro. Assim a Comissão de seleção tratou inicialmente de escolher os chefes para a Bundeswehr. Para isso estudou cuidadosamente o dossiê dos generais e alguns coronéis física e mentalmente aptos. Estes, uma vez aprovados, foram então convidados a constituírem a cabeça da Bundeswehr. Entre eles aceitaram o convite os ex-generais SPEIDEL e HEUSINGER. O primeiro foi durante a guerra brilhante oficial de EM sendo, como general, chefe de EM do Grupo de Exércitos (França — 1944) comandado por ROMMEL. Comprometido, como seu chefe, no atentado contra Hitler de 20 de julho de 1944, Speidel foi destituído e prêso, escapando afortunadamente da pena capital antes da rendição alemã. O segundo fazia parte do OKW (OBERKOMANDO DER WEHRMACHT = Supremo Comando da Wehrmacht), chegando a ser ferido pela bomba detonada pelo Coronel Conde STAUFFENBERG no QG de Hitler na Prússia Oriental. Mais tarde caiu no desfavor de Hitler por suspeita de ligação com os conspiradores conseguindo sobreviver milagrosamente. Outro escolhido foi o General WESTPHAL que foi E-3 do Africa Korps de ROMMEL e posteriormente chefe de EM do Marechal RUNDSTEDT, Comandante-em-Chefe da frente Oeste durante a contra-ofensiva das Ardenas em dezembro de 1944. Siegfried WESTPHAL, conforme nos declarou pessoalmente, declinou do convite por discordar da estruturação da Bundeswehr, preferindo permanecer na vida civil.

Selecionados pela Comissão parlamentar um núcleo de generais e coronéis, sob a direção de SPEIDEL e HEUSINGER reuniram-se em comissões, para, por sua vez, selecionarem os demais ex-oficiais candidatos. Estas comissões compostas de 3 membros, sendo um obrigatoriamente um psicólogo que podia ser civil, escolhia os candidatos levando em consideração o caráter, espírito, saúde, fôlha de serviço principalmente na guerra e condições de família. O caráter e o espírito eram avaliados pela Comissão através das respostas a um questionário constituído de 25 perguntas formuladas pelo psicólogo. Os oficiais oriundos das SS (STURMSTAFELN = escalões de ataque) tropa partidária empenhada em operações reforçando o exército, eram julgados por uma Comissão constituída por 5 membros. É óbvio que esta seleção visava o fator político tendo em vista a nova mentalidade, particularmente quando se tratava de ex-SS. Pareceu-nos entretanto que a proporção de ex-SS na Bundeswehr é diminuta. Segundo informações do lado ocidental existe grande número deles também no NVA (NATIONAL VOLKS ARMEE = Exército Nacional popular) da Alemanha Oriental.

As comissões acima preencheram dessa maneira os postos de Capitão a Tenente-Coronel. A formação dos jovens oficiais da Bundeswehr é feita de maneira diferente da nossa. Aliás, tradicionalmente, o Exército alemão sempre formou seus oficiais de maneira descentralizada, ao contrário da maioria dos países que possuem uma única e

sempre tradicional escola de formação de oficiais como West Point, St Cyr ou Sandhurst. Abordaremos o problema em outro capítulo. Adiantaremos apenas que o atual oficial alemão é formado inicialmente na tropa (como recruta), na Escola da Arma a que pertence e numa das três Escolas de Oficiais que ele frequenta alternadamente durante a sua formação. Assim em 29 meses o candidato a oficial frequenta: a tropa como soldado indo a seguir para a Escola da Arma de onde retorna à tropa como monitor (cabo ou sargento), voltando à Escola da Arma de onde vai mais tarde para uma das Escolas de oficiais onde é promovido a cadete de 1º grau e finalmente a 2º Tenente.

A dualidade de origem dos oficiais, apresenta no momento curiosa anomalia na Bundeswehr. Existem dois tipos de oficiais: os mais antigos, remanescentes da Wehrmacht e portanto ex-combatentes e os jovens formados pela Bundeswehr a partir de 1956. Os primeiros ocupam os postos de capitão para cima. Os segundos são os jovens tenentes dos quais agora os mais antigos estão atingindo o posto intermediário. Entre os mais modernos do primeiro grupo e os mais antigos do segundo há uma diferença de idade superior a 10 anos. Este hiato é visível e constitui sério problema, pois é evidente a diferença de mentalidade existente entre os dois grupos e seus latentes conflitos o que é motivo de preocupações para os chefes da Bundeswehr. Ouvimos algumas queixas dos "antigos" de que os "jovens" querem ser independentes não aceitando sua experiência de veteranos da guerra. Quanto aos "jovens", o que é compreensível, acham os antigos ultrapassados e às vezes reacionários face às novas idéias e mentalidade.

Assim nas médias de idade dos oficiais anotamos a seguinte estatística:

Generais	entre 52 e 65 anos
Coronéis	entre 48 e 52 anos
Tenentes-Coronéis	entre 46 e 50 anos
Majores	entre 40 e 49 anos
Capitães	entre 38 e 49 anos

Entre os capitães existem atualmente 10 por cento da nova geração, isto é, de 30 anos para baixo.

Quanto à origem social dos "jovens" oficiais é, segundo estatística feita entre eles e os atuais cadetes, a seguinte:

- 20% — filhos de funcionários públicos;
- 18% — filhos de comerciantes;
- 15% — filhos de empregados da indústria e comércio;

- 10% — filhos de operários ;
- 9% — filhos de engenheiros, médicos e advogados (profissões liberais) ;
- 6% — filhos de agricultores ;
- 5% — filhos de oficiais ;
- 17% — filhos de outros profissionais.

É interessante frisar, para estabelecer paralelo, que na REICHS-WEHR (década de 20), um terço do corpo de oficiais procedia de famílias tradicionalmente militares e outro terço de famílias de funcionários públicos.

No antigo exército imperial predominava obviamente no corpo de oficiais a nobreza. Os aristocratas destinavam-se tradicionalmente em princípio às armas de Infantaria e Cavalaria. Aos burgueses foi permitido no início do século XIX ingressar no Exército mas somente nas armas então chamadas técnicas: Artilharia e Engenharia. Mas ainda no século XIX desapareceram estas restrições.

Os sargentos e suboficiais da Wehrmacht também foram aproveitados em grande escala. É notável a sua eficiência e grau de cultura, estando aptos a desempenhar função de oficial subalterno inclusive comando de pelotão.

B — O MINISTÉRIO DA DEFESA

Existe nas atuais Forças Armadas alemãs uma integração completa das três armas. Exército, Marinha e Aeronáutica formam um todo representado pela Bundeswehr. O "landser" (pracinha), o soldado da Luftwaffe e o próprio marinheiro intitulam-se, antes de nomear sua força, membros da Bundeswehr. Alguns exemplos objetivos: a Escola de Estado-Maior (FÜHRUNGS-AKADEMIE DER BUNDESWEHR = Academia de comando da Bundeswehr) é conjunta às três forças. Numa enorme área com vários prédios trabalham irmanados oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica que somente se separam para as aulas especializadas. Cultura geral, conferências, línguas, etc., são ministradas em comum. No refeitório, sala de recreação, esportes e nas atividades sociais há perfeita integração. O comando é combinado. A administração, assistência sanitária é conjunta. Na formação sanitária da Escola há enfermeiros e enfermeiras envergando o uniforme das três forças. Os hospitais de guarnição são da Bundeswehr. Os médicos e pessoal estão divididos proporcionalmente entre as três armas. O apoio administrativo em tempo de paz é da Bundeswehr portanto comum ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Enfim, existe uma completa união e não ouvimos objeções nem observamos desvantagens neste estado de coisas.

Todo êste conjunto é subordinado ao Ministério da Defesa. O Ministro, como já referimos, é um civil, parlamentar, pertencente ao partido no poder.

Após uma longa gestão de FRANZ JOSEF STRAUSS, o arrebatado, impulsivo e muito discutido líder democrata-cristão bávaro e ex-tenente de artilharia antiaérea (FLAK) da Wehrmacht, assumiu a pasta o sereno e frio alemão do norte (natural do Estado de SCHLESWIG-HOLSTEIN) KAI-UWE VON HASSEL. A saída de STRAUSS foi precipitada pelo "affaire Spiegel" em que aquele semanário político hamburguês foi varejado pela polícia por ter publicado matéria militar considerada sigilosa. Consta que a própria substituição de ADENAUER pelo Professor ERHARD na chefia do govêrno não foi alheia a êstes acontecimentos.

O Ministério da Defesa se subdivide em 12 seções civis e militares. Não existe Alto-Comando autônomo. O comando e os Estados maiores da Bundeswehr, Exército, Marinha e Aeronáutica, bem como a Inspeção Geral de Saúde e o comando de Defesa Territorial são incorporados ao Ministério sob a forma de Divisões e Subdivisões dependentes do Ministério e do Secretário de Estado. A frente das Fôrças Armadas está o General Inspetor da Bundeswehr que hierárquicamente é a mais alta função militar. Atualmente a função é exercida pelo General TRETTNER que há pouco substituiu o General FOERSCHT. Êste último, chefe de grande prestígio na Bundeswehr, exerceu como última função na guerra o pôsto (como General-de-Brigada) de Chefe de EM do Exército da Curlândia. Êste exército ficou isolado em 1944-1945 pelos russos na península de Curlândia na Letônia e sômente capitulou depois da rendição total alemã. Seus componentes permaneceram 10 anos prisioneiros na Rússia e pequena percentagem retornou a Alemanha em 1955, entre êles o General FOERSCHT.

O General Inspetor da Bundeswehr tem atribuições para dar em nome do Ministro da Defesa, suas diretivas para os EM do Exército, Marinha, Aeronáutica, Inspeção Geral de Saúde (que é comum às três fôrças) e Defesa Territorial, no domínio do comando, organização, formação, equipamento e suprimentos.

O comando do Exército é exercido através do EM do Exército. Êle, como órgão do Ministério de Defesa é simultâneamente um EM militar e uma divisão dêste ministério. Tampouco existe um comando autônomo do exército. O chefe dêste Estado-Maior é o Inspetor-Geral do Exército e no momento é exercido pelo General DE MAIZIERE, até há pouco comandante da Escola de Estado-Maior da Bundeswehr (Führungsakademie). Êste general de nome tipicamente francês é descendente de família de franceses huguenotes que emigraram para a Alemanha no século XVII em consequência das perseguições religiosas. Ê muito eficiente e culto. Terminou a guerra no pôsto

de coronel chefe de EM de um Corpo de Exército. Passou dois anos prisioneiro na Inglaterra. Na vida civil após a guerra, foi gerente de uma editora musical em Hanover. É um exímio pianista tendo, como comandante da Escola, dentro da prorrogação de cultura artística que era realizada à noite, oferecido um concerto de peças clássicas aos corpos docentes e discentes.

O Exército está organizado em três Corpos de Exército com seus respectivos EM e elementos da reserva geral. Dispõe de três Escolas de oficiais, de 13 Escolas das diversas armas com suas unidades de instrução, três Escolas de aviação do exército, uma Escola de "Direção Interna" e uma Academia de Comando e Estado-Maior.

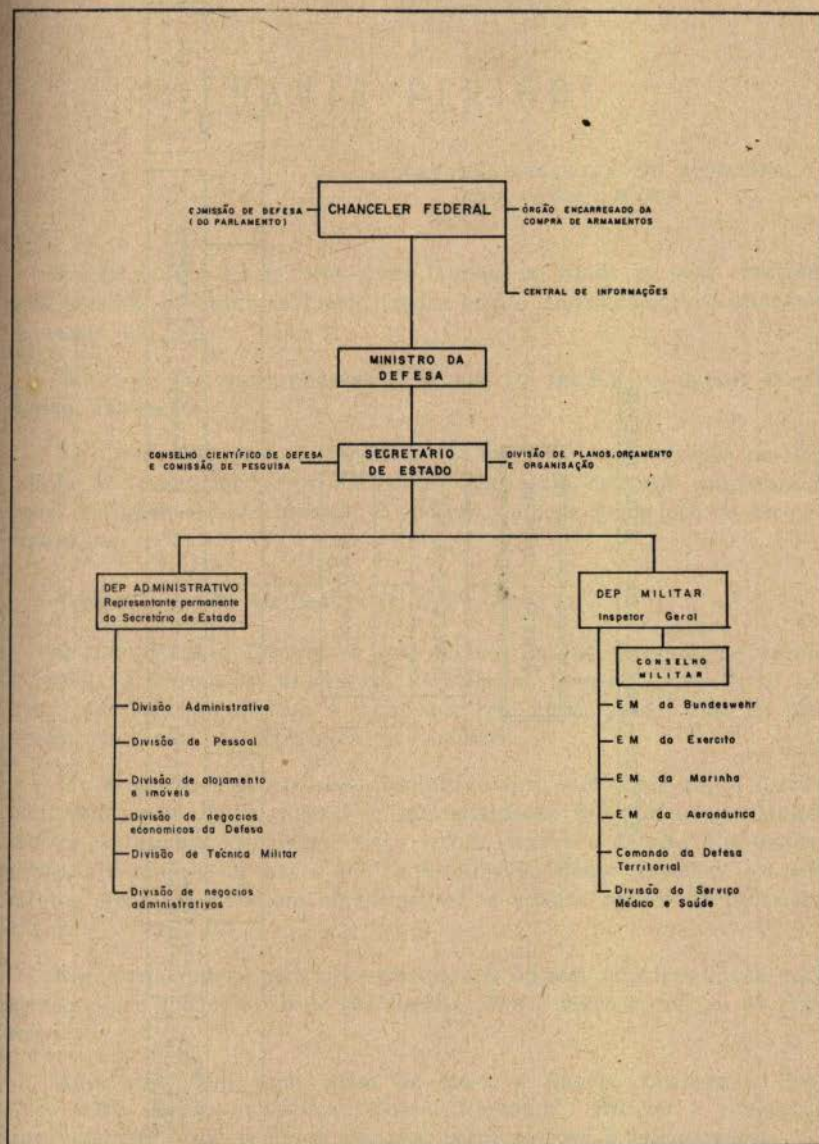
Os três Corpos de Exército estão subordinados operacionalmente ao SHAPE (QG Supremo da OTAN em Paris) e fazem parte dos diferentes exércitos dessa coligação militar.

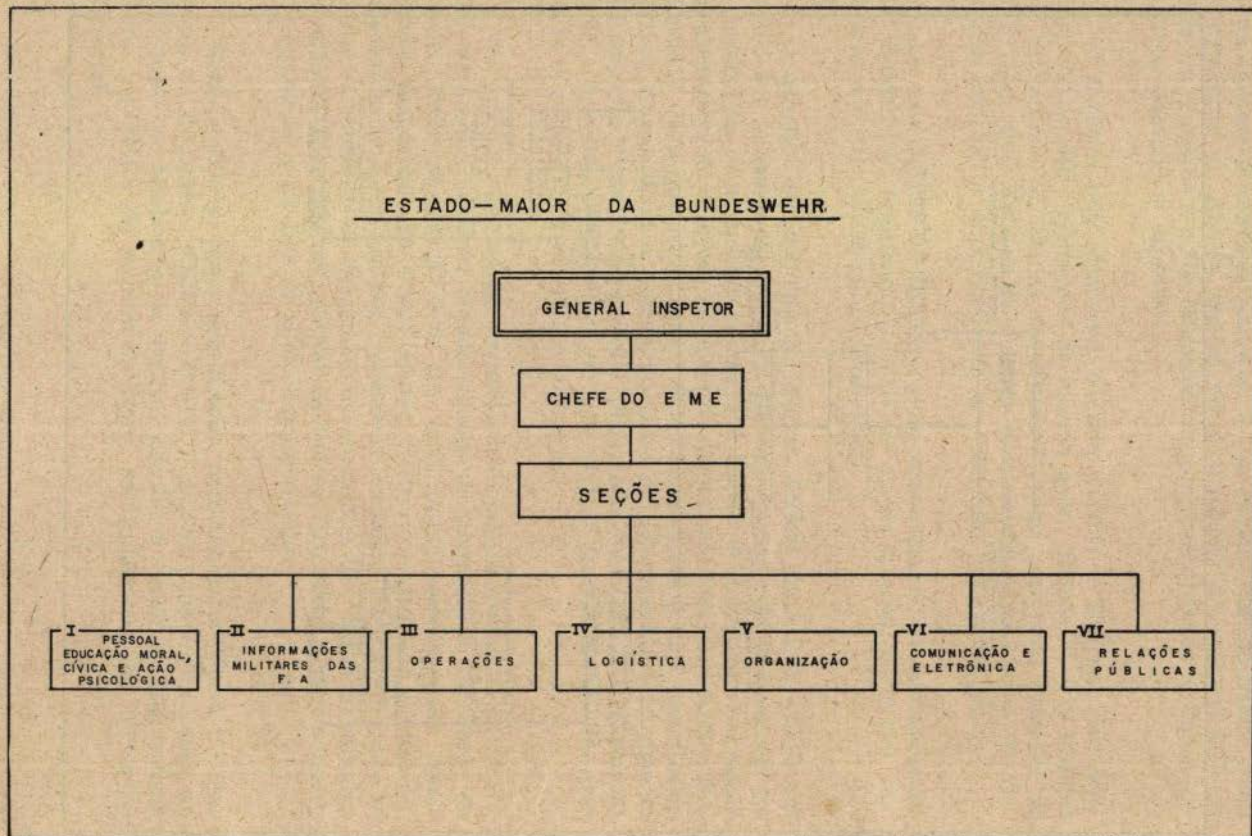
A aviação está dividida em Forças Aéreas Táticas (2 ATAF) em apoio aos exércitos da OTAN. A Marinha constituída de unidades pequenas têm como missão proteger o flanco N operando nos mares Báltico e do Norte e nos estreitos da Dinamarca (SKAGERRAK e KATEGAT). Esta missão específica dá à Marinha alemã uma organização à base de pequenas e velozes unidades de combate e principalmente submarinos. Estes também são pequenos (cerca de 300 toneladas) pois a pequena profundidade do mar Báltico (média 100 m) não permite operações com grandes submarinos.

As unidades de Defesa Territorial não estão à disposição da OTAN, são de âmbito nacional e encarregadas da proteção do interior e da costa. Esta organização tem em vista garantir a liberdade operacional das Forças da OTAN dentro do território alemão e para aliviá-las das missões que, por motivos de eficiência, não devem caber às forças móveis. Dela dependem os comandos das Regiões Militares (em número de quatro), os EM de Defesa Territorial e os comandos de guarnição para fins de apoio administrativo.

Existe também como organização para-militar a Polícia de Proteção da Fronteira (KRENZSCHUTZ POLIZEI) que é entretanto subordinada ao Ministério da Justiça. Ela faz a vigilância face à fronteira dos países da cortina de ferro, particularmente da Alemanha Oriental.

Finalmente, o Ministério da Defesa e o EM da Bundeswehr obedecem ao seguinte organograma :





HAVIA PERIGO?

Ten-Cel WALTER MESQUITA DE SIQUEIRA
Oficial de Estado-Maior

Talvez muitos dos leitores ainda tenham no fundo de suas consciências, algumas perguntas a fazer, ligadas com o movimento revolucionário de março de 1964.

Talvez alguns ainda pensem: "Por que foi feita a revolução? Havia perigo, realmente?"

Para que cheguemos à conclusão de que estávamos ou não na iminência de sofrer um golpe de estado, por parte dos que ocupavam o poder, no início do ano passado, é preciso conhecer um pouco da técnica comunista.

Vejamos, então, alguma coisa sobre isto:

Quando Marx e Engels, os pais do comunismo viveram, no século passado; na Europa se processava a revolução industrial, isto é, os homens passavam do artesanato quase que individual, para a fase da produção em massa, característica da indústria.

Era a época do liberalismo absoluto, o que quer dizer que o Estado não podia, nem devia, interferir nas atividades individuais, particularmente, no campo econômico. Cada patrão fixava o salário dos empregados, e o número de horas que cada um deles devia trabalhar. Os sindicatos eram proibidos em alguns países, e quando muito, tolerados em outros.

Não havia defesa nem proteção para o homem que trabalhava para ganhar o seu sustento e o de sua família. Era a vigência da Lei do mais forte.

Aqui vale notar que, além de Marx e Engels, também o Papa Leão XIII, em sua encíclica "Rerum Novarum", criticou a concepção que vigorava e que regia as relações entre patrões e empregados.

Hoje, todos nós sabemos que isto foi corrigido. O estado interfere nas relações econômicas entre Capital e Trabalho.

Hoje, há um salário mínimo. Hoje, os salários variam com as condições de salubridade.

Hoje, é obrigatório o pagamento de horas extraordinárias, quando o trabalho tem que ser prolongado para além das horas normais.

Pensarão os leitores, então não há mais razões para o comunismo explorar?

Infelizmente, elas ainda existem, no campo das relações entre patrões e empregados, na questão do direito de propriedade e particularmente no que concerne às relações entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Sob êsses aspectos convém aqui lembrar o que está escrito na encíclica "Mater et Magistra" do Papa João XXIII, sobre o trabalho no campo:

"É indispensável que exista o empenho, sobretudo dos poderes públicos, em que nos ambientes agrícolas se desenvolvam como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, água potável, instrução técnica e profissional, meios recreativos e tudo que requer a casa rural em elementos que proporcionem um nível de vida digno. Sem o que, o desenvolvimento económico e o progresso vêm a tornar-se impossíveis ou demasiados lentos".

E mais adiante diz João XXIII:

"A questão social hoje é de dimensão planetária, ultrapassando os limites da luta de classes, proposta por Marx, em torno do direito de propriedade, para ser formulada também em termos de oposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, esta, em torno das disponibilidades de áreas aproveitáveis economicamente e da entrada e saída de capital estrangeiro".

Assim sendo, fica demonstrada a existência de problemas a resolver, fica patenteado o fato de que há campo para os comunistas agirem.

Vejamos então como êles executam sua tarefa para a conquista do poder e para o estabelecimento da ditadura do Partido Comunista.

Segundo os seus pontos de vista, as bases fundamentais da nossa sociedade devem ser debilitadas e destruídas, as divergências existentes devem ser aguçadas e exacerbadas para se chegar à destruição das reservas morais dos grupos e dos indivíduos. Tudo isto pode ser obtido através de uma adequada aplicação de procedimentos individuais e coletivos a cargo de especialistas, que atuam de forma padronizada.

Com a adoção de idéias-fôrça o Comunismo se apresenta como desejando lutar em favor de idéias e ideais que são sempre bem recebidos no seio da população de qualquer país, como por exemplo:

- libertação nacional;
- eliminação da exploração estrangeira;
- desenvolvimento;

- justiça social;
- eliminação da corrupção.

Assim, um pequeno grupo de comunistas inicia suas atividades, visando ao domínio das massas, buscando a participação ativa de homens, mulheres e crianças, de acôrdo com as respectivas capacidades físicas e com o tipo de atividade exercida no grupo social a que pertencerem.

Sabendo os comunistas que a massa popular é constituída por três grupos:

- os que pretendem tranqüilidade e ordem, que são a maioria;
- os permanentemente descontentes, fáceis de serem levados à subversão, a minoria;
- os indiferentes e sem ânimo, que constituem um grupo reduzido; passam eles a trabalhar no sentido de tornar concreto o conceito de Lenine que diz: “não são as populações que preparam as revoluções, preparam-se as populações para fazê-las”.

Nesse sentido, o trabalho de infiltração comunista, se faz, nos sindicatos, nos meios estudantis, nos meios intelectuais e sobretudo na aparelhagem governamental.

Esse é o caminho para a conquista da população que, se não é obtida com facilidade, é buscada pelo terror que, quando implantado, corta a vinculação entre a população e o govêrno legal, criando inicialmente a desconfiança e a indiferença para chegar, até mesmo, à desobediência.

Os comunistas passam a executar então um duplo papel: aparecem como vanguardeiros das mais profundas aspirações do povo, mas, ao mesmo tempo, através dos seus camaradas, admiradores e inocentes úteis, que ocupam funções no govêrno, entram e impedem que sejam dadas boas soluções que possam vir a solucionar qualquer daquelas aspirações.

Em realidade, eles não querem dar solução a coisa alguma, querem, somente, ter o poder político em suas mãos.

Era essa a situação nacional, no início do ano de 1964.

A maioria dos sindicatos e das organizações estudantis estava sendo dirigida ou pelo menos secretariada por comunistas que para se eleger, venciam pelo cansaço.

Nessas entidades, as eleições eram marcadas para um determinado dia, suponhamos às cinco horas da tarde. Nessa hora, a sede da organização estava cheia e havia, digamos 90% de profissionais ou de estudantes não comunistas para 10% de comunistas.

Iniciavam estes um trabalho de retardo. Cada um pedia a palavra e pronunciava uma arenga qualquer para gastar tempo. Às 8 horas da noite mais da metade dos que lá tinham ido para votar, já havia abandonado o local e ido embora. O processo prosseguia até que os 10%

de comunistas fossem maioria. Nesse momento, era iniciada a votação, da qual sempre resultava vencer a chapa que lhes era conveniente.

Quanto à administração pública, era notória a freqüente nomeação de vermelhos para funções de chefia, particularmente, aquelas destinadas a tratar de assuntos relacionados com pessoal.

E tivemos, principalmente, nas grandes cidades, greves por qualquer motivo ou sem motivo algum, sempre nas horas de maior movimento, buscando com isto, irritar a maioria da população.

Nos meios intelectuais, sob a capa da liberdade de pensamento, homens que, por sua maior inteligência e cultura, tinham a obrigação de perceber que estavam servindo de instrumento, ao invés disto, se deixavam levar e faziam côro com as manifestações da extrema esquerda. Algumas vêzes por falta de percepção, outras por esnobismo, quando se autotransformavam como pensadores avançados.

No magistério médio e superior, o próprio Ministério da Educação, infiltrado fortemente, editou cartilhas e livros de história do Brasil, com a mais completa inversão dos valores por nós consagrados.

O trabalho comunista era intenso e se realizava em todos os setores. Até mesmo dentro das Forças Armadas era procurado a todo o custo promover o total desentendimento entre oficiais e sargentos.

Sabiam eles que quebrada a hierarquia, viria a indisciplina e com ambas a destruição das Forças Armadas, que representavam o maior obstáculo às suas pretensões de poder.

Os leitores devem se lembrar da insurreição de Brasília.

Portanto, é fora de dúvida. Havia muito perigo de o Brasil passar a uma forma de governo não democrática há um ano atrás.

Talvez agora, diante da explicação anterior, tenha se formulado nas suas mentes uma nova pergunta:

Como o Exército percebeu tudo isto? Nas vésperas da revolução?

Os Exércitos de hoje por força do progresso realizam atividades de maior transcendência, exercem influência em assuntos econômicos e de política interna e internacional, participam de problemas industriais, de obras de engenharia e da resolução de problemas de toda ordem.

O Exército Brasileiro acha-se distribuído por todo o Território Nacional, atuando como elemento de integração, seja pela cooperação no desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde estão sediadas suas organizações, seja pela criação de uma consciência cívica nos cidadãos que devolve à sociedade após a conclusão do serviço militar.

O crescimento vegetativo da população, a ampliação das nossas possibilidades industriais, os nossos problemas de transportes provocam alterações na estrutura do País, com repercussão no campo militar.

A luta pelo bem-estar, as reivindicações sociais das classes mais baixas, o nacionalismo e a campanha contra o subdesenvolvimento em

que ainda nos encontramos são elementos que trazem à tona as contradições existentes em nosso País, prestando-se, portanto, à propaganda dos comunistas que, com habilidade, procuram manter aguçados os pontos de fricção existentes ou senão criar novos, quando aquêles são ultrapassados ou não possuem suficiente calor explosivo.

Isto pôsto, é evidente que se tornam necessárias, não só medidas de segurança para o regime, mas também e principalmente, é preciso desencadear uma campanha de esclarecimento nacional, quanto às finalidades do comunismo, seus objetivos, sua forma de atuar para que se possa chegar à sua neutralização.

De há muito que o Exército sabe que essa neutralização só é possível através da crença geral de que as conquistas humanas, mesmo no campo econômico, podem ser realizadas sem deslocamento para a extrema esquerda.

Assim, mediante um permanente estudo da situação brasileira e uma análise contínua da conhecida técnica comunista, aplicada aos problemas nacionais, não nos foi difícil verificar a tendência do governo anterior.

Era visível o desinteresse do Executivo no sentido de diminuir o grau de agitação pública, era claro que a autoridade federal não queria ver o perigo que corriam as propriedades públicas e privadas, era evidente a conviência dos que exerciam o poder, no sentido de alterar os preceitos constitucionais que se opunham às suas tendências, era transparente o seu trabalho no sentido da quebra da hierarquia e da disciplina, em todos os setores da atividade.

Tanto isto estava sendo observado e analisado, que, em 1962, numa conferência para militares, foi abordado o art. 5º da Lei n. 1.802, de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, que considera crime:

“Tentar diretamente e por fato mudar, por meios violentos a Constituição, no todo ou em parte, ou forma de governo por ela estabelecida.

“Pena: reclusão de 3 a 10 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos aos demais agentes, quando não couber pena mais grave.

“Parágrafo único. A pena será agravada de um terço quando o agente do crime fôr o Presidente da República, etc.”

Assim, a revolução de 31 de março, não foi uma ação isolada e intempestiva, tudo foi feito para recolocar o governo de então na linha constitucional.

Não foi possível fazê-lo. Os comunistas do governo de então sabiam que estavam sendo observados e analisados, sabiam que as Forças Armadas e a maioria do País não estavam de acôrdo com uma forma de governo inconstitucional: Sabiam disso.

Tanto que, no mês de março de um ano atrás, eles tentaram violentar os acontecimentos e conduziram uma sucessão de fatos, destinados a promover a decisão final.

Quero me referir ao comício do dia 13, em frente à Estrada de Ferro Central do Brasil, ao lado do Ministério da Guerra. Era uma tentativa de coação ao Exército, visava a demonstrar que os militares estavam errados, que o povo estava em uma linha diferente.

O comício terminou, sem que dêle resultasse a exaltação que esperavam dêle decorreria.

Poucos dias depois, houve a revolta dos marinheiros.

Apesar de nela terem ocorrido, pelo menos diversas transgressões disciplinares, que são passíveis de punição, não houve a aplicação dos Regulamentos Disciplinares que regem a vida dos quartéis, por ordem direta da Presidência da República.

Finalmente, na noite de 30 de março, foi realizada a reunião no Automóvel Clube. Uma homenagem dos sargentos ao Presidente foi transformada numa violenta manifestação.

Quem, assistiu o espetáculo *in loco* ou pela televisão, ficou estupefato de ver o próprio Presidente, sem demonstrar o menor respeito pelo cargo que ocupava, e sem exigir dos demais a consideração devida à majestade da função de primeiro mandatário, repito, ficou estupefato com a sua exaltação, o seu nervosismo, o descontrôle de que estava possuído.

Era visível que estava sentindo a proximidade do fim. E estava certo. Era o fim. O dia 31 de março amanhecia.

E dirão então os leitores, se eles dominavam o govêrno, porque não reagiram ao 31 de março?

Reagiram sim. Tentaram fazê-lo. Mas não foram bem sucedidos.

Senão vejamos. Logo que chegaram notícias do movimento de tropas de Minas Gerais, rumo ao Rio, o I Exército foi mobilizado e a tropa foi mandada para dominar os pontos de chegada à antiga capital. As estações de radioemissão foram ocupadas, e os discursos destinados a inflamar a massa foram se sucedendo sem atingir os objetivos desejados.

Além da Serra das Araras, houve o encontro das tropas. E o que sucedeu?

Os oficiais e os sargentos do I Exército não podiam estar de acôrdo em lutar pela indisciplina, não podiam dizer nada aos seus soldados, nem mesmo a si próprios, nada que os levasse à exaltação para lutar até à morte. Não havia valores morais a serem defendidos. Estes estavam todos com as forças que vinham de Minas e São Paulo.

A confraternização era o que tinha que ocorrer, como sucedeu. Era um só Exército Brasileiro, um só ideal de brasilidade e não podia haver luta. Mais uma vez se tornou evidente a união entre as Forças Armadas.

Sem o apoio dos militares e sem o apoio da população, os chefes fugiram e foram para o Rio Grande do Sul.

Tentaram, em última instância, inflamar a boa gente gaúcha e não o conseguiram também.

Nada mais a fazer, senão o exílio.

A reação que houve foi a do povo e a de suas Forças Armadas que repudiaram, desprezaram os homens que nos queriam impor condições de vida não democráticas, um regime que não dá ao homem a hierarquia primordial que lhe corresponde, um sistema que desconhece a dignidade suprema da pessoa humana e que restringe indevidamente a liberdade.

E hoje comemoramos o aniversário da revolução.

É lícito perguntar: **o que pretendem os revolucionários?**

Um Brasil grande, feliz, digno do esforço dos nossos antepassados que no-lo legaram, cheios de esperança no futuro.

A tarefa é imensa. Estávamos habituados a governos paternais, onde dominava o favoritismo e a proteção. Estamos fazendo o possível para dar validade à expressão de que todos são iguais perante a Lei.

Com menos de um ano de exercício, o governo da República já marcou sua personalidade, traçou diretrizes nos campos econômico, administrativo, social e político, e as está seguindo sem se preocupar com obter popularidade, adotando medidas nem sempre simpáticas, mas coerentes com as diretrizes que adotou e convicto de que elas conduzirão aos resultados por todos nós almejados.

Julgamos que conseguirá concretizar as metas escolhidas.

No campo da administração pública, promoveu um forte ataque à corrupção que o dominava, exigindo de todos muito trabalho e seriedade no desempenho da função.

Hoje há segurança para quem trabalha.

Não há mais greves sem razão ou com razões obscuras de natureza política ou ideológica. O trabalho se processa seja no campo estatal seja no privado, com condições normais, de entendimento entre os que dele participam.

No campo político, o governo pugna pela realização das reformas necessárias à estrutura do País.

O Poder Legislativo foi mantido na posse integral de suas prerrogativas. A oposição, necessária ao debate democrático, existe e se realiza livremente.

Procura-se agora uma valorização dos Partidos Políticos. É desejo de todos vê-los mais expressivos, mais representativos de uma linha doutrinária. É preciso que em futuro não muito longínquo nós possamos vir a votar nos candidatos de um Partido, não unicamente pela expressão pessoal do homem, mas principalmente pelo programa do Partido, que o escolheu como candidato.

Ainda no setor dos Partidos, a despeito da dificuldade de o conseguir, é necessária a certeza de que eles deverão impedir, em suas filei-

ras, o ingresso de candidatos à carreira política que não pautem sua vida pública pela seriedade, a despeito do número de votos que eventualmente possam trazer para o Partido.

Temos que pugnar para tornar nula a presença de aventureiros na carreira política.

Ela deve ser dignificada como de fato merece.

No campo econômico, talvez o mais sensível, os esforços estão sendo gigantescos.

O combate à sonegação, ao lucro extraordinário, à ganância, está sendo travado. Os resultados ainda não estão nítidos, mas virão integralmente por certo.

A distribuição da riqueza e da propriedade visa a que todos devem possuir algo de seu. E aqui poderíamos aproveitar o que disse FULTON SHEEN:

“Há três soluções possíveis para o problema da propriedade. Consideremos os bens como ovos e os indivíduos como cestas.

Uma solução é pôr todos os ovos em algumas poucas cestas, como na doutrina capitalista; outra, é fazer uma omeleta com todos os ovos, de modo a que não pertençam a ninguém, como no comunismo.

A última solução consiste em distribuir todos os ovos pelo maior número de cestas, que é a solução da Igreja”.

A revolução busca o equilíbrio nas relações entre os homens, entre estes e o Estado, entre as diversas regiões do Brasil, e, no campo inter-racional, entre o nosso País e os demais, tôdas sujeitas aos mesmos perigosos desnivelamentos.

O que a revolução pretende é um Brasil Grande.

O que nós brasileiros pretendemos é um Brasil gigantesco.

Há portanto identidade de pontos de vista e de objetivos. Mas, isto não é suficiente, só o anseio não basta, é necessária total congregação de esforços.

Agora que sabemos que não caminhamos para nenhuma extrema, agora que estamos convictos de que todos desejamos tudo de bom para o Brasil, podemos deixar de lado as pequenas disputas, normais em todos os grupos sociais, para nos unirmos nesta arrancada em busca do almejado bem estar.

De todos nós, governantes, políticos, industriais, comerciantes, patrões, empregados, civis e militares, adultos, velhos, crianças ou jovens a Nação espera um esforço supremo que nos conduza a posição de País desenvolvido.

Se conseguirmos nos livrar do comunismo, poderemos muito mais facilmente nos desquitir do subdesenvolvimento.

Para isso é bastante que nos dediquemos às nossas tarefas, que façamos o melhor, dentro das nossas atribuições.

A Pátria nos agradecerá e atingirá as proporções que nós sonhamos ela viria a ter um dia.

COMANDO E LIDERANÇA

Dr. ANTÔNIO MARQUES,

Juiz Auditor da 9ª RM.

São dois aspectos de indiscutível importância para as forças armadas: o comando e a liderança.

1. O comando decorre de um imperativo legal, de um princípio de hierarquia e subordinação, imposto por uma determinação de ordem jurídica, que deve ser acatado e reconhecido, sob as penas da lei. O próprio Código Penal Militar impõe sanções à quebra desse princípio da hierarquia e subordinação.

Tal princípio começa no posto mais alto da hierarquia militar, que é o Presidente da República, por força dos arts. 87-XI e 176 da Constituição Federal e vai descendo ao último da escala. O exercício do comando decorre de preenchimento de determinados requisitos. A investidura inicial exige, quase sempre, maiores solenidades, como, por exemplo, ao aspirante, ao soldado etc.. Nos postos subsequentes ou intermediários, quase sempre o fator preponderante é a mera decorrência de tempo de serviço, suficiente para criar direito à promoção. A não ser em casos especiais, como o Curso Especializado, o Curso de Estado-Maior etc..

A promoção nada mais é que a ascensão a um escalão superior de comando.

A decorrência de um tempo de serviço mínimo, sugere que, em tal interregno, o militar adquiriu experiência e cultura suficientes para qualificá-lo a um mister mais elevado.

2. Já a liderança é uma questão de fato. Não decorre de qualquer princípio ou ordem escrita. Seu fundamento é estritamente moral. Não é imposta ou ordenada de fora para dentro, mas o homem, que, no seu íntimo, impõe a si próprio essa autodisciplina e essa norma de conduta em obediência a uma hierarquia espontaneamente delineada. A liderança não possui códigos nem regulamentos. A subordinação aqui é essencialmente natural e não imposta. Sua violação, diante disso, não merece qualquer sanção, a não ser de ordem moral.

3. Como aparecem e se firmam os líderes?

Já é uma pergunta um tanto complexa. Em todos os agrupamentos humanos, mesmo os menores, facilmente se pode apontar

aquêles que guiam as correntes de opinião e aos quais a comunidade acompanha. Parece que os líderes são gerações espontâneas, que surgem, para atender a uma necessidade social.

4. De fato, os homens, vivendo em comunidades, como seres gregários, estão presos a diversos círculos de interesses: haja vista, por exemplo: o Círculo Familiar, que envolve os que se acham vinculados por laços de sangue ou afinidade; êsse próprio círculo familiar abrange uma série de camadas, geralmente conforme o grau de parentesco, sendo mais estreitos e fortes os laços de vinculação, quanto mais próximo o parentesco, e mais frouxos à medida que se afasta, até sua diluição total; temos o Círculo Profissional, que aproxima os que se dedicam ao mesmo ramo de atividade, fazendo-os solidários na defesa e na reivindicação de interesses comuns; há o Círculo Comunitário, também abrangendo vários raios de ação, concêntricos, tais, por exemplo, os de cidade, de Estado, de Nacionalidade etc... Cada um de nós está vinculado a vários desses círculos de interesses: Tal ou qual cidadão, por exemplo, tem seu círculo familiar; sendo militar, está integrado na atividade da caserna; é natural de Niterói, pelo que se sente mais próximo dos fluminenses, especialmente os naturais de sua cidade natal; sendo brasileiro, está solidário com todos os brasileiros, onde quer que os encontre.

5. Cada um de tais círculos, supõe uma liderança distinta. O Chefe da família, é o líder nato de sua família. Se esta se agrega numa espécie de regime patriarcal, *ipso facto*, cada chefe de família agregada abdica de uma parcela de seus direitos de líder, em favor do Pater comum.

O Chefe de família, sendo líder de sua família, pode não sê-lo de seu partido político, ou de sua comunidade religiosa, perante as quais ele admite e reconhece outra liderança.

6. Há campos favoráveis e desfavoráveis à eclosão de líderes.

Haja vista, por exemplo, nas profissões chamadas liberais: aí, a despeito de preconceitos e tradições, o homem que possui realmente capacidade e qualidades positivas, triunfará fatalmente e, querendo, poderá tornar-se um líder, independentemente de sua origem. Temos grandes exemplos disso na profissão jurídica, seja de advogado, de magistrado ou de Ministério Público.

Aí prevalece a livre competição, em que cada qual esgrima a espada do valor pessoal.

7. Outras profissões há, em que, devido a um regulamento disciplinar mais rígido, as hierarquias são mais rigorosamente formalizadas, e a geração espontânea dos líderes é dificultada. É o que ocorre, por exemplo, na profissão eclesiástica, especialmente católica romana e na profissão militar.

Nesta, há uma presunção de que a liderança de direito (decorrente do posto ou graduação), corresponde à liderança de fato: em

outros termos, a lei impõe a correspondência entre o comando e a liderança.

Ora, tal correspondência nem sempre ocorre: verdade é que o oficial recebe uma formação cultural e sobretudo psicológica, perfeitamente compatível com sua função. Há, entretanto, que tal formação visa exclusivamente o Comando, sem atentar que tal função — Comando — não pressupõe, necessariamente a liderança. É uma lacuna. Assim, encontramos, quantidades de comandantes, em todos os escalões, alguns dos quais de excelente formação cultural e profissional, mas mediocres líderes. E como a liderança é um imperativo social, ocorre que a comunidade (no caso a Unidade Militar) não encontrando no seu comandante qualidades de líder, vai procurar a liderança noutra pessoa, muitas vezes a menos indicada, ocorrendo, destarte, um dualismo, às vezes conflitante e irreconciliável, com reais prejuízos para a ordem, a disciplina, a formação e a produtividade.

8. Entendo que é de importância para as forças armadas, esse problema.

Seu objetivo ideal será identificar, o quanto possível, o comando com a liderança; comandante, que não fôr o líder de sua unidade, jamais será um comandante completo: cabe-lhe mais o título de Mandante: ele apenas mandará; será obedecido, mas obediência coercitiva, imposta, obrigada; não aquela obediência espontânea natural e que leva o subordinado a extremos de sacrifício, com sorriso nos lábios, que faz do comandante um idolatrado, um amigo, um companheiro mais velho e mais sábio.

9. As conseqüências do fato, entretanto, são ainda mais profundas: numa unidade militar, como já foi dito em relação a outras comunidades, há também círculos concêntricos de comunidades de interesses: há, por exemplo, o dos sargentos, há o dos tenentes, há o dos oficiais superiores. Quanto mais numerosa a unidade, maior a subdivisão desses círculos, maior o número deles há e mais diluída é a liderança do comandante supremo, com o conseqüente reforçamento, na ordem inversa, das lideranças dos grupos e subgrupos.

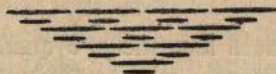
10. Em tais circunstâncias, já possuindo uma formação pessoal sobre o assunto, ou quando menos noções, procurará o comandante chamar a si esses líderes da sua unidade. Com isso, não só estará fortalecendo sua autoridade, como dando uma solução natural a uma questão de fato e escolhendo o caminho ideal para a administração e o rendimento de seus comandados.

Jamais, a não ser em casos excepcionais, deverão ser, por exemplo, desprestigiados esses líderes de grupos: o círculo de seus liderados entrará em solidariedade com ele, criando, pelo menos, um ambiente de mal-estar desnecessário.

11. Já sabendo da fatalidade da existência de líderes de grupos, ao comandante, então, caberá analisar seus subordinados, encontrar os mais bem dotados e mais aptos e encaminhá-los a uma posição de liderança. Inclusive poderá ser o recurso inteligente e hábil, para destituir da liderança, elementos inconvenientes e incompatíveis com a boa ordem e a disciplina militar.

Muito embora não seja cabível formar líderes mediante Instrução, será possível, através de uma Educação adequada, estimular os líderes em potencial e até criar ambiente propício ao surgimento de novas lideranças.

Tenhamos sempre em mente que: a liderança é uma necessidade social imperiosa; não há comunidade, nem mesmo a militar, sem líderes; a verdadeira liderança jamais poderá ser imposta; e, finalmente, o ideal, sob o ponto de vista militar, será identificação da liderança, na pessoa do comandante.



GUERRA DO PARAGUAI

A Subseção Comercial da Biblioteca do Exército possui à disposição dos interessados a monumental obra do Gen Augusto Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", revista e anotada pelo Ten-Cel Francisco Ruas Santos.

5 volumes — 3.228 páginas — 96 mapas.

Preço: Volumes e mapas — Cr\$ 3.000,00.

Capa colecionadora de mapas Cr\$ 250,00.

Pedidos pelo reembolso postal à Subseção Comercial, Biblioteca do Exército, Palácio da Guerra, 3º andar da Ala Marcílio Dias.

Rio de Janeiro — GB, ZC-55

Endereço telegráfico: BIBLIEX

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE A REFORMA DO EXÉRCITO

Ten-Cel EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
Oficial de Estado-Maior

A Revolução Democrática trouxe para este País, a solução de problemas que há decênios vinham desafiando a capacidade dos homens públicos, ou pior, vinham sendo utilizados como espantalho, por uma súcia que “odiando o Governo exercia o poder”.

Não nos cabe analisar o mérito das soluções encontradas. Ninguém pode porém escondê-las. As chamadas “reformas” — para muitos, mera bandeira da anarquia — estão sendo equacionadas e resolvidas: maioria absoluta, reforma agrária, reforma eleitoral, moradia, política de minérios, são alguns dentre os problemas resolvidos nestes primeiros meses de um governo, que honra ao País, honrando a si mesmo.

As Fôrças Armadas às quais a Revolução Democrática tanto deve, dentro deste clima de trabalho, fazem um exame retrospectivo e se aprestam para atualizar as próprias estruturas. Levado por um irreprimível espírito de cooperação, publico estas notas, na esperança de que ainda possam ser úteis.

Há um velho ditado de mau gosto que diz: “os militares estão sempre se preparando para travarem de novo, a última guerra em que tomaram parte”. A verdade é outra porém. O que existe é a dificuldade de, nos chamados “tempo de paz”, conseguirmos do País, as condições mínimas para nos prepararmos para a guerra, já que numa democracia, o individuo odeia a guerra e aceita a preparação para o eventual conflito, apenas como um mal menor.

Para qualquer um, que deseje verificar se as nossas Fôrças Armadas respondem ou não à realidade presente, a primeira tarefa que surge é o estudo da missão que nos é atribuída pela Constituição.

Para permitir o prosseguimento do nosso raciocínio, vamos esboçar a interpretação que nos parece mais consentânea.

Somos, se não um País subdesenvolvido, um País em que a estrutura sócio-econômica está ainda profundamente desequilibrada, propiciando assim clima grandemente adequado à subversão. Vivemos pois no Brasil, o clima da América do Sul, da África e da Ásia, agora felizmente com as tonalidades mais esmaecidas.

Assim, às Forças Armadas Brasileiras cabem no momento, em ordem de prioridade as seguintes tarefas :

- Manutenção da ordem interna ;
- Estar em condições de, simultaneamente ou não com a missão anterior, participar de uma força de contenção como País membro da ONU ;
- Estar em condições de intervir num conflito que tenha como palco o continente sul-americano.

Partindo dessa interpretação, que outros fatores de raciocínio devemos montar ? Que a Revolução deve chegar às Forças Armadas, não como uma convulsão, mas sim como uma reconstrução inteligente; que, sem jacobinismos, podemos encontrar na História Pátria, um glorioso repositório de experiência, abrangendo inúmeros setores de atividade da sociedade nacional; que a experiência de outras nações pode e deve ser aproveitada, mas não apenas traduzida e encaixada em nossas Organizações como um brinquedo de armar.

Nascido no Governo Geral, vem o Exército prestando leal cooperação a este País, não só no restrito campo de suas atividades próprias, nos quais conquistou glórias imorredouras, no continente e fora dele. Mais ainda : como força constituída, participou da Independência, assegurando-a; esteve presente na Abdicação; possibilitou a Abolição; materializou a República, consolidando-a posteriormente; permitiu o chamado "movimento de 30" e "Estado Novo", para finalmente com o povo tornar vitoriosa a Revolução Democrática Brasileira. E isto tudo foi possível, porque procurando sempre montar o seu recrutamento nas legítimas camadas populares, jamais se afastou o Exército da realidade brasileira. Não será agora que irá fazê-lo.

É acaciano dizer-se mas não custa repetir que, a primeira tarefa que se impõe é verificar até que ponto a atual Lei de Organização responde às finalidades que admitimos como sendo as atuais finalidades das Forças Armadas. Em verdade, a atual Lei responde ainda às citadas destinações. Seria interessante, melhor precisar alguns aspectos, enquanto que em outros, pequenas modificações se impõem. Entre os primeiros estaria a mais nítida definição do Ministro como Comandante do Exército e do Estado-Maior como órgão de planejamento a médio e a longo prazo, de modo a organizar uma doutrina para o Exército. Embora já consagrados na legislação vigente, eles necessitariam ser mais explicitamente traduzidos. Quanto aos últimos, seria de bom alvitre, uma melhor estruturação dos Departamentos, reduzindo-lhes as Diretorias e Subdiretorias, com inegável economia para o erário público. As Grandes Unidades dedicaremos adiante um tópico especial.

Já que falamos em economia, seria possível admitirmos a hipótese, de redução das Forças Armadas ? Antes de respondermos tracemos o retrato do Brasil : são 8.500.000 km², servindo de base a uma

população de 80 milhões de habitantes; população que cresce em ritmo acelerado, mas que se estrutura desodernadamente. Somos um País com extensão de continente, paupérrimo em meios de ligação e comunicações. Possuímos uma fronteira terrestre de 15.700 km e um litoral de 7.400 km. A isto tudo, e a todos estes, deve o Brasil fazer presente a Soberania Nacional. Seria isto possível, incorporando um efetivo menor do que o anualmente incorporado, ou devemos pelo contrário procurar ultrapassar este número?

Quanto às Grandes Unidades, seria aconselhável extinguir as Artilharias e Infantarias Divisionárias (AD e ID). Em contrapartida, novos Grupos de Elementos de Fronteira deveriam ser criados.

Se há uma possibilidade de redução do número das Grandes Unidades, é imprescindível porém equipar, já e já, os Estados-Maiores das existentes, no sentido de possibilitar-lhes atender às hipóteses formuladas no início do trabalho, o que em última análise, significa atender primordialmente os seguintes aspectos:

- Segurança Interna;
- Relações Públicas.

É interessante assinalar que o termo equipar foi empregado no sentido de reestruturar em pessoal e em material.

Outro aspecto a ser estudado é a prestação do Serviço Militar. Estará este serviço sendo presado em moldes objetivos? Estará respondendo às tarefas que admitimos como sendo as apropriadas às Forças Armadas?

O Governo Revolucionário promulgou recente Lei do Serviço Militar, com a qual são feitas magníficas conquistas, quer no campo social, quer no campo da segurança interna. Vale ressaltar entre outras as seguintes:

- idade de início de prestação de serviços, dezenove anos;
- criação de órgãos de Formação de Reserva, que diferem dos singelos Tiros de Guerra ou dos complexos CPOR;
- solução para os problemas dos jovens que se destinam à Medicina, Odontologia e Veterinária;
- prioridade de incorporação para os moços de nível de instrução superior;
- possibilidade do Presidente poder "convocar" qualquer brasileiro para manutenção da ordem interna.

No momento, encontra-se em elaboração no EMFA, o Regulamento da Lei. Estimamos que seja substancial a cooperação prestada pela DSM, possuidora que é de vastíssimo acervo de experiência que não pode nem deve ser desprezada.

Um outro aspecto: uma das tónicas mais em uso, pelos que advogam a actualização das Fôrças Armadas é a feitura de uma Lei de Inatividade que diminua substancialmente a idade compulsória. Entretanto, ninguém de bom senso pode deixar de reconhecer que tal Lei acarretaria ao Erário Público, substancial aumento de despesa. Quer nos parecer que seria possível buscar um equilíbrio, entre as necessidades das Fôrças Armadas e as possibilidades do Tesouro. É inegável que a um General no Comando de uma Divisão se exige, além de tudo mais, considerável vigor físico que lhe permita bem liderar a tropa. Todavia, é também inegável, que este mesmo homem, com um pouco mais de idade estará ainda grandemente apto para chefiar uma Diretoria. Uma lei que reconhecesse estas verdades meridianas, diminuindo a idade compulsória para determinadas funções, mas obrigando que o provimento de outras fôsse feito por oficiais da Reserva de 1ª Classe, seria, quer nos parecer, a solução patriótica para o assunto. É evidente, e diga-se logo, que ninguém poderia exercer na Reserva, cargo para o qual não se houvesse habilitado na Ativa.

Não se pode separar um estudo sério do problema da modernização das Fôrças Armadas, da análise do recrutamento e da formação dos Quadros. Estarão as atuais Escolas de Formação de Sargentos sendo úteis ao Exército? Retira-se um jovem da vida civil e um ano depois, como sargento, é ele entregue ao Exército e com acesso praticamente garantido até o posto de capitão. Estaria o jovem preparado para a missão de obedecer e de se fazer obedecido, como num sacerdócio? Dois aspectos, sem dúvida alguma, exigem desde logo carinhoso estudo: uma racional lei de promoções que crie verdadeiramente estímulos profissionais aos sargentos e que não consagre o princípio de que, "se não morrer serei promovido"; o outro, muito ligado ao primeiro, é uma arrumação mais racional das Qualificações, trabalho para o qual o Exército já está plenamente habilitado.

No que tange ao Quadro de Officiais, o problema terá de ser enfrentado pelo Colégio Militar. De tudo que se fala e se apregoa de Assistência Social, ainda é a idéia de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, posta em execução por THOMAZ COELHO, uma das poucas coisas realmente eficaz. Entretanto, é inegável que deixou de ser o Colégio o celeiro onde o Exército encontrava a seiva que vitalizava a velha estrutura. Duas medidas nos parecem se impor desde já: criar em cada sede de Exército ou Comando Militar, um Colégio. Sem sombra de dúvidas, que o militar classificado no CMA teria bem menos motivos de preocupações, se lá encontrasse o Colégio para matricular os filhos. Entretanto, é evidente que o Exército deverá receber algo em troca: formar o Colégio anualmente, entre 200 e 300 jovens e nem a metade se destinar a AMAN é profundamente errado. Para que isto não sucedesse, o Colégio Militar teria o seu currículo nitidamente dividido. O Ginásial seria idêntico aos demais, mas o colegial funcionaria sempre, como Escola Preparatória de Cadetes.

Mas não se fala em Colégio Militar, sem se falar em Magistério do Exército. Existe ainda motivo, para que o Exército forme oficiais, com a finalidade exclusiva de exercer o magistério no grau médio? Não seria mais econômico e portanto mais patriótico, o aproveitamento dentro de uma estrutura militar, dos inúmeros professores de ensino médio já razoavelmente formados em todo País? É evidente que a AMAN e o IME merecem especial atenção, muito embora o Instituto de há muito não recrute seus professores no Quadro do Magistério.

Outro aspecto a considerar deve ser o número de oficiais da ativa a formar por ano. Se é inconcebível qualquer raciocínio em termos de redução de efetivos das Forças Armadas, achamos porém que é premente a diminuição do número de oficiais que a AMAN forma anualmente. Tal medida acarretaria de pronto dois benefícios: melhor formação do subalterno da ativa, já que os poucos recursos materiais se tornariam mais compatíveis — uma grande ajuda na difícil solução do problema das promoções, já que se evitaria o gargalo no posto de capitão, em se formando na Academia número compatível com este posto, preenchendo-se o Quadro de Subalternos com oficiais da reserva convocados, como é previsto atualmente. Bastaria apenas, cumprir a lei.

A Indústria Militar e seus corolários naturais, o Técnico e o Equipamento merecem uma nova e profunda análise.

Ao Técnico do Exército e ao Estabelecimento Fabril do Exército coube neste país um papel de relêvo, mas que precisa ser reestruturado. Apanhamos aqui, ali e acolá uma série de idéias que giram tôdas mais ou menos em torno do que se segue: o IME é um motivo de orgulho para a inteligência do Exército; mantê-lo funcionando nas bases em que se encontra atualmente, acolhendo civis em seus cursos, não é apenas uma necessidade ou uma obrigação; é sim, realizar no mais alto grau, Relações Públicas. Outro órgão que deve receber um carinho todo especial é o Departamento de Estudo e Pesquisas, à revelia do qual nada se compraria no Exército: do prego até o artefato nuclear. Dotá-lo de tudo que ele realmente necessita é urgente e indispensável.

É evidente porém, que os atuais Estabelecimentos Fabris que se estivessem mostrando inútuos, teriam que ser progressivamente fechados, entregando-se à Indústria Civil, os encargos que ainda lhes estivessem afetos. Como país pobre, de pequeno orçamento militar, além de pequeno impossível de ser aumentado, deveríamos reverter tudo que fôsse possível destes Estabelecimentos para uma rede de Arsenais — um pelo menos, por Exército ou Comando Militar.

É evidente que uma solução nacionalista sem aspas que se impõe, é a de equiparmos às nossas Organizações Militares, ao máximo, com material fornecido pela nossa indústria, mesmo que este equipa-

mento seja apenas "material equivalente". O material importado destinar-se-ia apenas às Escolas e às Unidades a elas diretamente ligadas. Acho que é mesmo melhor pagar mais caro em cruzeiros por um material cuja manutenção e suprimento sejam exequíveis, do que pagar mais barato em dólares, por um de manutenção difícil e suprimento inexistente. E ainda há os aspectos de Segurança Interna: sem afetar profundamente a eficiência do soldado, a sociedade estaria mais consolidada com o maior desenvolvimento do Parque Industrial do Brasil. Quanto aos compromissos internacionais, não resta dúvida que um combatente bem formado (bem formado, repetimos) num "material equivalente", está apto a ação em curto prazo, com o "material de mobilização" previsto.

Seria ousar demasiadamente, num estudo despretenso como este, tentaremos esboçar soluções para os problemas das diversas Armas e Serviços. Desejo porém expender algumas considerações as quais pode faltar profundidade, mas que traduzem sem dúvida, o consenso de muitos.

INFANTARIA — Seja na guerra convencional, seja na guerra nuclear, seja na guerra irregular, haverá alguém a quem será determinado conquistar e manter o terreno. Poderá variar, é evidente, a maneira de fazê-lo e a finalidade para a qual será feita. Esta tem sido a tarefa da Infantaria — a pé ou transportada — transportada sobre rodas ou por meios aéreos — Poderá exigir aqui maior mobilidade, ali maior capacidade de enquadramento, acolá maior capacidade de durar. Mas será sempre uma Infantaria.

Certas características todavia deverão ser preservadas, já que o Exército não pode prescindir delas. Enquadre o Regimento Sampaio uma, duas, três ou cinco peças de manobra, êle deverá ser sempre o Regimento Sampaio que se cobriu de glórias no Paraguai e conquistou MONTE CASTELO. A designação mantida não lhe diminuirá a eficiência operacional, mas sem risco de contestação aumentar-lhe-á o "panache", sem o qual nenhum Regimento lutou bem até hoje e possivelmente não lutará nunca.

CAVALARIA — Quanto à valorosa Cavalaria, a questão tem implicações bem mais sutis. Tendo as Unidades concentradas no TO para o qual sempre se destinou a mais elevada prioridade, vê-se agora a braços, com o problema de adaptar-se a uma participação numa Guerra Irregular ou numa Guerra Nuclear. É evidente que o romântico e glorioso Regimento de Cavalaria "a cavalo" não tem mais lugar. Desloca-se demasiado lentamente para os dias de hoje e por mais adestrado que seja, após uma etapa de 240 quilômetros está com a capacidade operacional reduzida. E 240 quilômetros, no século XX, não tem mais expressão como distância. A assertiva de que com o mau tempo só o cavalo se desloca está cada vez mais deixando de ser verdadeira. A impedimenta de um dos nossos RC, quando se deslocando

em meios hipomóveis é uma das coisas mais vulneráveis ao mau tempo, mesmo na execução de uma simples marcha administrativa.

A transformação dos nossos RC em Regimento de Cavalaria Motorizada, utilizando de maneira total as viaturas que o Parque Industrial Brasileiro já pode fornecer, é providência que não pode mais esperar. Isto entretanto não pode nem deve tornar os velhos Regimentos menos românticos e gloriosos. Ninguém de bom senso pode pensar de maneira diferente. As glórias de um Primeiro de Cavalaria, de um Regimento João Manuel, de um Dragões do Rio Negro ou de um Regimento Sá Brito, não podem perder brilho, sem que o Exército se deslustre e com ele a própria Nação. Entretanto não nos será possível descuidarmos das tradicionais missões de reconhecer, informar e cobrir, verdadeiras ainda no conflito nuclear. E que instrumentos destinaremos para estas tarefas? Os atuais Regimentos de Reconhecimento, de difícil manutenção, quase todos praticamente sem capacidade combativa como cavalaria? Ou criaremos um núcleo mecanizado, pequeno mas eficiente nos diversos RCM, "celulas mater" das futuras Unidades de emprêgo. É evidente que não cabe neste trabalho, apresentar soluções para problemas tão magnos e sim apenas apresentá-los aos companheiros, para que do estudo de todos surja uma melhor solução.

ARTILHARIA — No que tange à Artilharia de Campanha os problemas que surgem são mais de emprêgo doutrinário do que de estrutura. O emprêgo isolado da "peça" na guerra nuclear ou na guerra irregular, reforçada por elementos de cavalaria ou de infantaria que lhe forneçam segurança; a procura do tiro direto; a constituição do binômio artilharia — arma base, no escalão: peça — pelotão, tudo isto são aspectos doutrinários que devemos reestudar.

Já quanto à Artilharia Antiaérea e particularmente à Artilharia de Costa, o problema, como na Cavalaria apresenta minúcias que não podem ser descuradas. O que possuímos nestes setores? possuímos um sistema de defesa de costa com características já superadas e nem isto chegamos a possuir no campo da Antiaérea. Em contrapartida porém, somos donos de um acêrvo de conhecimentos carinhosamente estruturados em duas Escolas que têm prestado ao Exército uma soma de inestimáveis serviços, entre os quais se destaca a criação de uma mentalidade de trabalho e de estudo.

Até que ponto interessam êstes aspectos à Segurança Nacional? Até que ponto seria conveniente extinguir uma Unidade, se tal ato implica em fazer desaparecer o Exército numa vasta área do território nacional.

De início surge uma idéia. Estamos tentando entrar na fase dos mísseis. Nada mais certo que o aproveitamento de tais elementos, racional e metódicamente no trato dêste nôvo problema. Esta seria uma medida para desde já, antes que surjam os "donos do foguete".

ENGENHARIA — COMUNICAÇÕES — Parece-nos que está na hora de verificarmos, se a criação da Arma de Comunicações atendeu realmente ao que se dizia: "criação de uma mentalidade de comunicações", ou apenas se montou mais um "quebra cabeças", ficando as Unidades de Comunicações como estavam e surgindo uma porção de oficiais, para os quais até a "classificação" é um problema. Há porém algo neste campo, para o qual nunca será demasiado chamar a atenção: o Serviço Rádio. Ele não se constitui apenas na coluna vertebral do Exército. É a coluna vertebral do próprio país. E se-lo-á ainda por muito tempo. É preciso pois assegurar-lhe o que de melhor fôr possível, para dêle se obter a mais completa segurança e a mais brilhante eficiência.

SERVIÇOS — Dois fatores vêm desvirtuando os Serviços da sua verdadeira finalidade, que é: manter a eficiência combativa da tropa. Estes fatores são: a rotina da vida da caserna nos chamados tempos de paz e a luta do próprio Exército, no sentido de obviar as dificuldades de ordem material que assoberbam a família militar. Assim pois inúmeras vezes, o que mais preocupa o Serviço de Intendência Regional não é o rancho da tropa mas sim o supermercado. E para o Serviço de Saúde causa mais espécie à falta de obstetra do que de ortopedista.

Não somos nem poderemos ser contra o amparo à nossa própria família. Mas, antes de mais nada, somos pela manutenção do Exército dentro da execução das tarefas que lhes são próprias, realizando com prioridade o que é primacial.

Há um aspecto no Serviço de Saúde, ao qual cabe uma consideração especial. É a falta de médicos. Não somos dos que acreditam que faltam, em vista da baixa remuneração. Primeiro, porque a afirmativa não é verdadeira, já que o Exército enseja aos "oficiais titulados" o exercício profissional fora da caserna, o que significa compensação monetária. Tanto assim, que são inúmeros os companheiros, mesmo nas pequenas cidades que conquistam excelente situação financeira, exercendo a medicina no meio civil, embora o façam sem preocupação de grandes proventos. A favor de nosso ponto de vista está o fato de que não faltam dentistas, cujas atividades são exercidas em bases semelhantes às do médico.

Parece-nos que o principal motivo reside no fato, de em particular ao médico da tropa é difícil o aperfeiçoamento e a especialização dentro da medicina.

Uma tentativa que valeria a pena fazer seria aproveitar a atual Lei do Serviço Militar para a solução do problema. Já que a atual Lei concede aos jovens que se destinam às carreiras de médico, dentista, veterinário e farmacêutico tratamento especial na idade da incorporação. Nada mais justo que obrigá-los a prestar depois de formado o ano de serviço militar que ainda não prestaram. Este serviço seria obrigatoriamente em Corpo de tropa.

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA — Depois de tudo isto alguém nos perguntará: e a Doutrina Militar Brasileira? Sinceramente não conheço nada mais parecido com o “sexo dos anjos”, que a “doutrina militar brasileira”. Para nós o que é fundamental é analisar-se o problema à luz da sociedade brasileira; perquirir a História Pátria e procurar as soluções anteriormente adotadas e então, com a cabeça nas nuvens e os pés na terra procurar resolvê-lo, colocando os interesses nacionais acima dos interesses dos grupos e dos indivíduos.

GUERRA NUCLEAR — Estamos em condições de estudá-la? Não só estamos, como devemos continuar a fazê-lo, como já se o faz carinhosamente na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento.

Terei sempre como feliz ensinamento, que foi possível expulsar o comunismo do País, graças ao estudo metuculoso da Guerra Revolucionária feito no Estado-Maior do Exército, na Escola de Comando e Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento.

Devemos repetir a experiência e repetir com afinco e seriedade no campo da Guerra Nuclear. Não fazê-lo seria criminoso descuido.

Quero encerrar êste ensaio lembrando a lenda de Fênix: “Quando sentia aproximar-se a morte, constru’a Fênix um ninho de plantas aromáticas, no qual se deixava queimar pelo sol. E de suas cinzas, surgia uma nova e vaidosa ave”.

Temos observado que muitos companheiros buscam para o Exército uma solução dêste tipo. Arregimento-me porém entre os que assim não pensam; fico com os que buscam nas nossas próprias raízes, soluções para os problemas, fiel a uma tradição já longa e gloriosa do nosso Exército, que tem tido sempre como lema bem servir ao Brasil.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

um cigarro de agrado
internacional




minister

KING SIZE • FILTRO DE LUXO • CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ

RONDON

Conferência pronunciada no Clube Naval
em 24 de março de 1965

pelo Dr. HENRIQUE PINTO MAGALHÃES

Sócio do Instituto de Colonização Nacional e Membro de sua Comissão Promotora das Comemorações do Centenário de Nascimento do Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, fomos incumbidos, pelo seu Presidente, de realizar esta conferência a respeito desse insigne vulto brasileiro, como parte de um programa de profundo teor cívico.

Consideramos, desde logo, uma alta honra para nós, que confessamos, desde os albores da nossa juventude, já sentíamos uma grande curiosidade pela admirável personalidade do maior dos sertanistas de nossa pátria.

Muita vez, quando dêle ouvíamos falar ou quando líamos sobre seus feitos, nossa imaginação, depois de percorrer as vastas áreas brasílicas que êle na realidade palmilhou em meio aos maiores perigos, sofrendo as intempéries que lhe vinham desde a natureza causticante dos sóis sertanejos, os rios profundos, os abismos e as quebradas, as feras, as tempestades aterradoras — embalava-se na ternura com que êle se dedicava aos nossos irmãos daquelas longínquas e desconhecidas regiões, tidos mui injustamente como ferozes animais em forma de homens.

E nós, levados pelas leituras que nos pareciam tão aventureosas, não sabíamos que mais admirar no desbravador intemerato — se a coragem, o desvêlo no trato com is Carajás, Parecis e Terenos ou o desprendimento na ação que desenvolvia e que o tornava, para nossa celebração de môço, um semideus, não apenas, das selvas, mas, de todo o país, que lhe rendia as homenagens do maior respeito.

Posteriormente, passamos a compreender a sua grande missão e aquilatar da extraordinária envergadura de seu nobre caráter. Foi por êsse motivo, que recebemos com emoção essa elevada incumbência. E ainda porque é-nos grato declarar, estamos falando a homens os mais ilustres de nossa terra, na casa da nossa gloriosa Marinha de Guerra que conta em seu acervo com as figuras sertanistas inconfundíveis de José Cândido Guilhobel, Braz Dias de Aguiar, Ferreira da Silva e de tantos outros grandes vultos de Marinheiros de tão longa fôlha de serviços relevantes prestados à pátria.

Foi graças ao Exército, que pôde, o então jovem tenente RONDON, encetar a sua gloriosa marcha pela integração do índio no centro da civilização brasileira.

A vida de RONDON foi marcada por infinitas dificuldades que a natureza, tantas vezes inclemente, o castigou. Mas, tudo isso serviu, apenas, para enrijar-lhe mais a têmpera e tornar-lhe criatura indômita cuja obra ainda não foi suficientemente apreciada, embora fulgurantes talentos a tenham estudado e divulgado com o maior brilho.

São portanto, senhores e senhoras, despretensiosas as palavras que vamos proferir neste programa comemorativo do centenário de nascimento do Civilizador dos Sertões Brasileiros.

Nasceu o Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON a 5 de maio de 1865 no lugar denominado Mimoso, Distrito do Município de Santo Antonio de Leverger, no Estado de Mato Grosso. Foram seus pais Cândido Mariano da Silva e dona Claudina de Freitas Evangelista.

Na verdade não conhecera seu pai, que falecera cinco meses antes de seu nascimento, e, por fatalidade, perdera sua mãe aos dois anos e meio de idade.

Órfão de pais, ficara então aos cuidados de seu avô materno João Lucas Evangelista, junto a quem vivera até aos 7 anos de idade e aprendera as primeiras letras com Jacinto Heliodoro de Almeida, fluminense de nascimento, que participara da guerra do Paraguay como sargento.

Em 1873 o menino Cândido foi para Cuiabá viver em companhia de seu tio Manoel Rodrigues da Silva, onde terminou seu curso primário em 1878, ingressando no ano seguinte na Escola Normal, depois transformada em Liceu Cuiabano.

Aos 16 anos, isto é, em 1881, RONDON concluiu com distinção o curso Normal e era nomeado professor primário.

Nos fins desse mesmo ano de 1881 já era praça no Quartel do antigo acampamento Couto de Magalhães em Cuiabá, com destino à Escola Militar da Praia Vermelha. Já no Rio, depois de revalidar o seu curso Normal, mediante exames prestados no Externato do Colégio Pedro II, ingressara no ano de 1883, na Escola Militar.

Antes de terminar esta primeira fase da vida do RONDON, cabe uma pergunta: porque não tendo seus pais o sobrenome "RONDON" aparece ele com este apelido? Seu tio Manoel Rodrigues da Silva, tendo um homônimo cujas falcatruas andavam pelos jornais, resolveu acrescentar ao seu nome o apelido de sua mãe — RONDON — E passou, pois, a assinar-se MANOEL RODRIGUES DA SILVA RONDON. Assim é que, ao formar-se o Marechal adotou também o nome de RONDON, em homenagem ao tio que um dia quisera perfilhá-lo. Esse

tio dedicou-lhe grande afeição, pois que Cândido Mariano da Silva, seu irmão, confiara-lhe a criação e educação do menino mesmo antes do seu nascimento, pois que desconfiara não poder viver muito. Mas, desde a mais tenra idade esse menino desejou fazer-se por si mesmo, com suas próprias forças, demonstrando desde logo uma tenacidade sem par, firmeza de caráter sem igual, grande energia e uma irrepreensível honradez, que vencendo dificuldades, e não foram poucas, prestou mais tarde relevantes serviços à Pátria sob tão belo e humanitário lema:

"MORRER, SE FÔR PRECISO; MATAR, NUNCA!"

Mas vejamos sua vida na Escola Militar da Praia Vermelha. Órfão, paupérrimo, não tendo muitas vezes uma camisa para vestir, sem livros porque não os podia comprar, conseguia, no entanto, manter-se limpo, disciplinado, obedecendo rigorosamente aos horários regulamentares e alcançando sempre os primeiros lugares no decorrer de todo o curso.

Durante o período que foi Cadete, não se afastou da Escola um só dia, não conhecendo distrações, a não ser os poucos momentos de "cavaco", com os de "sua casa", como eram chamados os agrupamentos na Escola Militar daquele tempo.

Constituiu "sua casa" com Alexandre e Antonio Leal, Fileto Pires Ferreira e Ovidio Abranches, sendo ainda seus grandes amigos Manoel Fontoura, que foi mais tarde Chefe de Polícia no Governo Artur Bernardes, e Jorge Octaviano da Silva Pereira.

Também a revista "Família Acadêmica", mantida por Lauro Müller, Euclides da Cunha, Moreira Guimarães e outros, não prescindiu de sua valiosa e sempre pronta colaboração.

Cadete dos mais briosos e brilhantes e sempre com os olhos voltados para um ideal, RONDON era em meados de 1888 declarado "Alferes Aluno", e naquele mesmo ano, ingressando na antiga Escola Superior de Guerra, terminou o estudo de Matemática Superior — tendo ainda como professor o seu amado Benjamin Constant. Pouco tempo depois era desligado daquela Escola de altos estudos, com o título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Mas já íamos nos adiantando, pois não poderíamos deixar de consignar a atuação que teve RONDON na proclamação da República. Na madrugada de 15 de novembro de 1889, fardou-se e encaminhou-se para o 2º Regimento de Artilharia que ficava em São Cristóvão. Ali também chegou aproximadamente às 2 horas da madrugada Benjamin Constant, que, em seguida, passou a conferenciar com os oficiais presentes e logo ficou resolvido que se indagasse da Marinha se não opunha nenhum obstáculo à saída da Brigada Estratégica constituída do 1º Regimento de Cavalaria, do 9º Regimento de Cavalaria e do 2º Regimento de Artilharia a cavalo.

Essa tropa rebelada do Exército procurava contato com os oficiais revoltados da Marinha e para estabelecer esse contato tão necessário naquela emergência, foi RONDON, acompanhado de Tasso Fragoso, o escolhido para a galopada de São Cristóvão ao Clube Naval, que naquele tempo ficava situado no Largo do Rossio. Do cumprimento de tão difícil missão resultou a resposta do Almirante Waldenkolk e desta, o desafogo total da tropa para, com Deodoro à frente, derrubar a Monarquia e proclamar a República.

Por serviços relevantes prestados à causa republicana, alguns meses depois, RONDON era promovido a 2º Tenente e logo depois, a 1º.

Não tardou, no entretanto, que RONDON, nomeado ajudante do então Major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, pudesse juntar o seu ideal republicano ao sertanismo que lhe dominava o espírito, sob a influência do meio em que nascera e do sangue que lhe corria nas veias. E é assim que lá vai ele para uma das comissões encarregadas da construção de linhas telegráficas e estradas estratégicas. E daí em diante sua vida não pára, depois de professor na Escola Militar, nas difíceis disciplinas de Astronomia e Mecânica Racional, regressa a Mato Grosso como inspetor dos destacamentos ao longo da linha telegráfica de Uberaba a Cuiabá e Engenheiro-Chefe do 16º distrito telegráfico. E com algumas alternativas em várias comissões que lhe proporcionaram outros trabalhos, o grande brasileiro vasculha todo o Estado de Mato Grosso, avança em direção de Goiás e atinge o Amazonas, depois de estender quase 2.500 quilômetros de linhas telegráficas e montar aproximadamente 30 estações, isso sem esquecermos os levantamentos de rios, a determinação de coordenadas geográficas, pacificação de várias tribos e sua ação decisiva na questão entre a Colômbia e o Peru, concluída com o protocolo de Leticia. As expedições científicas que realizou sertão adentro em companhia de Theodore Roosevelt e o muito que fez a favor dos nossos indígenas, deram-lhe auréola de glória por vezes — senhores e senhoras — imaginamos essa personalidade de RONDON aplicada aos nossos dias. Não é que não tenhamos, hoje, homens honrados, os temos, e os exemplos estão aí à mostra e bem identificados. Também não nos faltam patriotas nem caracteres bem formados, — o Brasil os possui e os conhece e o povo os destaca. Mas, perdoe-nos o auditório, se na nossa concepção, vai uma injustiça — desconhecemos homens na atualidade ou na realidade brasileira da tempera sertanista de RONDON — e, nota-se, hoje, os meios são outros, as técnicas avançadas, as comunicações mais rápidas. O sertanismo de RONDON era sertanismo mesmo — sertanismo isolado, sertanismo heróico. Sem dúvida alguma RONDON foi a expressão brasileira máxima do desprendimento, da tempera, do mais puro e são nacionalismo e também do homem público.

O tempo de RONDON era outro — é verdade — mas, hoje, é que o nosso imenso Brasil precisa muito e muito de RONDONS, não só-

mente para a catequese dos índios, mas ainda para o sertão, e como bravos intensificarem a produção nacional, base de nossa economia e sobrevivência como nação independente.

Não há que duvidar, pois que o Brasil, a partir do movimento revolucionário de 1930, passou a se integrar num sistema próprio com capacidade de desenvolvimento autônomo, e vem acelerando o seu ritmo de expansão depois da 2ª guerra mundial. Pelo confronto de certos dados da ciência econômica é fácil avaliar-se o pulo do nosso desenvolvimento, o qual se mostra sob certos aspectos bastante promissor. Basta verificar-se o índice de produção real do País, que triplicou e quase quadruplicou nesses últimos anos, alcançando a produção industrial um aumento grande, e não se diga que a agricultura não cresceu. É verdade, o País industrializa-se e também cresce a sua capacidade produtiva. Resta indagar com que eficiência está sendo utilizada esta capacidade produtiva. É a medida dessa exata eficiência que melhor revela a adequação ou inadequação de um plano de melhor desenvolvimento econômico, porque depende em grande escala da validade dos critérios que orientam os investimentos, a marcha de expansão de um determinado sistema econômico.

Aliás, o desenvolvimento econômico do Brasil, quando medido através da renda *per capita*, não pode ser negado. Mas se procurarmos medi-lo através da distribuição exata das rendas pelos diferentes grupos sociais, mostra-se êle bem menos efetivo. Não há que negar que o progresso social não se exprime somente pelo volume de renda total ou pela renda média *per capita*, que é uma abstração e sim pela sua real distribuição. E esta distribuição cada vez mais se restringe em certas e determinadas áreas e nas mãos de certos e conhecidos grupos. É preciso que se destruam as resistências causadoras desse desequilíbrio e se prossiga no desenvolvimento econômico do País.

Mesmo industrializando-se, a economia brasileira seguia as pegadas de uma economia tipo colonial, politicamente desinteressada da sorte da maioria, apenas, isto sim, preocupada em enriquecer mais os já enriquecidos dada a estrutura econômica em vigor. E é sob êste aspecto desequilibrante que o nosso desenvolvimento econômico não corresponde a uma exata aspiração do povo brasileiro.

No campo da produção, precisamos sair do teorismo para a vivência básica nas verdadeiras regiões da produção.

A produção maciça para o consumo interno e com isso elevarmos o padrão de vida do nosso povo e a produção exportável para a eliminação do descontrôle dos pratos da nossa balança comercial.

Se não temos problemas de terra, e se a nossa terra é das mais férteis, o que fica a nos faltar no plano agrícola é trabalho (através de uma agricultura racionalizada e mecanizada), é esforço, é execução prática, e se o nosso homem é capaz e isso já está comprovado sobejamente no plano da indústria, resta o planejamento, a maquinaria, a execução.

Essas considerações, senhoras e senhores, não fogem ao tema desta palestra, até pelo contrário, vem bem em seqüência, dizem mesmo respeito a decisões, a execuções, a audácia, a braços, a sertão, a preocupações, a estudos, a RONDON.

É sabido e os melhores estrategistas sabem que em tempo de guerra o esforço deve ser geral e total e que tudo precisa ser executado no tempo exato. Pois bem, simulemos e nem precisa simular, o subdesenvolvimento como inimigo comum entrincheirado pelos nossos sertões a dentro e o enfrentemos com pás, enxadas, sementes, máquinas, produção, chaminés, tudo em decisões positivas, rápidas, movimentadas, envolventes, decididas e decisivas.

As armas estão aí, o homem do campo e o trabalhador das cidades, esperam apenas a ordem de comando.

Pode ser visão, mas uma arrancada dessas, após esconder-se o sol à tarde e no alvorecer seguinte teremos um Brasil grandioso, forte, sadio, belo e respeitado.

Mas, a esta altura, a nossa palestra já vai caminhando para o fim, e não poderíamos lembrar RONDON esquecendo o índio — aquele para o qual viveu e, se preciso fôsse, teria sacrificado a própria vida, pois que renunciou a toda a espécie de conforto, às alegrias do ambiente familiar, a qualquer espécie de distração e mesmo ao convívio social para a êle, — o índio — dedicar-se de corpo e alma.

Para RONDON, o índio brasileiro foi sempre alvo de maior carinho, tanto na consideração dos diferentes aspectos do problema humano, como na fixação de uma política de proteção mais consensual com a integração e segurança nacionais.

Só há uma maneira de definir o índio, embora alguns o chamem de bugre, bruto, bicho, é êle um ser humano, necessitando de mais amparo e cuidado pelo muito que já tem contribuído para o progresso da nossa nacionalidade.

Três qualidades são preciosas no índio brasileiro — o misticismo, o espírito militar e a capacidade econômica, isto é, o valor como trabalhador afeito aos rudes mistérios de sua região.

Não há, no dizer do general Frederico Augusto Rondon, notícia de índios materialistas. O brasilíndio, no entender dêle, é espiritualista, imperfeito é verdade, pois admite o sobrenatural e por vezes o teme, a prova está que êle se sujeita a catequese religiosa. A sua sujeição desde a infância, o seu espírito de disciplina, o aproxima do soldado, e o aparato militar encanta-o, recordando-lhe, de algum modo, o ritual de sua tribo.

Não há, a esta altura, como duvidar também do valor econômico do índio, como elemento de exploração de sua área.

Para o General Frederico Augusto Rondon, sobrinho do grande MARECHAL RONDON, a solução ideal do problema indígena, está na

proteção dos adultos, segundo o grau de cultura atingido, levando-lhes o mínimo de coação no sentido do progresso; na educação dos menores, em convivência com os meninos civilizados, nos moldes dos colégios missionários, na localização dos núcleos militares ou agrícolas, nas proximidades das aldeias, sempre que possível, para que exerçam atração sobre o índio arredio. Jamais no isolamento sistemático que seria condenar as novas gerações indígenas à barbárie do passado.

Aliás, esse grande estudioso e sucessor do grande RONDON, dada a sua grande experiência em comissões sertanistas, chega a sugerir a criação de uma reserva indígena, constituída de índios em idade militar e pré-militar, enquadrados por elementos selecionados nas reservas das Forças Armadas. Adianta esse ilustre militar que é ainda este o recurso que se pode dispor em face da Constituição Federal para o controle dos silvícolas e sua eficiente proteção. Acha mesmo de grande vantagem a prestação de serviço militar, do índio em sua própria zona, atendendo-se em parte, a sua índole.

Não há, realmente, que hesitar. Precisamos com mais pressa conquistar todo o nosso território, que mais parece um continente — e nesse sentido o trabalho do índio se torna necessário e valioso. Em nosso humilde entendimento, é enorme a missão do Serviço de Proteção aos Índios. O trabalho desta instituição deveria ser a de ajustar o índio às novas condições de vida e defendê-lo da intervenção dos maus pioneiros.

A missão do Serviço de Proteção aos Índios é enorme e relevante, e, por isso mesmo, bastante difícil. O atual Diretor de tão importante Serviço, segundo soubemos, está tentando reorganizá-lo, pois que o encontrou desmoralizado e mergulhado em negócios pouco confessáveis. Todavia, mediante obtenção de boas verbas, deseja reerguê-lo.

Quer tornar o índio auto-suficiente. Tem plano para instalar grandes fazendas de trabalho indígenas, construir casas, escolas e hospitais. Tem mesmo em vista a possibilidade de obter uma legislação mais atualizada para o índio, que o obrigue, inclusive, a prestação de serviço militar.

Quando se fala em tribos indígenas é comum pensar-se viverem elas em pontos os mais distantes e isolados no hinterland brasileiro, mas na verdade, podemos encontrá-las distribuídas por todo o território nacional. Algumas integradas na sociedade, outras isoladas, outras ainda, em contato intermitente e, finalmente outras, em contato permanente.

Diante desse quadro, temos que o problema de integração do índio em nosso meio, não é de ontem, continua sendo de hoje, a necessitar de muito trabalho e de uma dose grande de patriotismo e

Essas considerações, senhoras e senhores, não fogem ao tema desta palestra, até pelo contrário, vem bem em seqüência, dizem mesmo respeito a decisões, a execuções, a audácia, a braços, a sertão, a preocupações, a estudos, a RONDON.

É sabido e os melhores estrategistas sabem que em tempo de guerra o esforço deve ser geral e total e que tudo precisa ser executado no tempo exato. Pois bem, simulemos e nem precisa simular, o subdesenvolvimento como inimigo comum entrincheirado pelos nossos sertões a dentro e o enfrentemos com pás, enxadas, sementes, máquinas, produção, chaminés, tudo em decisões positivas, rápidas, movimentadas, envolventes, decididas e decisivas.

As armas estão aí, o homem do campo e o trabalhador das cidades, esperam apenas a ordem de comando.

Pode ser visão, mas uma arrancada dessas, após esconder-se o sol à tarde e no alvorecer seguinte teremos um Brasil grandioso, forte, sadio, belo e respeitado.

Mas, a esta altura, a nossa palestra já vai caminhando para o fim, e não poderíamos lembrar RONDON esquecendo o índio — aquele para o qual viveu e, se preciso fôsse, teria sacrificado a própria vida, pois que renunciou a tôda a espécie de conforto, às alegrias do ambiente familiar, a qualquer espécie de distração e mesmo ao convívio social para a êle, — o índio — dedicar-se de corpo e alma.

Para RONDON, o índio brasileiro foi sempre alvo de maior carinho, tanto na consideração dos diferentes aspectos do problema humano, como na fixação de uma política de proteção mais consensual com a integração e segurança nacionais.

Só há uma maneira de definir o índio, embora alguns o chamem de bugre, bruto, bicho, é êle um ser humano, necessitando de mais amparo e cuidado pelo muito que já tem contribuído para o progresso da nossa nacionalidade.

Três qualidades são preciosas no índio brasileiro — o misticismo, o espírito militar e a capacidade econômica, isto é, o valor como trabalhador afeito aos rudes mistérios de sua região.

Não há, no dizer do general Frederico Augusto Rondon, notícia de índios materialistas. O brasilíndio, no entender dêle, é espiritualista, imperfeito é verdade, pois admite o sobrenatural e por vezes o teme, a prova está que êle se sujeita a catequese religiosa. A sua sujeição desde a infância, o seu espírito de disciplina, o aproxima do soldado, e o aparato militar encanta-o, recordando-lhe, de algum modo, o ritual de sua tribo.

Não há, a esta altura, como duvidar também do valor econômico do índio, como elemento de exploração de sua área.

Para o General Frederico Augusto Rondon, sobrinho do grande MARECHAL RONDON, a solução ideal do problema indígena, está na

proteção dos adultos, segundo o grau de cultura atingido, levando-lhes o mínimo de coação no sentido do progresso; na educação dos menores, em convivência com os meninos civilizados, nos moldes dos colégios missionários, na localização dos núcleos militares ou agrícolas, nas proximidades das aldeias, sempre que possível, para que exerçam atração sobre o índio arredio. Jamais no isolamento sistemático que seria condenar as novas gerações indígenas à barbárie do passado.

Aliás, esse grande estudioso e sucessor do grande RONDON, dada a sua grande experiência em comissões sertanistas, chega a sugerir a criação de uma reserva indígena, constituída de índios em idade militar e pré-militar, enquadrados por elementos selecionados nas reservas das Forças Armadas. Adianta esse ilustre militar que é ainda este o recurso que se pode dispor em face da Constituição Federal para o controle dos silvícolas e sua eficiente proteção. Acha mesmo de grande vantagem a prestação de serviço militar, do índio em sua própria zona, atendendo-se em parte, a sua índole.

Não há, realmente, que hesitar. Precisamos com mais pressa conquistar todo o nosso território, que mais parece um continente — e nesse sentido o trabalho do índio se torna necessário e valioso. Em nosso humilde entendimento, é enorme a missão do Serviço de Proteção aos Índios. O trabalho desta instituição deveria ser a de ajustar o índio às novas condições de vida e defendê-lo da intervenção dos maus pioneiros.

A missão do Serviço de Proteção aos Índios é enorme e relevante, e, por isso mesmo, bastante difícil. O atual Diretor de tão importante Serviço, segundo soubemos, está tentando reorganizá-lo, pois que o encontrou desmoralizado e mergulhado em negócios pouco confessáveis. Todavia, mediante obtenção de boas verbas, deseja reerguê-lo.

Quer tornar o índio auto-suficiente. Tem plano para instalar grandes fazendas de trabalho indígenas, construir casas, escolas e hospitais. Tem mesmo em vista a possibilidade de obter uma legislação mais atualizada para o índio, que o obrigue, inclusive, a prestação de serviço militar.

Quando se fala em tribos indígenas é comum pensar-se viverem elas em pontos os mais distantes e isolados no hinterland brasileiro, mas na verdade, podemos encontrá-las distribuídas por todo o território nacional. Algumas integradas na sociedade, outras isoladas, outras ainda, em contato intermitente e, finalmente outras, em contato permanente.

Diante desse quadro, temos que o problema de integração do índio em nosso meio, não é de ontem, continua sendo de hoje, a necessitar de muito trabalho e de uma dose grande de patriotismo e

abnegação. O nosso índio, ao contrário do entender de muitos, sempre foi um bravo, um forte. Chegou a inspirar a prosa admirável de José de Alencar, na figura heróica de Peri e na suave beleza de Iracema.

Não desprezemos a lição dos que criaram êsse belo movimento que foi o indianismo, que realmente solidificou a consciência nacional, pondo-nos diante de uma das três raças formadas do mestiço brasileiro, a fim de reconhecer-se o seu valor e a sua inestimável contribuição na formação dessa índole nobre, generosa e cavalheiresca do povo brasileiro.

RONDON, tendo a seu lado Frutuoso Mendes, Heron Keller, irmãos Horta Barbosa e outros, realizou no interior do Brasil um verdadeiro poema de brasilidade e de compreensão humana, só comparável à poesia de Gonçalves Dias, com sua tristeza ante a dor da terra, ferida um dia pelas futuras raízes brotadas da semente, na frase de Ronald de Carvalho, tristeza diante da miséria do homem rude que plantava, sofrendo, o grão que seria mais tarde o pão dourado na mesa do homem feliz...

É que há atos que, na sua sublimidade, se revestem dos encantos e da beleza dos poemas. Daí porque a Casa de Richelieu acolheu sempre no seu seio militares do porte de Liautey e de Weigand.

Por isso mesmo seja-nos permitido exaltar a glória imperecível do militar RONDON, recordando êstes versos do poeta Gonçalves Dias, na introdução dos Timbiras:

*"Cantor das selvas, entre breves matas
Aspero tronco da palmeira escolho
Unido a êle soltarei meu canto,
Enquanto o vento nos palmares zune,
Rugindo os longos encontrados leques"*

Minhas senhoras e meus senhores: RONDON, dotado de grande valor moral e intelectual foi chefe extraordinário. Venceu tôdas as batalhas que travou, sempre voltado para o ideal do servir à humanidade através da Pátria e da Família.

RONDON foi o grande herói, que nunca, nunca o Brasil esquecerá.



"O EXÉRCITO E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 MAR 64"

Maj Inf AROLDO JOSÉ MACHADO DA VEIGA
Oficial do Estado-Maior

*Palestra pronunciada na sede do DCT de
Campo Grande, MT, por ocasião do 1º aniversá-
rio da Revolução Brasileira.*

I — INTRODUÇÃO

— Antes de iniciarmos o desenvolvimento das idéias, que diretamente dizem respeito ao tema proposto: "O Exército e a Revolução Democrática de 31 Mar 64", torna-se imprescindível e fundamental discorrermos sobre alguns fatos e episódios, aparentemente desligados do assunto básico.

— Tais fatos e episódios nos conduzirão, melhor sustentados, às conclusões que nos propomos tirar deles.

II — INTERVENÇÕES ANTERIORES

— A História do Brasil está pontilhada de atos e fatos, que por si só demonstram cabalmente a formação democrática do Exército Brasileiro.

Vamos em seguida desfilar alguns dos mais importantes, que profundamente marcaram os destinos da Nação.

1. 1889

O grande ideal republicano tinha raízes profundas no seio do povo brasileiro, onde destacavam-se homens de letras, professores, jornalistas, deputados e também militares.

A maior prova de que a Nação tinha irresistível vocação republicana, está no término da Guerra do Paraguai, onde o Exército Imperial, vencedor, nela colocou um governo republicano. As ocorrências que precederam ao 15 de Novembro, foram apenas os meandros e canais que, mais fácil e rapidamente, conduziram as águas da vocação nacional para o mar republicano.

Era o Exército Brasileiro, pela palavra do Mar. Deodoro, o intérprete junto ao Poder Imperial da vontade do povo.

2. 1930

As atividades democráticas, após 40 anos de República, não haviam atingido aos índices idealizados no que tange às liberdades de pensamento, e ações políticas.

Na década de 20 a 30 ocorreram fatos públicos de alta gravidade, que sedimentavam no espírito e na alma do povo a aversão aos processos pouco recomendáveis, empregados especialmente no trato das querelas e divergências políticas. Era a coação política, a fraude eleitoral, a violência física, que mais diretamente revoltavam o povo, e o levavam a antepor-se àqueles que governavam.

— A mocidade de então perfilou-se na primeira linha da luta, e teve seus representantes no Exército entre os jovens tenentes de então

— Ainda uma vez o Exército Brasileiro atendia à vontade democrática do povo, no sentido de burilar e completar a conquista popular e democrática de quatro décadas atrás.

3. 1945

A Fôrça Expedicionária Brasileira, de tão gloriosos feitos na II Grande Guerra, era a expressão cristalina e verdadeira da aspiração do povo do Brasil, que nela integrou-se animado do elevado sentimento de defesa dos postulados democráticos, ameaçados naqueles tempos difíceis e perigosos que o mundo viveu.

— Os integrantes da FEB foram a mola propulsora, que colocou em movimento o mecanismo invisível da engrenagem democrática; os civis que a compuseram, retornaram às suas atividades funcionais e foram os arautos da pregação das idéias democráticas que, qual bola de neve, encontrou campo propício no povo, e total, absoluto apoio e sincronia junto aos militares.

— Mais uma vez o Exército interpretava o verdadeiro sentido democrático de nosso povo, no sentido de corrigir um erro, de sanar um engano, que se cometera oito anos antes, com a instalação de um regime ditatorial em nosso país.

— Como autêntica demonstração de desambição ao poder fácil, conquistado, por meios não democráticos, a então mais alta personagem do Exército concorre à Presidência da República, disputando os votos populares nos comícios de rua e submetendo-se à palavra final das urnas; eleições que foram livres e democráticas, em que o povo sem farda consagrou sãbiamente o homem do povo fardado, ciente de que a consolidação do regime e das instituições democráticas seria concretizada, como realmente o foi.

4. 1955

Episódio ainda um tanto controvertido, sob o aspecto político, que caberá à história julgar melhor no futuro.

— Dois pontos, no entanto, podem ser desde já ressaltados: 1º) A partir deste ano são grandemente intensificadas as atividades comunistas na América Latina e, por conseqüência, no Brasil. 2º) O Exército ainda uma vez atendeu à vontade do povo, por seu pronunciamento nas urnas.

— O perigo vermelho já preocupava em todo o mundo, como substituto do outro perigo situado em extremo oposto, e que fôra derrotado em uma guerra cheia de heroísmos, abnegação e sofrimento.

— No dia a dia anônimo e silencioso dos seus quartéis, de suas escolas, de suas fábricas, de seus estados-maiores e quartéis-generais, começou o Exército a preparar-se para enfrentá-lo quando isto fôsse necessário, i.e.; quando o povo sentisse que seu regime e instituições democráticas estivessem próximas do colapso.

5. 1961

Outro episódio que, pela proximidade no tempo, ainda admite especulações políticas dentro da nebulosa dos fatos, e pelos personagens que dêle participaram.

— Ainda aqui pinçamos dois aspectos que nos parecem claros, e de fácil constatação:

1º) A atuação dos partidários da doutrina comunista atingia índices elevados, com resultados práticos na América Latina, como bem se comprova pela conquista do poder em Cuba. Os reflexos no Brasil eram inevitáveis e já tomavam corpo, sem no entanto ameaçarem de imediato a nossa democracia.

2º) O Exército, chamado a participar e a colocar um fecho nas disputas que se desenvolviam, mais uma vez opta pela solução democrática que o povo reclamava; as normas que regem as nossas instituições foram seguidas e respeitadas, como prescreve a Constituição, guardando-se o Exército o direito e o dever de atentamente vigiar, e acompanhar os passos dos que poderiam atentar contra as liberdades desejadas pelo povo, e conquistadas com muita luta e sacrifícios.

6. CONCLUSÃO

Trago aqui o testemunho insuspeito de um eminente brasileiro, já falecido, que sempre teve considerada sua inteligência e cultura. Refiro-me ao Professor San Thiago Dantas. Disse êle: "O Exército Brasileiro, a classe militar no seu conjunto, mas principalmente o Exército, tem o seu comportamento na sociedade brasileira em grande parte influenciada pela profunda coincidência estrutural entre o Exército e a classe média".

— É pois fácil concluir que, uma instituição que tem suas raízes no seio do povo, de onde se originam a maioria quasi absoluta de seus oficiais e graduados, só pode ter uma destinação democrática não militarista.

2. 1930

As atividades democráticas, após 40 anos de República, não haviam atingido aos índices idealizados no que tange às liberdades de pensamento, e ações políticas.

Na década de 20 a 30 ocorreram fatos públicos de alta gravidade, que sedimentavam no espírito e na alma do povo a aversão aos processos pouco recomendáveis, empregados especialmente no trato das querelas e divergências políticas. Era a coação política, a fraude eleitoral, a violência física, que mais diretamente revoltavam o povo, e o levavam a antepor-se àqueles que governavam.

— A mocidade de então perfilou-se na primeira linha da luta, e teve seus representantes no Exército entre os jovens tenentes de então

— Ainda uma vez o Exército Brasileiro atendia à vontade democrática do povo, no sentido de burilar e completar a conquista popular e democrática de quatro décadas atrás.

3. 1945

A Fôrça Expedicionária Brasileira, de tão gloriosos feitos na II Grande Guerra, era a expressão cristalina e verdadeira da aspiração do povo do Brasil, que nela integrou-se animado do elevado sentimento de defesa dos postulados democráticos, ameaçados naqueles tempos difíceis e perigosos que o mundo viveu.

— Os integrantes da FEB foram a mola propulsora, que colocou em movimento o mecanismo invisível da engrenagem democrática; os civis que a compuseram, retornaram às suas atividades funcionais e foram os arautos da pregação das idéias democráticas que, qual bola de neve, encontrou campo propício no povo, e total, absoluto apoio e sincronia junto aos militares.

— Mais uma vez o Exército interpretava o verdadeiro sentido democrático de nosso povo, no sentido de corrigir um erro, de sanar um engano, que se cometera oito anos antes, com a instalação de um regime ditatorial em nosso país.

— Como autêntica demonstração de desambição ao poder fácil, conquistado por meios não democráticos, a então mais alta personagem do Exército concorre à Presidência da República, disputando os votos populares nos comícios de rua e submetendo-se à palavra final das urnas; eleições que foram livres e democráticas, em que o povo sem farda consagrou sàbiamente o homem do povo fardado, ciente de que a consolidação do regime e das instituições democráticas seria concretizada, como realmente o foi.

4. 1955

Episódio ainda um tanto controvertido, sob o aspecto político, que caberá à história julgar melhor no futuro.

— Dois pontos, no entanto, podem ser desde já ressaltados: 1º) A partir deste ano são grandemente intensificadas as atividades comunistas na América Latina e, por conseqüência, no Brasil. 2º) O Exército ainda uma vez atendeu à vontade do povo, por seu pronunciamento nas urnas.

— O perigo vermelho já preocupava em todo o mundo, como substituto do outro perigo situado em extremo oposto, e que fôra derrotado em uma guerra cheia de heroísmos, abnegação e sofrimento.

— No dia a dia anônimo e silencioso dos seus quartéis, de suas escolas, de suas fábricas, de seus estados-maiores e quartéis-generais, começou o Exército a preparar-se para enfrentá-lo quando isto fôsse necessário, i.e.; quando o povo sentisse que seu regime e instituições democráticas estivessem próximas do colapso.

5. 1961

Outro episódio que, pela proximidade no tempo, ainda admite especulações políticas dentro da nebulosa dos fatos, e pelos personagens que dele participaram.

— Ainda aqui pinçamos dois aspectos que nos parecem claros, e de fácil constatação:

1º) A atuação dos partidários da doutrina comunista atingia índices elevados, com resultados práticos na América Latina, como bem se comprova pela conquista do poder em Cuba. Os reflexos no Brasil eram inevitáveis e já tomavam corpo, sem no entanto ameaçarem de imediato a nossa democracia.

2º) O Exército, chamado a participar e a colocar um fecho nas disputas que se desenvolviam, mais uma vez opta pela solução democrática que o povo reclamava; as normas que regem as nossas instituições foram seguidas e respeitadas, como prescreve a Constituição, guardando-se o Exército o direito e o dever de atentamente vigiar, e acompanhar os passos dos que poderiam atentar contra as liberdades desejadas pelo povo, e conquistadas com muita luta e sacrifícios.

6. CONCLUSÃO

Trago aqui o testemunho insuspeito de um eminente brasileiro, já falecido, que sempre teve considerada sua inteligência e cultura. Refiro-me ao Professor San Thiago Dantas. Disse êle: "O Exército Brasileiro, a classe militar no seu conjunto, mas principalmente o Exército, tem o seu comportamento na sociedade brasileira em grande parte influenciada pela profunda coincidência estrutural entre o Exército e a classe média".

— É pois fácil concluir que, uma instituição que tem suas raízes no seio do povo, de onde se originam a maioria quasi absoluta de seus oficiais e graduados, só pode ter uma destinação democrática não militarista.

III — ANTECEDENTES DA REV 31 MARÇO 64

— Para melhor compreensão dos acontecimentos de um ano atrás, vamos remontar às origens das causas que nos levaram àquelas conseqüências.

1. O Problema Mundial

Entre 1917 e 1921 a Grande Revolução Comunista firmou-se no poder na Rússia, e realizou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; em última análise, a URSS é um estado imperialista em busca da conquista do poder no mundo por via indireta, i.e., sem luta aberta e declarada, mas utilizando os partidos comunistas de todos os países.

São palavras de Lenine, pronunciadas em 1922: "A Rússia assumirá, imediatamente, a pesada responsabilidade de levar a revolução a todo o globo, conduzindo a humanidade para o comunismo".

Em outro pronunciamento, no mesmo 1922, afirmava Lenine: "O caminho para PARIS e LONDRES passa por PEQUIM e pela ÁFRICA".

É evidente que naqueles idos, a França e a Inglaterra eram as maiores nações democráticas; a projeção dos norte-americanos no mundo, após a 2ª Grande Guerra, determinou uma total reformulação daquela diretriz, agora já conceituada pelo nôvo filósofo da ideologia comunista, o chinês MAO-TSE-TUNG, em 1953.

Assim definiu êle a política comunista no mundo: "Conquistar ou neutralizar primeiro a Ásia, o que nos dará acesso ao OCEANO ÍNDICO e ao MEDITERRÂNEO; depois a ÁFRICA, o que nos levará ao ATLÂNTICO e tornará a EUROPA e o OESTE indefensáveis.

Em seguida, liquidar totalmente a EUROPA, ou então visar a AMÉRICA DO SUL. Uma vez esta dominada, a AMÉRICA DO NORTE estará à nossa mercê, e a chantagem nuclear será certamente suficiente para dominá-la".

Uma vez formulado o plano de conquista do mundo, passaram a executá-lo, e ainda hoje o estão fazendo; são provas evidentes as lutas na China, na Coréia, no Oriente Médio, na África, no Vietnã, os ataques chineses à Índia, a conquista de Cuba e as convulsões na América do Sul.

2. O Problema Latino-Americano

A criação do Mercado Comum Europeu deu novas tonalidades ao padrão de vida dos povos do Oeste da Europa, como que colocando uma barreira ao avanço da doutrina vermelha naquela área.

De imediato o obstáculo foi desbordado, e os comunistas lançaram-se por novas vias de penetração: África e América, além da Ásia, onde o avanço já vinha se fazendo progressivamente.

Analisemos, em rápidas pinceladas, a ação desenvolvida na América Latina. Sua máxima conquista foi sem dúvida o domínio do poder em Cuba, que passaram a utilizar como verdadeiro porta-aviões ancorado em terras do continente americano. Dalí passaram a insuflar agitações nos demais países, como vimos na Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, Haiti, Panamá, Colômbia, Bolívia, Paraguai e também no Brasil. O líder cubano declarou, numa de suas muitas falas em praça pública, que "transformaria os Andes na nova Sierra Maestra, do continente Sul-Americano".

3. O Problema Brasileiro

Chegamos afinal ao ponto que nos interessa mais de perto, no exame dos fatos que estamos abordando.

No sentido de maior clareza e compreensão, vamos analisá-lo segundo os aspectos que se seguem.

3.1. Aspecto Social

Apresentava o Brasil, e podemos afirmar que ainda apresenta, campo propício à semeadura das idéias esquerdistas.

O elevado índice de analfabetismo, as precárias condições de vida do homem do campo passaram a ser exploradas ao máximo pelos doutrinares vermelhos, a par de permanente campanha de fomento à luta entre as classes sociais, das quais durante alguns anos fomos testemunhas de corpo presente. Mais grave tornava-se o problema, se atentarmos que tais atividades tinham orientação de alguns elementos do governo, e o beneplácito do mesmo como um todo.

3.2. Aspecto Econômico

Enquadrado entre os países denominados subdesenvolvidos, com grande incidência de um baixo padrão de poder aquisitivo na maioria da população, despertava o Brasil os apetites insaciáveis dos porta-vozes da doutrina comunista, particularmente dos especialistas no ramo econômico.

A inflação, uma das muitas e mais agudas de nossas deficiências, era carinhosamente cultivada pelos comunistas instalados nos postos de direção do governo, com o objetivo de fazê-la atingir ao paroxismo, perfeitamente integrados dentro da sua doutrina de "quanto pior, melhor".

Cabe aqui citarmos as seguintes palavras de ordem de MAO-TSE TUNG, o moderno filósofo da ideologia comunista, para que não se ponha mais dúvidas quanto ao negro destino que aguardava a economia da NAÇÃO BRASILEIRA: "Desorganizar tudo o que há de bom na nação OBJETIVO, envolver os agentes do poder dos mais altos escalões em empresas criminosas, comprometer as suas pessoas, e não esquecer de dar aos fatos a mais ampla publicidade"

Em síntese, o próprio poder governativo impulsionava o descalabro econômico do país, lançando a culpa de tal situação às prováveis deficiências da nossa estrutura democrática, e à mistificada exploração do nosso povo por outros países democratas.

Era a exploração ideológica dos efeitos da inflação, apresentando sempre aos sentidos do povo causas falsas, que serviam aos interesses dos empreiteiros da desordem.

3.3. Aspecto Político •

Definiu o comunista russo MANUILSKY, da forma que segue, o papel a desempenhar pelos políticos no processo revolucionário comunista: "É preciso explorar ainda mais a cobiça dos políticos de esquerda, ou de qualquer político que, sem nós, não possa chegar onde pretende. Há que trabalhar mais com os políticos que não tenham força eleitoral suficiente, que precisem de votos, e até de auditório; ofereçamos esse auditório, outorguemos-lhes aplausos, demos-lhes votos".

Eis aí, pintado em cores nítidas e inconfundíveis, o panorama político brasileiro durante vários anos que antecederam aos acontecimentos de 31 Mar 64; a ambição desmedida de políticos militantes, era estimulada por aqueles que seguiam a orientação do credo moscovita; a insensibilidade política de muitos era explorada pelo interesse claro e definido de alguns.

Homens públicos de limitadas condições intelectuais, e até morais, eram alçados à condição de líderes de campanhas reivindicatórias de determinadas categorias de trabalhadores, funcionários públicos e até mesmo de militares; era o aceno convidativo de uma torrente de votos, que cegava a visão curta de políticos ambiciosos e os colocava como defensores de um governo corrupto também no aspecto político, que já o era no aspecto econômico.

Não era por outra razão, que o líder comunista no Brasil afirmava de público: "Nós já temos o Poder; falta-nos o Governo".

3.4. Aspecto Militar

Verificamos, em tópicos anteriores, da formação democrática do Exército Brasileiro, e das causas que assim o mantinham.

A área militar foi, é, e não tenham dúvidas, será sempre a de mais difíceis condições para o trabalho de doutrinação comunista; e eles têm nítido conhecimento destas dificuldades, de tal forma que prepararam para as Forças Armadas um capítulo todo especial de suas atividades subversivas.

Havia que anular aquele muro, que se opunha às suas pretensões, e para tanto começaram a trabalhar em cima, e também nos seus alicerces.

Mas como na parte superior? Recorremos ainda uma vez a MANUILSKY, que nos esclarece: "Há na América Latina numerosos Chefes militares ambiciosos, que estão dispostos a nos dar apoio, sob a única condição de que não lhes façamos guerra, de que não combatamos sua política e lhes outorguemos nosso apoio".

Infelizmente o Brasil também respondia presente à definição acima, porém, com um número muito reduzido, dos quais poucos pertenciam ao Exército.

E a atuação nos alicerces? Era simples, desde que ficasse perfeitamente definido onde eles se localizavam: e eles localizaram corretamente: a DISCIPLINA MILITAR.

Ainda estão frescos, e bem delineados em nossa mente os acontecimentos que enxovalharam a honra militar, para que nos atenhamos a eles em detalhes. É suficiente citá-los, como o fazemos a seguir:

- Revolta dos Sargentos em Brasília;
- Comício em 13 de Março na Central do Brasil;
- Revolta dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos;
- Assembléia no Automóvel Clube.

As duas últimas tinham como agravante a presença conivente do Supremo Magistrado da Nação.

As primeiras fendas e brechas já eram mais que perceptíveis, os alicerces apresentavam-se minados; a queda do derradeiro e mais difícil obstáculo era iminente, e daria caminho livre aos comunistas na marcha em direção ao domínio da Nação.

4. Conclusão

Face aos aspectos analisados, verificamos que há uma estratégia comunista para a conquista ideológica e política do mundo, que vem sendo rigorosamente executada. Pelas facilidades e oportunidades oferecidas, o Brasil tornou-se objetivo compensador e imediato, transformando-se em palco de intensas e calculadas atividades comunistas, na busca do poder, que se desenvolveram em todos os campos da atividade humana.

IV — ATUAÇÃO DO EXÉRCITO

Para melhor clareza e disposição cronológica dos fatos, dividiremos o estudo em três (3) fases, de acôrdo com o comportamento do Exército como instituição militar.

1. Antes de 31 de Março

Como vimos em tópico anterior, face à intensificação das atividades comunistas no Brasil, o Exército iniciou seus preparativos para

o dia da luta, que viria inexoravelmente, sem que se pudesse precisar no tempo quando ela se daria.

A Escola Superior de Guerra tomou a si a direção de uma fecunda e patriótica campanha de pregação democrática, que viria despertar a Nação e o povo para uma correta consciência da gravidade da conjuntura brasileira.

Suas emanções tiveram eco cristalino, e melhor receptividade, no seio da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de onde se ramificou pelas demais Escolas, Arsenais, Estabelecimentos, Fábricas e Quartéis. A princípio, o planejamento era defensivo, em condições de, quando necessário, despejar-se numa torrente ofensiva incapaz de ser contida.

O Exército apresentava-se como "o Grande Mudo", perante uma Nação que era avassalada pela comunicação. Tal porém ocorria aparentemente, pois no interior das Organizações Militares vibrava intensamente o sentimento da revolta, de repulsa, de desacôrdo com os acontecimentos.

Faltava apenas o toque mágico da vontade popular, parte indispensável em todos os episódios democráticos da vida brasileira; e ela veio em tempo e na hora certa, pela palavra mais legítima e inatacável a mulher brasileira. Ela que é mãe, espôsa, filha ou oiva, sentiu na beleza de seus sentimentos femininos o perigo que rondava a família, e em última instância tôda a estrutura nacional. Sua palavra corajosa contaminou seus filhos, maridos, pais e noivos, seja nos lares ou nas ruas, impondo demonstrações maciças de opinião pública, contrária a situação que levava o País a dias imprevisíveis.

Estava armado o binômio Povo-Classes Armadas, que escolhendo democraticamente para seu líder aquêlê soldado exemplar, e de correta e inabalável formação democrática, lançou-se à luta na certeza de que só a vitória final era o objetivo. Era a derradeira oportunidade, que não devia ser desperdiçada.

2. Durante a Revolução

As ações militares foram caracterizadas pela rapidez com energia, nos momentos precisos, para que não houvesse derramamento de sangue, tanto quanto possível.

Taticamente as operações obedeceram ao seguinte esquema:

- a) Ações fulminantes em Sergipe e Pernambuco, neutralizando-os;
- b) Eliminação de possível resistência no Rio Grande do Sul;
- c) Movimento das forças sediadas em Minas, no sentido de atrair as tropas da Guanabara; isto facilitou a progressão das forças de S. Paulo na direção do Rio de Janeiro.

Acrescente-se ainda a adesão e confraternização das tropas do Rio com as de Minas e S. Paulo, e o entusiasmo contagiante da mocidade

militar da Academia Militar das Agulhas Negras, como imprevistos maravilhosos e de profundo significado.

Coroando tudo isto, tivemos uma magnífica condução de tôdas as operações, por parte dos chefes militares.

3. Após as Ações Militares

Terminadas as operações pròpriamente ditas, e após a limpeza do terreno, o Exército retornou aos seus quartéis e retomou suas atividades normais. Como derradeira contribuição à causa democrática, cedeu um dos seus mais íntegros e competentes chefes, para o mais alto pôsto da Nação. É preciso proclamar que, no momento, não é o Exército que ocupa a Presidência da República, pois êle não se define como partido político; assim também públicamente o demonstrou o então General CASTELO BRANCO, quando solicitou sua transferência para a Reserva, após ter sido escolhido pelo Congresso Nacional para ocupar o Palácio do Planalto.

Ele hoje representa um Poder Civil, que assim exprimiu-se no seu discurso de posse: — “Meu govêrno será o das Leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira. Serei o Presidente de todos os brasileiros, e não o chefe de uma facção”.

V — CONCLUSÃO FINAL

Acredito que a esta altura, fácil será deduzir o que provado está: o Exército Brasileiro possui uma irrefutável destinação democrática não militarista, em razão de possuir os mesmos atributos da personalidade básica do povo brasileiro.

Tal decorre de sua constituição em pessoal, tanto oficiais como graduados e soldados, cujo recrutamento é efetuado em tôdas as camadas sociais e na totalidade do território pátrio.

E agora, que vemos decorrido um (1) ano da vitória democrática? Retornou o Exército ao papel de “Grande mudo”?

A resposta encontra-se nas palavras do Ministro da Guerra, em sua Ordem do Dia de 31 de Março de 1965: — “O Exército Nacional permanecerá de atalaia — como sempre esteve — assegurando a liberdade com autoridade e responsabilidade, contribuindo com a parcela de segurança indispensável à obtenção da riqueza sem privilégios e sem corrupção. Não desmerecerá da confiança que o povo lhe tributa. Não se desviará da retidão de seu comportamento histórico. Tudo envidará, quaisquer que sejam os óbices, para o prosseguimento do Brasil na sua destinação gloriosa”.

Em resumo final, que perfeita e claramente consubstancia tudo o que foi dito, podemos declarar sem o mínimo receio de errar: — **“O EXÉRCITO BRASILEIRO É UMA INSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA, PORQUE É O POVO BRASILEIRO EM ARMAS”.**

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

À VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO: Cr\$ 150

O BARÃO DO RIO BRANCO NO PANORAMA INTERNACIONAL

Em nome do Município de Bagé, R. G. do Sul, o historiador TARCÍSIO ANTONIO COSTA TABORDA, Diretor do Museu D. Diogo de Souza, naquela cidade, proferiu, por ocasião da inauguração do monumento ao Barão do Rio Branco, o seguinte discurso:

Desde há sessenta anos atrás Bagé vem reverenciando o Barão do Rio Branco, dando o seu nome a esta praça e erigindo-lhe monumentos.

É que, além de ser cidade nascida de acampamento militar, seus povoadores foram participantes das lutas que ensejaram a fixação de nossa fronteira, e seus filhos lutaram nas guerras definidoras da nacionalidade.

O sangue derramado em 1754, para a realização do Tratado de Madri, molhou campos dêste município. As dificuldades para a execução do Tratado de Santo Ildefonso, foram testemunhadas por estas terras. As lutas para a expulsão do invasor espanhol, tiveram por cenário êstes campos. A disposição para fazer destas coxilhas pedaço do Brasil animou os homens que plasmaram os bageenses.

* Conhecedores da guerra, tinham-na sofrido para cantar o marco da soberania nacional na serra do Aceguá e no boqueirão do Pirai.

Trazendo consigo, pois, os estigmas da luta para a definição das lindes brasileiras, os bageenses souberam glorificar o ínclito Barão do Rio Branco, ainda durante sua vida, numa demonstração de agradecimento pela fixação diplomática das fronteiras do Brasil.

Não mais a guerra seria usada para que nossos limites internacionais fôssem respeitados. Os tratados os defenderiam, frutos de conquista de séculos, pagos com sangue generoso e bravura de desbravadores.

Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, era historiador e geógrafo, e foi um dos maiores sabedores dos fatos de nossa história e dos contornos e acidentes naturais da terra brasileira, como acentuou Hildebrando Accioly e, por isso, estava em condições de

fazer concretamente obra histórica e geográfica traçando as fronteiras do país. Era êle, de fato, o homem que sabia porque e onde deviam ficar os confins do Brasil. Conhecendo profundamente sua terra e a servindo intensamente, sua alma parecia alimentar-se do amor da pátria, como disse Ruy Barbosa. De fato, infatigável em todos os momentos, sempre presente aos acontecimentos que dissessem de perto o bom nome e grandeza do Brasil, o projetou como poucos, podendo Euclides da Cunha proclamar que "o descortino dilatado de um estadista, depois de engrandecer-nos no espaço, engrandeceu-nos no tempo".

Rio Branco é uma figura inconfundível entre seus contemporâneos. Sua personalidade é uma afirmação permanente de patriotismo. Sua dedicação ao Brasil o fazia estimado de todo o povo. Dizer-se "o Barão", era citar seu nome, logo acudido por expressões de admiração e aprêço, porquanto era querido ao delírio e à exaltação.

O jornalista equatoriano Victor Eastman afirmou ser êle "de um caráter muito doce e de sentimentos muito caritativos, e para êle não havia maior paixão que a grandeza do Brasil".

Ramon Carcano, em conferência na Academia Brasileira de Letras, disse que Rio Branco "só pensava no Brasil e nos seus problemas. Os governantes e os sistemas de governo não apresentavam para êle solução de continuidade. Olhava para o Brasil como para uma só linha, forte e luminosa que corria nas alturas, fora do alcance da miniatura humana, unidade de grandeza que procurava seu destino através as idades e acima dos homens".

Ninguém mais do que êle projetou tão positivamente o Brasil no panorama internacional. Durante sua atuação no cenário mundial, relegou-se a um plano inferior o conceito estabelecido de que o Brasil era um país de subcultura, já que sua força polarizadora reuniria em seu redor figuras de nossas letras, artes e ciências, impelindo ao conhecimento de todos.

Rio Branco antes de ter sido o advogado, o professor, o historiador, o geógrafo, o diplomata, o homem de letras, o estadista, o pesquisador, foi mais que tudo isso e acima de tudo o patriota.

Sob êsse aspecto continuaremos a tê-lo entre nós, antes de todos. Sua presença, outra vez, nesta praça, será sempre um estímulo à ação desta comunidade em prol da grandeza da Pátria.

Bagé, em júbilos, entroniza o busto dêste "deus-termeiro da integridade nacional", em sua praça, significando a perene gratidão do povo à obra invulgar que realizou e numa sugestão às gerações que aqui vivem, para que, como êle, amem a pátria com tôdas as forças de seus corações.

Senhor Embaixador: Bagé, pela minha palavra, pede a V. Excia. transmita ao Ministério das Relações Exteriores o muito obrigado dêste povo, pelo presente recebido, e a segurança de que o nome e a imagem do Barão do Rio Branco continuarão para nós chama a aquecer nosso amor ao Brasil.

A ARTE MILITAR ORIENTAL

— R. BOISSAU (Revue Militaire D'Information, julho-agosto de 1964)

— Trad. do Maj RUBENS MARIO JOBIM, oficial de Estado-Maior

*"Quando o inimigo avança, nós retraímos.
Quando se entrincheira, nós o fatigamos.
Quando está esgotado, nós atacamos.
Quando se retira, nós o perseguimos."*

MAO TSÉ-TUNG

"Sòmente os grandes combates e as batalhas gerais podem trazer grandes resultados."

CLAUSEWITZ

"VENCER SEM PERIGO"

Desde 1945, o mundo evolui sob o aguilhão de uma luta implacável entre duas ideologias, que teve por efeito dissociar ou aproximar



GENGIS KHAN

as massas humanas. Ao Ocidente tradicional, alinhado por detrás do estandarte das nações atlânticas, opõe-se o império soviético, ao abrigo de uma talude de satélites. Na imensa luta assim travada, a voz dos povos da Ásia e da África faz-se ouvir mais forte de ano para ano: a China, principalmente, assumiu crescente importância histórica desde 1950 e sua demografia cada vez mais pesará nos destinos humanos. Com algumas restrições, podemos afirmar que perante o Ocidente ergue-se o Oriente.

Que sabemos do pensamento militar do Oriente? Que sabemos, em particular, de suas constantes?

Apenas alguns especialistas levantaram a questão; a história militar, tal como é escrita ou ensinada, considera somente as instituições, doutrinas e acontecimentos relativos à Europa.

De alguns anos, está na moda debruçar-se sobre a "Estratégia de guerra revolucionária na China". É, por certo, uma obra rica em ensinamentos. Mas, como o estrategista oriental dos tempos modernos sublinhou em seu texto, a guerra revolucionária na China possui condições, e características e táticas, que lhe são próprias. O que importa a nós é definir os conceitos estratégicos e táticos que inspiraram de maneira constante a arte militar do Oriente e confrontá-los com os nossos. A regra de ouro dos Orientais é a legada por Cambise ao seu filho Ciro, antes dêste empreender a conquista de seu império:

"Não se deve combater o inimigo sem que haja probabilidade de obter vantagem sobre ele. De outra sorte, mais me estimarei um homem valente e mais prezarei ter bons soldados, mais tratarei de me defender, pois não é costume arriscar as coisas que se considera preciosas". (Xenofonte "A Cyropéia")

E também a que, pela mesma época, o chinês Yang-Kin enunciava em linguagem mais concisa:

"Em tôdas as circunstâncias, agir do forte ao fraco." (Se-Ma-Fa, apresentado por L. Nachin.)

Este preceito é-nos familiar. Exprime nosso velho princípio da concentração de forças. No entanto, os Orientais concebem-no de um modo muito mais qualitativo: para eles, trata-se de diminuir a capacidade de resistência do adversário suficientemente, para que se esteja seguro, no momento do combate, de absoluta superioridade.

Sun-Tsé, o teórico militar do reino de Tsin, que Mao Tsé-Tung cita repetidas vêzes, vai mais longe. Para ele,

"um general hábil sabe submeter o inimigo sem batalha; sem derramar uma gota de sangue, fazer cair cidades".

Não está aí uma maneira excelente de realizar o princípio da economia de forças? É verdade que este ideal raramente é atingido; as hecatombes que balizam a história da Ásia não-lo mostram facilmente; mas ele justifica tôdas as astúcias da guerra, todos os estratagemas. No plano dos princípios, Orientais e Ocidentais encontram linhas diretrizes muito próximas: é em sua aplicação que eles diferem. Consideremos, pois, sucessivamente, estratégia e tática orientais, à luz das principais campanhas conhecidas.

ESTRATÉGIA ORIENTAL

A estratégia oriental fixa-se por objetivos o desmembramento material e físico do inimigo e sua desagregação psicológica, antes da ba-

talha. Isto visa tirar, definitivamente, ao adversário toda vontade de prosseguir a luta.

"É preciso cansar a caça, antes de abatê-la": eis uma das idéias legadas a Ciro por Cambise.

DESMEMBRAMENTO MATERIAL

A imaginação oriental descobriu múltiplos processos para obter o desmembramento material e físico do inimigo:

- provocar a adesão de alguns de seus elementos;
- dispersar e isolar seus diferentes corpos;
- perturbar seu dispositivo por uma brusca mudança de frente;
- criar a insegurança em seu reabastecimento e nos itinerários pelos quais poderia retrain e reorganizar-se em suas bases;
- desgastar seu potencial.

Conseguir a Adesão

Conseguir a adesão de um general inimigo, ou de toda uma formação tem por efeito diminuir o potencial do adversário e freqüentemente aumentar seus próprios efetivos. É um procedimento freqüente na História da Ásia: Ciro conquistou seu império muito mais pelas adesões que pelas batalhas. A 20 de julho de 1402, em Ancara, Tamerlão provocou a deserção em massa, em pleno combate, de todos os Turcomanos que serviam sob Bajazet. Mais próximo de nós, em 1949, a passagem para o Exército vermelho de generais e tropas do Kuomintang, acelerou consideravelmente a vitória de Mao Tsé-Tung.

Vencer pelo Cálculo

Entretanto, não é dado a todos os capitães poder alimentar-se de transfusões em número e qualidade decisivos. É preciso, então, recorrer à manobra. Sun-Tse diz:

"Provocai diversões para fazer diminuir as forças do inimigo, dispersando-as... Por vossas diversões, fazei com que o inimigo fragmente seus elementos. Se ele se divide em dez corpos, que cada um deles seja atacado por todo vosso exército reunido. Então combatereis com vantagem. Assim, o maior número estará sempre de vosso lado, por mais fraco que seja vosso exército".

Dessa maneira, para Sun-Tsé, a verdadeira concentração é o resultado de diversões, logo de uma dispersão controlada. Este princípio foi sempre praticado pelos Orientais, principalmente por Gêngis-Khan, seus generais e seus sucessores.

Na defensiva, uma tal estratégia pode ser igualmente eficaz. É a tese de Mao Tsé-Tung:

"Podemos e devemos inverter a situação, no escalão de uma campanha ou de uma batalha, transformando o cerco geral tentado pelo inimigo em um grande número de pequenos cercos que submetam suas tropas; transformando o avanço estratégico do inimigo em colunas convergentes, numa campanha por nós desejada, de colunas nossas, avançando taticamente e convergindo contra ele; transformando a superioridade estratégica do inimigo em superioridade tática de nossa parte... Nossa estratégia é de "um contra dez", enquanto que nossa tática é de "dez contra um".

Mudar de Frente

Na defensiva como na ofensiva, o processo "dispersão amiga — dispersão inimiga — concentração amiga" não se desenrola favoravelmente se o inimigo a ele não se prestar, isto é, se soube perceber nossa intenção. A manobra pode levar de uma outra maneira ao desmembramento material do inimigo, ao obrigá-lo a uma mudança brusca de frente, que transtorna seu dispositivo. A campanha de Dario contra as Cidades gregas foi concebida segundo este princípio. Outro exemplo desta manobra, dentre muitos, nos é dado pelo começo da campanha de Gêngis Khan contra o sultão de Kharism, em 1218, onde foi aplicado ao pé da letra o preceito de Sun-Tsé, retomado por Mao Tsé-Tung:

"Fingir à Leste, mas atacar a Oeste; fazer barulho ao Norte, mas atacar ao Sul."

A manobra estratégica tem por objetivo desmembrar o corpo de batalha inimigo; e este jamais é completamente autônomo, salvo quando vive da região: depende de bases logísticas que constituem com ele um todo. Desmembrar materialmente o inimigo pode consistir em separar o corpo de batalha de suas bases, ou em destruir estas.

Ameaçar as Comunicações

Também o Oriental recorre com freqüência a um outro tipo de manobra: comprometer a segurança dos reabastecimentos do adversário, ameaçar o ou os itinerários pelos quais poderia retrair e reorganizar-se em suas bases. Nas grandes extensões, onde as vias de comunicações são raars, uma tal estratégia é sempre benéfica, particularmente quando o inimigo é o invasor, quando é em grande número, quando é lento e pesado. Pode ser praticada de duas formas: cortar o inimigo de suas bases, fustigar suas retaguardas estratégicas.

A campanha de Batum, no inverno de 1237-1238, tendo por objetivo a submissão da Rússia, é uma realização admirável da primeira fórmula;

sua concepção é atribuída ao general Subotai, o principal estrategista de Gêngis Khan. As ricas estepes da Rússia meridional deviam naturalmente seduzir os Mongóis: lá estava o caminho mais curto para a Europa; mas se penetrassem nessas estepes por Leste, os príncipes russos do Sul poderiam esquivar-se nas regiões florestais do Norte que, devido à ausência de qualquer estrada, constituíam um obstáculo quase intransponível, e aí esperar seus pares do Norte, para cair sobre o flanco dos Mongóis em marcha para o Oeste. Subotai conduziu, pois, seus exércitos para o Norte, na região das florestas, e esmagou os príncipes do Norte antes de se voltar contra os do Sul. Dois séculos depois, a mesma estratégia foi utilizada por Tamerlão, se bem que em escala menor, para obter a vitória de Ancara.

Como exemplo de aplicação da segunda fórmula, lembremos que foi atacando suas comunicações e destruindo seus comboios que os Partas obrigaram Antônio a renunciar à expansão de Roma para além do Eufrates. A perseguição às retaguardas foi cem vezes utilizada, dessa época até a revolta árabe de Hedjaz, que libertou a península, paralisando a estrada de ferro de Medina e destruindo o material, por toda parte onde não estivesse guardado.

A máxima de Napoleão: "Todo o segredo da arte da guerra consiste em se tornar dono das comunicações", e sua estratégia de ataques a frentes invertidas estão completamente conformes com as concepções orientais.

Pela Fadiga

Manobrar para desarticular o inimigo supõe, 'in fine', a batalha. É certo, por exemplo, que um exército cortado de suas bases ver-se-á na obrigação de travar batalha para tentar restabelecer suas comunicações. Um tal desfecho não satisfaz inteiramente o espírito oriental, para quem a batalha não é um fim, se não tem por efeito convencer o inimigo da inutilidade da luta. A contrário, vencer o inimigo pela fadiga, desgastá-lo até não ter mais qualquer impulso físico, eis o que responde bem às tendências orientais. Sun-Tsé repete-o diversas vezes, e Mao Tsé-Tung faz do esgotamento físico do inimigo uma das dez condições a realizar, antes de passar ao ataque.

O esgotamento físico do adversário é obtido pela "defensiva-ofensiva", da qual pode se distinguir três formas: a retirada estratégica, a guerrilha, a guarnição-isca. Nos três casos, a fase defensiva deve conduzir a uma fase ofensiva, que somente ela pode levar à decisão.

O longo capítulo consagrado por Mao Tsé-Tung à defensiva, põe em relêvo a importância da retirada estratégica. É a seu propósito que êle enuncia o "princípio das dezesseis palavras" (em chinês), citado em exergo. A retirada estratégica é empreendida "a fim de preservar a força de nosso exército, para bater o inimigo no momento oportuno", quaisquer que sejam as perdas territoriais a consentir temporariamente.

Mas a retirada estratégica pode ser igualmente eficaz numa guerra ofensiva, para remediar a fraqueza numérica. Na primavera de 1222, a incursão de Djêbê e de Subotai terminou pela destruição de uma importante força russa. Tendo-se chocado, no Dnieper, com um exército de 80.000 homens, os generais de Gêngis Khan bateram em retirada com seus 25.000 cavaleiros, e não aceitaram o combate, na região de Mairoupol, no mar de Azov, enquanto o inimigo não estava convenientemente fatigado e seus diferentes corpos suficientemente espaçados: os 80.000 homens foram aniquilados.

A guerrilha, que no Ocidente não faz senão aparições esporádicas — e, no comum das vezes, a propósito de movimentos de reivindicações religiosas ou sociais que por ocasião de guerras nacionais — foi sempre de uso corrente na Ásia e na África. É o modo de combate do estrategicamente fraco contra o estrategicamente forte. A história da China, com suas inumeráveis subversões, e a do Oriente Médio são férteis em exemplos. É perda de tempo remontar o curso dos séculos para encontrá-los.

O método da guarnição-isca é uma forma de “defensiva-ofensiva”, cujo primeiro objetivo é, como o da retirada estratégica ou o da guerrilha, desgastar os efetivos do adversário. Supõe, essencialmente, a superioridade técnica daquele que o pratica, superioridade que deve contrabalançar a inferioridade numérica. Consiste em montar uma isca, num ponto forte, uma guarnição importante, e, resistindo a um longo cerco, se preciso fôr, inflingir pesadas perdas ao inimigo, rechaçando seus assaltos, acumulando-o de fogos possantes, inquietando-o com saídas freqüentes, até o momento em que a ascendência moral e a diminuição da desproporção dos efetivos permitam tomar a ofensiva.

DESAGREGAÇÃO PSICOLÓGICA

Até aqui só foi considerado o aspecto material e físico da desagregação do inimigo. Ora, como assinalou o general Beaufre, a essência da estratégia é de ordem psicológica. Em estratégia geral, trata-se de convencer o governo adverso e seu povo a aceitar certas condições, com ou sem o emprêgo da força, com ou sem guerra. Em estratégia militar, trata-se de convencer os generais inimigos e suas tropas de que, com ou sem luta, devem dobrar-se. Um tal conceito faz ressaltar todo o valor da arma psicológica. Em todos os tempos, ela guiou o comportamento dos grandes capitães orientais, para os quais a desagregação psicológica é tão importante, senão mais que desmembramento material. A combinação desses dois efeitos sobre o inimigo permite, seja sua desintegração total sem combate, seja uma situação muito favorável para sua destruição pelas armas. Deve ser sempre procurada pelo chefe:

“Só se atacará um inimigo esgotado e desmoralizado”, escreveu Mao Tsé-Tung.

"Cansar a caça antes de abatê-la", recomendava Cambise a Ciro. Cansar a caça é aumentar sua resistência física, mas também é tirar-lhe toda vontade de resistência. Eis porque o velho Cambise acrescentava:

"Proceder com o inimigo como para com a lebre: utilizar cães que a levanten e outros que a cansem na planície; preparar armadilhas na sua passagem, e homens para impedir que ela se desembarace delas; que tais homens fiquem de emboscada, enquanto que se persegue a lebre, assustando-a com barulho."

Os cães corredores manobram o animal e o extenuam; as armadilhas e os caçadores de espreita criam a surpresa; o barulho tem por objetivo aterrorizar; a quantidade de obstáculos leva a todo instante a lebre a dilemas e a enlouquece... Estes três últimos efeitos, sendo de ordem unicamente psicológica.

Ao levar em conta o fato de que o inimigo não é um sêr isolado, mas um grupo importante, a guerra psicológica oriental buscará os efeitos seguintes: cercar o chefe de dilemas, surpreender, aterrorizar, dividir.

O Dilema

A criação do dilema é obtida pela manobra; tem por efeito mergulhar o chefe inimigo na dúvida, na hesitação, na perplexidade; suprime sua liberdade de concepção; provoca a inibição de suas faculdades mentais. As campanhas dos Mongóis têm origem todas nesse princípio; o inimigo está sempre ameaçado em várias direções, por dois ou três exércitos, operando a grande distância uns dos outros.

A Surpresa

A surpresa estratégica tem por objetivo explorar a linha de menor probabilidade do adversário, assim como a manobra tem por objetivo explorar a linha de menor resistência. É preciso escolher o eixo ou a solução mais imprevistos, pôr-se no lugar do adversário e determinar a hipótese que lhe pareceria mais inverossímel. Surpresa pela rapidez, surpresa pelo segredo, a intoxicação ou a decepção. Sunt-Tsé diz:

"Se a questão é ir, ide prontamente, mas com segurança, por caminhos secretos. O inimigo não deve suspeitar para onde ides. Aparecei de improviso onde não vos espera e caí sobre ele quando ele menos pensar."

e seu discípulo Ou-Tsé:

"Se o inimigo está em guarda, fingi entrar em negociações com ele, para distrair sua vigilância, e ataca-o quando não o esperar."

Surpresa pela rapidez: os exércitos nômades a realizavam constantemente. Era uma das vantagens de sua infatigável cavalaria. Foi deles, e contra eles, que os Chineses aprenderam a praticá-la. Cada expedição dos generais de Wou-Ti surpreendeu totalmente os Hunos. Em 119 AC, Wei-Tsing surgiu repentinamente ao rei dos Hunos, no Gobi ocidental, após um reide fulminante, e inflingiu-lhe completa derrota, sob a proteção de uma tempestade de areia. Em outra era, Mao Tsé-Tung igualmente preconiza a procura da decisão rápida. Uma guerra pode ser prolongada, mas uma campanha deve ser sempre rápida:

“É bom para o moral consagrar o inimigo à exterminação antes do café da manhã.”

Surpresa pelo segredo: se o silêncio ou o espaço vazio não são suficientes para permitir a realização do segredo, procura-se êste pela decepção ou pela intoxicação. Citemos, entre muitas outras, a esplêndida manobra de decepção realizada por Belisário em 542 DC. Belisário entrou em campanha com 12.000 homens contra o imenso exército do imperador persa Khosroes, avaliado em 150.000 homens. Conseguiu fazer passar, aos olhos do embaixador persa, o conjunto de sua gente pela vanguarda, muito distendida de um corpo extremamente poderoso, em marcha a Oeste do Eufrates. Com esta única ação psicológica, Belisário salvou a Síria da invasão. Na situação de defensor, seu objetivo foi alcançado; a ameaça havia desaparecido, o inimigo fôra obrigado a renunciar às suas intenções.

O Terror

No arsenal psicológico do Oriente, após a surpresa vem o terror. Após a passagem do mar Vermelho, as trombetas de Jericó. A surpresa visa, sobretudo, solapar o moral do chefe; o terror, dissuadir as tropas de se baterem; sua associação produz infalível efeito de inibição.

“Antes de combater, nossos Ancestrais buscavam diminuir a confiança do inimigo, humilhando-o, mortificando-o, submetendo seus nervos a rude prova: nada lhes era mais fácil que vencer”,

diz Sun-Tsé. Os exércitos orientais sempre se fizeram preceder pelo terror, elemento capital da guerra de nervos. Os anais dos reis da Assíria, os Sennacherib e os Assurbanipal, eram de uma profusão incrível de atrocidades. No outro extremo do continente asiático, as guerras de Tsin, com vistas ao domínio da terra chinesa, podem rivalizar com eles.

No Afeganistão, no Irão, na Rússia, o terror e a prostração diante dos exércitos mongóis eram tais que ninguém sonhava resistir. Nada restava nas cidades tomadas que pudesse ser útil aos conquistadores; os fugitivos que conseguiram escapar ao massacre, levavam para as cidades mais distantes um tal quadro de horror que os habitantes delas, por seu

turno, fugiam à primeira aproximação dos terríveis cavaleiros encarnando o flagelo de Deus. Foi ainda pior, quando, ao cálculo psicológico, juntou-se o fanatismo religioso, com Tamerlão e com os Turcos.

A Divisão

No entanto, o terror não é senão um argumento primitivo. A guerra psicológica oriental tomou muito cedo formas mais evoluídas. Seu alvo era provocar dificuldades internas ao adversário e destruir sua integridade moral.

"Corrompei tudo o que há de melhor no inimigo, diz Sun-Tsé, por ofertas, presentes, promessas. Abalai a confiança, arrastando os melhores de seus tenentes a ações vis e vergonhosas, e não deixai de divulgá-las. Mantende relações secretas com o que há nêle de menos recomendável e multiplicai o número desses agentes. Perturbai o govêrno, semeai a dissensão entre os chefes, excitando-lhes o ciúme e a desconfiança, provocai a indisciplina, fornecei causas de descontentamento, espaçando a chegada de víveres e munições. Pela música, amolecei o coração dos soldados, enviai-lhes mulheres que os corrompam. Agi de sorte que a tropa não seja jamais o que deveria ser."

Em outra parte, consagrando todo um capítulo às dissensões e à sua exploração, Sun-Tsé explica a arte de semear a divisão entre os espíritos. Distingue cinco tipos de operações psicológicas e, para cada uma, aconselha métodos e processos a utilizar. Notemos de passagem que, vinte e três séculos antes dos teóricos marxistas-leninistas, um Chinês insiste na importância da adesão das populações e na exploração de contradições internas. Seus preceitos, transmitidos de geração em geração, inspiraram os grandes capitães do Extremo Oriente e da Ásia Central.

Após a passagem em revista de todos os seus aspectos, a estratégia oriental surge-nos, pois, essencialmente dirigida para a procura de desmembramento material e psicológico do inimigo, para a aproximação pelo eixo de menor resistência e, sobretudo, pelo de menor probabilidade. A batalha, se não puder ser evitada, deve ser o ato final do desmembramento.

TÁTICA ORIENTAL

Fixemos nossa atenção agora na arte das batalhas, na arte de empregar as armas, na tática.

A caça foi encurralada, ela o enfrenta. Como o caçador vai abatê-la? Passando do nível estratégico ao nível tático, o oriental aplica conceitos análogos. Trata-se, não de fazer um assalto de boxe, mas de praticar um combate de judô. Coincidência séria: não é o judô uma arte japo-

nêsa? — Trata-se de sondar o inimigo até que se tenha determinado seu ponto de desequilíbrio, para jogá-lo por terra; de romper diante do adversário, para fazê-lo tropeçar com uma violência que será função de seu próprio ataque; de ceder para melhor dominá-lo. O exemplo clássico deste estilo é o de Anibal, esmagando em Cannes o exército romano ao calcular a ruptura de seu próprio centro. Mas uma tal batalha de aniquilamento rápido é um acidente.

O essencial está noutra parte. No plano dos processos, o essencial traduz-se pela técnica do "bate e esquiva-te", procurando o desequilíbrio físico e, pela astúcia de guerra, visando sobretudo o desequilíbrio psicológico.

DESEQUILÍBRIO FÍSICO

A tática do "bate e esquiva-te" é tão velha quanto a vida nômade. O nômade não tem terra, ou melhor, toda a terra lhe pertence. É pois inútil apegar-se ao terreno, prolongar um assalto que não abalou o adversário. Na escola dos nômades do Turan e do Irã, a arte de combater asiática foi inteiramente impregnada dessa noção. Viu o dia com o aparecimento dos Hititas e dos Hicsos, nas terras da Mesopotâmia e do Egito. Tornamos a encontrar sua herança entre os Persas das guerras médicas e os Partas da história romana. Os hoplitas gregos, pesadamente armados de lanças e quase inteiramente couraçados, tiveram que enfrentar atiradores dotados de arcos e de fundas e uma cavalaria em turbilhão. Os persas aproximavam-se ao alcance do arco, disparavam uma salva de flechas, para logo se esquivar, e renovavam esta manobra até que a falange, enfraquecida ou fatigada, decidia-se romper o combate, para, dispersando-se, sucumbir ao choque de homens acorrendo de todas as partes. Tal foi a concepção tática dos generais de Dario e de Xerxes, em Maratona, nas Termópilas, em Plateia. Mas transportada dos vastos espaços asiáticos para o apertado e tormentoso relêvo da Grécia, esta tática devia levar à derrota as expedições persas.

Do mesmo modo que o sedentário aprendeu rapidamente do nômade a usar o cavalo e a flecha, o nômade soube, ao contato do sedentário, aperfeiçoar seu sistema de armas; os exércitos de Gêngis Khan e de Tamerlão foram dotados de engenhos e artefatos de sítio para tomar as praças fortes. O exército turco do século XVII comportava, ao lado de seus cavaleiros tártaros e spais, a célebre infantaria dos Janizeros, uma engenharia e uma artilharia muito aperfeiçoadas, suscetíveis de levar a guerra contra os exércitos ocidentais. Inversamente, Alexandre organizou para si uma notável cavalaria e Bisâncio adotou o arqueiro couraçado a cavalo. Cada vez que o Oriente e o Ocidente quiseram impor-se um ao outro, tiveram de se adaptar a um terreno diferente e a um adversário de concepções táticas opostas.

É o historiador árabe Ibn-Khaldoun que, primeiramente, em seus "Prolegômenos" (1) soube melhor comparar as duas táticas:

"Desde que os homens existem, os exércitos não têm mais que duas maneiras de se bater: pela carga a fundo e em linha, e por ataques e retiradas. A primeira maneira é a que foi empregada por todos os povos estrangeiros, no correr de suas gerações. A segunda é a dos árabes e dos bárbaros"...

É aquela que a fantasia (2), parada simbólica da África do Norte, conservou a tradição. A tática "por ataques e retiradas", ou de ir e voltar, consiste, em definitivo, em atacar e em logo esquivar-se aos golpes das armas contrárias, e assim inquietar incessantemente o adversário até criar o desequilíbrio. O surgimento do canhão e da metralhadora, fizeram-na desaparecer dos campos de batalha orientais, como na Europa. Na ação de inquietar, procedimento clássico da guerrilha, os "du-kichs" e os batalhões regionais do Vietminh, os "katibas" argelianos, não inovaram. Os Partas, por exemplo, fizeram abortar as expedições romanas contra o Irã, pela inquietação de seus comboios, e o Grande Exército, em 1812, viu sua sorte selada pela ação inquietadora dos cossacos, herdeiros dos Mongóis.

DESEQUILÍBRIO PSICOLÓGICO

A técnica paciente do "bate e esquiva-te", os Orientais frequentemente preferiram uma decisão rápida. Mao Tsé-Tung acha que uma guerra longa pode muito bem ser encarada, desde que, por exemplo, a capacidade de suas forças o exija, todavia, uma campanha ou uma batalha reclamam uma decisão rápida; caso contrário, desgasta-se tanto quanto o adversário.

A decisão rápida é obtida desde que o equilíbrio intelectual ou moral do inimigo, conduzindo a seu desequilíbrio físico, sobrevém de um só golpe. É o objetivo dos ardis de guerra, que empregam os recursos do espírito para vencer com cálculo, rompendo o equilíbrio mental do chefe e levando-o a cometer um erro irremediável, ou comprometendo brutalmente o equilíbrio moral e físico de sua tropa.

"Como se pode ter vantagem sobre o inimigo?" pergunta Ciro a seu pai, e este lhe responde:

"Aquêle que quer ter vantagem sobre seus inimigos deve ser velhaco, dissimulando, embusteiro, ladrão, salteador, em uma palavra, mais ladino em todas as coisas ... É certo enganar o inimigo; fazê-lo perder o cuidado de se guardar, deixando-o tomar uma vã confiança em suas forças; fazê-las entrar em desor-

(1) Citado por Gautier, "Hábitos e costumes dos Muçulmanos".

(2) Corrida de cavalos entre os árabes (NT).

dem, simulando desertar diante delas; atraí-las, fugindo para alguma passagem má, onde se as atacará sem piedade ... Contudo, não se deve contentar com estas astúcias; é preciso inventar novas, a exemplo dos músicos, que não se satisfazem em cantar as árias que apreenderam de seus mestres, mas todos os dias compõem outras; como na música, são as novas canções que alcançam mais êxito."

E Sun-Tsé recomenda:

"Encontrai o meio de exasperar o inimigo, para fazê-lo cair em alguma armadilha... Não desprezei a astúcia."

A Grécia antiga teve seu cavalo de Troia. No curso de sua história, a Ásia teve toda uma cavalaria de Troia. As astúcias, as armadilhas e as diversas formas de surpresa que contém a história militar da Ásia, são em número considerável. Para os Orientais, bem mais que para nós, constituem um instrumento tático essencial. Somente os militares incultos negligenciam de aí buscar recursos.

O ESTILO INDIRETO

Para o Oriental, os capitães devem ser profundos conhecedores da arte militar. Sun-Tsé diz:

"Aqueles que são verdadeiramente hábeis na arte militar, realizam todas suas marchas sem risco, todos seus ataques com segurança, todas suas defesas sem surpresa, suas retiradas por sistema e com método."

Tentemos uma síntese desta arte, e comparemo-la à nossa. Uma estratégia que procura o desmembramento físico e material e a desagregação psicológica do inimigo antes de chegar ao combate que decidirá a vitória, se ainda for necessário; uma tática que se esforça por atingir a decisão pelo desequilíbrio do adversário, calculado em função mesmo do poder deste, — tais são as duas tábuas do dístico. Nos dois casos, trata-se de abater o inimigo em sua totalidade e, se possível, sem ter de encará-lo diretamente. Trata-se de provocar sua derrocada por uma dupla aproximação indireta, espacial e psicológica. A arte militar do Oriente apela, pois, essencialmente, para os processos indiretos. A guerra oriental é uma guerra indireta.

A expressão *"guerra indireta"* é de Liddell Hart. Devemos admitir que os conceitos orientais, tal como os analisamos, estão muito próximos dos do teórico britânico, e igualmente muito próximos dos que guiaram a estratégia dos povos marítimos: as grandes extensões dos oceanos são comparáveis aos espaços das estepes.

"East is East, and West is West", escreveu Kipling. No plano da arte militar, o Oriente e o Ocidente são dois mundos bem distintos. A

guerra oriental, filha da estepe, opõe-se a guerra ocidental. Esta, inscrevendo-se no quadro físico de regiões férteis e lavradas, terreno perfeitamente apropriado à infantaria, foi uma realização do sedentário, apegado ao solo nutriz que dá as colheitas, e ao solo tornado sagrado pelo depósito das tumbas; para o qual cada quinhão de terra é uma razão para combater. Percebe-se, pois, quanto a guerra indireta é anormal para o Ocidental, — Britânicos à parte —. Suas características não respondem ao temperamento do Europeu: defrontação de vastos espaços vazios, relatividade do tempo, mobilidade e rapidez táticas, primazia da astúcia, desprezo por vidas e bens.

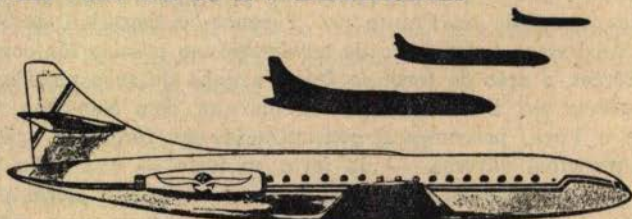
Por isso, estratégia e tática indiretas foram raramente praticadas entre nós. A estratégia indireta não foi adotada senão em três casos: condição de inferioridade nitidamente marcada, impossibilidade de impor a batalha a seu modo, convicção de que esta não é um meio compensador de atingir o alvo fixado. Ela foi o apanágio da escola das combinações, ilustrada na França por Turenne, o marechal de Saxe, Bonaparte. Ao buscar a dispersão do adversário, se preciso fôr com suas próprias forças, a ação do forte ao fraco, a linha de ação mais imprevisível, contrapõe-se ela, à estratégia da Escola que, com Napoleão, Clausewitz, Moltke e Foch, preconiza a concentração das forças, a ação contra a massa principal adversa, — do forte ao forte — e a linha topográfica natural, mesmo quando fôr evidente para o adversário. Perante o Oriente, somente Alexandre e Belisário souberam produzir uma estratégia indireta.

Como Ibn-Khaldun sublinhou, a tática indireta nunca foi considerada entre os Ocidentais. Estes geralmente procuraram, não assimilá-la, mas desviar seus efeitos pondo em ação formações cerradas, utilizando terrenos desfavoráveis aos processos indiretos, integrando auxiliares autóctones familiarizados com esses processos. Jamais, exceção feita aos Bizantinos, chegaram ao último estágio da adaptação, o de suas próprias tropas regulares.

Por isso, nessas condições, seria interessante perguntar-se qual poderia ser o lugar do estilo indireto nas guerras do futuro. É o que examinaremos em artigo ulterior.



A MAIS NOVA FROTA BRASILEIRA DE CARAVELLE



VELOCIDADE

O novo Caravelle 6-R desenvolve uma velocidade de cruzeiro de 838 quilômetros por hora. Essa velocidade em comparação com outras aeronaves, reduz o tempo de viagem para a metade.

SERENIDADE

Uma viagem absolutamente tranqüila. O voo é sereno e silencioso. Voando a grande altitude e guiado pela radar, o Caravelle permite o mais acolhedor e confortável voo.

CONFÔRTO

É como se você estivesse em sua própria casa. Uma selecionada equipe de aérea-moças e comissárias tudo fará para lhe oferecer a melhor viagem. No novo Caravelle você vive a tradicional cortesia Cruzeiro do Sul.

SERVIÇOS AÉREOS

CRUZEIRO DO SUL

na era do jato sempre uma boa viagem.

A PROBLEMÁTICA DO DESAJUSTAMENTO

Cap LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO

*Há uma arte difícil, a de ser homem;
Há uma conquista heróica, a da personalidade;
Há um orgulho justo, o de vencer.*

ABREU FIALHO

A esmagadora derrota imposta ao "Eixo" pelos aliados nos teatros de operação do Mediterrâneo, Europa e Pacífico, ao final da II Guerra Mundial, induz a pensar erroneamente que o material humano responsável pela vitória obtida não constituiu problema. Mas longe disso, a realidade é bem diferente. A primeira vista, parece inacreditável que os exércitos vencedores em El Alamein, no Ruhr e Okinawa suportaram baixas não provenientes de combates ou doenças inevitáveis. Na verdade, por exemplo, os EUA, na última conflagração geral e mais recentemente na Coréia, enfrentaram um implacável inimigo que lhes infligiu consideráveis perdas — o desajustamento — foco de distúrbios mentais.

A estatística revela que os centros de recrutamento do Exército norte-americano, na II Grande Guerra, rejeitaram de pronto 12% dos convocados por apresentarem sintomas de distúrbios mentais, ou seja, 1.850.000 homens. Este vultoso número corresponde a 38% dos incapacitados pelas juntas médicas nos exames de saúde. O termo "distúrbio mental" não equivale a dizer que todo indivíduo julgado inapto sob tal diagnóstico fôsse um alienado. Apenas um por cento de 1.850.000 foram dados efetivamente como psicóticos. Os demais padeciam de outros distúrbios mentais: 17% manifestavam traços de personalidades psicopáticas; 25% eram psiconeuróticos; 37% indicavam debilidade mental; o restante sofria de variadas enfermidades de fundo psíquico.

Em síntese, os psiquiatras nos centros de recrutamento logo na entrevista inicial defrontaram-se com 1.850.000 conscritos inadaptáveis à vida da caserna.

Efetuada esta depuração, afigura-se como lógico que os norte-americanos mandaram à guerra somente a nata de seu potencial humano e com isso baniram das forças armadas a problemática do desajustamento. Contudo, de 1942 a 1945, as perturbações psíquicas levaram aos hospitais militares nos EUA, aproximadamente um milhão de soldados. Tal cifra representa 6,7% das baixas experimentadas neste período.

Enfim, permanentemente, no decurso da guerra, 1.000.000 de norte-americanos estiveram ausentes dos campos de batalha ou centros de instrução militar por incapacidade psíquica.

Cinquenta por cento dos desajustamentos ocorreram aos trinta dias de incorporação. Os recrutas achavam-se ainda em sua terra natal, relativamente a salvo e perto de seus familiares, sem terem recebido um tiro sequer. Com seis meses de serviço ativo, esta percentagem atingiu a 85%. Nesta oportunidade, o soldado continuava em território dos EUA e, sujeito a riscos mínimos.

E em campanha, o que aconteceu? os mais elevados índices de desajustamentos registraram-se nos quadros das divisões que passaram maior tempo além-mar, em primeira linha, arrostando sérios reveses, sob constante tensão e rodízio de oficiais. Os desajustamentos em combate tendem a suceder com forte intensidade entre os soldados novatos, ao receberem seus batismo de fogo, declinando gradualmente após um mês de ação e recrudesendo, no seio dos veteranos, à medida que as operações se prolonguem. Em combate somente se verificaram 15% ou 20% de desajustamentos. Dêstes casos quase a metade das vítimas se recuperaram e voltaram às fileiras onde prestaram algum serviço de qualquer forma. Mesmo assim, a situação de pessoal chegou a um período crítico, no outono de 1943, quando o número de homens licenciados superava o de recrutados.

Para se ter uma idéia da magnitude do problema e quais os prejuízos causados ao governo norte-americano, a recuperação de cada individuo portador de algum distúrbio psíquico, revelado posteriormente à incorporação, custava à nação US\$ 30.000 (1). Atualmente, vinte e sete hospitais, com 33.000 leitos, ainda cuidam de veteranos da I Guerra Mundial, vítimas de distúrbios neuropsíquicos, cujo tratamento já se cleava a 1 bilhão de dólares.

As pessoas suscetíveis de perturbações mentais, quase sempre, podem ser identificadas na fase de seleção por meio de acurados exames médicos, físicos e psicotécnico.

Com vistas a êste fim, uma bateria de testes visando a eliminação dos portadores de sintomas psiconeuróticos foi elaborada e adotada pelo Exército dos EUA. Os testes baseiam-se na análise de atitudes que refletem sinais de ajustamento à vida militar. Na percepção própria de cada homem ao desenvolver o pensamento, para formar um juízo sobre fatos, coisas ou pessoas que o envolvem, revela-se a estrutura da personalidade sob a forma de predisposições que nada mais são do que atitudes em estado latente. E as atitudes retratam especificamente a maneira pela qual se percebe e interpreta um acontecimento.

(1) MILLER — "The Neurose of War".

Para comprovar o poder discriminativo dos testes, naturalmente, se fazia necessário comparar as atitudes de um grupo de conscritos julgados incapazes pelos referidos instrumentos de medida e seu comportamento futuro no Exército, complementado por investigações explícitas de suas reações psicossomáticas. Com esta finalidade, incorporaram numa divisão 76 homens diagnosticados como psiconeuróticos e 730 outros tidos como normais, todos com características semelhantes de idade, educação e estado civil. Ao cabo de seis meses de instrução, os laudos médicos daquela grande unidade coincidiram plenamente com as observações colhidas pelos pesquisadores especializados que acompanharam de perto o comportamento das mencionadas praças — incapazes para o serviço do Exército.

Os testes psicotécnicos, sem dúvida alguma, podem falhar em suas conclusões. Mas o fato é que indicam, com razoável precisão, aqueles que se submetidos a determinadas situações, previamente criadas e verificadas na prática, revelarão u'a média de atitudes mais compatível de psiconeuróticos. É forçoso reconhecer, entretanto, que neste grupo de incapacitados possam estar incluídos tipos hipocondríacos ou outros que talvez vencessem o tempo de serviço militar sem grandes ou nenhuma dificuldade. Poderão até mesmo excluir pessoas cujos sintomas derivem de alterações orgânicas transitórias e que prestariam serviços limitados. Provavelmente, neste meio figurariam ainda elementos cujos resultados denotassem apenas instabilidade para escolher qual resposta melhor lhes parecia ou má compreensão das perguntas formuladas. Afinal, é viável a hipótese da existência de um reduzido número que deliberadamente se faz passar por doente e força sintomas de anormalidade. Guardadas as devidas proporções de erro, os testes são válidos e, por conseguinte, merecem toda confiança.

Uma vez efetuada a incorporação cabe aos oficiais exercerem uma ação preventiva contra os desajustamentos a fim de impedir que se transformem em um problema tendente à desorganização social. Agindo desta maneira estarão preservando a vida de um ente humano e evitando a contaminação e desagregação de uma coletividade.

Contudo, é totalmente impossível estereotipar as possíveis situações que se deparem nesse campo.

Os desajustamentos sucedem inesperadamente, pois, resultam de fatores heterogêneos. Todavia, sobrevêm, particularmente, nas primeiras semanas de instrução, em manobras e situações extraordinárias (prontidxes extensas, etc.), durante longos períodos de isolamento e espera, ou, sob a tensão de combate. Os levantamentos estatísticos provam que incidem com maior freqüência sobre os homens de mais idade, menos instruídos e emocionalmente imaturos.

Ao que tudo indica a precipitação do homem no mundo estranho e complexo do Exército (o grande esforço físico demandado na fase de adaptação, as ameaças ou aplicações de punições, o sistema rígido de

disciplina, os novos hábitos impostos, a confusão provocada por ordens e contra-ordens, os ressentimentos gerados pela vida em coletividade, o afastamento da família, as relações formais entre oficiais e praças, a estratificação natural da hierarquia militar, a mudança de alimentação, a despersonalização) leva a um estado de frustração caracterizado por reações psicológicas, psicossomáticas e até modificações de comportamento.

Todo indivíduo reage face a cada situação consoante uma forma. As mais comuns são: capitulação, introversão, dissimulação, defesa mecânica, rejeição, sublimação, compensação e ataque.

A mordacidade, apatia, irritabilidade, angústia, tensão e o isolamento constituem sintomas de reações psicológicas.

Dentre as principais manifestações psicossomáticas se destacam: palpitação, suadouro, pressão na cabeça, distúrbios gastrintestinais, nervosismos, insônia, tremores, mão geladas, pesselos, respiração ofegante, vertigens, roer unhas, dores lombares e piscar os olhos.

Como alterações de comportamento mais vulgares distinguem-se os impropérios desregrados, a apresentação relaxada, o abuso do álcool e fumo, a agressividade anormal, e a prática contumaz de transgressões disciplinares.

Em campanha, as agruras do campo de batalha provocam reações mais violentas tais como paralisia total, depressão profunda ou perturbações que atingem as raízes da alienação mental.

O homem, de um modo geral, não possui condições intrínsecas para analisar as causas e os efeitos do comportamento de seus congêneres. Por outro lado, o militar na sua formação não dispõe de tempo suficiente para explorar em cheio essas áreas da sociologia e psicologia. Ademais, as situações variam e cada indivíduo difere do outro. Destarte, preconizar regras fixas para combater os desajustamentos seria inútil senão prejudicial. Mas estes argumentos não eximem o profissional das armas da responsabilidade crescente de, pelo menos, procurar entender melhor o gênero humano e seu procedimento em sociedade.

Nestas circunstâncias, só restam alguns princípios, frutos da experiência e de pesquisas, que se observados configuram um quadro elucidativo e são perfeitamente aceitáveis para a consecução de uma liderança eficaz.

Antes de tudo se deve ter sempre em mente que o homem é produto do meio e da hereditariedade, é o instrumento fundamental de qualquer ação, é carne e osso, é corpo e alma. Assim sendo, a primeira medida visando ao ajustamento do conscrito à vida militar resume-se em aquilatar suas qualidades (concretas e em potencial) possibilidades e limitações.

Investigados os caracteres que ornarn a personalidade compete, tornando o meio ambiente como pano de fundo adequá-los às quatro grandes aspirações humanas de onde derivam quase tôdas as já tão conhecidas e proclamadas regras de chefia e liderança constantes dos nossos manuais: sêde de conhecimentos, necessidade de segurança, anseio de ser correspondido e desejo de reconhecimento.

Via de regra, os ideais de uma pessoa são os do grupo social ao qual pertence. Por êste motivo a opinião pública sabe diferenciar o bom do mau. Daí a existência de uma unidade, na verdadeira expressão da palavra, subordinar-se à comunhão de idéias entre comandante e comandados.

Em linhas gerais, seguidos êstes princípios básicos e admitindo o jovem recruta, do seu largo gorro desalinhado ao ranger dos coturnos novos, como um todo de frustração, cuja negativa limita completamente suas atitudes, mas que se contrapondo a tais fatos a natureza lhe empresta uma grande capacidade de adaptação, o problema do ajustamento à caserna se restringe praticamente na substituição de hábitos. E é por demais notório que os hábitos podem ser esquecidos ou mudados com relativa facilidade quando se lhes oferecem outros em troca — processo no qual se fundamenta a instrução militar.

Norteadas por êstes pensamentos, qualquer pessoa investida em função de chefia estará mais certa do que errada e, em consequência, mais próxima de obter melhor rendimento no exercício de suas atribuições.

Não vai aqui pretensão alguma de se solucionar a problemática do desajustamento nas fôrças armadas, porque os conflitos internos entre o homem e o meio sempre existiram e existirão. Mas reduzi-los a um mínimo é plausível e dispensa o emprêgo de fórmulas transcendentais ou mágicas.

Dentro dessa concepção, por uma tomada de consciência verifica-se que ultrapassada a fase seletiva, a chave do enigma redunda na busca do Bem-Estar de cada ser humano e da coletividade. Para alcançar e preservar êste ideal supremo, o caminho indicado é comandar com equilíbrio de sentimentos, inteligência e ação.

FOI TRANSFERIDO? Mantenha-nos informado de seu nôvo enderêço, para evitar atrasos no recebimento de sua Revista.

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

COMPUTADORES ELETRÔNICOS SENTAM PRAÇA... PRINCIPALMENTE NA ARTILHARIA

Maj Art NELSON CIBULARS

INTRODUÇÃO

O dramático final da 2ª Guerra Mundial é vividamente lembrado por todos nós como o "Início da Era Nuclear". Ocorreu, porém, naquela época, um outro fato que devemos considerar como verdadeira pedra angular tecnológica: o desenvolvimento, para fins militares, dos **Computadores Eletrônicos Digitais**.

EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

Para que se possa ter uma idéia global das possibilidades de um Processamento Automático de Dados (abreviadamente: PAD) no que concerne a suas aplicações para fins militares, basta que se diga que este nos possibilita coletar, analisar, selecionar, armazenar, calcular, transmitir, discutir e finalmente, apresentar — com tremenda velocidade — todos os dados necessários à destruição de alvos inimigos num campo de batalha.

A história do PAD teve seu início real quando da aprovação, pelo Exército Norte-Americano, do 1º Computador Eletrônico Digital, próximo ao final da 2ª Guerra Mundial.

Os anos que se seguiram testemunharam, nos EEUU, um grande desenvolvimento neste campo. A Ciência, a Indústria e o Comércio rapidamente reconheceram o valor da automatização. Era inevitável que o Exército Norte-Americano, com seus milhões de homens e cerca de 20 bilhões de dólares de inventário, bem cedo se voltasse para a tão decantada Automatização a fim de aprimorar seu sistema de controle.

As primeiras áreas a serem investigadas foram as de Administração, Controle de Pessoal e Logística. O desenvolvimento do Programa de PAD nos Exércitos de campanha recebeu seu estímulo inicial com a elaboração do estudo PENTANA e as investigações associadas durante os anos de 1955 e 1956. Era evidente que — caso o Exército desejasse assegurar a possibilidade de sobrevivência dentro de um esquema da Guerra Nuclear — tinha que preencher os seguintes requisitos:

- (1) Aumento do poder de fogo por homem;
- (2) Aumento da flexibilidade operacional;

- (3) Ampliação das mobilidades aérea e terrestre;
- (4) Melhores comunicações e sistemas de contrôlê;
- (5) Diminuição de inércia logística.

As necessidades para os atuais conceitos de tática e logística passaram a ser resumidas em duas únicas palavras: RAPIDEZ e PRECISÃO.

Os resultados dos estudos e experimentações conduzidos pelo Departamento do Exército revelaram que a resposta para as necessidades supramencionadas se encontrava exatamente no Sistema Automático de Dados (abreviadamente: SPAD).

Ao considerarem o SPAD para os Exércitos de campanha, em 1957, foi constatado que este sistema fornecia — sem sombra de dúvidas — o melhor método para automatização do fluxo dos dados normalmente existentes em operações militares.

Representantes de vários Estabelecimentos de Ensino Militar e um certo número de Agências ficaram encarregados de estudar esta área, a fim de que fôsse determinado qual o número de aplicações que cada um deles poderia sugerir ao SPAD. Aproximadamente 100 estudos foram iniciados, dos quais cerca da metade ainda se encontra em atividade. Estes estudos, à medida que são completados e aprovados, são entregues ao Serviço de Comunicações que tem, por sua vez, a responsabilidade de testá-los para programação, simulação e demonstração, bem como a de desenvolver o equipamento PAD militarizado, para emprêgo no Exército. A primeira destas atribuições é levada a efeito lançando-se mão de um computador fixo IBM 709 condicionado às características desejáveis ou — se disponíveis — dos próprios equipamentos militares.

Para que possa dar cumprimento a essas atribuições, o chefe do Serviço de Comunicações possui dois elementos subordinados: o Campo de Provas Eletrônicas em FORT HUACHUCA, onde foi criado um Departamento para lidar exclusivamente com os sistemas em fase de desenvolvimento, e a RAMO-WOOLDRIDGE CORPORATION, que tem sido contratada para prestar assistência técnica ao Serviço de Comunicações. Nos Laboratórios de Comunicações de FORT MONMOUTH vem se desenvolvendo intenso trabalho nos equipamentos experimentais, bem como têm sido efetuados inúmeros contratos com a indústria civil a fim de que sejam produzidos os componentes necessários.

A ARTILHARIA E O PAD

Na hodierna conceituação da Artilharia não mais podemos considerar exclusivamente suas armas: os canhões, os obuseiros ou mesmo os mísseis — não produzem, por si só, danos efetivos num alvo. Assim é que devemos nos acostumar à idéia de “Sistemas de Armas”. Um Sistema de Armas de Artilharia de Campanha, por exemplo, deve incluir — além das “armas” propriamente ditas — os meios de busca de alvos, levantamento topográfico, meteorologia balística, comunicações e uma

grande capacidade logística. Todos êstes meios devem ficar, quer sob o comando direto do Comandante da Artilharia, quer de tal modo que respondam imediatamente às decisões dêste Comandante.

Com tais fatos em vista, tornou-se necessário considerar em como aplicar os computadores nestes Sistemas, com a finalidade de aumentar as suas possibilidades.

Inicialmente a Artilharia estudou quatro áreas distintas:

- (1) Contrôlo do tiro;
- (2) Planejamento de Fogos;
- (3) Levantamentos Topográficos;
- (4) Contrôlo Tático de Munições.

Êstes estudos, realizados na Escola de Artilharia de FORT SILL foram prontamente aprovados e remetidos para o Forte HUACHUCA para serem programados, simulados e demonstrados no IBM 709.

Ao ser encarado o problema em FORT SILL, foi formulada a seguinte pergunta: "Por que precisamos de PAD?" Verificou-se que a automatização poderia ser empregada aos Sistemas de Armas da Artilharia, mas se impunha fôsse equacionado o que estaria errado no modo pelo qual as quatro áreas supracitadas vinham sendo encaradas até então. Em primeiro lugar cumpre reconhecer que a Artilharia está, ainda, amarrada à necessidade de "regulações"; sem estas é-lhe impossível emassar seus tiros e desencadeá-los com a desejada precisão. Depende a Artilharia, por outro lado, da necessidade de ajustar os tiros observados; somos forçados a admitir que êste modo de resolver os problemas de Tiro é altamente ineficiente. O processo de enquadramentos sucessivos do alvo, quer em alcance, quer em direção — até que se obtenha uma elevação e deriva ajustadas que nos permitam desencadear uma eficácia — é de tal ordem revelador de nossas intenções, que é altamente provável que o inimigo pressinta a iminência de nossa eficácia, procurando o máximo de proteção possível ou mesmo — se sua mobilidade o permitir — abandonar a área... e a Artilharia atirará no vazio. Concluimos, portanto, que a técnica de tiros observados (que é a melhor disponível no momento...) é, infelizmente, limitada.

Os artilheiros estão ainda restritos a métodos manuais de cálculo de topografia e meteorologia balística; existe, por outro lado, uma premente necessidade de que sejam aceleradas as comunicações. Como bem se sabe, desde o momento em que um Observador Avançado apreende um alvo, até o momento em que a missão é cumprida pela Bateria, são transmitidas inúmeras mensagens verbais; era imperioso que fôsse encontrado um método de acelerar êste processo.

As limitações atuais podem ser resumidas em uma única indagação: "quantos tiros de Artilharia são necessários para infligir uma única baixa no inimigo?" Pesquisas conduzidas na Campanha de ANZIO durante a 2ª Grande Guerra, revelaram que (considerando-se conjunta-

mente Artilharia de tubos e morteiros) na fase ativa do combate defensivo, foram necessários mais de 200 tiros para se conseguir uma única baixa; no combate estático defensivo necessitou-se de cerca de 600 tiros!

Com tôdas estas limitações em mente, o "Comitee PAD" de FORT SILL (USA) elaborou um documento denominado "Sistema de Apoio de Fogo"; êste documento, após aprovado, foi encaminhado ao Serviço de Comunicações, como um Guia. O atual Sistema de Apoio de Fogo relaciona dez áreas funcionais que necessitam ser automatizadas:

- (1) Contrôlê de Tiro;
- (2) Planejamento de Fogos Convencionais;
- (3) Planejamento de Fogos Nucleares;
- (4) Análise Nuclear de Alvos;
- (5) Levantamento de Artilharia;
- (6) Meteorologia Balística;
- (7) Busca de Alvos;
- (8) Coordenação de Apoio de Fogo;
- (9) Contrôlê Tático da Munição;
- (10) Informações de Artilharia.

O Sistema de Apoio de Fogo da Artilharia será compatível com os Sistemas PAD de Informações, Logística, Pessoal e Administração do Exército de Campanha.

O pensamento da Escola de Artilharia do Exército Norte-Americano pode ser resumido, nesta área, dizendo-se que o Artilheiro tem no PAD o objetivo de:

- (1) Aumentar as possibilidades da Artilharia;
- (2) Propiciar um "primeiro tiro" preciso;
- (3) Economizar munição;
- (4) Aumentar a velocidade das operações;
- (5) Melhorar as reações de Comando.

SISTEMAS DE PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS

Até o presente momento vimos analisando o problema de PAD em termos de estudo e em termos daquilo que o Exército Norte-Americano ambiciona usufruir da automatização.

Veremos, a partir de agora, quais os tipos de equipamento que poderemos esperar encontrar neste campo.

Obviamente o termo "Sistema" implica numa integração de meios e equipamento, uma "família" de computadores compatíveis e tudo o mais que é necessário à complementação de tal sistema. Consequentemente, foi proposta a criação de uma família FIELDATA, ainda em desenvolvimento, para que fôsse atendidas as necessidades de um Exército em Campanha.

A linha mestra que regeu todos os trabalhos foi a de que se tentasse obter um equipamento sensato, razoavelmente compacto e que proporcionasse um lucro tático inconteste.

Podemos citar como um exemplo destes equipamentos o JUKEBOX, computador idealizado para emprêgo com o material REDSTONE. O JUKEBOX possibilitou uma redução no tempo de cálculo dos problemas balísticos (que era de aproximadamente 7 homens/hôra empregando-se máquinas de calcular) para cerca de 5 minutos. Este equipamento tem, contudo, algumas limitações, devendo ser substituído pelo FADAC (Field Artillery Data Computer — Computador de Dados da Artilharia de Campanha).

O FADAC

O FADAC foi classificado como computador em março de 1961, sob a designação de "Gun Direction M18". Destina-se este equipamento ao contrôle de tiro para canhões, obuseiros e mísseis livres, encontrando-se em elaboração um programa especial para o seu emprêgo com o míssil dirigido LACROSSE.

Este equipamento tem suas origens no final da 2ª Grande Guerra, quando o Exército Norte-Americano dedicou especial atenção ao estudo da possibilidade de ser desenvolvido para a Artilharia de Campanha um computador que permitisse ao pessoal das Centrais de Tiro resolver os problemas de Técnica de Tiro mais rápida e precisamente. Foi criado um computador para tal fim, denominado, em sua fase inicial, T29. Este era do tipo "analogia", usando equipamento eletromecânico, usado para solucionar os problemas balísticos e geométricos da Técnica de Tiro. Posteriormente, já transistorizado, foi rebatizado com a denominação de M14, elemento computador do Sistema de Contrôle de Tiro M35. Ficou constatado, no entanto, que, embora fôsse um computador aceitável, era limitado sob vários aspectos, e não era — ainda — o ideal procurado. Previsto originariamente para trabalhar com o obuseiro de 105mm, teve, posteriormente, seu campo de emprêgo ampliado — já na versão M 15C para trabalhar com os materiais 105 e 155mm, tendo-se em vista as similitudes de suas trajetórias. Outras armas com maiores alcances ou interrelações mais complexas nos efeitos não padrão, não podiam usar o M15 ou qualquer outra modificação deste modelo para a solução de seus problemas balísticos.

Um computador completamente novo seria necessário.

Em março de 1960, o 1º computador FADAC foi entregue a FORT SILL.

O FADAC (figura n. 1) é um computador de finalidades gerais, transistorizado. Extremamente flexível, êle pode prover elementos de tiro para 3 baterias de quaisquer dois calibres. Pode, assim, ser empregado para centralizar os fogos dos obuseiros de 8 polegadas e 155 milímetros, dentro do conceito dos Grupos Mistos das Novas Divisões. O FADAC tem, ainda, a possibilidade de ser utilizado para cumprir outras funções, tais como cálculo de levantamento topográfico, planejamento limitado de fogos e cálculo de dados meteorológicos.

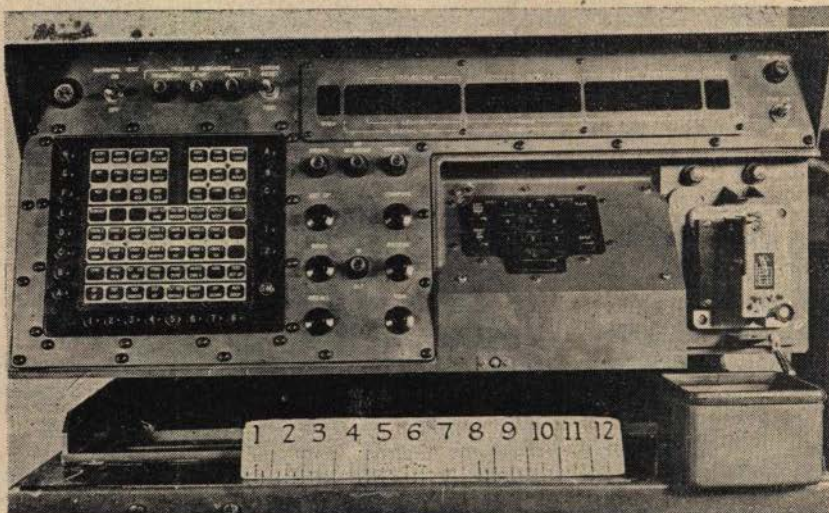


Fig 1 — FADAC

Dentre suas características físicas e operacionais selecionamos:

a) Tipo — de finalidades gerais, é um computador digital transistorizado, com velocidade operacional de aproximadamente 12.800 operações por segundo (soma, subtração, etc.);

b) Memória — disco rotativo magnético (óxido ferroso) girando a 6.000 rotações por minuto. Possui 32 canais de 128 palavras, num total de 4.096 palavras. Estes canais consistem de 28 dêles destinados a registros permanentes e 4 para registros da operação introduzida. Provê, ainda, 2 circuitos de alta velocidade e 16 palavras, 3 registradores de 1 palavra para operações aritméticas e controle, e 2 registradores de 2 palavras para mostra dos resultados das operações:

c) Pêso — aproximadamente 100 kg;

d) Dimensões — 0,36m x 0,61m x 0,86m;

e) Alimentação — trifásica, 400 cps; 120/208 volts; consumo de 100 watts;

f) Temperatura — apto a funcionar em quaisquer temperaturas entre 25 e 125° F.

Destinado a ser fornecido a todos os Grupos de Artilharia e Baterias (que tenham possibilidade nuclear), o FADAC está apto a resolver todos os problemas de uma Central de Tiro mediante simples apertar de botões.

A operação inicial consiste em que seja introduzido na sua memória o programa desejado (por exemplo: obuseiro 155mm); em seguida o operador registrará, nas teclas convenientes, as coordenadas e altitude das 3 baterias. Caso disponível, serão introduzidos no computador os dados referentes ao Boletim Meteorológico, o que propiciará respostas já corrigidas.

Ao ser identificado um alvo, o operador registrará no FADAC suas coordenadas, e este fornecerá — em incrível velocidade — os valores de deriva, evento, elevação e carga.

Os programas balísticos já existentes, além do cálculo e mostra dos valores supracitados, possibilitam que possam ser efetuadas recolocações de alvos e registro (para posterior emprêgo) dos valores finais ajustados; cálculo de correções obtidas nas regulações; condução de missões simultâneas; cálculo de caminhamentos e intercessões à vante.

Quando é pressionado o botão que comanda o início dos cálculos, o computador determina (em função das coordenadas introduzidas) o alcance para o alvo e seleciona uma elevação de tabela para este alcance. Em seguida, ele praticamente "monta" a trajetória através do cálculo. A trajetória é simulada pela integração das equações de movimento para uma partícula que se desloque sobre a terra (em seu movimento de rotação), e que sofra as ações de gravidade e resistência do ar. A localização da Bateria, a velocidade inicial do material e a elevação de tabela são usadas como condições iniciais para a integração. Em seguida a trajetória é integrada — parte a parte — calculando a velocidade em função da aceleração e a localização em função da velocidade. Em cada parte (ou integração) os fatores que dizem respeito ao projétil propriamente dito e às condições atmosféricas reinantes são introduzidos antes da determinação da nova localização, aceleração e velocidade necessárias ao prosseguimento da integração. Em cada integração, a localização do projétil é comparada com a altitude do alvo. Quando a altitude calculada do projétil estiver aquém da altitude do alvo, a integração é interrompida e uma "cauda de trajetória" é calculada. Se esta for menor do que metade do desvio provável, a elevação que está sendo testada é considerada como correta. Se tal não acontecer, a elevação será corrigida no sentido apropriado e o cálculo da trajetória é reiniciado. Excepcionalmente serão necessárias mais do que duas correções de elevação.

São determinadas as correções finais de elevação em função da correção de alcance da regulação e, em seguida, é levado em consideração

o movimento lateral do projétil. A derivação, a rotação da terra, a correção de deriva e os ventos transversais são empregados para corrigir o azimute inicial peça-alvo e a deriva a ele associada.

São determinadas, ainda, as correções de duração de trajeto (ou evento); são feitos todos os arredondamentos de valores que forem necessários e os resultados finais são apresentados nas janelas do computador.

Uma operação completa de cálculo de deriva, evento, elevação e carga não consumirá — em princípio — mais do que 30 segundos.

CONCLUSÃO

O emprêgo do processamento automático de dados em um Exército se constitui num problema complexo e custoso, exigindo um longo prazo para organização e desenvolvimento de um Programa.

Os conceitos de Guerra Moderna estão a exigir que se simplifiquem as técnicas empregadas.

A RAPIDEZ é hoje um fator essencial.

Cremos, firmemente, que é imprescindível que o **nosso** Exército ingresse na era do PAD. Visualizamos o problema como sendo absolutamente exequível: a existência em nosso País de computadores eletrônicos de grande capacidade, quer em organismos oficiais, quer em entidades privadas, nos possibilitam o seu condicionamento às características de computadores de campanha. Não implica estas palavras em uma apologia de imediata utilização do PAD em nosso Exército. O que sentimos, no entanto, é a existência de uma conjuntura que nos possibilite, num mínimo, **ingressar** no terreno das pesquisas deste vasto e promissor campo. Estaríamos, assim desenvolvendo nos Quadros das diversas Armas e Serviços uma mentalidade receptiva à **automatização de dados**, adotada hoje em dia pelas Forças Armadas das potências mundiais.



SER CHEFE

Cap Eng NUNO LOPES PIRES

("Jornal do Exército" — Portugal, Fev 65)

Nos meus já longínquos tempos de aluno do Colégio Militar lembro-me de ver, na parede da sala de estudo, um letreiro que dizia: "Se soubesses como é difícil mandar, preferias obedecer tôda a vida".

Confesso que, naquela época, tal frase me pareceu absolutamente disparatada e pensei para comigo que não havia nenhuma dificuldade em mandar e que era muito mais simples fazê-lo e esperar que as nossas ordens fossem cumpridas do que ter de executar tarefas nem sempre agradáveis e cujos objetivos por vêzes não percebemos.

Porém, à medida que os anos foram passando eu próprio comecei a ocupar posições em que tinha de mandar, verifiquei a pouco e pouco que, na realidade, é bem difícil ser chefe, seja do que fôr. A experiência da vida foi-me mostrando progressivamente que a frase tantas vêzes lida, muito embora não fôsse bem verdadeira, encerrava uma idéia que, na realidade, era profunda e acertada. E se digo que a frase não era verdadeira é porque, em meu entender, o difícil não é mandar mais sim comandar.

Todos nós, em qualquer situação, somos capazes de dar ordens e aguardar que elas sejam executadas, mas poucos sabem dar as ordens devidas que se impõem no momento e fazê-las cumprir com rapidez e eficiência, sem que os executantes experimentem qualquer relutância em obedecer. E é isso que diferencia o verdadeiro chefe, o comandante.

Ele tem de saber congregar à sua volta todos os que lhes estão sujeitos, conhecer profundamente as suas aptidões e tirar delas o máximo rendimento na altura adequada. Precisa de transmitir aos subordinados o seu entusiasmo, de criar uma verdadeira cunhão de idéias, de lhes inspirar cega confiança por forma a que o sigam sem hesitações.

Qualquer que seja o escalão de comando, o chefe tem de sentir que os homens são verdadeiramente seus, que têm por êle absoluta dedicação e estão prontos a colaborar no cumprimento da missão atribuída.

E tudo isto se consegue com o exemplo. Quem comanda tem permanentemente fixados sôbre si os olhos dos que o rodeiam e se logo de início não souber impor-se ao seu respeito e consideração nunca conseguirá nada de positivo.

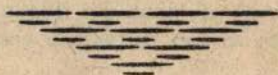
Há que considerar os subordinados não como simples máquinas executantes mas como seres humanos, com a sua sensibilidade própria, com uma noção inata mas definida do que está bem e do que está mal. Há que respeitar a sua dignidade de homens, tratando-os com firmeza mas sem humilhação, há que saber explorar as suas qualidades e corrigir pacientemente os seus defeitos.

O bom comandante não é aquêle que impõe uma disciplina férrea mas o que a faz aceitar como um fato natural, sem necessidade de recorrer a ameaças. É pelo poder persuasivo que, a pouco e pouco, se vai insinuando no espírito dos que comanda, fazendo-lhes sentir a sua autoridade sem prepotência, sendo firme e imparcial na administração da justiça. Vive e sente os problemas pessoais dos seus homens e, dentro das suas possibilidades, procura resolvê-los ou facilitar a sua solução, se ela fôr razoável.

A época do que poderemos chamar "comando à distância" terminou. O verdadeiro chefe tem de se manter em contato permanente com o seu pessoal, de lhe auscultar as aspirações, de partilhar com êle as boas e as más horas. Acima de tudo tem de ser leal e verdadeiro. O Marechal Montgomery, herói da 2ª Guerra Mundial (que, de início, tanto escandalizou os superiores com as reuniões que promovia com os seus soldados e em que, livremente, se debatiam vários problemas), declarou, durante uma visita que fez à nossa Escola do Exército, realçando aos cadetes a importância de nunca mentir aos subordinados: "Como compreenderão, não podia dizer aos seus homens tôda a verdade, mas tudo o que lhes dizia era verdade". E assim tem de ser.

As ordens, mesmo as mais simples, envolvem freqüentemente todo um mundo de problemas, quer morais quer físicos, que o chefe tem de equacionar e resolver satisfatoriamente antes de determinar a execução. Quem comanda assume a responsabilidade das suas decisões e, por vêzes, decidir não é tarefa fácil. A capacidade de análise dos diversos fatores a ter em conta e a sua consideração dentro do justo valor relativo, são elementos indispensáveis à decisão, o que implica a existência de um espírito lúcido e esclarecido, com completo domínio de si mesmo para não se deixar arrastar pelos primeiros impulsos que o podem conduzir ao erro.

Tudo o que aqui fica dito não constitui mais do que um rápido resumo dos atributos que dêve possuir quem dirige. Em face disto, qual de nós, em sua consciência, se pode considerar um bom comandante? Creio bem que nenhum e que aquêles que nunca haviam pensado no assunto reconhecerão agora como é difícil ser chefe.



AS FORTIFICAÇÕES: DA CAVERNA PRÉ-HISTÓRICA À CAVERNA ATÔMICA

Capitão-de-Fragata (IM) LÉO FONSECA E SILVA

(Boletim do Clube Naval — 1º Trimestre de 1965)

Lendo recentemente nos jornais mais uma notícia do já conhecido conflito entre a Igrejinha de Copacabana e o Quartel-General da Artilharia de Costa (normalmente confundido com o Forte de Copacabana), pusemo-nos a estudar o problema do obsoletismo ou não das fortificações em geral em face da guerra moderna. E, procurando aqui e ali, acabamos por elaborar este pequeno e despretensioso trabalho destinado mais aos leigos que aos técnicos.

O que vem a ser uma fortificação? Qual a diferença entre um forte e uma fortaleza? O que vem a ser uma barbeta? Ou uma barbacã? E, no fim de contas, as fortificações ainda têm algum valor militar?

HISTÓRICO

Por fortificação entende-se uma obra ou um conjunto de obras que se destina precipuamente à ação militar defensiva.

Ao longo da História, as fortificações sofreram inúmeras modificações de construção, armamento, doutrina de emprego, etc., o que nos permite estabelecer 9 fases:

1ª Fase — Pré-histórica:

As fortificações eram constituídas de obras primitivas de madeira e terra, raramente de pedra. As paliçadas das tabas dos nossos indígenas são um bom exemplo de fortificação pré-histórica.

2ª Fase — Da Antiguidade ao século V:

Obras de alvenaria com ou sem fôssos, portas de madeira simples ou reforçadas com metal ou ainda só de metal, são aspectos característicos dessa fase. As cidades importantes eram cercadas de muralhas, sendo famosas as de Babilônia. Na América, a fortaleza incásica de Tiahuanaco é desse período, embora cronologicamente posterior ao século V.

3ª Fase — Do século V ao aparecimento do canhão :

Com a retração geral das atividades econômicas, conseqüente à queda do Ocidente, o castelo substituiu a cidade murada.

O castelo medieval é o próprio símbolo do poder feudal, ao qual se recolhia a população civil circundante em caso de perigo. Um castelo importante era normalmente formado de várias áreas concêntricas muradas, sendo os muros externos os mais imponentes; o fôssô com água, a ponte elevadiça, o torreão central e as tórres laterais eram suas partes mais características. O exemplo típico é o de Coucy, na França.

4ª Fase — Do canhão à época de Vauban :

O aparecimento do canhão veio modificar a arquitetura militar. As obras de alvenaria são reforçadas; são características desse período as obras salientes do conjunto ou dêle separadas. As tórres e os fossos vão desaparecendo.

Surge a fortificação de defesa de costa.

5ª Fase — De Vauban à época napoleônica :

Sebastian de La Prestre, Senhor de Vauban (1633-1707) foi o mais famoso dos construtores de fortificações a ponto de se dizer : "Cidade fortificada por Vauban é cidade inexpugnável". Frase semelhante se aplicava à sua extraordinária habilidade para tomar fortificações : "Cidade cercada por Vauban é cidade tomada". Mais de 30 fortes construídos e outro tanto de cercos bem sucedidos justificam a sua fama.

6ª Fase — Da época napoleônica à Guerra de Secessão :

A época napoleônica é importante para o estudo das fortificações por dois motivos : o aparecimento do projétil explosivo e o emprego que lhes foi dado por Napoleão.

O projétil explosivo obrigou os construtores de fortificações a reforçar as defesas. Nota-se a tendência para a divisão em várias obras distintas.

O conceito estratégico do emprego das fortificações até Napoleão era eminentemente estático. Bonaparte, porém, fêz das fortalezas pontos de apoio para suas ofensivas, verdadeiras alavancas para o avanço. Além disso, empregou pontos fortificados para garantir suas linhas de suprimentos.

7ª Fase — Da Guerra de Secessão à 1ª Guerra Mundial :

A Guerra Civil dos Estados Unidos é um marco na História Militar pelas inúmeras novidades na tática, na estratégia e na logística. Foi um campo de experiência das novas armas e das novas técnicas que

então surgiam em consequência da Revolução Industrial; entre as armas que tiveram sua aprovação na prática estava o canhão raiado e a couraça. Por isso o ferro aparece na construção das fortificações; cintas metálicas visam proteger as instalações contra o poder de penetração dos projéteis de artilharia.

8ª Fase — Da Grande Guerra à 2ª Guerra Mundial :

O aparecimento da arma aérea e os crescentes progressos da artilharia, por ocasião da guerra de 1914 a 1918, determinaram profundas modificações na arquitetura militar. Aço e concreto armado são então os principais materiais de construção das fortificações; além disso, aumenta a dispersão na superfície, a profundidade e a camuflagem. Os exemplos típicos dessa fase é que representam o pináculo das fortificações são as linhas Maginot e Siegfried.

9ª Fase — Da 2ª Guerra Mundial aos nossos dias :

A fase atual começa com o surgimento da arma nuclear; cessam completamente as construções do tipo clássico. É um período de incerteza quanto ao futuro; voltaremos a abordá-lo mais adiante.

CLASSIFICAÇÃO

A primeira classificação que se pode fazer das fortificações é :

Temporárias ;

Permanentes.

Fortificações temporárias são as construídas para atender a necessidades táticas transitórias, seja para proteger a tropa dos perigos de uma surpresa, seja para montar uma ação de ataque. Exemplo típico na Antiguidade eram os acampamentos romanos (castra); por mais provisórios que fossem tinham, de fora para dentro, um fosso, uma barreira de terra e uma paliçada. Poucas vezes os romanos deixaram de estabelecer seus acampamentos com esse rigor; ficou famoso o ataque de Spartacus e seus gladiadores rebeldes contra um acampamento desprotegido.

Exemplos outros são as trincheiras, os ninhos de metralhadoras, os embasamentos para artilharia de campanha, as covas de lobo, etc.

As fortificações temporárias são também chamadas "fortificações de campanha" ou "organização do terreno". Atingiram o máximo de amplitude e especialização na 1ª Guerra Mundial, quando ficou consagrada a expressão "guerra de trincheiras".

Fortificações permanentes são as construídas dentro de um esquema estratégico para atender a necessidades táticas permanentes ou proteger atividades logísticas contínuas. Compreende os seguintes

tipos, quase todos já obsoletos: cidades fortificadas — praça forte — fortaleza — fortim — reduto — castelo — casa forte — porta — bateria — pôsto de vigia.

Cidade fortificada é uma aglomeração urbana defendida por muralhas ou obras de fortificação, tais como as cidades da Antigüidade.

Praça forte é uma fortificação de grande extensão, uma cidadela fortificada. Exemplo: a acrópole das antigas cidades gregas.

Fortaleza é uma importante fortificação geralmente constituída de várias obras separadas. Temos aqui, no Rio de Janeiro, um belo exemplo: a Fortaleza de São João.

Forte é uma fortificação emmassada. O Forte de Copacabana é um exemplo dêsse tipo.

Fortim é um pequeno forte.

Reduto é um fortim colocado em destaque no exterior ou no interior de uma fortificação maior.

Castelo é uma residência fortificada, cercada geralmente por um fôss, muralha com tórres e um torreão central, como já foi dito anteriormente.

Casa forte é uma habitação transformada em fortificação, em geral precária.

Porta é uma pequena obra, barrando uma estrada ou uma ponte, podendo ter fôss e ponte elevadiça.

Bateria é uma posição isolada e armada com canhões.

Pôsto de vigia é uma pequena obra, às vêzes artilhada.

NOMENCLATURA

As partes mais importantes de uma fortificação, que podem ou não aparecer nos vários tipos, são as seguintes:

Esplanada — terreno plano e descoberto em tórno de uma fortificação para facilitar a defesa.

Fôss — escavação profunda e larga, cheia de água, em tórno da fortificação; o declive junto à muralha chama-se “escarpa” e o oposto “contra-escarpa”.

Muralha — muro de alvenaria, em geral largo e alto, que rodeia a fortificação; a sua parte superior chama-se “parapeito”. Uma saliência é uma “meia-lua” e uma abertura para colocar um canhão é uma “canhoneira”; pode ter “seteiras”, que são aberturas para o tiro individual.

Barbaça — muro baixo além do fôss.

Baluarte — obra avançada e ligada à fortificação por um muro chamado "cortina"; o baluarte também pode ser chamado de "bastião".

Hornaveque — é um conjunto de dois meio-baluartes.

Redente — é um ângulo saliente na muralha.

Revelim — é uma saliência na muralha destinada a proteger a contra-escarpa.

Tôrre — obra elevada sôbre ou por trás da muralha.

Torreão — tôrre principal, aproximadamente no meio da fortificação, que, por si só, é uma pequena fortificação.

Poterna — galeria subterrânea, em geral secreta, que dá para o exterior da fortificação.

Galeria — corredor de ligação interna ou por trás da muralha, onde podem ou não ser colocados canhões.

Plataforma — local de um canhão.

Barbeta — plataforma alta para que um canhão possa atirar por cima do parapeito.

Casamata — escavação coberta por uma superfície convexa destinada a proteger peças de artilharia ou munição; a cúpula pode ser de aço.

Casamata de eclipse — é uma casamata ao rés do chão e que é elevada no momento do tiro.

Covas de lobo — pequenas escavações que podem ser abertas em tôrno de uma fortificação para causar baixas à infantaria inimiga; podem ter uma ponta no fundo.

Paliçada — estacada de madeira que circunda por vêzes uma fortificação ou parte dela.

A nomenclatura completa de uma fortificação inclui ainda outras denominações de menor importância ou de interesse mais restrito.

ARMAMENTO

Até a invenção da pólvora, o armamento de uma fortificação nada mais era que o armamento portátil do pessoal, alguns instrumentos como hastes para empurrar as escadas do inimigo e caldeirões para derramar água ou azeite fervente e, ainda, máquinas de guerra, tais como a catapulta e a balista.

Após o aparecimento da arma de fogo, o armamento principal passou a ser o canhão e, por vêzes, o obus ou o morteiro; além disso, o armamento portátil da guarnição.

FORTIFICAÇÕES NO BRASIL

Os portugueses foram mestres na construção de fortificações, escolhendo com rara habilidade os pontos estratégicos de sua localização. Todo o litoral brasileiro e muitos trechos de fronteiras ficaram pontilhados de obras de defesa de vários tipos, algumas das quais desempenharam papel de importância nas lutas coloniais e mesmo após a Independência. A maior parte desapareceu ou está em ruínas, existindo algumas em uso como quartéis ou conservadas como patrimônio histórico. Como atração turística, com soldados usando uniformes antigos, não há uso, salvo uma ou outra tentativa isolada (como em Macapá).

Na Amazônia, construíram os portugueses 32 fortificações, das quais a mais conhecida é o Forte Príncipe da Beira, no Território de Rondônia.

No Nordeste, levantaram 71 fortificações, sendo a mais famosa o Forte dos Três Reis Magos, em Natal. Também na ilha de Fernando de Noronha fizeram 10 fortificações.

Do São Francisco a Parati, construíram 87 fortificações, sendo algumas muito conhecidas como Santo Antônio da Barra, Barbalho e São Marcelo ou do Mar, na Bahia, e São João, na Guanabara.

Na região Sul, levantaram 49 obras, quer no litoral, quer na agitada fronteira meridional.

Em Mato Grosso, construíram 6 fortificações, ficando célebre mais tarde, por ocasião da Guerra do Paraguai, o Forte de Coimbra.

Outros povos, além dos portugueses construíram fortificações na época colonial.

Os holandeses fizeram 34 obras de defesa, sendo 8 na Amazônia, 22 no Nordeste, 3 na Bahia e uma em Fernão de Noronha; além disso, construíram em Salvador um dique com finalidade defensiva.

Os franceses levantaram 14 fortificações, sendo 3 na Amazônia, 4 no Nordeste e outras tantas na Baía de Guanabara (3 na invasão de 1555 e uma por Duguay-Trouin na Ilha das Cobras; das três construídas no tempo de Villegaignon, a mais famosa é a de Santa Cruz, reconstruída pelos portugueses).

Os ingleses levantaram 3 fortificações, duas na Amazônia e uma na Ilha da Trindade (aliás a única fortificação que existiu nesta ilha: o Forte da Rainha).

Os espanhóis construíram um forte no Rio Grande do Sul por ocasião da sua invasão de 1763.

Após a Independência, os governos brasileiros levantaram 48 fortificações, sendo 26 na região Leste (muitas na Bahia por ocasião das lutas de libertação, 14 no Sul várias por ocasião da Guerra do Pa-

raguai) e 14 em Mato Grosso (tôdas durante ou após o conflito com o Paraguai). Uma das fortificações do Rio Grande do Sul foi construída pelos farroupilhas.

O Forte das Andradas, em Munduba, na Ilha de Santo Amaro situada no litoral paulista, é a mais recente das fortificações brasileiras, pois foi construído há pouco mais de vinte anos.

A FORTIFICAÇÃO NA ÉPOCA ATUAL

A fortificação ainda tem algum valor na época atual?

É voz corrente nos meios militares que não, que a fortificação é algo obsoleto.

Os Estados Unidos praticamente extinguiram sua artilharia de costa. Citamos a artilharia de costa pela sua sempre estreita ligação com as fortificações.

Por outro lado, a URSS tem desenvolvido essa artilharia. Afinal, quem está com a razão? "A inquebrantável fé dos russos em sua artilharia de costa é um brado de alerta aos povos livres que dela desacreditam" (Tenente-Coronel Portella Alves, do Exército Brasileiro).

É verdade provada pela História que uma arma nunca desaparece totalmente. O seu uso pode se reduzir à expressão mais simples, mas teimosamente permanece. Aí estão a arma branca, o cavalo, a catapulta, etc.

Já vimos, na evolução histórica da fortificação, que ela se desenvolveu muito até que o aparecimento do canhão vibrou-lhe o primeiro golpe.

A fortificação, porém, se adaptou. Perdeu a importância dos seus torreões, abaixou-se, reforçou-se e, usando a própria arma que quase a destruíra, veio a reafirmar a sua superioridade na 1ª Guerra Mundial e atingir o seu ápice com a Maginot.

Mas eis que a "blitzkrieg", contornando essa famosa linha, veio a imputar-lhe um injusto fracasso, pois, a bem da verdade, é preciso que se diga que ela não foi transposta. Se isso, porém, não fôsse suficiente, o aparecimento da bomba atômica veio condená-la definitivamente.

Definitivamente?

Talvez não.

Quanto às fortificações temporárias, não há dúvida que continuarão a existir por muito tempo. Tanto o exército soviético quanto o americano inventaram máquinas de cavar trincheiras que já estão em operação.

Por outro lado, o sistema das aldeias estratégicas empregado na Malaia e no Viet-Nam tem algo de semelhante com a antiga distribuição das fortificações sobre um território a defender.

A afirmação pura e simples de que a fortificação não tem mais valor militar algum deve ser encarada com reservas.

Referindo-se à Maginot, diz o Tenente-Coronel Geneste, do Exército Francês: "Chegar a conclusões definitivas (tais como a condenação das fortificações e da defesa linear na idade atômica) baseando-se neste exemplo de uma era passada é extraordinariamente arriscado".

Lembramos que as operações anfíbias foram condenadas após o fracasso de Galipoli, mas recuperaram o seu prestígio na 2ª Guerra Mundial.

Sabemos que a tática se compõe de choque, fogo e movimento. Com exceção do primeiro, que perdeu muito de sua importância desde o aparecimento da pólvora, os outros dois elementos se têm revezando na supremacia da batalha. O movimento, depois de atingir um máximo com Napoleão, decresceu até ser suplantado pelos progressos técnicos da artilharia e das armas automáticas. A 1ª Guerra Mundial mostrou o predomínio do fogo, paralisando o ataque e fortalecendo a defesa, de que é exemplo a "guerra de trincheiras"; Verdun marca o apogeu desse período. Mas, o avião e o carro de combate trouxeram novo impulso ao movimento que se consubstanciou na "guerra-relâmpago".

E depois? O que aconteceu com o surgimento da arma nuclear? Veio ela reforçar o fogo ou o movimento?

Ela representa o fogo no seu mais levado grau até agora atingido. Conseqüentemente, o movimento perdeu importância e a prova disso é o tremendo esforço que fazem todas as potências no sentido de aumentar a capacidade de manobra de suas forças.

Será demasiada temeridade supor que um novo tipo de fortificação poderá surgir com o emprego do fogo atômico na defesa?

O impasse tático que surgiu na Grande Guerra, devido ao canhão e à metralhadora, não poderá ressurgir muito aumentado na era atômica?

Se é verdade que as armas nucleares poderão pulverizar defesas solidamente protegidas, com muito mais facilidade não poderão elas aniquilar forças atacantes sem a menor proteção?

"Por que pensar que a mobilidade é a única solução na defesa e propor, por exemplo, que escapemos aos efeitos das armas nucleares por meio de um rodeio de lebres no campo de batalha?" (Tenente-Coronel Geneste).

As instalações de defesa contra ataques atômicos, de que é o melhor exemplo o Centro de Operações do Comando de Defesa Aérea dos Estados Unidos, em Monte Cheyenne, não podemos significar um nôvo tipo de fortificação que está surgindo?

BIBLIOGRAFIA

Fortificações do Brasil — Coronel Anibal Barreto

História Gráfica del Arte — Joseph Gautier

Seis Séculos de Artilharia — Tenente-Coronel Portella F. Alves

A Arte da Guerra — Jomini

A Defesa Nacional, fevereiro de 1961

Military Review, abril de 1962, fevereiro de 1963, março de 1964, maio de 1964 e junho de 1964



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO**PROGRAMAÇÃO PARA 1965**

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONÁRIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIO: *ARREMETIDA PARA A VITÓRIA*, de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO SOBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSA SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBÁ, ALBUQUERQUE E LADÁRIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acôrdo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

CAXIAS ENTREVISTADO

Coronel RUBENS MASSENA

Diretor da Revista de Engenharia Militar

Caxias, que tanto compreendeu a vida, que soube vivê-la com inteligência, altivez, independência, equilibradamente e com valor, concedeu-nos entrevista, é claro que em pensamento, nós lhe emitindo perguntas e êle nos enviando as respostas.

A beira do túmulo do Cadete de cinco anos, do bravo Capitão de vinte, do maior General sul-americano, de geração de Marechais, do organizador de vitórias, do Soldado da Lei, do Homem necessário, à beira do túmulo do Pacificador da Pátria que roubou o espôso perfeito, discursa Taunay:

“Há muito que narrar!

“Só a mais vigorosa concisão unida à maior singeleza, é que poderá contar os seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência, capazes de fazer maior essa individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.”

Vamos, pois, ser concisos, meus senhores.

As respostas de Caxias, a não ser a primeira e a segunda, que foram ditas pelo seu biógrafo Pinto de Campos, são-nos dadas em palavras textuais das cartas, proclamações e o que mais nos deixou.

Primeira pergunta:

— Solicitou V. Exa. demissão do Exército?

— Sim, atendendo a minha mulher que me pediu:

“Luiz, está nas mãos do mundo proporcionar-nos mais venturas. Temos quanto basta para a existência, e a sociedade nos respeita. Que mais queres? Não seria melhor depores a tua espada, e concentrarmos nos inefáveis gozos da vida particular?”

— Por que rasgou o requerimento de demissão V. Exa., que já se aprestava para levá-lo, pessoalmente, ao Ministro da Guerra?

— Porque Ana Luísa voltou atrás:

“Errei, meu amigo, perdoa. Ao egoísmo do meu afeto sacrificava-te. Não! Nunca mais me ouvirás desviar-te da honrosa estrada que trilhas. Continuem a encher-te o coração o dever, a pátria, a glória.”

— Foi V. Exa., que tanto vivia afastado do lar, feliz com a família?

— Eis o que digo, em carta de 1868:

“Nossas duas filhas Deus me deu o tempo de as criar, educar e arranjar.

“Fomos, é verdade, infelizes com o nosso querido filho, mas que fazer senão contentarmo-nos com a vontade de Deus?”

Fui, no entanto, o espôso mais feliz do mundo.

Do acampamento de Vargem Grande, no Maranhão, à minha mulher:

“Meu bem. Esta é escrita, às 11 horas da noite, em uma barraca de palha em que estou morando, e sobe, agora mesmo, um correio para a Capital, só para levar esta carta a tempo de sair no barco, tal é o cuidado que me dás e o amor que te tenho que, cheio de trabalhos, me não esqueço de ti.

Dá um beijo nos meus anjinhos e saudades a todos de casa.

Sou só teu Luiz.”

Foi tanto o meu amor que, em plena campanha do Paraguai, eu era ainda o namorado de Ana Luísa:

“Eu tenho o coração maior que o mundo. Tu bem o sabes. Onde tu mesmo cabes!”

Após 41 anos de felicidade conjugal, eu sempre falando:

“Perdi o maior bem que neste mundo gozava.”

E a um amigo: “Vivo agora muito triste, depois do golpe que sofri com a morte de minha Duquesa, a quem eu amava muito.”

— Que juízo fazia V. Exa. dos partidos políticos da época?

— O juízo que ficou expresso no meu manifesto:

“Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que, por desgraça, entre vós existem.”

Também quando, nesse manifesto, me referi às

... “forças quádruplas daquelas que hoje apóiam o partido da desordem nesta Província.”

E quando, na mesma proclamação, exigi:

“Nenhuma resposta recebo, que não seja a pronta dispersão e submissão dos rebeldes.”

— E dos políticos do seu tempo que pensava V. Exa.?

— O meu pensamento a respeito está claro, muito claro, nas duas cartas minhas a Osório, bem assim na explicação com que deixei o Senado estarrecido:

Consta da primeira carta:

“Vim para este sítio, para ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade, acompanhados de longos discursos, que é coisa com que os casacas pagam aos militares que têm a fortuna de não morrerem na guerra.”

Na segunda carta, referindo-me aos políticos:

“Ainda não fui à cidade, desde que aqui cheguei, e cada vez estou mais aborrecido dos homens e das coisas deste mundo de enganos.”

Os senadores ficaram arrasados, quando, serenamente, lhes declarei:

“Eu tinha direito de trazer 6 cavalos e 12 bestas de bagagem; trouxe 3 cavalos e 4 bestas; creio que não fui além daquilo que poderia fazer; e ainda sofro no meu soldo o desconto do valor desses animais, por isso que não estive na campanha cinco anos.”

— Como tratava V. Exa. a D. Pedro II?

— Com altivez e respeitosa.

Prova de minha altivez no tratamento ao Imperador, entre outras passagens, está em que sempre o colocava em segundo lugar e a causa pública em primeiro.

Assim foi quando, incumbido por S.M. de organizar o novo Gabinete, apresentando-me ao Parlamento com todo o Ministério, proclamei:

“Não foi sem hesitar muito, que pude resolver-me a aceitar tão árdua tarefa; porém a minha dedicação à causa pública e ao Chefe do Estado não me permitiu escusa.”

O tratamento respeitoso com que eu distinguia D. Pedro II, evidencia-se na carta à minha filha, Viscondessa de Ururahy:

“Estou, minha cara filha, apesar de todos os meus protestos em contrário, outra vez Ministro da Guerra e Presidente do Conselho. Você deve fazer ideia dos apuros em que me vi, para cair nesta asneira, e creia que, quando me meti na sege, para ir a São Cristóvão a chamado do Imperador, ia firme em não aceitar; mas ele, assim que me viu, me abraçou e me disse que não me largava, sem que eu lhe dissesse que aceitava o cargo de Ministro, e que, se me negasse a fazer-lhe esse serviço, que ele chamava os liberais e que havia de dizer, a todos, que eu era o responsável pelas consequências que daí resultassem, mas disse tudo isso, tendo-me preso com seu braços. Ponderei-lhe as circunstâncias,

a minha idade e incapacidade, a nada cedeu. Para poder me livrar d'êlé, era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer; abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência de que êle se havia de arrepender, porque eu não seria Ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e de desgostos, mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudesse, mas que não o abandonasse, porque êle então também nos abandonaria e se ia embora!

Que fazer minha querida?... senão resignar-me a morrer no meu pôsto, e, de mais, tendo já arriscado tantas vêzes a minha vida por êle, que mais uma, na idade em que estou, pouco era."

— Confiava nas virtudes militares de V. Exa. e nas de seus comandados?

— Não só nas minhas virtudes militares e nas dos meus comandados eu confiava, tanto que aos maranhenses exclamei, "confiando na Divina Providência, que tantas vêzes nos tem salvado, espero achar em vós o que fôr mister, para o triunfo da nossa santa causa"; também proclamei aos sul-rio-grandenses que "a Divina Providência, que de mim tem feito instrumento de paz, para a terra em que nasci, fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo Monarca e do Brasil todo"; e, doutra feita ainda, sôbre o combate de Santa Luzia eu escrevi ao José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, que "a fortuna ainda não quis, desta vez, nem por momento, me desamparar".

— Que poderá V. Exa., que "foi a simplicidade na grandeza", nos contar sôbre algumas de suas virtudes militares?

— A pergunta que me está fazendo o Sr., não vai ficar sem resposta, embora fira a minha modéstia, mas sômente porque sei que a entrevista que lhe estou concedendo, o Sr. vai divulgá-la com o só fito do bem da Pátria, Pátria a que sempre tudo eu dei e nada nunca lhe neguei.

Sôbre disciplina lembro-me que afirmei no Senado:

"O Batalhão do Imperador foi um dos últimos corpos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para ali marchado em ordem, conduzido pelo seu próprio Comandante, ocupando eu o meu lugar de Major. Marchei, portanto, em virtude de ordem competente; não fui revolucionário.

Fui cem por cento disciplinado, tanto que deixei escrito, dirigindo-me ao valoroso Feijó:

"As ordens que recebi de S.M. o Imperador são, em tudo, semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça, em nome da Regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e, da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora."

Quanto à minha bravura, dela faço uso epistolarmente, para consolar a espôsa, muito aflita:

“Desprezo, e sempre desprezei a morte, porque sei que se não há de fazer senão o que Deus fôr servido, e que tanto se morre no meio das balas e dos pântanos, como nas boas cidades.”

O meu intransigente patriotismo é gritante, quando me refiro à Questão Christie, na carta ao Visconde de Rio Branco:

“Que me diz da questão inglêsa? Não se pode ser súdito de nação fraca, não é assim? Como não estará o nosso pobre Imperador! O que fará o Ministério?”

“Tenho vontade de quebrar a minha espada, quando não me pode servir, para desafrontar meu país de um insulto tão atroz!”

— Teria cometido V. Exa. algum êrro, comandando suas tropas?

— Erros quem não os comete? Um dêles... Foi em 1842. No combate de Santa Luzia, em Minas Gerais, desprezei os rebeldes. A respeito escrevi ao Ministro Clemente Pereira:

“Fique V. Exa. certo, quer me creia, quer não, de que estive em grandes apuros, pois tive de me bater, desde as 8 1/2 da manhã até as 3 da tarde, com 3.000 rebeldes bem armados e desesperados, dispondo eu apenas de 800 caçadores, quase todos recrutas da Guarda Nacional de Magé, e se, às 3 horas da tarde, não chega meu irmão José, com o 8º Batalhão de 1ª Linha e um outro Batalhão Provisório, não teria remédio.”

— Considerava, como seus inimigos, os brasileiros que V. Exa. combatia?

— Não os considerava inimigos. Eram transviados do dever para com a Pátria.

Aos sul-rio-grandenses que combati, eu proclamei:

“Segui-me, ajudai-me, e a paz coroará os nossos esforços!

Noutra proclamação, eu lhes digo:

“Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de 9 anos devastou esta bela Província, está terminada. Os irmãos, contra quem combatemos, estão hoje congratulados conosco, e já obedecem ao legítimo govêrno do Império do Brasil.”

— Que pensava V. Exa. dos Officiais e outras autoridades rebeldes?

— Os Officiais eu os julgava anarquistas. Os civis, quase todos poltrões e vingativos.

São palavras minhas ao Imperador, “que, o espírito da rebelião lavrava na maioria dos officiais do corpo e, tanto assim era, que os anar-

quistas, contando com essa maioria, nem ao trabalho se haviam dado de perverter os soldados."

Eis-me dirigindo ao Sr. Major Galvão:

"Que pretende? Quer, com efeito, empunhar as armas contra o Governo legítimo do nosso Imperador? Não o creio, por que o conheço de muito tempo, sempre trilhando a carreira do dever e da honra.

"Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias."

Dirigindo-me, agora, a Feijó:

"Quando pensaria eu, em algum tempo, que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó?

"Não é com armas na mão, Exmo. Sr., que se dirigem súplicas ao Monarca, e nem, com elas empunhadas, admitirei a menor das condições que V. Exa. propõe."

Trecho da carta que enviei, de Ouro Preto, ao Ministro da Guerra:

... "paisanos, que quase sempre tanto têm de poltrões durante o perigo, como de vingativos depois d'ele passado, salvo honrosas exceções."

— Achava V. Exa., cuja magnanimidade se estendia a amigos e inimigos, que outras autoridades davam o devido tratamento aos nossos irmãos rebeldes?

— Não davam o devido tratamento, por isso officiei a Feijó:

"A causa principal de já se não acharem os rebeldes a um quinto ou um sexto da força que tiveram reunida, nos subúrbios desta capital, tem sido o espírito de vingança das autoridades civis da Província, prendendo e perseguindo os rebeldes que se têm apresentado; prisões e perseguições que acho extemporâneas, e que poderiam ser feitas, depois que os rebeldes se achassem dissolvidos, a exemplo do que se praticou em São Paulo, com cuja política tão bons resultados se colheram; pois que os comprometidos na rebelião, vendo que são presos quando se apresentam, preferem conservar-se com armas na mão, na esperança de alguma dessas eventualidades que são tão frequentes na guerra."

— E como considerava V. Exa. os estrangeiros que combatiam do nosso lado?

— Publiquei em ordem do dia:

"Soldados! Ides combater a par de bravos amestrados nos combates: esses bravos são nossos amigos, são nossos irmãos d'armas.

"Não tendes no Estado Oriental outros inimigos, senão os soldados do General D. Manoel Oribe; e esses mesmos enquanto, iludidos, empunharem armas contra os interesses de sua Pátria; desarmados ou vencidos, são americanos, são vossos irmãos, e como tais os deveis tratar.

"Cidadãos brasileiros e orientais! Homens amigos da civilização e da ordem! A causa é vossa; vinde vingar as injúrias da Pátria; vinde esmagar a hidra da anarquia; e acabar com o canibal vandalismo, que tem devastado e flagelado o vosso País; correi pressurosos às armas, que a mais completa vitória coroará nossos esforços em tão nobre empresa, levando vossos nomes à mais remota posteridade!

"Viva Sua Majestade o Imperador!

"Vivam os amigos da civilização e da ordem!"

— V. Exa. considerava os estrangeiros que combatiam do nosso lado, portanto — nós assim o condensamos, em palavras textuais — como bravos e amestrados nos combates, nossos amigos, nossos irmãos d'armas, amigos da civilização e da ordem.

— Qual o pensamento de V. Exa. quanto ao estrangeiro que combatia contra nós?

— De proclamação minha, consta:

"Lembraí-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos nós, o inimigo de raça e tradição.

"Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue.

"Vêde que êsse estrangeiro exulta com essa triste guerra, com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

"Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa mãe comum."

Consta de outra proclamação, quando o Exército do Brasil já pisa o território da República Oriental:

"O Governo de Sua Majestade o Imperador está cansado de reclamar, em vão, do General Oribe."

"O estrangeiro que compatia contra nós, era, resumidamente, o inimigo de raça e de tradição, comandado por Generais a quem o Imperador ficou cansado de reclamar, inimigo que combatíamos — conforme consta da minha última proclamação — "com o único fim de pôr uma paradeiro à série de injúrias, de opróbrios e de crimes que o Império tem sofrido, concorrendo, ao mesmo tempo, para que a ordem se restabeleça naquela República, a fim de que, sob a égide de um Governo justo, sejam ali respeitados os direitos, as propriedades e as vidas de seus súditos."

— Qual o julgamento que fazia V. Exa. do Soldado brasileiro?

— Lembro-me que, a respeito, fiz as seguintes declarações escritas:

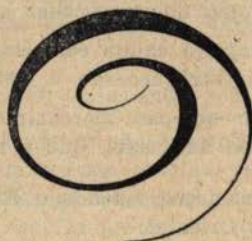
"Conheço os Soldados a cuja frente me ufano de achar-me.

"Não vos recomendei resignação, constância e valor, porque essas virtudes são inatas no Soldado brasileiro.

"Faz hoje nove meses que pisastes o território Oriental; nesse curto periodo percorrestes 300 léguas!

"Conseguistes uma glória imortal; desagravastes a honra de nossa Pátria; contribuistes eficazmente para a paz de dois Estados, para o triunfo da mais santa das causas — a da Liberdade, da Humanidade e da Civilização.

O Soldado brasileiro é, portanto — no julgamento de Caxias — resignado, constante e valoroso, de grande resistência fisica e patriótica, pacificador, humanitário, amigo do progresso e da liberdade.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

UMA TENDÊNCIA DE HOJE

Maj ROMERO LEPESQUEUR SOBRINHO

Instrutor da ECEME

Ao ensejo de mais um *10 de Junho*, ocorre-nos a evocação do que poderia ter sido o sonho de Mallet — o futuro da Arma que êle tanto dignificou no passado.

Nosso Patrono viveu o ápice de sua carreira militar na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Inicialmente no comando de seu inseparável 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, terminou a campanha no Comando Geral da Artilharia.

E que Artilharia era aquela?

À primeira vista, pode parecer algo de muito remoto, de muito diverso do que vimos na última guerra e que hoje estudamos com o nome de Artilharia convencional.

Não julgamos ser tanto assim.

Analisemos sumariamente o material e o seu emprêgo. O material apresentava o mesmo sistema de lançamento — o *tubo raiado*, novidade da época. A carga de projecção era a mesma — a *pólvora*. O projétil já apresentava a *forma alongada* e dispunha de *carga de arrebetamento* acoplada a uma *espólêta*.

O emprêgo era (e é) como *Arma de Apoio*:

- na Defensiva: impedir que o Inimigo se aproxime a uma distância tal que lhe possibilite, com suas armas ou no corpo-a-corpo, destruir nosso dispositivo;
- na Ofensiva: neutralizar o Inimigo para que nosso dispositivo dêle se aproxime e o destrua.

Como vemos, apesar do grande progresso industrial ocorrido em um século, as características básicas da Artilharia não evoluíram substancialmente. Em verdade, as inovações reais do período foram a *Metralhadora* e o *Carro de Combate* — determinantes novos no campo tático, bem como a *Aviação* e a *Motorização* — que incidiram mais na Estratégia.

A partir, no entanto, do final da 2ª Guerra Mundial, o advento da *arma nuclear* revolucionou a Estratégia. A Estratégia mundial de hoje é basicamente nuclear.

A introdução da arma nuclear no campo tático tem encontrado óbices técnicos. Tudo faz crer, no entanto, que eles serão removidos.

Quando se dispuser de número suficiente de armas atômicas de efeito controlável dentro de raio mais restrito — aí, sim — a *Artilharia será protagonista de uma revolução tática!* Ela passará a ser capaz de destruir o Inimigo *sem que dêe nos tenhamos de aproximar.*

Quando defensores, não estaremos garantidos com a simples manutenção do terreno — ele já não nos dará proteção.

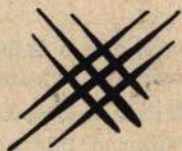
Quando atacantes, não dependeremos da conquista do terreno — já não precisamos ir até lá para destruir o Inimigo, poderemos fazê-lo de longe, sem necessidade de concentração e aproximação.

Se vivo hoje, estaria apto Mallet a encarar esta nova ordem de idéias?

Acreditamos que sim.

Nós todos temos essa obrigação — não tememos nem mesmo uma *idéia nova* e nos julgamos capazes de reformular velho conceitos.

Com maior autoridade Mallet, que tem sido, dentre nós todos, o melhor dos Artilheiros.



CAVALOS E MUARES NA II GRANDE GUERRA

Cel Vet ESTEVÃO CORREIA FILHO

É assunto debatido pelos conhecedores da arte da guerra o emprêgo da motorização nos Exércitos modernos.

Ao lado dos adeptos da motorização estão os considerados retrógrados, defendendo ainda a utilização dos cavalos e muares.

Nada serve porém, como os fatos reais, para demonstrar a existência dos animais na II Grande Guerra.

Está fora de dúvida que a utilidade dos animais é fato incontestado e seria supérfluo enumerar as ações variadas onde foram notadas as presenças dos eqüinos.

Deixaremos ao lado as deficiências surgidas, pela ausência do elemento hipo, principalmente devido às dificuldades de transporte de suprimentos e dos reconhecimentos em terrenos montanhosos, especialmente na Itália e também a inexistência de elementos rápidos necessários à perseguição do inimigo nesse tipo de terreno.

O Gen Patton e seus comandantes de Corpos e Divisões são unânimes em reafirmar a necessidade da existência de cargueiros em regiões como as da Sicília.

Confirmavam que os alemães não teriam escapado da Sicília e da Tunísia se tivéssemos uma DC com artilharia de dorso, porque a cavalaria hipo pode desenvolver velocidade em terreno montanhoso suficiente para perseguir e agarrar o inimigo e "até a mais poderosa infantaria e tanques podem ser vencidos e destruídos por ela".

É indiscutível, a necessidade do emprêgo de elementos hipo nas missões de reconhecimento e de combate.

A tal ponto foram evidenciadas essas necessidades que o General Truscott dizia que, se em San Stefano dispusesse de um Esquadrão de Cavalaria e de 200 cargueiros, teria capturado importantes forças alemãs e concluía categórico:

"Estou firmemente convencido que se a minha Divisão fôsse no futuro empregada em regiões semelhantes às da Sicília, seus cargueiros

e suas unidades montadas de reconhecimento e combate poderiam ser trocadas por seus pesos em ouro”.

O V Exército Norte-Americano, do qual a nossa FEB (Força Expedicionária Brasileira) era subordinada, empregou no T.O. da Itália nada menos de 15 Companhias de Cargueiros, totalizando cerca de 3.785 mulas, no transporte de suprimentos às Unidades em contato, onde, por efeito da neve e da lama, não podiam ir as viaturas auto.

Os muares mantiveram o abastecimento de munições de bôca e de tiro, na estrada de Cassino, quando as viaturas de 2 ½ ton, escavadeiras e carros de combate se recusavam a prosseguir.

Durante a luta nos Apeninos, a própria FEB viu-se diante de terrenos acidentados e sem estradas, ou com estas em precário estado, face às destruições procedidas pelas tropas alemães e italianas em recuo, com a finalidade de deter o nosso avanço.

Por vêzes, a nossa Tropa dispunha apenas de estradas secundárias, caminhos carroçáveis e trilhas de cabras e carneiros, transpondo morros e beirando precipícios.

Assim, era impossível a utilização de viaturas e os reabastecimentos e remuniamentos tornaram-se penosos, difíceis e quase impossíveis.

Foi então, que vieram em socorro os muares para serem empregados como cargueiros e assim transportavam a água, as munições e ainda as rações em marmitões térmicos, que conservavam os alimentos quentes.

Não menos expressivo foi o emprêgo do cavalo mais intimamente ligado às ações da guerra.

É afirmativa do Ten-Cel Veterinário dos EUA Willians Jennings, que foram empregados na II Guerra Mundial do Exército Americano 60.000 solípedes, ao passo que na Guerra de 14 o efetivo equino atingira o número significativo de 572.000 animais.

No Exército Alemão e somente no 3º Exército Blindado Panzer, que atuou na frente russa de 41 a 45, foram utilizados cerca de 80.000 solípedes.

Segundo Boucquet, os russos empregaram grandes unidades de cavalaria cossaca, constituídas por oito divisões de cavalaria hipo, dois corpos blindados e um corpo mecanizado, unidades estas que ficaram célebres na história do nosso tempo, por terem derrotado os alemães em Rostow e em Stalingrado (novembro de 1941) sucesso este que levou o Marechal Joukow, ao criticar essas campanhas, a filiar o colapso dos exércitos alemães, na Rússia, principalmente na falta de cavalaria a cavalo.

Com efeito, a ação de duplo envolvimento nos arredores de Stalingrado foi efetivada por 3 DC e 1 DB de um lado e 2 DC e 1 DB de outro e originou em consequência a derrota total do VI Exército alemão.

Nas campanhas da Birmânia de 1943 a 1945, as forças norte-americanas, inglesas e chinesas empregaram em larga escala animais para o transporte de carga, mais devido a dificuldade do terreno, do que propriamente à falta de veículos motorizados.

Foram então nessa época transportados para o teatro de operações Indo-Birmânia, 2.682 animais por via aérea sendo necessários mais de 600 vôos, uma vez que a estrada da Birmânia não podia ser usada para o transporte de tropas destinadas à China, nem se podia pensar em levar essas forças através de selvas e montanhas.

Está sobejamente comprovada a existência dos cavalos e muares na II Grande Guerra.

Os grandes chefes que operaram naquelas regiões são unânimes em reconhecer a necessidade desses animais quando nas campanhas em terrenos acidentados e hostis.

É bem verdade que a indústria mecânica tem sido nestes últimos anos a maior competidora dos equinos de um modo geral.

O emprêgo e o aperfeiçoamento dos motores de explosão, elétricos ou térmicos tendem, na verdade, a afastar cada vez mais a espécie equina como meio de transporte, pressupondo-se por isso, que em futuro mais ou menos próximo, os equinos só serão utilizados nas regiões acidentadas, ou então nas subdesenvolvidas sem possibilidades de empregar economicamente a mecanização extensiva.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

REPRESENTANTE!

1. Prestigie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 51 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto mínimo em folha está sendo de Cr\$ 200;
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nosso preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

UMA REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Ten-Cel JUAN MANUEL SUCRE F (Revista de las
Fuerzas Armadas de Venezuela, agosto-outubro de 1964)

Tradução do Ten-Cel PAULO GAUCHO DE OLIVEIRA MESQUITA, Oficial de Estado-Maior

1. INTRODUÇÃO

"A TÁTICA MUDA CADA DEZ ANOS". Toda organização militar que se considere eficiente não pode passar pelo alto esta máxima militar, de imponderável valor, devida ao gênio do "Grande Corso"! Do contrário, corre o risco de ficar estagnada, com tudo o que de nocivo e de perigoso uma tal situação traz, pelos vícios decorrentes da ociosidade de seus componentes humanos, e porque as ações para sair dela, além de serem sempre violentas em maior ou menor grau, geralmente não são satisfatórias, o que complica ainda mais o problema.

Daí ser necessário e conveniente que a organização mantenha em dia a continuidade de propósito, por um estado de permanente evolução, tornada palpável mediante um ininterrupto trabalho criador e vivificador, uma oportuna renovação de homens e de ações e uma constante revisão de conceitos; tudo dentro dos princípios que regem a organização, sim; mas sempre em evolução. Só assim poder-se-á obter o melhoramento, a elevação, o progresso da entidade a que a organização serve.

Dentro destes conceitos, vale a pena pensar em uma reorganização, tão completa quanto possível, de nosso Ministério da Defesa.

2. DESENVOLVIMENTO

Várias são as idéias que servem como um guia para um trabalho desta natureza. Não é propósito deste artigo pormenorizá-las; apenas trazer algumas a lume e explicar em linhas gerais sua aplicação ao problema, buscando despertar interesse pelo mesmo. Consideramos fundamentais, entre outras, as seguintes:

- Natureza e valor do Ministério;
- Sua missão, finalidade e objetivo;
- Equilíbrio e harmonia do pessoal que o integra;
- Funções do Ministro.

Vejamos o que são e como incidem estas idéias no problema em tela.

Natureza e valor do Ministério

As Fôrças Armadas (FA) constituem uma instituição criada, organizada e mantida pelo Estado com o objetivo de:

- Garantir a segurança da Nação Venezuelana;
- Assegurar o respeito à Constituição;
- Contribuir para o desenvolvimento do País.

Elas representam, pois, em função do seu objetivo, “a última razão do Estado” em sua obrigação de manter a soberania da Nação e aumentar seu poderio.

Sendo de características diferentes, as Fôrças serão organizadas em função de suas peculiaridades e de suas missões específicas. Assim sendo, poderá parecer que não guardam entre si relação alguma. Entretanto, pelo menos o fim a que foram criadas e a que são organizadas e mantidas, lhes é comum. Devem, portanto, embora conservando suas próprias características, compor um conjunto único e compacto, capaz de satisfazer as exigências de sua finalidade.

Como expressão UNITÁRIA do poder militar da Nação, as FA não podem atuar isolada ou independentemente, isto é, cada uma procedendo por conta própria e risco; pelo contrário, tem que se constituir em um todo orgânico, sob a direção de uma autoridade que assegure a harmonia e a consonância do conjunto, e a coordenação de seus esforços para alcançar a finalidade comum.

A centralização dêste todo orgânico é realizada pelo “Ministério da Defesa” (MD). Assim, pois, são as FA, e suas necessidades de direção no sentido mais amplo e completo que dão lugar e justificam a existência do MD.

Por outro lado, os efetivos das FA, isto é, sua magnitude, influirão sobre as dimensões e composição do Ministério. Com efeito, quando até poucos anos as FA eram apenas escassos milhares de homens e seu comando limitava-se a umas tantas medidas simples, o então “Ministério da Guerra e Marinha” restringia-se a alguns poucos órgãos e a reduzido grupo de oficiais e de funcionários civis.

A medida que as FA foram crescendo e ficando mais técnicas nos diversos aspectos que lhe são próprios, o MD foi também aumentando; atualmente, merece uma revisão a fundo de sua organização, de modo a satisfazer sem solução de continuidade as necessidades cada vez maiores das FA, em particular as exigências de uma alta direção das mesmas, hoje tão complicada pela diversidade e complexidade dos problemas relacionados com essa direção.

Missão, finalidade e objetivos do Ministério

O MD não é um componente a mais das FA e sim o meio de conjugação delas, o organismo onde estas se conjugam em todo harmonioso e consonante.

Por outro lado, o alcance e a responsabilidade da defesa nacional já não são hoje em dia da exclusiva competência das FA. É certo que estas representam a pedra angular, a parte primordial na segurança da Nação; mas não a única. Tôdas as entidades oficiais e privadas e, em geral, todos e cada um dos cidadãos, têm sua quota de responsabilidade no problema.

Portanto, haverá outro organismo, de nível superior ao MD, que assumirá o encargo — entre outros — de coordenar tôdas as atividades que, provenientes de diversas fontes, participam da segurança da Nação e contribuem para ela.

É por estas razões que resulta mais apropriado chamar ao atual MD, “Ministério das Fôrças Armadas” (MFA), nome que por si só responde melhor à idéia que se aduz sôbre a missão que a êle compete, a qual pode definir-se assim:

— Exercer, por delegação de autoridade do Presidente da República ao Ministro e de acôrdo com suas instruções, a direção das Fôrças Armadas.

Entendendo-se por “Direção” destas o cumprimento cabal das atividades relativas à direção e condução da política, administração, inspeção e segurança das mesmas.

Mas, “a missão não é concebida e sim imposta dentro dos limites da manobra do escalão superior; e esta imposição responde ao fim que o escalão superior procura alcançar mediante sua manobra”. Isto leva-nos a pensar que tôda missão tem uma finalidade, vale dizer, um objetivo, o porquê de sua execução.

Ora, o escalão superior ao MFA é o Presidente da República, quem por preceito constitucional “é o Chefe do Estado” e, portanto, seu representante. E já vimos que é o Estado quem cria, organiza e mantém as FA. Pois bem:

— Permitir às FA garantir a segurança da Nação, assegurar o respeito à Constituição e contribuir para o desenvolvimento do País, é a **finalidade** da missão do MFA.

Tendo em vista a missão e sua finalidade, surgirão os objetivos. Corresponde ao MFA, no quadro de suas principais tarefas a cumprir, as seguintes:

- Obter a integração das FA em um eficiente grupo de trabalho;
- Permitir a direção estratégica das FA;
- Tornar exeqüível a operação conjunta das FA sob um comando unificado;
- Estabelecer comandos unificados ou específicos para o combate, e suas respectivas e bem definidas linhas de subordinação;
- Obter uma efetiva, eficiente e econômica administração das FA;

— Tomar medidas para:

- conservar a integridade territorial da Nação;
- contribuir para a consecução e manutenção dos interesses nacionais;
- preservar e manter a ordem legal interna;
- apoiar e proteger as autoridades e funcionários públicos legitimamente constituídos;
- proteger as pessoas e seus direitos, os recursos e riquezas do País.

Equilíbrio e Harmonia do Pessoal que integra o Ministério

O espírito de integração que deve caracterizar o MFA leva a bem considerar-se os problemas de pessoal (oficiais) que serve, ou melhor, que é chamado a servir nêle.

Por um lado, êsse conjunto de oficiais deve ser constituído por frações mais ou menos iguais de cada Fôrça. Isto atende à condição de equilíbrio do pessoal qualificado necessário para uma eficiente organização do Ministério. É oportuno assinalar que o atendimento dêste requisito, como fator de integração, tem concreta aplicação nos serviços comuns e no Estado-Maior Conjunto, do qual se falará mais adiante.

Por outro lado, êsse pessoal deve ser selecionado entre os oficiais que reúnam reconhecidos dotes de capacidade profissional, elevados atributos morais e grande experiência nas funções próprias da profissão. A disciplina intelectual, o respeito às idéias dos demais e a compreensão, devem ser qualidades de tal modo manifestas, que sejam garantia da **harmonia** que deve existir entre os oficiais designados para servir no MFA.

Uma escolha assim realizada é um excelente indício de que o sistema funcionará eficientemente. **Em princípio, tôda a organização é boa; o que a põe a perder, o que faz com que funcione mal, são os homens encarregados de servi-la.** Daí a importância de seleção dos oficiais para o Ministério, com base nas condições acima assinaladas.

Funções do Ministro

Já tem sido dito que são as FA que dão lugar e justificam a existência do Ministério que as governa. Mas a figura central da organização do mesmo é o Ministro, quem, como principal auxiliar e “órgão direto” do Presidente da República na execução da política para com aquelas e sob suas instruções, exercerá a autoridade, a direção e controle do Ministério em tôda sua plenitude.

Para realizar sua atribuição de chefia, compete ao Ministro cumprir as seguintes funções principais:

- político-administrativa;
- operacional;

- de inspeção;
- de segurança.

A função POLÍTCO-ADMINISTRATIVA é, em realidade, a primordial; as demais são derivadas dela, mas de tal modo importantes, que devem ser apreciadas cada uma em particular.

Para maior clareza em sua explicação, vamos considerar a primordial das funções, separadamente, em suas duas partes.

1) A parte POLÍTICA propriamente dita é assumida e dirigida pelo próprio Ministro, através das normas, instruções e ordens que, sobre a matéria, ele mesmo determina ou dá, diretamente.

2) Para a parte ADMINISTRATIVA, como para as demais funções, também é ele quem ditará as normas gerais de ação correspondentes e delegará autoridade a diversos auxiliares que serão os encarregados de conduzir a política do Ministério em matéria de administração geral das FA.

Tôdas as atividades de administração geral podem ser classificadas em função de suas peculiaridades, e agrupadas, de acôrdo com a afinidade que guardem entre si, em um ou mais órgãos, conforme o caso.

Assim, poderiam constituir-se os seguintes departamentos:

- Departamento Geral de Assuntos de Pessoal (DGAP)
- Departamento Geral de Finanças (DGF)
- Departamento Geral Técnico (DGT)
- Departamento Geral de Assuntos Cíveis (DGAC)
- Departamento Geral de Assuntos Especiais (DGAE)
- Assessoria Jurídica (AJ).

Os titulares destes departamentos — Diretores — seriam os auxiliares e conselheiros principais e diretos em todos os assuntos que, dentro de seus respectivos campos de ação, tenham que ver com a administração geral das FA.

Este grupo de colaboradores imediatos constitui o "GABINETE DO MINISTRO". Cada um deles é responsável perante o Ministro, pelo cumprimento de suas respectivas atribuições, que em linhas gerais seriam as seguintes:

- O DGAP trata de tudo que se relaciona com as atividades de pessoal e assuntos correlatos.
- O DGF trata de tudo que se relacione com a economia, orçamento, bens e propriedades do Ministério e assuntos correlatos.
- O DGAC trata de tudo que se relacione com a defesa civil, ação cívica, relações públicas e assuntos correlatos.
- O DGT trata de tudo que se relacione com as atividades dos Serviços Técnicos comuns e assuntos correlatos.

— O DGAE trata de tudo que se relacione com a ordem interna, a ação psicológica, assuntos internacionais e outros que tenham relação com o MFA.

— A AJ trata de todos os assuntos legais do Ministério, ou com ele relacionados.

A função OPERACIONAL consiste no exercício das atividades de comando sobre as FA, quanto a:

- Organização e composição das Fôrças;
- Instrução e doutrina específicas;
- Designação de trabalhos a realizar;
- Fixação dos objetivos a atingir;
- Contrôlo dos meios disponíveis;
- Direção necessária para levar a cabo a missão recebida.

Esta função será cumprida pelo Ministro através de uma “JUNTA DE COMANDANTES DE FÔRÇA” (JCF), a qual será integrada pelos:

— respectivos Comandantes de Fôrça, sob a direção de um “Chefe de Operações Conjuntas” (JOC), que cumprirá sua função diretora por autoridade delegada pelo Ministro.

Esta JCF é o órgão executivo para a condução operacional das FA. Como tal, será assistida por um “ESTADO-MAIOR CONJUNTO” (EMC), no que normalmente se entende por “Estado-Maior”: “o principal órgão auxiliar do Comandante”, cujas atribuições serão as próprias de todo Estado-Maior: planejamento, assessoramento, coordenação e supervisão de trabalho do Comandante, de acordo com as normas por ele ditadas. O EMC não tem atribuição de comando alguma sobre as FA.

O qualificativo “Conjunto” dado a este Estado-Maior obedece às características e funcionamento do comando (JCF) ao qual serve basicamente. Com efeito, já tem sido dito que o MFA é o organismo de integração das FA e que um dos requisitos para tornar realidade esta integração é o equilíbrio quanto a pessoal (oficiais) que, provenientes das diferentes Fôrças, servem nas diversas dependências do Ministério. Pois bem, é nos Serviços comuns — por conseguinte, conjuntos — e no EMC que esta condição é decisiva, imprescindível, se se quer obter, na verdade, integração almejada e os benefícios dela decorrentes.

Um dos fatores mais contrários ao êxito desta integração seria a existência, nas dependências do Ministério, de mais pessoal de uma Fôrça em relação às outras. Traduz uma situação de hegemonia, além de antipática e desagradável, inconcebível entre os que são co-partícpes iguais de uma mesma responsabilidade; dá lugar a rivalidades, choques e desconfianças mútuas que levam, pelo menos, a tratar superficialmente os problemas que lhe são privativos, com tudo o que de prejudicial à missão das FA implicaria uma atitude tão insensata.

Não seria viável, por exemplo, que qualquer dos serviços de utilidade comum a todas as Fôrças, venha a ser servido apenas por elemen-

tos de uma delas. Tampouco seria próprio que as diferentes seções em que se divide o EMC não tenham a devida e efetiva representação de cada Fôrça e funcionem sem o sentido de atuação diretorial que lhes é característico. Em tais condições, não seria possível falar da integração que deve, necessariamente, haver nos órgãos auxiliares do Comando Unificado das FA.

Sabe-se que o comando implica em três encargos básicos para quem o exerce:

- prever,
- dar ordens e
- cuidar da execução destas.

São precisamente as atividades próprias deste terceiro encargo que levam o Ministro a cumprir sua função de INSPEÇÃO, para o exercício do qual delegará a autoridade necessária ao "INSPECTOR GERAL DAS FÔRÇAS ARMADAS" (IGFA).

O IGFA será, pois, o órgão principal do Ministro para a verificação da disciplina, moral, instrução e unidade de doutrina das FA e, em geral, de todos os assuntos da administração geral ou outras atividades das mesmas, para os que recebam instruções expressas do Ministro.

Todo Comando tem a responsabilidade de proporcionar os meios de proteção de suas tropas, em todos os momentos e circunstâncias, contra as surpresas ou agressões imprevistas de elementos adversários.

Para as FA, as medidas para tal proteção são da responsabilidade do Ministro. Ao exercê-las realiza sua função de SEGURANÇA. Para isso, disporá do "SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DAS FÔRÇAS ARMADAS", (SIFA), delegando a seu Chefe ou Diretor a autoridade necessária ao cumprimento de tal função, delicada ao extremo.

As medidas de segurança se fundamentam nas informações. "A Informação representa, hoje em dia, a primeira linha de defesa de um país, seja na guerra, seja na paz"; e constitui "o elemento básico para decidir o emprêgo das tropas". E, por outro lado, devido à missão e finalidade das FA, e aqui as atividades próprias desta função ultrapassam seu campo específico e se confundam com as da segurança do Estado, é essencial que o SIFA esteja muito bem e completamente organizado, sem economizar nas despesas necessárias para ter e manter uma organização de alta categoria.

Embora consideradas sumariamente, essas quatro funções dão uma ampla idéia do volume de trabalho do Ministro, no MFA. Não bastam, porém, os órgãos auxiliares de que dispõe. Ele próprio, como executivo por excelência que deve ser, despenderá grande parte de seu tempo em atividades de sua função. As freqüentes visitas às inúmeras dependências do Ministério em toda a sua amplitude tomar-lhe-ão muito desse tempo; mas deverá efetuá-las porque representam um meio eficaz de cumprir suas próprias obrigações e fazer cumprir as dos escalões subor-

dinados, não só pelas verificações e observações que fará, como pela dose elevada de entusiasmo e moral que, com seu exemplo de atividade, impregnará seus subordinados.

Para cumprir um tal programa de trabalho, o Ministro necessita da colaboração imediata de um auxiliar geral que responda perante êle pela **supervisão e coordenação** das atividades do Ministério, de acôrdo com suas instruções.

Êste imediato, chame-se "Diretor Geral do Ministério" ou "Auxiliar Geral do Ministro", ou "Vice-Ministro", ou de qualquer outra maneira, terá, além das atribuições já assinaladas, outras que o Ministro lhe confira, e a de **substituí-lo** em suas ausências temporárias.

Há muitas atividades do Ministro cujo desenvolvimento não se acha enquadrado em nenhum dos órgãos auxiliares até agora considerados, seja em razão de sua natureza, seja por conveniência do serviço, ou por qualquer outro motivo justificável.

No entanto, não pode deixar de cumpri-las. Para atendê-las, disporá o Ministro de um "ESTADO-MAIOR PESSOAL" (EMP), constituído por oficiais qualificados, a êle diretamente subordinados e com a missão de auxiliá-lo, de acôrdo com suas determinações, nos assuntos reservados pessoalmente ao Ministro, ou que não possam ser enquadrados — de início pelo menos — em nenhum dos outros órgãos auxiliares de que dispõe.

Ao seu EMP poderá atribuir, entre outras, a importante missão de criar ou descobrir, estudar e apresentar **inovações** que contribuam para a efetiva e constante melhoria do serviço que lhe toca desempenhar em benefício, primeiramente, da Instituição Armada e, depois, dos homens que a servem.

Como **órgão máximo de consulta e assessoramento** do Ministro sôbre a política a ser seguida pelo Ministério para o cumprimento de sua missão, haverá um "CONSELHO SUPERIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS" (CSFA), cuja composição normal poderá ser a seguinte:

- o Ministro;
- o Auxiliar Geral do Ministro;
- o, ou os Diretores Gerais, a quem compete a matéria a ser tratada;
- o Inspetor Geral das Fôrças Armadas;
- o Chefe de Operações Conjuntas;
- os Comandantes em Chefe de Fôrça.

3. CONCLUSÕES

São muitas as conclusões a que se pode chegar desta exposição; mencionaremos apenas algumas.

Em primeiro lugar, êste trabalho representa sòmente **uma forma** de focalizar, muito por alto, a necessidade e a conveniência, a juízo do

autor, de reorganizar o atual Ministério da Defesa. A apreciação foi feita com base nos seguintes fatores:

- as FA como razão de ser do Ministério;
- a missão, finalidade e objetivo desse organismo;
- a necessidade de equilíbrio e harmonia entre os oficiais designados para servir no Ministério propriamente dito;
- as principais funções do Ministro.

Da reorganização assinalada decorre uma **delegação de autoridade** bem pronunciada, mas perfeitamente justificada pelas inúmeras atividades que deve cumprir o Ministro e que, por conseguinte, êle próprio não poderá fisicamente atender.

Essa delegação de autoridade deve permitir ao Ministro dispor de tempo para portar-se como **executivo** e para realizar, por outro lado, uma de suas mais importantes e privativas tarefas: a de pensar.

Pois, se é bem certo que conta com órgãos específicos para auxiliá-lo em seu trabalho, êle, como cabeça da organização, é o único responsável por sua direção, e deve, portanto, por si mesmo ter consciência dos graves problemas que lhe cabem. E para isto e para impulsionar a organização necessita indiscutivelmente de tempo para pensar e para atuar.

De nada vale a excelência de uma organização, se o pessoal encarregado de servi-la carece do indispensável **senso de responsabilidade**, para assegurar o seu funcionamento com eficiência. Tal senso de responsabilidade será dado, no caso em tela, pela moral e aptidão profissional dos oficiais chamados a servir no Ministério.

O MD — ou MFA — não é um componente a mais das FA e sim o organismo de sua integração num todo harmonioso e consonante.

Para isso, é fundamental que se realize a necessária integração das Forças, na JCF e seus órgãos auxiliares.

BIBLIOGRAFIA

1. Curso de Comando e Estado-Maior (Exército Brasileiro, 1961).
2. Manual de Estado-Maior (Exército Espanhol, 1962).
3. Unified Action Armed Forces (JCS Pub 2, USA, 1959).
4. Organization for National Defense (MCS 1-6, USA, 1961).
5. Informações Militares (General Idálio Sardenberg, Exército Brasileiro, 1961).
6. Pensamentos e Máximas Militares de Napoleão (Manuais Avilés-Castilho, 1909).
7. Lei Orgânica das Forças Armadas Nacionais (1947).
8. Constituição Nacional (1961).

NOSSO APÊLO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-nos-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

GENERAL RENATO BAPTISTA NUNES

Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS

"Ninguém é grande nem pequeno neste mundo pela vida que leva, pomposa ou obscura. A categoria em que temos de classificar, a importância dos homens deduz-se do valor dos atos que eles praticam, das idéias que difundam e dos sentimentos que comunicam aos seus semelhantes."
(Ramalho Ortigão).

Deixou de existir fisicamente a 25 de abril passado o General Renato Baptista Nunes.

Certamente sobre tão eminente personalidade, teremos o pronunciamento abalizado de inúmeros admiradores seus, em seqüência ao que disseram à beira de seu túmulo, Leitão de Carvalho e Tristão de Alencar Araripe.

A nossa palavra é a de um aluno de "Turma de 1927-1929", que se tornou seu admirador e continua aluno até o seu passamento.

Para nós, Renato Baptista Nunes foi:

"Mestre dos Mestres"

Sim, mestre no pensar, dizer e fazer; mestre no comandar, mestre na dedicação profissional.

Nêle encontramos a virtude, força traduzida no hábito intencional de harmonizar as ações com o sentimento do dever e representadas pela fortaleza, prudência, temperança e justiça.

Como um forte resistiu a tôdas as vicissitudes dos cargos que exercera, sendo na carreira das Armas um dos poucos mártires, de que nos fala Helvécio, quando sentenciava:

"A virtude tem muitos pregadores e poucos mártires".

Prudente, sempre fez judiciosa eleição dos motivos e acertada execução das resoluções, evitando a precipitação e a leviandade.

Moderado, conservou-se sempre acorrentado às prescrições do dever e da probidade.

Justo, respeitou sempre, conscienciosa e invariavelmente, os direitos de outrem, dando a cada um o que lhe era devido e tratando a cada qual conforme os seus direitos.

E assim sua fisionomia, sempre serena e tranqüila, representava o alcance da felicidade plena, que resultava da boa prática feita da virtude, que segundo Saavedra Fajardo

“Nasce como as rosas dos espinhos e dos trabalhos”

Exigente consigo mesmo, era atencioso, justo no julgamento, e econômico no sorrir, preciso no transmitir ensinamentos e de uma pontualidade inglesa: Todos os seus trabalhos eram impecáveis na apresentação e na redação.

Na ativa dois terços de seu tempo de serviço foi passado na então Escola de Estado-Maior, onde exerceu tôdas as funções de aluno a comandante e aí revelou a personalidade retrodescrita. A êle deve o Exército a formação de algumas centenas de oficiais de Estado-Maior, entre os quais se encontram quase todos os Chefes do atual Quadro de Oficiais-Generais.

Ao passar para a reserva não se quedou no gôzo do “ócio com dignidade” a que fazia jus, ao contrário integrou-se na Fundação Osório, concorrendo para a sobrevivência da mesma e para a educação de uma mocidade que correspondia à ação do homem excepcional que era, com carinhoso afeto e respeitável veneração; como também dedicou-se a cultivar a musa poética através a “Trova e a Poesia”.

Em tudo sempre perfeito; e assim, em seus escritos, nada há de supérfluo ou de fútil, — é o conceito, o pensamento, a espiritualidade e a beleza.

Desta sua última atividade como escritor, pouco conhecida, permitimo-nos transcrever duas trovas e um soneto.

Trovas:

“As dores e os desencantos

Têm dois destinos diversos:

— ou se dissolvem nos prantos,

— ou se desfazem nos versos.”

“Dar aquilo que nos sobra,

não tem grande validade;

repartir o que mal chega,

isto sim, é caridade”.

Soneto:

FÉ

*A lâmpada vermelha vela o altar
da nave, quase em plena escuridão;
e a luz dêsse rubi suspenso no ar,
vai morrer sôbre o quadro da paixão.*

*Quedo-me, ali, extático, a pensar:
"Jesus, teu martírio foi em vão?..."
Como resposta muda, ao meu olhar,
desvenda-se mirífica visão:*

*Uma gota de sangue rutilante
brotando da corôa torturante,
desliza, e vai cair aos pés da cruz...*

*A semente da Fé! — e na centelha
que refulge na lâmpada vermelha
vi a gota do sangue de Jesus!"*

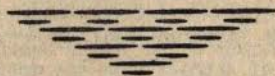
Deixou-nos além de inúmeros artigos publicados nas Revistas: "Militar Brasileira", "A Defesa Nacional", "A Bandeira" e outras; incontáveis trabalhos de toda a gama, na Escola de Estado-Maior e os livros seguintes:

- "Jomini ou a Adivinho de Napoleão" — de Xavier de Courviéle;
- "De Recruta a General" — de Perrier de La Bâthie;
- "O General Leclera visto por seus companheiros de Combate"

Todos em traduções publicadas pela Biblioteca do Exército.

- Dois livros de Trovas, contendo cada um 100 Trovas.

O nosso General Renato Baptista Nunes que na classificação de Ramalho Ortigão, está na categoria dos grandes homens, e continuará mestre dos mestres pelos exemplos e obras legadas.



PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras:

- "Ejército" — Espanha (N. 302, março, e n. 303, junho de 1965)
- "Jornal do Exército" — Portugal (março; abril de 1965)
- "Military Review" — Edição Brasileira (outubro; novembro de 1964)
- "TAM" (Terre — Air — Mer) — França (N. 65, de 10 de abril; n. 66, de 25 de abril; e n. 68, de 25 de maio de 1965)
- "Revue Militaire D'Information" — França (N. 366, dezembro de 1964)
- "Revista Militar de las Fuerzas Armadas Ecuatorianas" (N. 1, Jan/Fev e Mar 65)
- "Berlin Report" (Ns. 17, 18, 19 de 1965)
- "Revista Militaire" — Itália (N. 3, março de 1965)
- "El Caballo" — Argentina (abril de 1965)
- "Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela" (Ns. 223, 224, Jan/Fev 65)
- "Revista Militar" — Portugal (N. 5, mai de 1965)
- "Manual de Informaciones" — Argentina (Ns. 5/6 de 1964)
- "Guion" — Espanha (N. 275, abril de 1965)
- "Revue de Défense Nationale" — França (Junho de 1965)
- "Memorial del Ejército de Chile" (Ns. 321, Set/Out; 322, Nov/Dez de 1964; 323, Jan/Fev de 1965)
- "Suplemento de la Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela" —
 "La interpretacion militar de la matemática de la História modifica
 conceitos fundamentales del Art de la Guerra" — 1ª Parte — "El
 Pasado Historico: El Arte de la Guerra modificado em sus Grandes
 Conceptos Fundamentales (L'Art de la Guerre Bahutié)" — Cel
 de EM de Ejército Venezolano Victor José Fernandez Bolivar.
- "Campanha de intercâmbio militar Luso-Brasileiro" — Iniciativa da Re-
 vista "DEFESA NACIONAL" — Fasciculo X — Lisboa, 1964.
 Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Principe Real D. Luiz Filipe
 de Bragança — Edição da Revista "Defesa Nacional", Lisboa, 1964.

Nacionais:

- "Carta Mensal" — CNC — SESC — (Ns. 118/119, Jan-/Fev 65)
- "A Galera" — Revista dos Aspirantes de Marinha — Escola Naval (Número 116, agosto de 1964)
- "Digesto Econômico" (N. 183, maio/junho, 1965)
- "Banco do Brasil S/A" — Relatório (1964)
- "Revista Marítima Brasileira" (Ns. 1, 2 e 3, Jan/Fev/Mar de 1965).

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

GUERRA SUBVERSIVA

SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE REACÇÃO

HERMES DE ARAUJO OLIVEIRA
Ten-Cel do Corpo do Estado-Maior
do Exército Português

SUMÁRIO

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS II — BASES DA AÇÃO

- A — Ação de âmbito nacional
- B — Ação de âmbito local

- 1) Durante o período da incubação
- 2) Durante o período da violência

a) Ação militar

- Dispositivo a criar
- Repartição de forças
- Cadeia de Comando
- Cadeia Logística
- Conduta das Operações
- Informações e transmissões

b) Autodefesa das populações

c) Ação policial

d) Ação sobre as populações

III — CONCLUSÃO

APRESENTAÇÃO

O substancioso trabalho que entregamos à meditação dos nossos leitores é devido a um dos mais ilustres e conceituados escritores da moderna geração militar portuguesa.

O Ten-Cel Hermes é autor de muitos e importantes ensaios e estudos, vários dos quais lhe valeram honrosas laureas literárias; não obstante, tem-se detido mais nos momentosos problemas relacionados com a ação do comunismo no mundo, e com os modos de neutralizá-la e combatê-la com eficiência.

Da sua lavra, damos especial destaque a "Guerra Revolucionária", livro editado em Lisboa, em 1960, e que em 1962 já entrava na 3.^a edição, tal o interesse que despertara em todos os setores responsáveis e patriotas de seu País. É um verdadeiro tratado e, ao mesmo tempo, um guia seguro e objetivo, nos meandros desta terrível, mas real guerra revolucionária comunista; por isto mesmo vem de publicá-lo a nossa Biblioteca do Exército.

O que se vai ler é tirado, "data venia", dos números de Nov e Dez de 64 da Revista Militar, de Portugal. Ao fazer esta transcrição, do texto integral, desejamos também prestar uma homenagem à gloriosa Nação Portuguesa, cujos problemas em Africa, que com tanta determinação vem enfrentando, representam muito mais o ataque insidioso do comunismo internacional a um sistema organizado, do que uma espontânea explosão independentista, que noutras circunstâncias poderia ser louvável e respeitável.

Finalmente, cumpre-nos assinalar que se trata de um estudo, com opiniões pessoais, de pessoa altamente abalizada para emití-las. Esse e estas servirão de precioso subsídio aos nossos militares, em especial, — para que formulem seus próprios conceitos, pois o assunto é novo e vasto, e sobre ele estamos longe de ter dito a última palavra. É o resultado a que almejamos.

Major JONAS CORREIA NETO

Este trabalho mais não é do que uma contribuição — muito embora modesta — para o conhecimento das bases em que de fato a resposta à subversão há de assentar. Produto de cuidada e longa meditação, feita sobre os elementos obtidos quer por observação direta quer por diálogo e alicerçada em preparação teórica e prática, nascida em grande parte do contacto com situações desta natureza, não pretende elle ser a Verdade sobre o problema mas tão-somente um ponto de partida para discussão, em busca da sua exata solução.

Se estudiosos mais competentes se lançarem nessa discussão, expondo as suas valiosas opiniões, que sejam lições para todos nós, muito haveremos de beneficiar, pois passaremos a ter o que por ora não temos — uma doutrina — e a saber o que ainda não sabemos — eliminar a subversão. E, porque o verdadeiro objetivo imediato deste trabalho terá sido alcançado, sentir-me-ei largamente compensado dos esforços até hoje desenvolvidos.

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A guerra subversiva é uma realidade dos nossos dias. Suponho estar ela presente e firme em todos os espíritos, pois só não reconheceria esta verdade quem nunca houvesse meditado, mesmo ligeiramente, sobre o assunto, quem estivesse obcecado por idéias estranhas.

Nessa luta, não obstante a manifesta superioridade, em material e em efetivos, da ordem estabelecida, o adversário alcança, por toda a parte, êxitos que, na quase totalidade dos casos, lhe proporcionam a vitória. E assim acontece porque utiliza métodos e armas que, por muito tempo, não mereceram a atenção dos responsáveis pela resposta a dar-lhe.

Representa a subversão, sem dúvida, perigo mortal. Todavia, a ordem estabelecida dispõe de suficientes possibilidades para a combater. Os fracassos até hoje sofridos perante ela resultam apenas da sua má utilização.

Para a defrontar, importa fazer uma preparação consciente, através de um exato conhecimento daqueles métodos e daquelas armas, pois só assim será possível encontrar uma resposta ajustada.

De maneira geral, os Comandos, porque apenas sabem conduzir a batalha clássica, pretendem obrigar o rebelde a travá-la, confiados naquela superioridade de meios. E, todavia, procedimento errado. Na verdade, o rebelde, certo de que, colocado frente às forças da ordem, num campo de batalha clássico, seria aniquilado em poucas horas, furtar-se-á sempre a essa manobra, pelo menos enquanto não tiver a certeza absoluta de dispor, nesse campo de batalha, de meios superiores àquelas. Daí, os ataques desencadeados contra o rebelde visarem apenas aos seus bandos armados e limitarem-se a provocar a dispersão desses bandos, em vez de os destruir. Desta inadaptação das forças da ordem resultam, pois, conseqüências graves, já por levar à convicção de que o rebelde, embora re-

presentado por forças muito reduzidas, é invencível e que, cedo ou tarde, a ordem estabelecida acabará inevitavelmente por aceitar as condições de paz por êle ditadas, já porque encoraja a difusão de idéias que, não obstante erradas, são extremamente perigosas visto acabarem por encontrar audiência no grande público. Como tal, a vitória nunca poderá pertencer àquela ordem.

Hoje, as características muito peculiares desta luta estão já bem a claro. São elas por demais evidentes para poderem subsistir hesitações acerca da indispensabilidade de adotar, contra perigo tão grave e desesperador, uma reação perfeita ajustada àquelas suas características.

Impõe-se que não nos fechemos a essas realidades e não nos mostremos insensíveis à verdadeira natureza do fenômeno, mantendo-nos, como consequência, agarrados a métodos e a técnicas clássicas. E assim tem de ser para impedir que o adversário — por não ser atacado no terreno em que conduz a sua luta — disponha de suficiente liberdade de ação para consolidar cada vez mais as posições que sucessivamente venha a conquistar.

Só assim se poderá fazer com que, apesar dos esforços ingentes desenvolvidos no sentido de o evitar, a situação se não degrade lenta mas inexoravelmente; só assim se conseguirá eliminar êste paradoxo, que se alimenta do desconhecimento da verdadeira essência da guerra subversiva e determina, em regra, uma orientação geral errada na luta contra o adversário em todos os campos, por se apoiar em conceitos clássicos.

O agravamento que de dia para dia se processe na situação geral estará na base de uma ameaça que se avolumará cada vez mais. E esta ameaça, nascida de um "processus" revolucionário, com objetivos e finalidades muito diversas das tradicionais, a cuja consecução dedica métodos até hoje não usados, há de ser enfrentada e dominada pela adoção de uma resposta estruturada em métodos também revolucionários que não em normas e métodos clássicos. Enquanto não nos decidirmos a isso, os esforços realizados e a abnegação demonstrada acabarão por se revelarem inúteis e a situação agravar-se-á sempre mais e mais até se tornar insustentável e insolúvel.

Poderá, assim, a ordem estabelecida acercar-se, em velocidade, dos limites mínimos de tempo disponível... Atingidos êles, o contra-ataque, mesmo que ainda possa ser desencadeado, tornar-se-á desnecessário. Tudo estará perdido, então.

Daf, a imperativa obrigação de deter, por todos os meios ao alcance, sejam êles quais forem, a marcha dos acontecimentos para evitar o despenhamento irremediável no abismo, do qual não mais será possível sair. E isso requer que, na reação, a desencadear sem perda de tempo, se troque o clássico pelo atual e o convencional pelo revolucionário. A não o fazer, a vitória pertencerá inexoravelmente ao adversário.

II — BASES DA AÇÃO

Hoje, a guerra é dominada pelo fenômeno da desintegração: a desintegração da matéria, na guerra nuclear, que gera forças mecânicas indo-

máveis, e a desintegração das almas, na guerra subversiva, que liberta forças espirituais de poder incalculável.

Nesta última — de há muito em curso por todo o mundo — a vitória deixou de ser procurada apenas no choque de duas forças militares num campo de batalha. Este choque, verificado em uma ou várias batalhas, com vista ao aniquilamento de um exército inimigo, deixou de se produzir e, como tal, as forças armadas clássicas perderam o caráter decisivo que ontem possuíam. A vitória já não depende unicamente de uma batalha sobre o terreno. As operações militares — os combates empenhados contra as forças armadas adversas — apenas têm importância limitada, nunca estando à escala do conflito em curso.

Como consequência, a força armada, dominada por efeito de vocação pelo aspecto puramente militar de um conflito, não estuda a sério um problema considerado, na arte da guerra, como de importância secundária.

Para que uma força armada possa ser tida como moderna, indispensável se torna que esteja apta a ganhar o conflito em que o país a empenhou. E, para isso, tem de conhecer não só os elementos fundamentais desse conflito mas também a maneira como ele se processa.

Uma guerra de natureza subversiva apresenta como características basilares:

1. alimentar-se do exterior
2. visar a conquista das populações
3. ser levada a efeito no seio das mesmas
4. desenvolver-se em dois períodos:
o da incubação e o da violência.

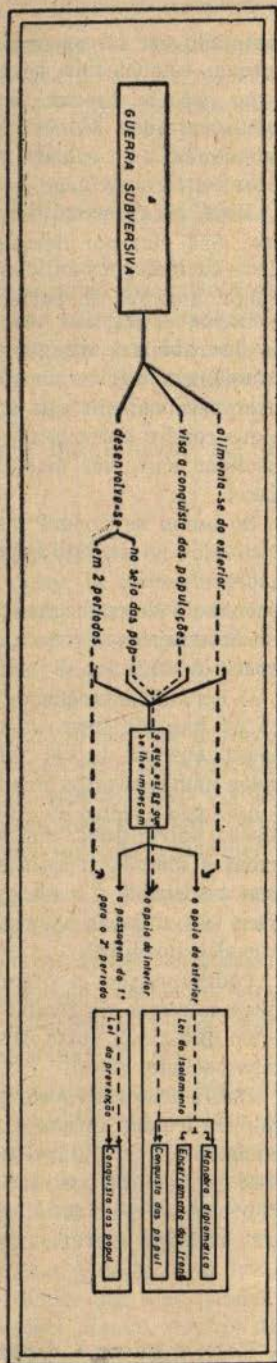
Enquanto as três primeiras impõem que se evite que a subversão, para ser dominada, conte com

o apoio do exterior e do interior,
a última determina que se impeça

a passagem da subversão do primeiro para o segundo período.

Evitar o apoio do exterior e do inte-

FIG. 1



rior é *isolar a subversão* e impedir a passagem do primeiro para o segundo período e *prevenir para evitar*, o que define as duas leis fundamentais da luta contra a subversão:

LEI DO ISOLAMENTO

LEI DA PREVENÇÃO

Exige a primeira que, para se impedir o apoio do exterior, se manobre diplomaticamente e encerrem as fronteiras e, para evitar o apoio do interior, se conquistem as populações.

Reclama a segunda que se criem, nos espíritos e nas almas, nos pensamentos e nos sentimentos, nos corações e nas vontades, as condições de resistência aos assaltos declarados ou insidiosos do adversário, pela conquista das populações.

Tôda e qualquer reação feita contra a subversão que não assente firmemente nestas leis estará inevitavelmente condenada ao fracasso. Esta é uma verdade que mais cedo ou mais tarde — e creio bem que mais cedo do que mais tarde — acabará por se revelar, perante todos, nas suas reais dimensões, vencendo todos os argumentos que em contrário venham a ser produzidos até lá.

O respeito integral das duas leis está, pois, na base da vitória contra a subversão, e êsse respeito apenas se verificará se se proceder, simultaneamente,

- a uma vasta e ajustada manobra diplomática
- ao encerramento das fronteiras
- à conquista das populações.

Tais hão de ser os fundamentos da luta, se se quiser vencer (Fig. 1).

Desde que se não possa isolar a subversão, a situação degradar-se-á com o tempo, visto o adversário continuar a dispor do apoio do exterior. E porque, de dia para dia, êste apoio se intensificará, estendendo-se mesmo para além do campo militar, e se consolidará, proporcionando ao inimigo possibilidades cada vez mais efetivas, havemos de reconhecer que O TEMPO TRABALHA A SEU FAVOR. É reconhecimento que não constitui novidade para quem, conhecedor da verdadeira essência da luta em curso e, portanto, das finalidades que com ela o adversário pretende atingir e das técnicas que utiliza para o efeito, tem a consciência de que a não aplicação da LEI DO ISOLAMENTO só ao adversário favorece, por permitir a criação de condições propícias ao seu combate.

Por outro lado, se se não souber ou não puder — para não dizer: se se não quiser — aplicar a LEI DA PREVENÇÃO, quando seja ainda tempo para o fazer, a subversão progredirá para além da “incubação”, surgindo a “violência”. A partir de então, a nossa reação exigirá um dispêndio de energias por vêzes incomparável com as reais possibilidades. A situação tornar-se-á deveras difícil, e a vitória contra o adversário passará a estar comprometida.

O agravamento da situação, em consequência do desrespeito pelas leis fundamentais, será uma realidade indiscutível, a reclamar atenção muito especial e ponderada meditação.

É indubitavelmente errado pretender-se responder à subversão com base em conceitos clássicos. De fato, tenho para mim como certo não ser possível enfrentar com êxito uma guerra desta natureza e fazer mudar o rumo dos acontecimentos, se, como já frisamos, se não trocarem na reação a opor ao adversário, e sem perdas de tempo, o clássico pelo atual e o convencional pelo revolucionário.

Em geral, o fenômeno subversivo não é local nem transitório. Interessa, antes, a todo o país e mantém-se em permanência. Como tal, há-de êle ser enfrentado com uma ação em escala nacional, reforçada, em cada área, por medidas de âmbito local.

A — AÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL

Surgida a subversão, gera-se uma crise desesperadamente grave para a sobrevivência do país. É mortal o perigo que o ameaça, pois dêle dependerá a sua existência livre e soberana.

Do exterior, os ataques surgem de quase todo o lado; além disso, fica, em geral, só, abandonado até por muitos que razões bem fortes impunham alinharem com êle, mas que tudo esquecem — a dignidade, a gratidão, a honra — e por aquêles que ignoram, ou têm conveniência em ignorar, que a sua luta é também a deles.

No interior, nem tôdas as consciências estarão abertas para a dura realidade do momento que então se vive. A frente interna, que devia constituir verdadeira muralha, de solidez indestrutível, contra a qual se desfizessem todos os ataques, por mais violentos que fôssem, mostra “fendas”, através das quais o adversário procura insistente e proveitosamente penetrar, para conseguir a sua completa desagregação.

O país encontrar-se-á isolado e “desarmado”. Daí, a gravidade preocupante, talvez mesmo desesperada, da situação.

Importa, pois, não só terminar com o isolamento a que o país haja sido votado — traiçoeiramente por alguns — mas também consolidar a muralha, “armando-o” e eliminando as “fendas” que comprometam a firmeza e a estabilidade da frente interna. Só pela conjugação destas duas ações se poderá evitar a desagregação e o conseqüente desmoronamento da retaguarda. HÁ QUE O FAZER SEM DESPERDÍCIO DE TEMPO, POIS ÊSTE SIGNIFICARÁ A MORTE...

Há de pertencer a primeira à diplomacia, no prosseguimento de uma vasta e admirável manobra, a realizar no sentido de convencer os que convencidos não estejam e, até, os que convencidos não queiram ser. E, para que a possa cumprir com utilidade para a causa nacional, a sua atuação terá de ser em velocidade. Os acontecimentos na subversão desenrolam-se

vertiginosamente: o que ontem era uma verdade deixou de o ser hoje, o que hoje é uma realidade não o será amanhã. Como consequência, a luta a travar é de contra-relógio, da qual sairá vencedor aquele que vencer mais depressa e mais depressa der execução a essas concepções.

Daí, constituir um imperativo categórico para a diplomacia acelerar cada vez mais o ritmo da manobra, por forma a libertar o país, o mais pronto possível, da situação de réu perante a opinião pública internacional e, como consequência, a permitir-lhe isolar o inimigo, impedindo, por conseguinte, que encontre no "tempo" um dos seus melhores aliados. E assim tem de ser para que não falem a essa manobra os apoios de que tanto necessita, apoios a procurar nos resultados da ação direta, impossíveis de alcançar, como já foi mostrado, se o inimigo, por não ser isolado, continuar a dispor de auxílio exterior.

Em conclusão:

no âmbito da diplomacia, impõe-se conduzir em velocidade uma manobra que determine a viragem da opinião pública mundial — pelo menos nos setores que interessem — e transfira para o adversário o isolamento do país atacado.

O aparecimento de uma situação de subversão num país, por efeito de ação vinda do exterior, traduz-se, como disse, em perigo de extrema gravidade. Com efeito, a partir de então, a sobrevivência desse país pode estar ameaçada, quanto mais não seja por esgotamento. Todavia, um povo que queira merecer o direito à vida não deverá encarar e aceitar esse perigo como fatalidade irremediável ou como sinónimo de morte. Bem ao contrário, haverá de o ter como determinante imperativa para lutar obstinadamente, procurando encontrar no seu sofrimento o ânimo de que necessita. E, para essa luta, há de fazer a convergência integral de todos os esforços e de todas as energias, numa mobilização de totalidade das possibilidades nacionais e não apenas de algumas.

Numa luta desta natureza, de nada serve circunscrever os esforços à mobilização das forças armadas do país, responsáveis unicamente por uma parte dessa luta. É indispensável que, a seu lado e de mãos dadas com elas, se encontre o país inteiro a apoiá-las, moral e materialmente, conduzindo a luta nos outros campos. Só assim a reação à subversão atingirá as dimensões que importa venha a ter, com garantia da vitória.

A mobilização nacional deve, pois, recair não apenas sobre as forças armadas, mas sim sobre todos os setores da atividade do país: ensino e educação, higiene e saúde, obras públicas e comunicações, agricultura e veterinária, indústrias e minas... O professor e o médico, o engenheiro e o jurista, o operário e o contra-mestre, o capataz e o técnico, sejam ou não funcionários; o capital e o trabalho, a inteligência e o vigor físico, o espírito e a matéria; tudo e todos devem ser, como o militar, forças mobilizáveis, a fazer intervir na luta, quando e onde se torne indispensável.

O combate tem de se transformar num dever consciente de todo o cidadão, independentemente de posição ou função, que há de reconhecer, em primeiro lugar, a sua obrigação inalienável de não antepor o interesse individual à conveniência da coletividade, de colocar, acima dos fugazes valores materiais, os valores eternos do espírito.

Só desta maneira a Nação dará medida expressiva da sua vitalidade e, com ela, a garantia de que não abdicará dos seus destinos, conservando dentro de si mesma a necessária energia moral para se refazer e triunfar.

Tudo e todos dentro do país hão de estar unidos, sem hesitações nem reticências, para enfrentarem a subversão que absorve esforços e energias sem conta. Sem essa mobilização absolutamente integral, a capacidade de resistência nem de longe se identificará com as exigências incomensuráveis da luta, e a reação ao adversário não poderá ser nem total nem duradoura. Como consequência, a vitória estará, desde o primeiro instante, inevitavelmente comprometida.

Direi, pois, em síntese, que o êxito contra a subversão reclama, como fundamento primário,

A MOBILIZAÇÃO, PARA O ESFORÇO DE GUERRA, DA TOTALIDADE DAS POSSIBILIDADES NACIONAIS, PÚBLICAS OU PRIVADAS, EM PARALELO COM A DAS FORÇAS ARMADAS.

A consolidação da frente interna, a alcançar através do "armamento" do país e da eliminação das "fendas", é tarefa imensa e dura que exige, tanto nos domínios do material como no âmbito do espiritual, sacrifícios ilimitados. Na verdade, porque a luta é integral, importa dar tudo para que tudo se possa salvar.

Sabe-se, porém, que sacrifício algum é possível se a causa que o reclama não fôr suficientemente conhecida e profundamente sentida e se, ao seu serviço, não fôr posta uma mística. As grandes causas apenas triunfaram na medida em que se apoiaram numa mística, alicerçada numa consciência.

Esta consciência há de nascer de um conhecimento perfeito dos problemas relativos a todos os territórios do país e de uma noção exata da sua integração no todo do MUNDO NACIONAL. Não é raro que, com o decorrer dos séculos, se verifique o esbater do interesse da Nação por parcelas territoriais suas, em particular quando separadas e distanciadas no espaço. Dá-se então como que um alheamento por elas, assistindo-se mesmo, por vezes, a um desconhecimento, mais ou menos geral, do que elas são e do que nelas se passa.

Nem sempre se realiza sobre as populações a educação a ter como fundamental à condição de potência pluricontinental. Para as massas populares, essas paragens aparecem, com frequência, como "terras para condenados e para feras", "terras de febre e de morte", ou então, para os

mais interesseiros, "terras da árvore das patacas", que basta sacudir para que a riqueza surja.

O que de tais terras e suas gentes se dá a conhecer, nos vários graus de ensino, não consegue transmitir qualquer idéa, ainda que pálida, do que, na realidade, é o país de além-mar. É a consequência do alheamento em que se vive quanto a essas paragens e que leva a um ciclo vicioso: dêsse alheamento resulta o desconhecimento de tudo quanto com elas se relaciona e de tal desconhecimento nasce um crescimento daquele alheamento.

Em países pluricontinentais, a metrópole, em geral, vive como que divorciada das suas parcelas longínquas: não as conhece, não sente os seus problemas, não vibra com as suas angústias, não penetra no seu significado para a sobrevivência da Nação. Vive alheia e indiferente, e neste seu alheamento e nesta sua indiferença gera-se o gérmen de uma perigosa desagregação.

E êste fenómeno não é exclusivo dêste ou daquele país: é, em geral, de todos; e não é de ontem, apenas: é também de hoje.

Constitui, pois, base indispensável para o combate à subversão.

criar uma CONSCIÊNCIA NACIONAL, pela completa transformação da mentalidade doentia e suicida, por desinteressada, que, dominando o país, crie condições ótimas ao desenvolvimento daquela;

e isso reclama que, SEM PERDA DE UM MINUTO,

- se planifique e programe uma intensiva e racional ação informativa no âmbito nacional, que abranja todos os setores da população, levando em conta as características psicológicas de cada um desses setores;
- se introduza em todos os escalões da educação nacional, MESMO COM SACRIFÍCIO DE OUTROS CONHECIMENTOS — sem qualquer significado e interêsse no momento decisivo que se esteja a viver — o estudo dos problemas do MUNDO NACIONAL, com amplitude e profundidade adaptadas a cada escalão.

Só assim haverá, por trás do governo e da força armada, um bloco constituído pela Nação, bloco responsável pelo apoio indefectível e ilimitado de que aquêles necessitam para conquistarem a Vitória.

Se a luta imposta — para a qual o país não estará preparado — é integral e muito diversa da clássica e se o adversário usa métodos e técnicas também muito especiais, a lógica mais elementar exige que se dê a conhecer a verdade sobre essa guerra e se leve a praticar intensivamente nos métodos e nas técnicas de reação. Não pode, de fato, manter-se a ignorância em que todos hajam vivido, tanto nos escalões da concepção como nos escalões da execução, visto ser precisamente nessa ignorância

que o êrro da orientação geral seguida na luta contra o inimigo mergulhará as suas raízes.

Para tanto,

- a realização de conferências, palestras e colóquios e a difusão de livros e outras publicações, no âmbito dos escalões da concepção,
- a inclusão obrigatória do ensino do problema, nos escalões da execução — nomeadamente das escolas de todos os ramos das Forças Armadas e das corporações militarizadas e nos Institutos Superiores de formação de quadros para administração — permitirão dar valiosíssimo passo em frente na reacção à subversão.

Acresce que, se a subversão surge num país pluricontinental e é intenção dêste dar realidade a uma comunidade multirracial, há de fazer-se com que o homem branco nela intervenha em percentagem suficiente para não ser absorvido pelo homem de côr. Se assim não fôsse, a comunidade nascida da promoção das populações de côr deixaria de ser multirracial para ser uma comunidade negra, com o enquistamento no seu seio de uma minoria branca...

Só graças à alteração daquela percentagem, elevando-a mesmo para além das possibilidades admitidas, se evitará que seja êsse o resultado dos esforços realizados. É, pois, da inalienável obrigação do país deslocar para as suas parcelas de além-mar a corrente de emigração nacional e intensificá-la, sempre mais e mais, num esforço que não conheça limites, até colocar em cada uma delas a "massa" capaz de garantir a sobrevivência do homem branco e, conseqüentemente, de criar uma das bases fundamentais da comunidade multirracial.

O homem branco nos outros continentes é a afirmação da presença indispensável, que se há de concretizar na ocupação, em cada parcela, das regiões-chave, cuja posse garanta, a todo o tempo, a posse total do território.

Daf, a indispensabilidade de ocupar, com urgência, o além-mar até para que a legitimidade da posse baseada no direito da conquista, que fêz a sua época e hoje ninguém aceita, ceda definitivamente o lugar ao direito de posse com base na ocupação e na fixação. Para se criar êste nôvo direito, não se pode deixar de tomar em consideração que a missão histórica de povo civilizador se adulterará se se não ajuntarem, ao trabalho de ocupação de fato, os elementos morais que a sustentam com o interesse que vem do coração — a família, a escola, a igreja — como coisas indispensáveis de ordem espiritual para a realização de obra sólida. E o que se fizer terá as raízes bem agarradas à terra.

Para isso, não se pode enviar "levas" de colonos, que, saídos das massas populares, não possuem nem cultura nem preparação para terem uma noção, elementar que seja, dos problemas ultramarinos a reclamarem soluções encadeadas, embora distintas. Branco por estilo ou absor-

vido pela solução dos seus próprios problemas, alheios aos interesses da comunidade e do país, o colono, recrutado ao acaso, — se não mesmo entre os piores das paróquias, para os afastar — está muito longe de ter a visão dos fatores que condicionam as realidades e, portanto, os interesses nacionais em terras de além-mar.

A maioria esmagadora do metropolitano, que se desloca para lá, ainda pensa em cuidar de si mesmo, do seu caso pessoal. Satisfeito este ou falhados os seus propósitos, é-lhe indiferente tudo o mais. Faltam-lhe a mentalidade e a cultura que dão a consciência dos problemas daquelas terras e das suas gentes.

Não é com este colono, que ainda pode vender o que tem para tentar a sorte que se poderão salvar os pedaços de uma Pátria, dispersos pelo mundo. Ignorante do meio e das condições da terra, desorientado, muitas vezes desamparado, continuará a perder-se nos caminhos do mato. Sem recursos, como tem acontecido a tantos, persiste em correr à aventura, encontra-se com frequência sem trabalho, coçando, em alguns casos, as suas calças nos bancos das praças públicas e recebendo a sopa numa instituição de caridade — quando não se prostitui, com o próprio homem de côr, se é mulher — ou então fica no fundo da selva agarrado ao seu sonho, minado de febres, quantas vezes longe da mulher e dos filhos que perderão o seu melhor amparo. E, quando não caía como os velhos galhos da árvore, permanecerá nos matos a apodrecer quais folhas verdes que um golpe de vento arrancou dos troncos e espalhou pelo chão. É a morte certa, numa agonia lenta, torturada. Se o não devorarem as febres e as fadigas, talvez as fomes, absorvê-lo-á de certeza o mato. Regressará no tempo e na distância, porque caminhará sempre na direção da selva, vivendo a vida do autóctone, porque lhe faltarão os meios de viver a sua própria vida.

Bem se sabe que foi assim, e com esta gente rude e ignorante, que os países pluricontinentais fizeram do seu além-mar aquilo que êle foi, e para alguns ainda é. Todavia, aquilo que se tornou possível ontem já o não é hoje. A nossa época, em que o trabalho carece de orientação e é subordinado a um fim útil, não permite que se tente a sorte. Reclama, sim, que, na satisfação desta necessidade impenhorável de ocupar, com urgência e em massa, o além-mar, tal ocupação se faça com planos conscientes — que garantam não só a emigração de colonos capazes, pelo recrutamento e pela preparação a dar-lhes, mas também a sua total absorção pelos territórios, mercê da infraestrutura econômica que nêles se crie desde já, sem perda de mais tempo e em ritmo intensivo — se se não quiser manter os erros do passado, com perda quase total de energias e de dinheiros, se se não quiser continuar a caminhar às cegas, às apalpadelas, dentro do mesmo terreno de fantasias e irrealidades em que tantos têm vindo de caminhar há tantos anos.

Tudo deve ser previsto e preparado e, depois, executado com visão e senso para que a corrente emigratória criada com a finalidade de con-

tribuir para evitar a desagregação do MUNDO NACIONAL sob o domínio negro não venha a constituir o gérmen da sua desagregação sob o domínio branco.

Daí, ser imperativo nacional:

augmentar a presença do homem branco nas terras de além-mar, para dispor em cada parcela territorial de uma massa branca que constitua uma força contra a qual esbarrem tôdas as ameaças, por estar nela uma das bases fundamentais da verdadeira comunidade multirracail a criar.

Para tanto, impõe-se

- *não só orientar, SEM PERDA DE TEMPO, E EM RITMO O MAIS ACELERADO POSSÍVEL, a corrente de emigração metropolitana para aquelas parcelas, DE HARMONIA COM UMA PLANIFICAÇÃO que elimine por completo os gravíssimos erros da improvisação e da aventura;*
- *mas também fazer ocupar, em cada uma das parcelas, as regiões-chave cuja posse garanta, a todo o tempo, a posse total do território.*

Porque a infra-estrutura econômica está na base da ocupação racional dos territórios de além-mar — a única ocupação que garantirá o humanismo e o universalismo que hão de impregnar uma ação civilizadora — a sua criação terá de se fazer sem olhar sacrifícios.

Insensato e perigoso será persistir na idéia de que o desenvolvimento de territórios de grande extensão e de marcado atraso se pode fazer com base no homem que disponha unicamente da enxada para desentranhar a terra em riqueza e dos seus músculos para transportar essa riqueza. Fazer dêles aquilo que, infelizmente, ainda não são e que importa venham a ser em prazo mais do que limitado, é tarefa de tal complexidade e de tal grandeza que só poderá ser levada a bom termo à custa de uma soma ilimitada de esforços.

Reclama ela, sem dúvida, avultadíssimos meios financeiros e numerosíssimos quadros técnicos, que nem todos os países possuirão. Se é certo que a carência de quadros poderá resultar da má orientação seguida, desde sempre, no sistema de ensino adotado e que a falta de capitais talvez esteja na circunstância de continuarem a ser limitadas as possibilidades desses países, certo é também que o conhecimento de tais razões servirá para se ficar consciente de que a falta dêstes dois elementos essenciais só a longo prazo poderá ser eliminada pelos próprios recursos nacionais.

Resulta, assim, em face da premência absoluta de se iniciar a obra, sem perda de mais um momento, a necessidade de se recorrer a capitais e a técnicos estrangeiros se fôr intenção, de fato, realizar o imperativo nacional atrás enunciado.

Não se vê fundamento para os receios que, em geral, desperta a idéia da presença num país de capitais e mesmo de técnicos de outros países. Tudo depende, em minha opinião, da maneira como se processar a atração desses elementos. Bastará, por um lado, que se evite a sua concentração numa única origem, procurando-os, ao contrário, em vários países, e, por outro lado, que se definam, para a sua aplicação, condicionamentos que, muito embora os atraiam, disciplinem os seus apetites e as suas intenções, enquadrando uns e outros nos interesses e nos objetivos nacionais.

Se assim se fizer, passarão as várias parcelas territoriais a oferecer as condições indispensáveis à fixação de centenas de milhar — e porque não milhões? — de nacionais metropolitanos, ao mesmo tempo que se irá ao encontro da necessidade por vezes bem premente de desviar da metrópole o excesso populacional, que nela não pode ser mantido sem se criar uma situação alarmante.

Além de tudo isso, estar-se-ão a criar novos elementos de defesa da posição nacional em África. Com efeito, o investimento desses avultados capitais estrangeiros define a criação de poderosos interesses que só serão respeitados e garantidos na medida em que a presença nacional naqueles territórios fôr uma realidade. Daí, a firmeza com que as organizações suas proprietárias se empenharão, ao lado desse país, na luta por essa presença, luta que deixará de ser unicamente dêle para ser também delas, na certeza em que estão de que, se não vencerem juntos, tudo se perderá.

Nesta ordem de idéias, para que o imperativo nacional de fixar, em terras de além-mar, numerosa população branca tenha solução real, é indispensável que

se crie, nessas terras, uma infra-estrutura econômica capaz de absorver totalmente aquela população, recorrendo para tanto a capitais e técnicos estrangeiros, DENTRO DE UMA PLANIFICAÇÃO AJUSTADA que, eliminando os perigos que possam resultar para a soberania nacional da presença desses meios, faça dela mais um instrumento da sua luta.

E porque o homem branco representa, pelas suas possibilidades, dadas pelo seu saber e pelas suas técnicas, o elemento indispensável à realização do homem de côr, ainda em estado de manifesto subdesenvolvimento, a sua presença há de constituir o verdadeiro fator determinante da realização efetiva da comunidade multirracial, na medida em que esta não é simples coexistência física de diferentes etnias mas sim, e fundamentalmente, coexistência física e espiritual dessas etnias no mesmo nível de promoção. Só assim massa branca e massa de côr se fundirão numa realidade positiva, interpenetrando-se e integrando-se, e o Homem, qualquer que seja a sua pigmentação e o seu credo, estará a caminhar, com segurança e em paz, no sentido da sua realização total.

B — AÇÃO DE AMBITO LOCAL

Procura o adversário, onde tenha decidido levar a subversão, desenvolver, com persistência e eficácia, a incubação subversiva, instalando por toda a parte uma infra-estrutura clandestina, que lhe há de servir de base às suas organizações político-administrativa e militar.

Ciente que esteja de haver dado a essa infra-estrutura o necessário desenvolvimento e a indispensável solidez que lhe permitam entrar na ação direta, o inimigo passará à violência. Dispondo então do apoio de parte da população, desencadeará por todo o lado uma ação violenta que visará não só a submeter todos quantos hajam resistido à persuasão do primeiro período mas também a gastar sistematicamente e a paralisar progressivamente a ordem estabelecida, iniciando assim a desordem de que só a ele beneficia.

A diversidade de características destes dois períodos da subversão — incubação e violência — determina que a cada um deles corresponda uma reação específica.

1) Durante o período da incubação

É de obrigação envidar todos os esforços no sentido de DETER A AMEAÇA EM CURSO, pela neutralização da ação subversiva,

- impedindo que o adversário explore nas populações os recursos morais e materiais de que necessita para se fortalecer pouco a pouco e passar à violência,
- obtendo o concurso ativo dessas mesmas populações para destruir a máquina por ele criada.

Esta detenção da ameaça reclama a montagem de uma máquina em perfeito estado de funcionamento — com orgânica rigorosamente ajustada a elementos conscientemente aptos — e visão larga e decidida no seu emprêgo.

O trabalho dessa máquina há de assentar em três atividades essenciais:

- a ação de destruição da infra-estrutura clandestina
- a ação informativa
- a ação sobre as populações.

Sem me debruçar, de momento, sobre a técnica própria de cada uma destas atividades, o que obrigaria a abandonar o campo de estratégia, importa definir a correlação entre elas para daí deduzir a indispensabilidade da sua íntima coordenação, através de uma direção superior única.

A primeira destas ações, com características nitidamente policiais, será levada a efeito por todas as organizações militarizadas e de natureza mais ou menos para-militar existentes no território ameaçado, tais

como Corpo de Polícia, Guarda-Fiscal, Guarda Rural, Organização de Voluntários, Fiscais de Caça, etc. Atuarão elas, neste primeiro período de luta contra a subversão, independentemente das forças armadas, às quais não têm — nem podem ter por razões bem conhecidas — qualquer subordinação. A sua atividade operacional, de interesse fundamental — pois dela dependerá, em grande parte, a possibilidade de neutralizar a subversão no período inicial da clandestinidade — não pode deixar de ser coordenada superiormente, de modo a tirar dela todo o rendimento que é susceptível de dar e que importa obter a todo o transe. De fato, não seria de aceitar que houvesse atividades conduzidas não só isoladamente, ao alvedrio de cada comandante, mas também — o que mais grave seria — em compartimentos estanques. Nenhuma daquelas organizações pode estar animada do espírito inadmissível de mostrar serviços e de se impor, à apreciação dos governantes como mais importante, mais ativa e mais útil do que as outras. Seria a negação total da luta se cada uma delas desconhecesse o que as outras fizessem. A verificarem-se tais circunstâncias, nenhuma das organizações estaria orientada no verdadeiro sentido da luta contra a subversão e todos os esforços estariam a ser desperdiçados. É, aliás, o que infelizmente sempre se verificou por toda a parte e continua a se verificar com muita frequência...

No que refere à informação, afigura-se-me desnecessário alinhar argumentos para demonstrar o que por si mesmo já está demonstrado: a sua necessidade imperativa, nesta modalidade de luta. No entanto, se, por sentimento, é geral a aceitação desse imperativo, talvez nem todos — porque nem todos estarão de posse da técnica da informação — reconheçam o caráter decisivo da sua centralização e coordenação. Bastará, contudo, recordar, para o reconhecer e aceitar, que o adversário, por viver diluído no seio da população, se encontra em toda a parte e em parte alguma, está presente a todo o instante e em instante algum, é toda a gente e não é ninguém, só podendo ser detectado através de muito cuidadosa e aperfeiçoada informação. *E esta só existirá, de fato, se for centralizada e coordenada.*

Por fim, a ação sobre as populações. Fortalecer a coesão nacional pela valorização espiritual, social e material das massas populacionais, pela preparação da sua defesa moral e pelo robustecimento da sua vitalidade e resistência, promovendo, por todos os meios, além de uma esclarecida consciência nacional, a mobilização e a coordenação de todos os esforços e meios de atuação apropriados, reclama a montagem de um serviço especial: o serviço de ação psico-social, que superintenda nos vários serviços afins. Regra geral, poucos são os espíritos abertos para esta realidade. Surgem assim resistências à sua criação e à implantação de um dispositivo que o acione. *Como consequência, as populações continuam "disponíveis" — para usar o termo técnico da linguagem subversiva — e, portanto, "desarmadas" perante os assaltos psicológicos do adversário.* E este é, dos fatores que muito contribuem para o agravamento progressivo da situação, o mais decisivo.

Tais são as pedras básicas da máquina a empregar na luta contra a subversão no período da clandestinidade.

E porque cada uma delas têm de estar, como disse, em condições de desempenhar conscientemente a missão que lhe couber no conjunto da ação, *importa dar à primeira um órgão de coordenação operacional capaz e atribuir, a cada uma delas, uma chefia que, pelos seus reais conhecimentos e pelas virtudes morais, esteja de "fato" à altura da missão.*

Se, desta forma, se contribui para o perfeito funcionamento da máquina, nem por isso êste ficará garantido, porquanto aquelas condições, embora necessárias, não são suficientes.

Com efeito, poderão as atividades das organizações militarizadas e para-militares passar a estar criteriosamente coordenadas, a informação a ser cuidadosamente centralizada e a ação sôbre as populações a revelar-se adequadamente ajustada. SE, PORÉM, NÃO CONVERGIREM NUM SÓ OBJETIVO — A DESTRUIÇÃO DO ADVERSÁRIO — QUE MATERIALIZE UMA ÚNICA FINALIDADE — IMPEDIR QUE A SUBVERSÃO PASSE AO SEGUNDO PERÍODO: O DA VIOLENCIA — TORNAR-SE NÃO SÓ LAMENTAVELMENTE INÚTEIS MAS TAMBÉM PERIGOSAMENTE COMPROMETEDORAS PARA A VITÓRIA SÔBRE O INIMIGO.

Essa convergência só é possível através da coordenação das referidas atividades (Fig. 2).

Assume ela caráter basilar entre a informação e a ação das organizações militarizadas e para-militares, uma vez que a *atuação ajustada destas dependente em absoluto da perfeita exploração daquela. Se esta dependência se não verificar, a ação policial será cega e mais não fará que acumular erros sucessivos.*

Em contrapartida, as referidas organizações, no seu trabalho do dia a dia, colhem inúmeros elementos informativos e elevada quantidade de notícias que, por falta de meios técnicos e especializados e até de tempo, não estão em condições de trabalhar, transformando umas e outras em informações. Não é essa, de resto, a sua missão. Tudo deverão remeter sem demora ao serviço de centralização e coordenação de informações, onde tais elementos entrarão na corrente de trabalho da informação. Desta maneira, *se a ação policial, para ser orientada, necessita da informação, esta encontra naquela um dos mais valiosos órgãos de pesquisa, de que não pode prescindir.*

Há, pois, reversibilidade na dependência.

Como consequência, PRETENDER LUTAR CONTRA A SUBVERSÃO SEM ESTABELECEER ÍNTIMA COORDENAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES POLICIAIS E O SISTEMA DE INFORMAÇÕES É VIVER NA MAIS INGÊNUA DAS ILUSÕES; PIOR É GASTAR ENERGIAS VALIOSAS SEM QUALQUER RENDIMENTO, CRIANDO ASSIM UM ESTADO DE ESPÍRITO DE DESALENTO E DE DESCRENÇA QUER NAS FÓRCAS DA ORDEM QUER NA OPINIÃO PÚBLICA.

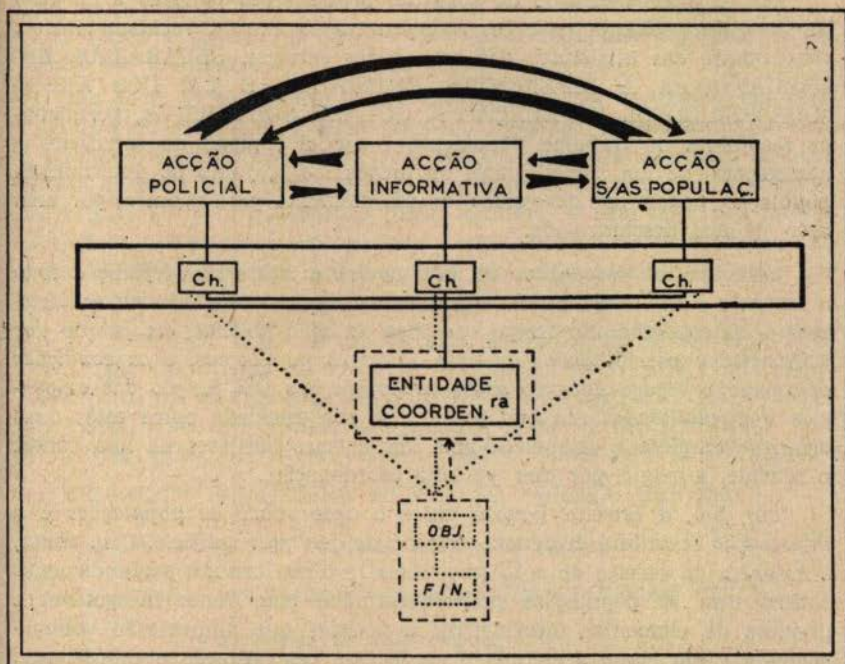


FIG. 2

O mesmo acontece quanto à ação de destruição do adversário na fase da clandestinidade e à ação de conquista das populações. Na verdade, impõe-se destruir não só toda a organização subterrânea do adversário, para dar às populações a garantia de segurança de que necessitam, mas também a doutrina que criou e está a inocular nas almas. É, contudo, intuitivo não se poder parar aqui porque, a fazê-lo, o inimigo bem depressa se reconstituiria visto as populações ficarem abandonadas a si próprias, a debater-se numa situação preñe de dúvidas, sem um ajustado apoio orgânico político.

A destruição feita pelo adversário, somar-se-ia a realizada por nós. E as populações, ao debruçarem-se sobre si mesmas, encontrar-se-iam perante um vazio desesperador; e, ao olharem em torno de si, apenas vislumbrariam a desolação. Nada mais lhes restaria, pois, do que a desorientação e a descrença e o desalento.

Cumpre, pois, ir mais além, reconstruindo, por um lado, o que aquele demoliu e construindo, por outro lado, esse novo apoio e, através dêle, tudo quanto indispensável se torne ao melhoramento da vida das populações.

A luta é, pois, a integrante de uma destruição e de uma construção, realizando-se aquela única e exclusivamente na medida em que abra o caminho a esta.

Dai, a interpenetração da ação das organizações policiais e da ação de conquistas das populações, interpenetração essa a reclamar íntima coordenação das atividades dos respectivos serviços. SEPARÁ-LAS, ENTREGANDO-AS A DIFERENTES ENTIDADES, É UM DOS ERROS MAIS PERIGOSOS NA REAÇÃO À GUERRA SUBVERSIVA, porquanto os resultados do trabalho persistente e obscuro, pleno de sacrifícios e abnegações, de um período mais ou menos longo, junto de determinada população, podem ser destruídos, de um momento para o outro, por uma ação policial descontrolada.

Constitui um imperativo na luta contra a subversão definir, a todo o instante e em toda a área a ela submetida, diretamente ou indiretamente, as condições de tempo e espaço da ação policial, em função das exigências e possibilidades da ação sobre as populações, e as condições de tempo e espaço da ação sobre as populações, em função das exigências e possibilidades da ação policial. A reciprocidade entre estas duas ações é completa e estabelece uma das normas basilares na luta contra o rebelde, a exigir, por isso, perfeita coordenação.

Por fim, a estreita ligação entre a ação sobre as populações e a informação ressalta à evidência, despida de qualquer artifício. Com efeito, a natureza do serviço de ação psico-social e o seu contato profundamente íntimo com as populações proporcionam-lhe uma fonte inesgotável e preciosa de elementos informativos e notícias que alimentarão volumosamente e em ritmo acelerado o serviço de centralização e coordenação de informações. Mais ainda: muitos desses elementos só o serviço de ação sobre as populações os conseguirá, visto nenhum outro serviço ou órgão ter possibilidade de os obter, por lhe faltar a oportunidade que é dada pelos circuitos de confiança estabelecidos por toda a parte por aquêle, ao entrar em todos os lares e em cada alma.

Mas esta corrente, que se manifesta no sentido da ação sobre as populações para a informação, também se verifica no sentido oposto. Na realidade, a informação colabora, em grau muito apreciável, no estabelecimento dos fundamentos da escolha da zona ou zonas onde desencadear, em determinado momento, as operações psico-sociais. É contribuição que por princípio algum pode ser desprezada: tem de ser desejada.

Também aqui é um fato a reversibilidade na dependência entre as duas ações.

Assim, AS TRES ATIVIDADES QUE CONSTITUEM A BASE DA LUTA CONTRA A SUBVERSÃO NO PERÍODO DA CLANDESTINIDADE — ação policial, ação informativa e ação sobre as populações — PORQUE DEPENDEM TODAS ENTRE SI, TÊM DE SER ÍNTIMAMENTE COORDENADAS, COORDENAÇÃO SÓ POSSÍVEL ATRAVÉS DE UMA DIREÇÃO ÚNICA.

Sem ela, tudo será feito ao acaso, sem nexo, com total desconhecimento e desprezo das linhas de força do problema, sem qualquer visão

de conjunto e com desperdício, a bem dizer total, dos esforços tão penosamente realizados.

Em meu parecer, deve esta direção única ser entregue, em cada território de além-mar, a uma entidade (Fig. 3) *que, liberta de toda e qualquer outra preocupação, será responsável pela complexa e vasta missão de planificar aquela luta, de harmonia com as diretrizes políticas do responsável pela governação desse território e com base nos fatores de decisão fornecidos pelos referidos órgãos, e de a conduzir, através do emprêgo destes, sempre fundamentado nos elementos de situação por eles sucessivamente proporcionados.*

SÓ ASSIM A LUTA PODERÁ SER EFICIENTE, PORQUE A UNIDADE DE COMANDO E DIREÇÃO GARANTIRÁ A CONVERGÊNCIA INTEGRAL DE ESFORÇOS, DENTRO DE UMA PLANIFICAÇÃO ÚNICA DE CONJUNTO. SÓ ASSIM A REAÇÃO TERÁ O SIGNIFICADO E O ALCANCE QUE IMPORTA TENHA, PARA CONDUZIR À VITÓRIA.

SEM ESTA ESTRUTURA NUNCA SE PODERÁ VENCER...

Em conclusão: para se deter a ameaça impõe-se

organizar em bases sólidas, e sob UMA DIREÇÃO ÚNICA,

- um serviço de informações*
- um serviço psico-social*
- um serviço policial, integrado por todos os organismos militarizados e paramilitares,*

dando a cada um deles a estrutura e o desenvolvimento indispensáveis a uma atividade eficiente.

Não basta, contudo, deter a ameaça. Se mais se não fizer, ter-se-á limitado a ação a restaurar o estado de coisas anterior à subversão. Esta deflagra em consequência da exploração, por parte do adversário, dos erros e das prepotências que, cometidas pela ordem estabelecida, originam nas populações ressentimentos, recalcamentos e frustrações. E as razões profundas que levam aquelas a lançarem-se na rebelião, ou a aceitarem-na, não terão desaparecido.

A frente interna continuará a apresentar as mesmas "fendas" que tem, através das quais o adversário insistirá em penetrar para conseguir a sua completa desagregação, e a ordem estabelecida continuará "desarmada" perante essa insistência.

Ter-se-ão debelado os efeitos de um mal que ameaça de morte, conseguindo-se assim deter momentaneamente a marcha da doença. Todavia, a subversão fêz desencadear uma evolução rápida dos espíritos que não é possível suprimir. Bem ao contrário, há que a fazer derivar no sentido da causa nacional, o que exige a destruição das razões daquele mal. Se assim não fôr, em breve este ressurgirá, pois o adversário, persistente como é, recomeçará, explorando essas razões por todas as formas e com todos os meios, a fim de agitar de novo as "massas". Uma vez

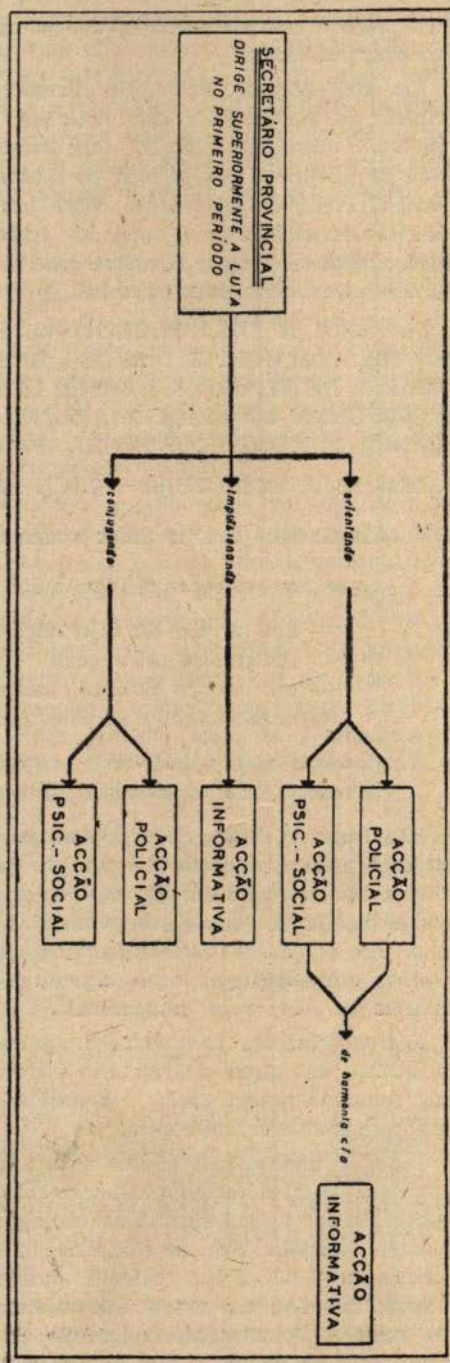
mais, procurará penetrar através daquelas "fendas" e, uma vez mais também, encontrará o país "desarmado".

Daí, a necessidade de um empenhamento, a fundo na eliminação dessas "fendas", pela supressão dos erros que tenham vindo a ser cometidos. Reconhece-se, pois, a indispensabilidade de DESENCADear UM CONTRA-ATAQUE, com vista a eliminar as *determinantes positivas* da subversão e a neutralizar a base ambiental das suas *determinantes negativas*,

realizando a promoção das populações que, integrada na causa nacional, leve à criação, de fato, de uma sociedade multirracial, ponto de partida para a edificação do verdadeiro MUNDO NACIONAL.

O desencadeamento do contra-ataque não poderá ser feito em qualquer momento. Se não se quiser repetir o erro cometido por muitos dos outros e seguir o mau caminho até agora trilhado, há de preparar-se um ambiente favorável à operação, pela sua aceitação por parte das populações, explorando convenientemente e ajustadamente os resultados do trabalho realizado durante a detenção da

FIG. 3



ameaça. Esta detenção é a fase preliminar de toda a luta, que terá como ação fundamental e decisiva o contra-ataque, com o qual se fará

uma completa transformação das condições de vida das populações, não só econômicas e sociais mas também culturais e espirituais, pela efetivação de reformas nesses vários campos.

Sem estas reformas, a vitória contra a subversão será impossível; mas, para que elas venham a ser uma realidade positiva, imperativo se torna que as populações compreendam e sintam o seu significado e alcance e as aceitem sem quaisquer hesitações.

O desencadeamento do contra-ataque exige que

se concentre o esforço da ação governativa

*na instrução e educação
na ação médica e social
no povoamento,
no fomento, particularmente*

*na agricultura
na pecuária
na geologia e minas
nas obras públicas
nas comunicações
na indústria.*

São estas, sem dúvida, as tarefas que, por constituírem a base da sobrevivência de qualquer país, livre e soberano, hão de ser consideradas como vitais. Daí, a obrigação imperativa de serem realizadas a todo o custo, conjugando na sua realização todos os esforços, sem olhar a sacrifícios, quaisquer que êles sejam: TÔDAS AS POSSIBILIDADES, ESPIRITUAIS E MATERIAIS, HÃO DE SER POSTAS AO SEU SERVIÇO. As demais serão realizadas apenas na medida em que as restantes disponibilidades o consintam.

Consolidada que seja a posição nacional, por se ter vencido o perigo de morte que ameaça o país, serão elas retomadas e procurar-se-á neutralizar o atraso que hajam sofrido. Até lá, porém, serão "esquecidas", para que parte dos esforços, que lhes são consagrados seja desviada em benefício das tarefas vitais.

Assim, para montar convenientemente os serviços que hão de realizar a detenção da ameaça e para concentrar o esforço da ação governativa nas missões fundamentais e decisivas, impõe-se

eliminar com firmeza tudo quanto seja supérfluo e até mesmo dispensável e sacrificar os demais serviços públicos, enquanto a crise não fôr dominada, destinando parte do seu pessoal e das suas verbas ao refôrço daquelas atividades.

Se as leis em vigor o não consentem — por estarem ultrapassadas por uma situação em tudo diferente daquela para que foram criadas — elaborem-se novas leis, alterando o que alterações necessite, ajustando o que ajustamentos reclame, eliminando o que eliminações exija, de modo que o corpo jurídico instituído sirva plenamente a gravíssima situação criada ao país e permita as verdadeiras soluções para os problemas dela decorrentes.

De tudo o exposto, a conclusão impõe-se logicamente:

para se vencer na luta contra a subversão, durante o período da incubação, cumpre, antes do mais, DETER A AMEAÇA EM CURSO e, depois, feita essa detenção, DESENCADear UM CONTRA-ATAQUE.

1) Para DETER A AMEAÇA, há que

- entregar a responsabilidade da planificação e condução da luta a UMA DIREÇÃO ÚNICA, que acionará, fundamentalmente,

*um serviço de informações
um serviço psicossocial
um serviço policial;*

2) para CONTRA-ATACAR, cumpre:

- concentrar o esforço da ação governativa nas tarefas decisivas para a sobrevivência nacional,
- sacrificar, em benefício dessas tarefas, tôdas as atividades que não concorram diretamente para elas,
- rever o atual corpo jurídico, ajustando-o à verdadeira essência da luta em curso.

2) Durante o período da violência

Neste segundo período da subversão, a reação há-de processar-se ainda através de uma detenção e de um contra-ataque.

Nôvo fator, contudo, passa a intervir na situação por parte do adversário — a sua potencialidade de força — exigindo que a ordem estabelecida — embora desenvolva o contra-ataque em condições idênticas às do período anterior — passe a manobrar em novas bases no que refere à detenção da ameaça.

Onde a quando a violência venha a ser iniciada pelo adversário, a ordem será alterada. Porque nada se pode construir na desordem — que, como disse, só ao inimigo aproveita — haverá que restabelecer aquela no mais curto período de tempo.

O desencadeamento da ação violenta revela que a organização clandestina do adversário se transformou numa verdadeira "máquina subversiva", alcançando nível suficientemente elevado para lhe dar a certeza de vencer. Poderá sofrer reveses aqui e além, hoje e amanhã, remeter-se a períodos de atividade mais ou menos prolongados, viver situações de maior ou menor dificuldade; tudo isso será possível, mas o somatório final da sua persistência e de tôdas as suas atividades apresentar-se-á, sem dúvida, positivo.

A destruição daquela "máquina", que se impõe como preocupação imediata, para libertar as populações da ameaça permanente e aniquiladora do terror, não poderá alcançar-se, como no primeiro período, por simples ação policial, uma vez que à organização político-administrativa, agora eficiente, se juntou, apoiando-a e fortalecendo-a, uma organização militar, cujo poder se acentuará com o decorrer do tempo.

Surge assim a necessidade de empenhar meios materiais mais eficazes, por mais poderosos, sucetíveis de, em paralelo com o aniquilamento da organização político-administrativa adversa, eliminarem, tão depressa quanto possível, o sistema militar adverso.

Esses meios só as forças armadas os possuem.

Nesta ordem de idéias, cumpre

fazer intervir, sem demoras, com tôda a firmeza, energia e severidade, a força armada, onde, porventura, o adversário haja conseguido iniciar o período de violência.

Esta intervenção das forças armadas integrar-se-á, pois, na detenção da ameaça, emprestando à ação de destruição da infra-estrutura adversa a força que ainda não possui e de que passa a necessitar perante a valorização daquela infra-estrutura.

Para que as forças armadas possam cumprir esta missão de destruição da máquina do adversário da sua infra-estrutura, é indispensável que o seu emprêgo se faça com respeito por umas tantas normas que pouco, ou mesmo nada, têm de comum com as normas clássicas.

a) AÇÃO MILITAR

Dispositivo a criar

Porque aquela infra-estrutura é constituída por uma organização político-administrativa e por uma organização militar, que se completam entre si, a sua destruição há-de abranger êsses dois ramos e ser realizada simultâneamente sôbre ambos, num rigoroso ajustamento à modalidade de ação do adversário.

O desmantelamento da organização político-administrativa implica, antes do mais, a sua deteção, em seguida, a sua neutralização e, por fim,

a impossibilidade da sua reconstituição. É tarefa que deve continuar a ser atribuída à ação policial, desenvolvida desde o primeiro período, aproveitando assim todo o sistema de luta já montado, mas agora integrado no dispositivo das forças armadas.

No que refere à organização militar adversa, o seu aniquilamento, de caráter essencialmente guerreiro, reclama, como primeira preocupação, a garantia, na região subvertida ou ameaçada, da liberdade de movimentos das forças da ordem e a conservação de determinados pontos essenciais à economia da região e à vida da ordem estabelecida. Para isso, haverá que assegurar a posse desses elementos, tidos como indispensáveis à garantia daquela liberdade e da vida das populações e à limitação das do adversário, instalando postos ao longo de tais itinerários e sobre tais pontos. O que não pertence à ordem estabelecida pertence ao adversário. Mesmo que este se não encontre lá, é necessário ocupar, do contrário acabará ele por se instalar.

A posse de alguns itinerários e pontos ficará assegurada, é certo, mas a zona onde se encontra cada um desses itinerários e desses pontos continuará a não pertencer às forças da ordem, porque os bandos adversos, beneficiados pelo estatismo do dispositivo daquelas, atuarão com toda a iniciativa no intervalo dos referidos postos, tornando-se cada vez mais ousados e, como consequência, fazendo crescer de dia para dia a desmoralização, não só das forças da ordem mas também da população.

O aumento da densidade do dispositivo, pela instalação do maior número possível de postos, conquanto permitisse certa melhoria da situação, pela diminuição dos intervalos, não representaria a solução que importa ter. De fato, a menos que tais intervalos se reduzissem a ponto de consentirem, em boas condições, a ligação à vista entre os vários postos instalados — o que, na prática, seria impossível dados os extraordinariamente elevados efetivos absorvidos — o adversário, mesmo com maiores dificuldades, continuaria a poder atuar na “terra de ninguém”. A sua guerrilha conservaria toda a força, nascida do moral e do sentimento de poder preparar à vontade os seus golpes e de os vibrar onde, quando e como quisesse, do forte ao fraco e se beneficiando da surpresa.

A imobilidade deste conjunto de postos não permite a destruição da organização militar do inimigo, verdadeira finalidade a atingir com a ação militar das forças da ordem.

Esta não poderá, pois, limitar-se à implantação de tal dispositivo.

Têm de se fazer como o inimigo. Há que criar, entre as tropas da ordem estabelecida, a mentalidade do caçador e não da peça de caça. Têm elas de viver como os bandos do adversário, marchar como eles, persegui-los, despistá-los e flagelá-los. A guerrilha não se combate senão com a guerrilha. Importa libertar as forças da ordem de toda e qualquer idéia de estatismo, de as arrancar ao arame farpado por trás do qual possam, num ou noutro momento, pensar em abrigar-se, e fazer delas um instrumento agressivo, tanto de dia como de noite, em vez de defensivo, que procure em vez de esperar, que prefira o risco da inicia-

tiva ao risco da inação. *Cumprir criar à guerrilha do inimigo, por toda a parte e a todo o momento, um ambiente de insegurança que lhe arrebathe a liberdade de ação, fazendo circular as forças da ordem, em permanência, em busca dos bandos adversos para os fixar e, em seguida, os destruir.*

A sua destruição depende, antes de mais nada, da sua localização. E estabelecer o contato com o adversário — porque este se encontra por toda a parte e em parte alguma — torna-se extremamente difícil. Há-de ele ser procurado por todo o lado, procura que pode ser comparada a uma verdadeira caçada coletiva, com aproximações, esperas e batidas sucessivas ou alternadas, no decorrer das quais a caça pode reagir com armas iguais, e até tornar-se caçador, e este, se não proceder ajustadamente por falta de informações, pode transformar-se em peça de caça. Só depois de encontrado e fixado é possível destruí-lo, destruição como características que, até certo ponto, se aproximam das clássicas.

Quer dizer, a ação móvel contra o inimigo tem de se desenvolver em duas fases bem diferentes: procura sistemática e permanente do adversário, em escala o mais vasta possível, e sua fixação até que, instalado o dispositivo encarregado de realizar o ataque, se proceda à sua destruição.

Como consequência, impõe-se a implantação de um sistema apropriado, que cubra por completo o território. Este será dividido em malhas — regiões, zonas, setores e subsetores — a serem ocupadas por forças de volume sucessivamente decrescente. *Cria-se, desta maneira, uma quadrícula, tanto mais eficiente, quanto mais apertadas forem as suas malhas elementares.*

A definição desta quadrícula não pode ser feita segundo as normas que presidem à instalação de um dispositivo para a guerra clássica. Porque, nesta nova modalidade de luta, importa criar o maior número possível de pontos de contato com as populações, de modo que elas sintam por toda a parte a presença da ordem estabelecida e esta possa tornar o mais ampla possível a sua ação sobre ela, haverá que dispersar ao máximo as forças, sem, no entanto, levar essa dispersão além de um nível que signifique perigo de destruição.

O dispositivo deverá, pois, ser implantado, não sobre o terreno topográfico, como na guerra clássica, mas sobre a população, verdadeiro terreno em que se desenvolve a luta subversiva e seu único objetivo. Como tal, a sua estruturação será feita de harmonia com o estudo demográfico do país ou do território, tendo em conta quer a distribuição da população — visto a densidade populacional traduzir o valor e o interesse das diferentes regiões — quer as suas características étnicas e sociais — por definirem o ambiente que o adversário encontrará no seio dela e a natureza das reações que ela oferecerá à ação das forças da ordem — quer ainda o grau de confiança que ela nos merece — pois dêle dependerá até onde as forças da ordem poderão apoiar-se

nela —. Por outras palavras, o *dispositivo deve nascer, antes de tudo, das condições populacionais*.

Sem um perfeito ajustamento entre essas condições e a articulação das forças da ordem, nascerá um dispositivo errado que, como consequência, de forma alguma poderá levar à vitória.

Da cuidadosa análise de tais condições nascerá a idéia que deve presidir à distribuição geral de meios, sempre dominada pela preocupação de um justo equilíbrio entre as necessidades resultantes dessa análise e as reais possibilidades. Só depois, com vista à concretização do dispositivo de cada malha, intervirão fatores de pormenor, nos quais estarão incluídos os determinantes da escolha dos pontos e itinerários a manter em cada malha elementar.

Se partirmos do princípio de que a divisão administrativa presidiu, um justo critério, determinado pelos vários fatores de ordem populacional, com ela deverá coincidir a quadrícula militar. Mais do que conveniente, esta coincidência é indispensável, porquanto *a totalidade da luta reclama, impõe mesmo, que operações e administração estejam integradas no quadro do conjunto da reação à subversão*. Daí, a necessidade subsequente de atribuir, em cada uma das malhas da quadrícula, a responsabilidade de tudo quanto nela se passe — no campo militar e no âmbito civil — a uma única entidade que detenha em suas mãos as prerrogativas civis e militares. Outra solução constituirá desacerto, e grave, por tornar impossível obter a *unidade de comando*, basilar nesta luta, visto só ela conduzir à unidade de ação e permitir judiciosa reflexão na concepção e ajustada firmeza na execução.

Nesta ordem de idéias, à força que ocupa cada uma dessas malhas caberá, por um lado, garantir, por meio de postos, a proteção de itinerários e pontos fundamentais e, por outro lado, dispor das condições que lhe permitam desencadear, a todo o instante e por toda a sua área, mantendo-a em permanência, uma ação móvel, apoiada naqueles postos. Como consequência, essa força terá de se articular em dois núcleos: *força de proteção e força de intervenção*, havendo toda a vantagem — senão mesmo necessidade — em desdobrar esta última em dois escalões: um ligeiro, de extrema mobilidade e da maior rusticidade, para a procura do inimigo e o estabelecimento do contato com ele — *forças de contato* — e outro, mais potente, para a sua destruição — *forças de ataque*.

Tal necessidade torna-se mais evidente e imperativa à medida que a subversão se intensifica e consolida, pois, na sua primeira fase, o valor militar do adversário não oferece consistência de maior, pelo que a sua destruição poderá ser levada a efeito pelas próprias forças de contato. Há, no entanto, por medida de segurança, que prevenir a hipótese de o valor militar do inimigo, mesmo no início do segundo período da subversão, por circunstâncias especiais que hajam escapado ao nosso estudo e à nossa apreciação, atingir em determinada ação, localizada no tempo e no espaço, um grau incompatível com as possibilidades daque-

las nossas forças. Para tanto, convirá que a força de intervenção dos escalões superiores ao da malha elementar da quadrícula disponha, desde o início, pelo menos de um pequeno núcleo apto a realizar a destruição, ocorrendo sem demora, enquanto as forças de contato "agüentam" o contato e impedem a fuga do adversário, núcleo êsse a desenvolver se a evolução da situação o aconselhar ou exigir e à medida que tal evolução se verifique.

Cumprirá à *força de proteção* a guarnição dos postos fixos de proteção, a escolher e estabelecer cuidadosamente, de harmonia com os meios disponíveis, as características das populações e a situação de momento. Quando a rebelião está no seu primeiro período — incubação — interessa estabelecer com as populações o maior contato possível de modo a tornar-se mais ampla a ação a realizar sobre elas, neutralizando assim a atividade subterrânea do adversário.

Na verdade, porque, como se sabe, a conquista da população é o objetivo da luta do inimigo, todo o elemento das forças da ordem que não esteja em contato direto e permanente com ela não terá qualquer eficácia. Para isso, deve instalar-se um grande número de postos, dando às suas guarnições um valor mínimo, embora sempre compatível com a segurança e a eficiência. Se, contudo, a situação vier a agravar-se, êsse número deverá ir diminuindo para que as guarnições, aumentando de valor, tenham possibilidade de resistir a todo e qualquer ataque do adversário, sendo mesmo de prever que cheguem ao efetivo de Companhia, se a situação se tornar muito difícil, a área do objetivo a proteger foi muito extensa e a população local não merecer confiança. À medida, porém, que o perigo fôr desaparecendo e, por conseguinte, graças à ação de pacificação, a situação se fôr esclarecendo e abrandando, de novo o dispositivo deverá começar a descontrair-se, pelo aumento do número de postos, visto as guarnições poderem ser reduzidas sucessivamente, sem, no entanto, irem além de um limite por se tornar sempre perigoso fazê-lo.

É indispensável, pois, acompanhar o evoluir da situação para se lhe poder adaptar, a todo o instante, o dispositivo, porquanto, se representa desperdício de meios conservar postos demasiado fortes para a situação de momento, grave erro será implantar ou conservar postos muito fracos, que depressa se tornarão pequenas ilhas cercadas e ameaçadas, sem influência real sobre os habitantes.

A *força de intervenção* é como que reserva de ação imediata, que dará mobilidade ao dispositivo, tornando-o dinâmico e agressivo, por forma a maniatar os bandos do adversário. Tomará à sua responsabilidade as ações de intervenção, não só em proveito direto e imediato de qualquer posto ameaçado pelo inimigo, mas também em benefício do conjunto da malha, realizando, dentro das suas possibilidades, as operações ofensivas ou cooperando com as forças do escalão superior, que hajam sido destacadas para essa malha, a fim de nela efetuarem uma operação de maior amplitude.

A estratégia militar na guerra subversiva terá de assentar no justo equilíbrio destas duas ações — a proteção e a intervenção — que se completam entre si. Da síntese do estatismo da primeira e da mobilidade da segunda, da passividade de uma e da agressividade da outra, vai resultar a criação de tôdas as condições indispensáveis à destruição da organização militar do adversário.

A primeira ação não poderá contudo, circunscrever-se rigorosamente aos pontos e itinerários mais importantes: tem de se fazer por tôda a parte, garantindo a proteção de todos os núcleos populacionais, por mais modestos que sejam, uma vez que um dos objetivos dos bandos adversos é espalhar um ambiente de medo e insegurança, destruindo a capacidade de resistência moral das populações.

Reveste-se, sem dúvida, a ação de proteção da maior importância, por garantir não só a posse daqueles objetivos essenciais à vida da população da região mas também a segurança das vidas e a proteção dos bens de cada um. Todavia, a vitória da ordem estabelecida, no campo militar, há-de assentar na ação móvel, a ser realizada em tôdas as malhas da quadricula, partindo dos postos nelas instalados, durante 24 horas por dia, no decurso de 30 dias do mês e dos 12 meses do ano, numa coordenação estreita por forma a obter-se a simultaneidade e a não dar possibilidade ao inimigo de se refugiar nas malhas de momento inativas. Na verdade, êste, ao ser perturbado em determinada malha, abandona-la-á, enquanto essa perturbação se mantiver, acolhendo-se àquela — ou àquelas — onde a atividade, das forças da ordem seja menor ou mesmo nula. Os resultados limitar-se-iam a inquietar os bandos adversos, que continuariam por destruir. Importa que aquela atividade cubra, a todo o momento, senão a totalidade do território, ao menos um conjunto de malhas contíguas para que, além da inquietação, se leve aos referidos bandos a destruição, pela impossibilidade de se subtraírem à ação daquelas forças.

Assim, a coordenação há-de fazer-se no espaço — a fim de se ter a garantia de que a ação se desenvolverá numa amplitude capaz de assegurar o êxito — e no tempo — com vista a obter-se a simultaneidade de ação nas diversas áreas em que fôr decidido realizá-la e a prosseguir-la até alcançar os objetivos estabelecidos.

É, na verdade, absolutamente indispensável multiplicar por um fator elevado os meios a empenhar nesta ação móvel, inundando as malhas, por tal forma, de forças de intervenção que torne possível manter em permanência um turbilhonamento que abranja tôda a área.

Repartição de forças

O justo equilíbrio das duas ações reclama um justo equilíbrio na distribuição de meios a elas destinados.

A sua importância relativa determina que à ação móvel seja consagrada a maior parte dos efetivos existentes, reservando para a pro-

teção o mínimo possível. Este mínimo, contudo, não pode baixar além de certos limites, porquanto a ação de proteção reclama também volumosos meios, já pelo extraordinário número de objetivos a proteger já para haver a garantia de que o adversário não conseguirá êxito algum com qualquer golpe de mão em força, pela concentração momentânea dos seus esforços contra determinado objetivo.

Esta circunstância cria um dilema que só poderá ser solucionado com a organização da autodefesa das populações, atribuindo-lhe a missão de proteção, a ser cumprida com o apoio de um certo número de unidades militares que, a êsse fim destinadas, constituiriam as *forças de proteção*. Desta maneira, será possível destinar a estas meios reduzidos e consagrar a quase totalidade dos meios à ação móvel: *forças de intervenção*, a articular, como já disse, nos escalões de contato e de ataque.

No início da luta, o potencial do adversário, embora em aumento, não será suficiente para exigir que se consagrem elevados efetivos ao segundo dêstes escalões. As operações de busca e de contato manter-se-ão as mais volumosas, já pela amplitude e pela duração que devem ter já pela circunstância de continuarem a poder evoluir normalmente no sentido do ataque, dada a relativa fraqueza do inimigo. Porque assim é, bastará destinar ao *ataque* meios limitados para que o esforço da intervenção se concentre maciçamente no *contato*, a ser realizado na mais vasta escala, batendo o terreno minuto a minuto e polegada a polegada.

Ao passo que as *forças de proteção* devem ter uma constituição assente em unidades de atiradores, dotadas de material que garanta a defesa eficiente de qualquer objetivo, levando ainda em conta os meios de que o adversário já disponha e venha a dispor em futuro próximo; as *forças de ataque* serão constituídas em agrupamentos de tôdas as Armas, dotados do máximo de mobilidade, compatível com o terreno onde terão de atuar. Por fim, as *forças de contato*, pelas características muito especiais da sua atividade — guerrilha — hão-de dispor de uma articulação dos seus elementos integrantes que lhes confira a máxima fluidez, com base em elevadas flexibilidade e mobilidade; ser dotadas de um armamento que, embora ligeiro, lhes permita desencadear, instantaneamente, a maior quantidade de fogo possível na unidade de tempo; possuir um equipamento que proveja a tôdas as necessidades da unidade e do combatente sem, contudo, amarrar uma e outro ao terreno, tornando-os pesados: são, entre nós, as “companhias de caçadores especiais”, tal como foram concebidas, e que, infelizmente, acabaram por ser extintas.

Quer dizer, na orgânica, e conseqüentemente na preparação, das *forças a constituir*, terão obrigatoriamente de ser levadas em conta as características das ações a que elas se destinam, de modo a criar, para cada tarefa, a “ferramenta” apropriada. É erro persistir na idéia de que um único tipo de unidade satisfaz a tão diferentes necessidades, e isto pela impossibilidade de se encontrar para êle um equilíbrio que permita

a sua adaptação eficiente a cada uma daquelas missões: o máximo que se conseguirá será um compromisso que de forma alguma poderá satisfazer.

Cumpra criar três tipos de unidades, de características e valor combativo diferentes, consoante a missão a que se destinem: extremamente, ligeiras e móveis as de contato; dotadas de potencial destruidor as de ataque; e com capacidade de resistência as de proteção. Com estas três "ferramentas" será possível realizar o que se não conseguiu nem conseguirá fazer com uma só: destruir a organização militar do adversário.

A repartição destas forças pelas malhas da quadricula será norteada por um princípio basilar: *tudo quanto se passe no interior de cada malha da quadricula é da inteira e exclusiva responsabilidade do seu Comando que, como consequência, deve dispor dos meios indispensáveis à realização integral da ação militar.*

Assim, a malha elementar há-de contar com elementos que permitam não só apoiar a autodefesa das suas populações mas também chamar a si diretamente a proteção dos itinerários e dos objetivos decisivos nela existentes, e elementos para intervir, "caçando" e destruindo os bandos adversos.

No que se refere à proteção, deve ela ser entregue à própria população, para o que se terá de organizar, convenientemente, a respectiva autodefesa, nas bases adiante expostas, destinando unidades militares elementares — tipo pelotão, reforçado ou não, consoante a situação — apenas aos itinerários e objetivos de interesse público e de importância decisiva; quanto à intervenção, pertencerá ela a uma — ou mais — pequena unidade de contato e a um pequeno destacamento de ataque, capaz de apoiar não só aquela mas também, se necessário, as forças de proteção.

Dado o seu limitado volume, poderão estes meios, destinados à malha elementar, ser agrupados com vantagem numa única unidade, de constituição mista, do tipo

pelotões de atiradores, em número variável com os objetivos e e os itinerários a proteger,

três pelotões de caçadores especiais, para manter com dois a permanência da ação, enquanto um repousa,

um ou dois pelotões de apoio, com atiradores e escalão de fogo — metralhadoras, morteiros, lança-granadas a.c. e canhões sem recuo —

unidade que teria, portanto, como elemento de intervenção, os caçadores especiais — para a ação de contato — e o apoio — para a ação de ataque — e, como elemento de proteção, os atiradores — destinados à proteção dos itinerários e objetivos fundamentais e ao apoio dos núcleos de autodefesa.

Nos demais escalões da quadrícula — porque a proteção já está assegurada nas malhas elementares — os Comandos disporão apenas de *forças de intervenção*, convenientemente articuladas e em volume definido pelo grau do escalão considerado. Com estas forças à sua disposição, cada um desses comandos estará em condições de cumprir a sua missão: intensificar, a todo o tempo, aquelas operações em determinado ponto da sua área, reforçando os meios das malhas subordinadas onde tais operações tenham lugar, ou então desencadear, por si próprio, ações, mais poderosas e amplas, de destruição dos bandos adversos.

Quanto ao Comando-Chefe, cumpre *manter uma reserva extremamente móvel* — a rapidez da ação, repito-o, é fundamental nesta modalidade de luta — constituída por unidades rápidas, transportáveis por ar, por mar ou por terra, que, instaladas em regiões bem escolhidas, possam acorrer, sem perda de tempo, a qualquer ponto da quadrícula, para eliminar o adversário que haja resistido às ações contra ele desencadeadas nos sucessivos escalões, quer reforçando os meios destes quer sobrepondo-os à sua ação. Há-de ainda o Comando-Chefe dispor de forças navais e aéreas, de todo indispensáveis, não só como valiosos elementos de cooperação com as forças terrestres, tanto no campo do transporte como no da observação e da ação pelo fogo, mas também como excelentes meios para o isolamento do inimigo com o exterior, pela realização da cobertura da fronteira e da vigilância da costa, por forma a eliminar tôdas as possibilidades de reabastecimento vindo dos seus aliados ou protetores.

Por princípio algum se poderá pensar na vitóia sem o concurso ativo e intenso da aviação. Com efeito, bastará, para o demonstrar de forma inequívoca, o seguinte apontamento ligeiro: onde quer que a luta se trave, as forças reabastecidas e apoiadas pelo ar não só poderão manter-se afastadas das suas bases durante longos períodos de tempo mas também não necessitarão de desfalcas o seu potencial para fazerem transportar e escoltar as baixas sofridas, ao evacuarem-nas para as bases, comprometendo, por vezes, o cumprimento da missão. E, assim, a cooperação efetiva da aviação permite às forças da ordem, por um lado, compensarem, em larga medida, uma das suas mais preocupantes deficiências — a falta de efetivos combatentes — e, por outro lado, fazerem uma melhor aplicação daqueles de que dispõem.

O fator surpresa, característica essencial da guerrilha, passou a sofrer limitações por efeito da aviação, que veio restabelecer, até certo ponto, o equilíbrio, proporcionando às forças da ordem maiores possibilidades de reduzirem o adversário à defensiva.

Nesse aspecto, reveste-se de importância decisiva o helicóptero que — além da valiosa colaboração dada à artilharia, como observador, ao comando, como meio de ligação, à logística, como reabastecedor e evacuador, e à própria aviação, como orientador dos seus ataques ao solo — é o elemento por excelência para transportar rapidamente as forças de ataque para onde quer que o adversário haja sido localizado.

pelas forças de contato, ignorando assim as dificuldades, por mais duras que sejam, oferecidas pelo terreno.

Sabido que o inimigo, uma vez contactado, furtar-se-á ao combate, retirando-se sem perda de tempo, desde que verifique não lhe ser possível resistir e eliminar as forças da ordem, impõe-se que estas informem da situação as forças de ataque, sempre prontas a partir, e se empenhem a fundo no sentido de manterem o contato, a fim de darem tempo a que aquelas cheguem e desencadeiem a ação que o há-le aniquilar. Esse deslocamento das forças de ataque, para ser oportuno, reclama, na maioria dos casos, a colaboração do helicóptero, o que aconselha a dotar com este meio os comandos, a partir de certo escalão, definido de harmonia com as possibilidades materiais, numa descentralização de todo indispensável.

No que às forças navais refere, importa deixar vincado o interesse de que se reveste, particular, a sua colaboração quer em zonas costeiras, semeadas de ilhas, onde o adversário se acoita e instala bases, quer em regiões cortadas por numerosos cursos de água ou braços de mar, pelas dificuldades que nelas encontram as forças terrestres. Numas e noutras, a sua ação, quer tome a forma de desembarques quer adote a modalidade de patrulhamentos, torna-se basilar para o aniquilamento dos bandos que nelas atuam.

Cadeia de Comando

Se, dentro do princípio da adaptação à divisão administrativa, considerarmos o posto administrativo como subsetor, a circunscrição como setor e o distrito como zona, poderemos aceitar, para a guarnição destas malhas, efetivos dos valores de subunidade de tipo companhia, de destacamento e de agrupamento, respectivamente. Parece ser este o esquema a admitir, uma vez que diminuir o seu valor seria criar o "vazio da ocupação", com tôdas as conseqüências desastrosas em face da subversão, pois esse "vazio" significa "liberdade de ação" para o adversário.

Bem ao contrário, há que encarar o aumento da densidade da quadrícula — se, porventura, a evolução da situação o impuser — o que se conseguirá, onde essa necessidade se revelar, quer pelo acréscimo dos efetivos quer pelo desdobramento dos subsetores. Assim, a todo o instante, nas áreas onde os acontecimentos, apesar de tudo, evoluam de maneira perigosa, poderá a *quadrícula-base* ser "apertada", estreitando aí as suas malhas, pela redução das respectivas áreas, em benefício da criação de novas malhas, ou aumentando os meios atribuídos a cada uma dessas malhas iniciais, cuja extensão será mantida.

Dadas as flutuações constantes da situação, que obrigam a reações imediatas, o combate, para se poder aproveitar o escasso tempo da manifestação de presença do adversário, tem de ser conduzido por quem o possa explorar com oportunidade. Tal circunstância obriga a *uma grande descentralização no Comando*.

Daí, constituir a *subunidade* — tipo “companhia”, de composição variável — o escalão tático fundamental, responsável pela execução das operações, em princípio, no interior de cada malha elementar da quadricula.

Estas subunidades atuarão, em número variável com a situação de cada área, sob um comando, de escalão imediatamente superior — o *destacamento* — cuja ação será, apenas, de coordenação e, sobretudo — o que é fundamental — de apoio. É de admitir, contudo, a necessidade de concentrar, por vèzes, os esforços de algumas ou mesmo de tôdas as subunidades em relação a determinado objetivo ou ação bem definida, situação em que a operação será conduzida diretamente pelo comando do destacamento.

A obrigação de orientar e coordenar as operações a cargo do destacamento leva à criação do escalão *agrupamento*, responsável pela área de zona. Esta coordenação pode induzir à conveniência de associar, sob o mesmo comando, maior ou menor número de destacamentos, de harmonia com a finalidade dessas operações e a evolução dessa situação, motivo por que também a composição do agrupamento deve ser variável.

Trata-se de um escalão que, por estender a sua responsabilidade a áreas muito vastas, terá de atuar mediatamente, o que não sucede, como disse, com as subunidades.

Um número reduzido de agrupamentos poderá equivaler a dar a cada um dêles uma área de responsabilidade exagerada e a reunir um número de destacamentos excessivamente elevado, comprometendo, assim, as possibilidades de uma ação de comando eficiente. Em contrapartida, a redução daquela área e daquele número para limites aceitáveis poderá obrigar a criar agrupamentos em tal quantidade que comprometa as mesmas possibilidades para o comando das forças da região. Resulta, assim, a necessidade de estabelecer um escalão entre êste e o agrupamento — o *comando territorial* — que permita planejar, coordenar e apoiar as operações dos agrupamentos, seus subordinados em execução dos planos e diretivas do *comando da região* (forças terrestres).

Parece, assim, poder concluir-se que, no seu aspecto geral, o escalonamento do Comando, numa situação de reação à subversão, e no que interessa às forças terrestres, será, em qualquer teatro de operações,

Comando-chefe

Comando da região (ou das forças terrestres)

Comando territorial

Comando de agrupamento

Comando de destacamento

Comando de subunidade.

Porque, em tal situação, a necessidade de realizar operações surge sempre de um para o outro momento, em qualquer ponto do teatro — visto o adversário, *que desconhecemos*, estar presente em tôda a parte

e a todo o momento — esta cadeia de comando tem de ser organizada e montada em condições de atuar com eficiência, a todo o instante, responsabilizando-se por essas operações.

Cadeia logística

Para que o dispositivo apresentado possa funcionar com a eficiência desejada, terá de contar com o apoio de *um sistema logístico que liberte por completo as unidades de proteção e de intervenção das preocupações de "retaguarda", para que possam consagrar-se integralmente ao combate, sem dêle desviarem uma parcela só que seja de atenção, de esforço e de pensamento.*

A subunidade, porque tem a responsabilidade da execução do combate, nas condições já apontadas, deve estar livre de toda e qualquer preocupação que não seja a daquela execução. Há que assegurar-lhe a satisfação de todas as exigências de vida e de combate.

Será o *destacamento* a que pertence quem assumirá essa responsabilidade, até porque a sua intervenção no combate se limita normalmente, como se viu, ao apoio e à coordenação das ações das suas subunidades.

As flutuações muito freqüentes da situação — que determinam, para o combate, parada e resposta imediata — impõem, para o apoio logístico, extrema flexibilidade, a ser obtida à custa de um sistema tão simples e direto quanto possível. Nesta ordem de idéias, atribuir responsabilidades logísticas ao *agrupamento* seria contrariar essa norma.

Deixar-se-á o agrupamento entregue às suas preocupações táticas, já definidas, transferindo aquela responsabilidade para o *comando territorial*.

A necessidade de coordenar o apoio logístico a todas as tropas do teatro, através dos vários comandos territoriais, leva à intervenção do *comando da região*, a quem cabe dar ao problema a solução, ou as soluções, que a evolução da situação fôr sucessivamente exigindo.

Conclui-se, assim, que a cadeia logística deverá ser definida por três elos:

- Comando da região
- Comando territorial
- Comando de destacamento

cadeia que só poderá funcionar com eficiência desde que os seus órgãos periféricos acompanhem, a todo o momento, a instabilidade da situação, no âmbito da execução do combate. Há, pois, necessidade de tais órgãos serem constituídos por *elementos móveis*, que atuem a nível de comando de destacamento.

A atividade a desenvolver por êsses elementos dependerá da existência de órgãos, no escalão territorial, que, constituídos por *elementos fixos*, sejam suficientemente estáveis para se manterem alheios às flutuações da situação, garantindo, assim, a permanência do apoio necessário aos destacamentos e às unidades, mesmo que, para tanto, hajam de destacar antenas que facilitem êsse apoio.

E por demais evidente a indispensabilidade de apoiar êstes elementos com *outros de maior desenvolvimento e estabilidade* que, satisfazendo as necessidades de escalão territorial, cubram a totalidade das forças terrestres do teatro de operações.

Assim, a cadeia logística já referida materializar-se-á pela criação de:

- órgãos de base
- órgãos fixos (com ou sem elementos destacados)
- órgãos móveis,

respectivamente nos elos comando da região, comando territorial e comando de destacamento.

Nesta ordem de idéias, importa dotar cada um dêsses elos com os meios, em pessoal e material, indispensáveis à implantação e ao funcionamento de tais órgãos.

A circunstância de os órgãos de base serem instalados, normalmente, nas testas de vias de comunicação, de grande importância pelo seu rendimento (capacidade e tempo), cuja segurança constitui responsabilidade do comando da região — por si só ou com a colaboração dos outros ramos das forças armadas — determina a conveniência de caber àqueles órgãos a obrigação de manterem a corrente logística entre si e os órgãos fixos do escalão territorial.

Em contrapartida, a vantagem de evitar transbordos — operação sempre morosa e delicada — aconselha que a corrente logística entre os órgãos fixos do escalão territorial e os órgãos móveis do escalão destacamento seja garantida por êstes últimos, tanto mais que a êste escalão cumpre manter a segurança tática dos itinerários normalmente utilizados para o efeito.

Tal é, em esquema geral, a estrutura que julgo dever ser adotada para o apoio logístico das operações contra a subversão, havendo o cuidado — condição basilar — de tudo se conjugar no sentido de dar a êste sistema as possibilidades de que necessita, a fim de que homem algum das unidades de proteção e de intervenção seja divorciado da sua missão de combatente — única que lhe pertence — para ser hipotecado em tarefas burocráticas e logísticas, enfraquecendo assim, senão mesmo destruindo, a capacidade combativa das unidades. Não se discute a importância decisiva das tarefas apontadas, até porque sôbre ela não há discussão possível. Recorda-se, porém, que elas existem para apoiar o combate e não para o comprometer. Daí, a obrigação imperativa de com-

pletar o dispositivo criado com um sistema logístico que, dispondo de meios próprios, independentes das unidades combatentes, prestem a estas o apoio de que necessitam, e sem o qual não poderão cumprir a sua missão.

Conduta das Operações

A destruição dos bandos adversos exige que se comece por se enfraquecer o seu potencial, para que as forças atribuídas a cada malha elementar sejam capazes de o enfrentar com êxito. Com essa finalidade, devem os vários escalões, superiores àquela malha, montar e conduzir, com as suas forças de intervenção, freqüentes operações de envergadura, que conduzam à fragmentação — senão mesmo à destruição — dos referidos bandos.

Tais operações, contudo, para serem frutuosas, terão de se desenvolver em áreas extensas — a definir de harmonia com as informações obtidas sobre o adversário — pois só assim se conseguirá evitar que os bandos se furem ao contato e se refugiem nas malhas contíguas, onde ação alguma esteja em curso, para regressarem, uma vez concluída a operação, àquelas onde têm as suas bases e de onde tiveram de se ausentar.

Por virtude desta atividade, a manter em permanência, os bandos adversos, perseguidos por todo o lado e a todo o instante, vêem-se obrigados, para sobreviverem, ou a dispersar-se em pequenos grupos de 4 e 5 indivíduos ou a refugiar-se em zonas dificilmente acessíveis e penetráveis.

Se o resultado conseguido é a desagregação dos bandos, estão criadas as condições ótimas para a ação das forças de cada uma das malhas elementares, que manterão, por toda a sua área e em permanência, uma atividade de busca e de caça àqueles pequenos grupos, não lhes dando nem segurança nem repouso, até ao seu aniquilamento total. Se, porém, o resultado se traduziu no refúgio dos bandos, então cumpre ao Comando-Chefe, empregando as reservas gerais — constituídas pela reserva normalmente existente e por forças retiradas de áreas em vias de pacificação ou mesmo já pacificadas — desencadear, sucessivamente — ou simultaneamente, se os meios disponíveis o permitirem — grandes operações contra essas várias zonas de refúgio, a fim de desarticular os bandos aí recolhidos e abrir o caminho às forças de intervenção das malhas elementares, que, como na primeira hipótese, prosseguirão a luta até o final.

Sempre que as necessidades superem largamente as possibilidades em meios disponíveis, impedindo que a ofensiva abranja ao mesmo tempo as várias zonas de refúgio, o Comando poderá determinar a evacuação temporária, mas obrigatória, de todos os habitantes das zonas não eleitas e suas faixas limítrofes, com vista a fazer o “vazio” espacial e a criar ao adversário condições de vida impossível, interditando as áreas evacuadas e entregando-as a ações sistemáticas da artilharia e da aviação e a operações de destruição de todos os recursos de vida nelas existentes, sempre que estes não possam ser rigorosamente controlados. A partir

do momento em que o ataque em força seja orientado para essas áreas, pela disponibilidade de meios por parte do Comando, as condições normais de vida serão nelas restabelecidas, à medida que fiquem limpas dos bandos adversos.

A concepção e a condução das operações militares não-de, pois, assentar, antes do mais, na "desmultiplicação" da potencialidade dos bandos adversos, através de ações de envergadura, montadas e executadas em regiões extensas que englobem as áreas onde o inimigo esteja presente e, em seguida, na "redução" dos grupos resultantes daquela "desmultiplicação", mercê de uma ação sistemática de busca e de caça que, realizada por tôda a parte e a todo o instante, em íntima coordenação nas diversas áreas visadas, revolva, por completo, essas regiões.

Competirá a primeira fase aos escalões superiores, desde o Comando-Chefe até ao setor, consoante a extensão das áreas infestadas pelos bandos adversos e o valor potencial destes, elementos a serem fornecidos pela informação; pertencerá a segunda fase à responsabilidade do escalão subsetor — as malhas elementares da quadrícula — que, para o efeito, poderá contar com um reforço de meios se o setor, ou mesmo a zona, o tiver por necessário.

Revelar-se-á improficuo todo o trabalho que não seja montado nestas bases, e, em particular, os esforços desenvolvidos nas malhas elementares a nada conduzirão, podendo mesmo ultrapassar os limites da inutilidade para pisarem terrenos do contraproducente, em virtude da impossibilidade de dotar as respectivas guarnições com os efetivos que garantam ações de força contra os bandos.

Assim, como consequência da atividade das forças de proteção e de intervenção, *caracterizada fundamentalmente pela permanência e continuidade, pela intensidade e agressividade*, os bandos adversos não poderão nem operar, no tempo e no espaço, com a liberdade de ação de que necessitam nem sobreviver em condições de potencialidade, como aconteceria se a ação militar das forças da ordem fôsse desenvolvida nos moldes clássicos. E a falta de liberdade de ação e de potencialidade traduzir-se-á, em última instância, na impossibilidade de cumprirem a missão que, no quadro da subversão, lhes pertence: o combate às forças da ordem.

Se tivermos em conta que o adversário não pretende — até porque não pode — vencer a guerra subversiva no campo militar mas sim manter indefinidamente a ação nesse campo, de modo a fatigar a ordem estabelecida, a esgotá-la material e espiritualmente e, assim, levá-la a abandonar a luta, somos forçados a reconhecer que de muito pouco valerá — para não dizer de nada valerá — tudo quanto se possa fazer se continuarem intactas as bases externas do adversário, onde este se "alimenta".

Na verdade, tal situação permitir-lhe-á reconstituir-se, em prazos mais ou menos longos, dos golpes sofridos, prolongando assim a luta por tempo indeterminado.

Daí, a indispensabilidade de eliminar, direta ou indiretamente, mas a todo o custo, essas bases. É a imposição da "lei do isolamento", no aspecto externo. E quando essa eliminação não possa ser feita pela manobra diplomática ou pelo encerramento das fronteiras, terá de ser alcançada através de uma ação especial, a ser realizada com meios especiais e em circunstâncias particulares. Só assim será possível esgotar o inimigo e impedir que ele esgote as forças da ordem, base indispensável à sua destruição.

Como consequência, a estratégia apontada para a ação militar será incompleta se se circunscrever ao território nacional. Há-de ela transpor as fronteiras para se estender aos territórios — vizinhos e não vizinhos — onde o adversário disponha de "fontes" que alimentem o seu esforço de guerra.

A ESTRATÉGIA DE REAÇÃO À SUBVERSÃO NÃO PODE SER APENAS DEFENSIVA, POIS CONDENARIA A ORDEM ESTABELECIDÀ À DERROTA INEVITÁVEL; ESSA ESTRATÉGIA TEM DE SER, ESTRUTURALMENTE, ESSENCIALMENTE, OFENSIVA E SER CONDUZIDA COM AGRESSIVIDADE, SEM OLHAR A SACRIFÍCIOS, EM TODAS AS REGIÕES, TERRITÓRIOS OU PAÍSES ONDE A PRESENÇA DO INIMIGO SE VERIFIQUE, QUALQUER QUE SEJA A FORMA DE QUE SE REVISTA.

Informações e transmissões

Não basta montar a máquina e utilizá-la de harmonia com a doutrina exposta, para estarem asseguradas as condições da vitória.

Na realidade, o êxito na ação militar não será uma realidade se não existir uma perfeita rede de informações, servida por um impecável sistema de transmissões.

Na guerra convencional ou nuclear, é fácil situar o inimigo, como fácil é também conhecer os seus fins de guerra, sempre simples e precisos. Vão será tentar, por uma propaganda ainda que hábil, converter êsse inimigo à nossa causa ou levá-lo a cessar o combate antes de ser batido. Para vencer, a Nação e as suas Forças Armadas põem em jogo a totalidade dos seus recursos materiais e morais. Todo o indivíduo que pactue com o adversário, ou de qualquer maneira favoreça os seus desígnios, será considerado traidor e como tal tratado.

Na guerra subversiva, bem diferentes são as coisas. A dificuldade na definição do inimigo é desmarcada: nenhuma fronteira material separa os dois campos e o limite entre amigos e inimigos passa no próprio seio da nação, numa mesma aldeia, por vezes até numa mesma família. E, no entanto, esta fronteira, que não se vê nem se conhece, que, em geral, é ideológica, imaterial, tem imperativamente de ser traçada para que se possa atingir com segurança o adversário e vencê-lo.

Dai, a necessidade imprescindível de uma informação perfeita, estabelecida em superfície por toda a parte, suscetível de ser explorada em tempo útil.

Porque o adversário, diluído no seio da população, está por toda a parte e em parte alguma, a sua detecção apenas será possível através de muito cuidadosa informação; porque o adversário desaparece tão rapidamente como aparece, o contato com ele só poderá ser estabelecido se a transmissão da informação for instantânea. A não se verificarem estas duas circunstâncias, nunca o inimigo será conhecido ou localizado — a não ser por mero acaso — e, mesmo que assim seja, desaparecerá sempre antes de desencadeada a ação para o aprisionar ou destruir.

A reação contra a subversão não pode assentar no acaso. *Pretender lutar contra o adversário sem dispor de um aperfeiçoadíssimo serviço de informações* — organizado também no seio da população e com elementos dela mesma — *e de uma eficientíssima rede de transmissões* — montada com base na rádio — *é viver na mais ingênua das ilusões*; pior, é gastar energias valiosas sem qualquer rendimento, criando assim um estado de espírito de desalento e de descrença, quer nas forças da ordem quer na opinião pública. E esta, cansada e desmoralizada, sem curar de saber a verdadeira causa do fracasso, acabará por acusar aquelas de incapacidade e de inutilidade, cometendo a mais lamentável das injustiças.

A INFORMAÇÃO, SERVIDA PELAS TRANSMISSÕES, CONSTITUI, NESTA MODALIDADE DE GUERRA, O PILAR DE TÔDA A AÇÃO MILITAR. Sem elas, tudo se fará ao acaso, às cegas, às apalpadelas, com desperdício total de esforços e energias, concedendo plena liberdade de ação aos bandos adversos para atuarem onde, quando e como quiserem, o que é a negação absoluta dos conceitos em que o combate tem obrigatoriamente de se estruturar.

Se se não colocar na base da ação militar a existência daqueles dois elementos, só há uma atitude a tomar: desistir da luta.

b) AUTODEFESA DAS POPULAÇÕES

Na guerra normal, as forças armadas estão em condições de, por si sós, realizarem a ação porquanto o adversário é bem definido.

O conhecimento que têm do antecedente sobre a constituição das suas forças, a orgânica das suas unidades, a natureza e as quantidades do material, o valor das suas formações e dos respectivos quadros, proporciona-lhes saberem quem é o inimigo.

A presença permanente das duas forças adversas ao longo de uma frente de contato bem definida e os elementos fornecidos pela observação e pela informação, que lhes proporcionam o conhecimento do terreno ocupado pelo inimigo, dizem-lhes onde e quando se encontra este.

Por fim, o conhecimento das suas doutrinas de guerra e de combate e da orientação que imprime à preparação dos seus quadros e das suas

tropas permite-lhes saberem as bases gerais da forma como se conduz na ação.

Quer dizer, na guerra clássica, sabe-se concretamente quem é o inimigo, onde se encontra e como atua. Daí, a possibilidade das forças armadas chamarem exclusivamente a si a responsabilidade de o enfrentar, necessitando apenas, como é natural, por parte das populações, do seu apoio na retaguarda, para terem assim a garantia da manutenção da frente.

Na guerra subversiva, estas constantes, bem definidas, desaparecem por completo. O adversário é toda a gente e não é ninguém: pode ser o criado que, há longos anos e sorridentemente, nos serve, todas as manhãs, o "mata-bicho" ou o funcionário que, com todo o zelo e a máxima correção, trabalha lado a lado conosco na mesma repartição, gozando do nosso convívio do dia a dia; pode ser o vadio que vive de expedientes e pequenos roubos ou o intelectual que faz lições admiráveis aos seus alunos; pode ser o sabotador que se "esquece" de manobrar a alavanca de segurança duma máquina, ao findar o trabalho do dia, ou o grupo de terroristas que, a coberto das sombras da noite, saqueia uma herdade e massacra os seus ocupantes.

E, se não se sabe quem é, também não se sabe onde e quando está presente. A frente de contato desapareceu para dar lugar a uma superfície onde, diluído clandestinamente no seio da população, o inimigo aparece e desaparece como um fantasma, a criar por toda a parte um ambiente de incerteza e de insegurança. É absoluta a impossibilidade de saber se, em determinado momento, o terrorista ou o sabotador se encontra em determinado local. O que se sabe, sem sombra de dúvida, é que pode surgir, e surge, em qualquer lado e em qualquer instante.

Pode êle estar dentro de nós mesmos porquanto, se amanhã formos submetidos por sua parte a uma ação de intoxicação psicológica ou a uma ação de terror, não se sabe como reagiremos nem se sabe até quando resistiremos e a partir de que momento alinharemos com êle.

Este adversário, que se desconhece quem é e onde está, atua sempre no mistério. Tem a consciência de que, se se empenhar abertamente, será imediatamente batido. A sua fraqueza obriga-o a ser cauteloso e a procurar no silêncio e na sombra os aliados que lhe dêem a vitória. Tão depressa desencadeia aqui uma emboscada contra uma coluna automóvel como, logo a seguir, realiza, alguns quilômetros além, um golpe de mão contra uma fazenda isolada; leva a efeito, em dois ou três dias, uma ampla e intensiva onda de terrorismo em determinada área para se submeter imediatamente a uma completa inatividade durante algumas semanas; faz saltar aqui uma ponte para, além, assassinar, com requintes da maior barbaridade, velhos e crianças, homens e mulheres; lança, nesta vila, uma bomba contra um autocarro cheio de crianças que, alegres e despreocupadas, saem da escola e destrói pelo fogo, naquela outra, uma plantação que representava anos e anos de esforços imensos e sacrifícios dolorosos.

Este é o adversário que realiza a ação militar na guerra subversiva, o inimigo que se tem de enfrentar, e que bem diferente é, em tudo, daquele que faz a guerra clássica.

Desencadeia ele o perigo por todo o lado, perigo que se traduz nas formas mais inverossímeis: é uma bomba relógio colocada no esconso da nossa casa ou do nosso gabinete de trabalho ou ainda debaixo de uma cadeira da sala de um cinema; é uma armadilha colocada no nosso carro e que funcionará logo que ele entre em movimento; é uma lapiseira incendiária deixada na gaveta da nossa secretária; é o veneno mortal deitado na comida que o criado nos prepara para o almoço.

Embora esteja em toda a parte, ignora-se onde se encontra o inimigo; pressente-se a sua presença mas não se é capaz de o detectar. Da mesma forma, surge o perigo por todo o lado e a todo o instante, mas escapa a sua concretização; suspeita-se mas não se consegue distingui-lo.

Porque assim é, se se quiser dar combate a esse adversário e anular tal perigo, ter-se-á, como ele, de estar presente por toda a parte e a todo o momento. Esta presença tem de ser física, uma presença de força, para destruir a máquina revolucionária criada por ele.

Não há país algum no mundo — por mais poderoso que seja — capaz de estar presente por todo o lado, com uma densidade tal que dê garantia plena de segurança a toda a gente e a todos os bens. Para se ficar com uma idéia de que assim é, direi que, para fazer uma ocupação eficiente, torna-se necessário contar com uma companhia por cada 25 km², nas regiões de grande ou média densidade populacional, ou um militar por cada 10 a 15 habitantes, nas regiões de baixa densidade populacional. Se se recordarem, por exemplo, as áreas de Angola e Moçambique a distribuição das suas populações, poder-se-á ter uma visão do número de milhares de companhias necessárias à ocupação das duas províncias. Isto mostra bem a impossibilidade de o fazer.

Dai, a indispensabilidade de encontrar uma solução, solução aliás adotada por todos quantos quiseram enfrentar com êxito este adversário.

Para o destruir, há, como já frisei, duas missões fundamentais: a *segurança* ou *proteção estática* e a *caça sistemática* ou *ação dinâmica*.

É fácil a primeira tarefa: não exige qualquer técnica especial e a sua execução tem sempre lugar a coberto de edifícios ou de trabalhos de proteção previamente realizados, contra um inimigo que progride a peito descoberto. A sua realização apenas reclama a existência de armas e de homens e mulheres que as saibam manejar e estejam decididos a usá-las na proteção de vidas e haveres — suas e dos seus semelhantes — a firme determinação de "agüentar" e os conhecimentos elementares sobre a utilização dessas armas e a posição que cada um tem a ocupar no conjunto do dispositivo de proteção criado.

A outra tarefa é, ao contrário, extremamente difícil e perigosa, pois, havendo que caçar o inimigo por todo o lado, estar-se-á permanentemente

exposto às suas reações. Exige, como tal, uma técnica especial, a adquirir por meio de uma instrução especializada que confere ao homem conhecimentos próprios e específicos para a realizar. Obriga ainda a dispor de indivíduos com determinado número de qualidades que, embora próprias do Homem, estão nêles adormecidas, qualidades a despertar e a aperfeiçoar através de uma preparação ajustada. Implica, por fim, a existência de meios técnicos especiais que não podem estar ao alcance de todos na sua aquisição e no seu emprêgo, uma vez que êste exige técnica especial, a ser dada por uma preparação longa e difícil, e aquela reclama meios financeiros muito avultados. O conjunto destas necessidades representa a obrigação de dispor de um organismo próprio: as forças armadas.

Já pelo perigo que a missão envolve e pela técnica que exige, já pelas qualidades reclamadas para os homens empenhados na missão e pelo material técnico a pôr em ação, as forças armadas são, na verdade, o único órgão que pode chamar a si a responsabilidade de tal missão.

Se as distraíssemos para a realização da missão de proteção — porque esta tem de se fazer por toda a parte, em todos os núcleos populacionais, por mais modestos que sejam, considerando dentro de cada um dêles cada bloco de casas e cada casa — ir-se-iam hipotecar efetivos elevadíssimos para garantir essa proteção, abandonando quase por completo a missão de caça e destruição do adversário.

Como não é possível ter garantida a proteção se o inimigo continuar a dispor de toda a liberdade de ação, deslocando-se por todo o lado e desferindo os golpes onde, quando e como quiser, a missão de caça e destruição reveste-se de caráter decisivo. Por isso mesmo, e ainda porque é a mais perigosa e complexa, não se pode nem distrair dela as forças armadas para as consagrar à tarefa da proteção, bem simples, nem atribuir a responsabilidade da sua execução à população.

Nesta linha de pensamento, há que apelar para as populações no sentido de colaborarem com as forças armadas, chamando a si a missão de proteção, para cuja execução contarão com o apoio de um certo número de unidades militares, destinadas a êsse fim, deixando todas as outras para o cumprimento da missão perigosa. Desta forma, libertar-se-ão os meios técnicos indispensáveis à procura do adversário, impedindo que êle surja onde e quando muito bem lhe apetece.

A esta cooperação das populações na luta ativa contra o adversário chama-se *autodefesa*. É a defesa das populações feita por elas mesmas.

Todo o trabalho de esclarecimento das populações tende, indiretamente, a criar no seu espírito o estado de consciência da necessidade de colaborarem com as forças armadas na luta ativa contra o rebelde, levando-as a reconhecerem que têm qualquer coisa a defender.

É da emergência desta consciência, e não da publicação de qualquer diploma legal, que nascerá a autodefesa. O diploma virá, depois, para

regulamentar, para disciplinar, para organizar, o esforço da população, surgido voluntariamente.,

A autodefesa nasce quando se verifica, de fato, o aparecimento de uma consciência coletiva, quando no sentimento de cada um, na alma de cada um, há o reconhecimento indiscutível da necessidade de atuar. Quando tal acontece, a força que leva o indivíduo a atuar não é a força determinada pelo instinto de conservação individual, não é a força do egoísmo, que o arrasta a defender a sua pele. Não; uma vez surgida aquela consciência, a força que dela resulta é a da necessidade de defesa da coletividade a que cada um pertence, pois essa consciência dá-lhe a certeza de que a sua própria proteção depende da proteção do grupo em que está integrado.

Todo aquele que pensa apenas em si, levado pelo egoísmo feroz, acaba por ser inexoravelmente trucidado. Pode um indivíduo isolado no mato ou na montanha dispor de quantas pistolas-metralhadoras quiser — ou de qualquer outro armamento —. Se, porém, estiver só — ou mesmo acompanhado de mais um ou dois indivíduos — não poderá acionar aquelas armas, acabando irremediavelmente por ser massacrado. Só na medida em que se integrar numa defesa de conjunto, como peça da máquina de autodefesa, é que a sua proteção estará garantida e poderá ter a certeza de que sobreviverá. Do contrário, ficará, por mais que faça, à mercê da brutalidade do rebelde.

Empenhada ao lado das forças da ordem na luta contra o rebelde, a partir do momento em que se responsabilizou pela defesa das suas povoações, a população deseja ir mais além; acaba por pretender também colaborar na destruição do adversário.

Aproveitar-se-á desse desejo, criando grupos auxiliares, a integrar nas unidades de intervenção das forças da ordem ou mantidos independentes, sob a forma de "comandos", como grupos de intervenção.

Aumentam-se, desta maneira, as possibilidades das forças de intervenção — sobretudo as do contato — pelo precioso auxílio prestado por tais grupos. Os seus elementos constitutivos, voluntários, naturais da região, reunirão todas as condições para atuarem com eficiência contra o rebelde visto conhecerem os postos de vigia mais interessantes, as passagens e os pontos de água existentes, o significado dos vestígios sobre uma pista. E mais acentuadas ainda serão estas vantagens se alguns destes forem antigos rebeldes feitos prisioneiros ou seus desertores, agora recuperados, pois, ao perfeito conhecimento do terreno, juntarão a sua prática e muitos outros conhecimentos, de que importa destacar o dos esconderijos de víveres e munições, da localização dos quartéis, dos hábitos dos bandos rebeldes, da estrutura e métodos da organização político-administrativa, da data das viagens dos coletores de fundos, etc.

Estes grupos estarão sempre aptos a tomarem parte nas operações de contato com o adversário, pelo que as circunstâncias de serviço dos seus homens são diferentes das dos homens dos grupos anteriores: agora,

abandonam toda a sua atividade particular normal — se a tinham — para se entregarem apenas à sua nova tarefa, o que envolve a obrigação de se lhes criarem condições de vida própria.

A organização da autodefesa das populações implica a criação de uma quadrícula que cubra a totalidade do território, havendo toda a conveniência que coincida, por toda a parte, com a quadrícula militar, uma vez que a responsabilidade da ação, em cada malha, deve pertencer ao respectivo Comando.

Como órgãos de execução desta orgânica, haverá as *unidades de autodefesa* que, articuladas em seções, pelotões e companhias e enquadradas, sempre que possível, por elementos militares dos quadros da reserva ou do complemento ou ainda na situação de licenciados, englobarão três tipos:

- as *unidades de proteção*, destinadas a garantirem a segurança das vidas e dos bens nas diferentes localidades,
- as *unidades de intervenção*, com a missão de destruírem ou colaborarem na destruição de bandos armados rebeldes,
- as *unidades de recuperação econômica*, encarregadas de protegerem os corpos de trabalho, criados para as atividades de normalização e recuperação econômica das regiões afetadas pelo adversário.

As primeiras serão criadas em cada uma das malhas da quadrícula, cumprindo a cada um dos seus aglomerados populacionais, sejam povoações ou empresas — industriais, agrícolas ou comerciais — organizar tantas seções quantas lhes permitirem as suas possibilidades e reuni-las, se necessário, em pelotões e companhias. A sua missão será cumprida nas localidades — ou empresas — onde hajam sido organizadas e onde os seus elementos tenham residência ou emprego habituais, ao contrário do que sucede com as unidades de intervenção que, criadas apenas quando haja voluntários expressamente oferecidos para o efeito, atuarão em qualquer ponto da sua malha — subsetor, setor ou zona — consoante as necessidades impostas pela situação.

Serão estas ainda que determinarão as condições de existência das unidades de recuperação econômica, a organizar, como as de intervenção, apenas com indivíduos que voluntariamente desejem fazer parte delas e a empregar em qualquer ponto do território nacional, independentemente da área ou da localidade a que tais indivíduos pertençam.

É evidente que uma autodefesa não tem como única preocupação lutar com armas na mão. Não se pode esquecer que toda a ação de combate exige, imperativamente, um apoio que garanta as condições de vida e de luta dos que naquele estão empenhados. Por outro lado, há um sem número de tarefas subsidiárias a realizar, obrigatoriamente, sem o que todo o esforço da luta será improficuo. Daí, a indispensabilidade de criar, em paralelo com as unidades de autodefesa, as *formações lo-*

gísticas, aproveitando, para isso, não só as mulheres e as crianças mas também os homens que, pela sua idade e pelo seu estado físico, não possam fazer parte daquelas e os que, embora satisfazendo a tôdas as condições para a elas pertencerem, tenham profissão especializada, própria para aquelas funções.

Assim, poder-se-ão dividir os habitantes de cada aglomerado populacional, seja povoação ou empresa, em dois escalões, consoante a sua capacidade de ação, determinada pelo sexo e pelas aptidões físicas, destinando o primeiro à organização das unidades de autodefesa e o segundo à constituição das formações logísticas.

O sistema de autodefesa representa um dos mais valiosos meios de dominar a rebelião: graças a êle, as unidades militares, libertas em grande parte das missões de proteção, poderão ser lançadas para as zonas ainda sob o domínio do rebelde, aniquilando-o ou pelo menos repelindo-o cada vez mais longe, destruindo as suas bases e alargando assim progressivamente as zonas que, libertas dos bandos, regressam à ordem.

Verifica-se, pois, que criar a autodefesa mais não é do que aumentar substancial e, portanto, eficientemente a densidade do dispositivo da quadricula.

Cumprir levar a população a reconhecer a necessidade — mais: a indispensabilidade — de se organizar em autodefesa para atuar contra o rebelde, sempre apoiada pelas unidades militares.

É êste o maior ensinamento de todos os casos de guerra subversiva vividos até hoje: OU AS POPULAÇÕES LUTAM PELA ORDEM ESTABELECIDADA, E ESTA VENCERÁ, OU PASSAM PARA O CAMPO DO REBELDE, E SERÁ VENCIDA.

c) AÇÃO POLICIAL

Os bandos armados constituem apenas um dos ramos da organização militar rebelde. A sua destruição, embora de todo indispensável, de modo algum representará a destruição da subversão. Na verdade, esta continuará a sobreviver através da sua organização político-administrativa, que a alimentará, apoiada nos outros dois ramos da organização militar: sabotagem e terrorismo.

Não cessarão, portanto, as atividades do rebelde. Antes prosseguirão, muito embora orientadas particularmente no sentido de reconstituir os bandos destruídos, para o que retomará, intensificando-as com dureza, as atividades de sabotagem e de terrorismo urbano. É a lei da subversão que define a relatividade dos potenciais de combate e de terrorismo: caminham êstes potenciais em sentido inverso, pois, à medida que a organização rebelde se desenvolve e a sua atividade se acentua, consolidando de dia para dia a adesão das populações, a atividade terrorista, depois de atingir um máximo, vai decrescendo regular e rapidamente, intensificando-se em paralelo a de combate, até chegar um momento

em que, cessada aquela por completo, esta cresce sucessivamente e regularmente até à vitória. Mostra, de fato, a experiência que, quanto mais a rebelião ganha para a sua causa as populações, mais o terrorismo, tornado inútil — e até mesmo contraproducente — passa a diminuir e mais o poder militar — destinado a combater as forças da ordem — continua a aumentar.

Quer dizer, na subversão, ao máximo do poder militar corresponde o mínimo de ação terrorista, senão mesmo o seu total desaparecimento. Como conseqüência, à medida que, por efeito da ação das forças da ordem, o poder e a atividade militares do rebelde, através dos seus bandos e das suas unidades, começam a declinar, a atividade terrorista e de sabotagem retoma uma marcha ascensional para compensar a insuficiência militar.

Assim, a destruição dos bandos armados rebeldes — e das suas unidades, se já as possuir — não é suficiente para se alcançar a vitória. Não bastará a manobra de combate contra eles. A ação das forças da ordem terá de ser mais vasta e profunda.

Aquela manobra há-de conjugar-se, no tempo e no espaço, com uma ação policial contra a organização político-administrativa rebelde e as suas organizações de sabotagem e de terrorismo. Só assim as dimensões da luta contra o adversário atingirão a escala indispensável à conquista da vitória.

Sem esta conjugação, que leve, em qualquer zona, a abranger a totalidade da “máquina rebelde”, os esforços realizados pelas forças armadas acabarão por se tornar inúteis, mesmo que consigam abater numerosos rebeldes e até destruir muitos dos seus bandos. A reconstituição destes e a substituição daqueles, a realizar pela organização político-administrativa, serão apenas uma questão de tempo.

Na verdade, esta intensificará os esforços para restabelecer as fileiras da organização militar, preenchendo as clareiras nelas abertas em resultado dos golpes vibrados pelas forças da ordem, ao mesmo tempo que, pela reativação da sabotagem e do terrorismo, manterá o “domínio” sobre as populações das áreas onde aquelas clareiras se hajam verificado.

Tudo se traduzirá numa questão de tempo, repito-o. E, apesar da sucessividade daqueles golpes, o adversário renascerá continuamente, criando nas forças da ordem um estado de espírito de descrença e de desalento, estado de espírito que acabará por se propagar à Nação, fomentando assim, pouco a pouco, a idéia do abandono.

Em conclusão: *a destruição do adversário há-de fazer-se sobre todos os setores e não apenas sobre os seus bandos armados. A ação militar contra estes terá de se juntar uma ação policial dirigida contra a estrutura político-administrativa rebelde e contra as suas organizações de sabotagem e de terrorismo, por forma a tirar à subversão tôdas as possibilidades de reconstituir os bandos destruídos. Se assim não fôr, a destruição será fictícia e enganadora.*

d) AÇÃO SOBRE AS POPULAÇÕES

Porque é total a guerra subversiva, total há-de ser a resposta a dar-lhe: total por visar todos os indivíduos, total por se exercer em todos os domínios e total, ainda, por todos poderem e deverem contribuir útilmente para ela. Não será, apenas, pela ação militar que a ordem estabelecida vencerá a luta. Aquela, com o seu esforço, há-de abrir o caminho a uma outra ação em que assenta a "pacificação": a ação sobre as populações, para as "vacinar" contra a "doença" que as ameça ou para as "curar" dessa "doença" se, porventura, já por ela foram assaltadas.

Pertence à Administração essa atividade, para o que lhe cumpre, como já frisei, criar meios técnicos, em pessoal e material, indispensáveis à sua realização. Todavia, onde as operações militares estejam em curso, por virtude da subversão já ter passado ao segundo período, porque, aí, o Comando tem de ser único, *será a ação sobre as populações entregue às forças armadas, que, como consequência, assumirão responsabilidade plena da detenção enquanto não desaparecer a violência.*

Não podem, contudo, aquelas distrair os seus elementos das missões em que estejam empenhadas, para as quais serão sempre insuficientes. Daí, a necessidade de as dotar de meios, em pessoal e material, que lhes permitam responder eficientemente a êsse novo, e tão fundamental, encargo. Tais meios ser-lhes-ão dados pela Administração. Assim, as brigadas que por esta hajam sido criadas para atuarem nas áreas, agora operacionais, passarão à subordinação direta dos Comandos de cada uma dessas áreas, que as acionarão da maneira como tiverem por mais conveniente, de harmonia com as diretivas resultantes dos planos de restabelecimento da ordem, em execução.

Esta centralização de atividade nas regiões onde o adversário desencadeou a violência reveste-se do caráter de necessidade imperativa, uma vez que dela depende a coordenação integral que permitirá explorar imediatamente, e de forma mais eficiente, as facilidades proporcionadas pela ação militar, em consequência da destruição material da infraestrutura adversa. Se assim não fôr, para nada terão servido os sacrifícios da ação militar.

Restabelecida a ordem numa ou em diversas áreas, a Administração retomarà aí as suas funções plenas, ficando assim as forças armadas libertas de preocupações que, em condições normais, só àquela devem pertencer e que haviam chamado a si unicamente pela necessidade de obter, em limitado período de tempo, a convergência integral de todos os esforços, dentro de um único pensamento e de uma só vontade.

Quer dizer, as forças armadas mais não fazem, perante a alteração das condições normais de vida de uma população, do que enfrentar e eliminar essa alteração, restituindo a vida à normalidade, condição necessária para que a Administração retome a sua verdadeira tarefa, em toda a plenitude, dominada pela obsessão de tudo fazer no sentido de eliminar, por completo, os fatores positivos da subversão.

Nem só nas áreas onde domine a violência as forças armadas devem preocupar-se com a ação sobre as populações. Constituem elas sempre, onde quer que se encontrem, valiosos elementos colaboradores nessa ação. Não se compreenderia, de resto, nem seria de aceitar, que, nesta necessidade imperativa de convergência de esforços, elas se conservassem estranhas ou fôssem mantidas afastadas de uma atividade de tão fundamental importância e para a qual tantas qualificações reúnem.

Na verdade, presentes em todo o lado, e dispondo de meios importantes, poderão elas realizar, por si, através da quadricula que montam, um conjunto de trabalhos que em elevado grau contribuirão para o êxito da ação.

A quadricula criada pela Administração, somar-se-á, pois, a quadricula militar, que chamará a si a exclusividade da ação onde e quando aquela não possa cumprir a missão e completando o seu trabalho onde e quando êsse trabalho se faça em condições deficientes.

Esta ação só poderá ter efetivação real se tôdas as unidades militares — independentemente da Arma ou Serviço — tiverem na sua orgânica um “destacamento de ação psico-social” — de composição variável com o escalão — de modo a que cada uma possa tomar à sua responsabilidade o trabalho que, sobre as populações, venha a ser-lhe atribuído.

Deverá ainda fazer parte dessa orgânica, no respectivo Comando e ao mesmo nível que os seus dois oficiais das operações e do apoio logístico, um terceiro elemento que, a todo instante e mais particularmente durante a elaboração da decisão, intervenha para apresentar todos os aspectos humanos, o fator humano da guerra. Será êle que, acionando, dentro do espírito das diretrizes do escalão imediatamente superior, aquêle destacamento, planificará, organizará e, difundindo as conseqüentes ordens de execução, conduzirá não só a luta psicológica contra o adversário mas também a ação psicológica sobre os homens da própria unidade e a ação psicosocial sobre as populações entregues, para o efeito, à sua responsabilidade.

Como complemento natural e imprescindível, importa, por um lado, *ministrar aos destacamentos psicosociais os conhecimentos técnicos indispensáveis à realização da ação e, por outro lado, dar a todos os combatentes a noção exata do papel que cada um tem a desempenhar junto das populações bem como os erros que lhes cumpre evitar para não comprometerem toda a ação.*

A necessidade da instrução psico-social surge, assim, como um imperativo, sem o que não será possível integrar, no quadro geral da pacificação, o trabalho das forças armadas, com a eficiência e a realidade que pode e deve ter.

Do conjunto da ação sobre as populações, a atividade desenvolvida pelas forças armadas nesse campo será, pois, uma quota parte valiosíssima. Como conseqüência, integrar-se-á nesse conjunto. Deve, assim, ela

resultar da planificação geral dimanada do órgão responsável pela orientação e coordenação superiores da ação sobre as populações, planificação a ser feita em íntima ligação com as forças armadas. Alcançar-se-á, desta maneira, a nível superior, uma coordenação que impedirá a divergência de esforços.

Tal coordenação, contudo, não poderá limitar-se a este nível. Porque, ao passar à execução da missão, poderão surgir dificuldades, nascidas da incompreensão de alguns executantes, importa eliminar tal possibilidade de atritos, estendendo ao escalão executivo aquela coordenação, que, de resto, permitirá também evitar a sobreposição de ação, numas áreas, e a ausência de qualquer atividade, noutras áreas.

Assim, graças a uma ajustada planificação levada até aos escalões mais modestos, far-se-á uma repartição de trabalho por forma a que se consiga cobrir a maior parte, senão a totalidade, do território de cada parcela. Haverá, portanto, áreas em que toda a ação poderá ser entregue às forças armadas e outras onde o trabalho destas se processará lado a lado da atividade do serviço de ação psico-social da Administração. E isto, qualquer que seja o caso considerado, sempre em íntima ligação com as autoridades administrativas locais e de harmonia com as diretivas elaboradas superiormente pelo órgão diretivo que, para o efeito, deverá contar não só, orgânicamente, com um oficial inspetor mas também com um ou mais oficiais de ligação, nomeados pelo Comandante-Chefe do território.

Tudo quanto se faça no domínio da ação sobre as populações sem respeito pelos princípios expostos será puro amadorismo, servido por simples improvisação, de que não-de resultar — como a atualidade está a demonstrar de forma iniludível — conseqüências desastrosas.

Grças a esta ação, será possível despertar nas populações um estado de espírito favorável à solução de um dos problemas mais decisivos na luta contra o rebelde.

Este, que ocupa com os seus bandos as regiões ou zonas de refúgio — áreas difíceis, já pelas condições de vida, já pelas condições de acesso — necessita, para viver, do apoio da população que lhe tem de fornecer tudo aquilo que nessas zonas de refúgio não encontra.

A dispersão da população — muito grande nalgumas áreas, indo até, por vês, à presença de uma única família — dada a impossibilidade das forças da ordem estarem presentes junto de cada localidade, para impedir que o adversário surja — ou, se surgir, consiga o que pretende — permite a este obter todo aquê apoio de que necessita não só para subsistir mas também para lutar. É abordando essas localidades — e pode fazê-lo sempre, em virtude da sua liberdade de ação — que consegue adquirir víveres para se alimentar, pessoal para refazer os seus bandos e informações que o esclareçam sobre as atividades das forças da ordem. A população é, dos rebeldes, uma presa tanto mais exposta quanto mais dispersa se encontra. E isto porque a dispersão significa, na guerra subversiva, isolamento.

Este apoio, dado por tais localidades, nem sempre significa que os seus habitantes estejam com o adversário: resulta, sim, de uma imposição pela força, com o massacre impiedoso dos que se recusem a prestar colaboração.

Na impossibilidade de as forças da ordem estarem presentes em toda a parte, manter as populações assim dispersas e abandonadas será, por um lado, facilitar a vida ao adversário e, por outro lado, fazer com que essas populações, entregues a si próprias, acabem por sistematicamente auxiliar o rebelde ou mesmo por aderir a êle, quanto mais não seja por medo.

Terminar com essa dispersão constitui, pois, um imperativo, a alcançar pela reunião das populações em núcleos mais importantes. Assim, conseguirá a ordem estabelecida, para cada área, transformar um número infindável de povoações em três ou quatro centros apenas, realizando desta forma uma manobra que vai criar o "vazio" nessa área, pela retirada das populações. E esta manobra fará com que o adversário deixe de encontrar o apoio de que carece para viver e lutar.

É certo que êle pode abordar os novos núcleos populacionais, mas, porque êstes, em vez de serem constituídos por duas ou três famílias apenas, nasceram do agrupamento de algumas dezenas, centenas, senão mesmo milhares de famílias, os resultados que colhe serão bem diferentes dos que consegue quando aborda um cantineiro isolado ou uma aldeia perdida no mato ou na montanha. Não esqueçamos que "a união faz a força"...

O trabalho coletivo nascido do reagrupamento cria sentimentos de solidariedade, de confiança e de força, dados pela massa e pelo número, fazendo surgir as condições necessárias ao empenhamento da população na luta.

As novas povoações, transformadas em pontos fortes, enfrentarão facilmente os bandos armados do rebelde — até aí, senhores da situação e origem do terror que em permanência dominava os habitantes — quer neutralizando os seus assaltos quer perseguindo-os e destruindo-os. E o rebelde, que não pode viver no "vazio", ao perder o apoio logístico e operacional da população — condição fundamental para a sua ação e a sua sobrevivência — ver-se-á obrigado a abandonar essa região, por se tornar aí impossível a sua existência, tanto mais que as forças da ordem, agora bem informadas, passarão a realizar uma atividade intensiva, surpreendendo-o por todo o lado e aniquilando todos os que persistam em manter-se na região.

Além destes resultados, no campo da segurança — já de si tão importantes, visto permitirem que a ação militar se faça sentir, sem restrições, sobre o conjunto da região — o reagrupamento abre o caminho para uma mais rápida e sólida promoção social e econômica das populações.

Assim, ao reagrupar estas, começar-se-á por criar condições de facilidade para a realização da ação sobre elas. É extremamente difícil,

pelos esforços incomportáveis que exigiria, levar a efeito esta ação quando as populações estão demasiado dispersas, salpicadas por todo o lado. Tal dificuldade, porém, desaparecerá se estiverem reunidas. O rendimento será muito superior uma vez que os esforços realizados atinjam massas maiores.

Se se passar ao plano econômico, as vantagens colhidas traduzem-se, em síntese, num aumento de produção e numa conseqüente elevação do nível de vida, ambos resultantes, não só de uma mais eficiente assistência técnica às atividades da população e de uma mais ampla ajuda financeira com vista ao desenvolvimento dessas atividades, mas também da intensificação das trocas comerciais, graças ao melhoramento e à ampliação da rede de estradas e caminhos; no plano social, os êxitos são representados sobretudo pela criação de um novo tipo de sociedade, visto inculcar-se no espírito dos habitantes, por um lado, a nação da sua verdadeira posição no seio da comunidade a que pertencem, despertando nêles os laços da solidariedade e, como tal, o sentimento das suas responsabilidades para com os seus compatriotas, e, por outro lado, a consciência das suas reais possibilidades, resultados conseguidos pelo contato direto das populações com as dificuldades dos problemas, em cuja solução passam a colaborar ativamente.

Assim, a ordem estabelecida, ao despertar nos espíritos, através de uma ação educativa, o desejo de se reagruparem, pelo conhecimento das vantagens que para todos advêm de se constituírem em agregados, edifica, por intermédio do reagrupamento, um novo equilíbrio, mais estável e mais sólido, porquanto, ao ser-lhe possível a concentração de meios de toda a natureza — espirituais e materiais — próprios para garantir a evolução de uma população subdesenvolvida, consegue transformar as condições de vida e a mentalidade desta população, fazendo de cada centro de reagrupamento um verdadeiro foco de expansão, um autêntico centro de promoção social. E o conjunto de tais centros formará a base indispensável do êxito do contra-ataque a desencadear.

Em síntese:

uma vez surgida a violência,

1) a DETENÇÃO DA AMEAÇA

a) *reclama a imediata intervenção das forças armadas, que realizarão a sua ação contra a estrutura militar rebelde:*

— *através de um dispositivo de "quadricula" que, montado com base nos fatores populacionais,*

— *cubra todo o território, embora com densidade variável de área para área, de harmonia com a situação nelas existente;*

- se articule em unidades com características diversas, consoante a tarefa a realizar;
 - estabeleça completa diferenciação de responsabilidades de combate e de apoio logístico;
 - adotando em permanência uma estratégia ofensiva, assente
 - na “desmultiplicação” do potencial do adversário e na “redução” dos núcleos resultantes daquela;
 - na destruição das bases externas do adversário;
 - criando um perfeito serviço de informações, assistido de uma excelente rede de transmissões;
- b) exige a execução de uma ação policial contra a infraestrutura rebelde, em conjugação íntima com a ação militar;
- c) impõe que se entregue às forças armadas a responsabilidade total da reconquista das populações nas áreas operacionais e a missão de cooperar com a Administração nessa tarefa nas áreas não operacionais;
- 2) o CONTRA-ATAQUE processar-se-á segundo as mesmas bases do período da incubação.

III — CONCLUSÃO

Dou por findo este trabalho. O pensamento que o informa pode sintetizar-se nas seguintes palavras:

as bases gerais em que terá de assentar o comportamento na luta contra a subversão, se se quiser vencer e, vencendo, sobreviver, hão-de ser:

uma AÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL, assente

numa vasta manobra diplomática

na criação de uma CONSCIÊNCIA NACIONAL, apoio de uma MÍSTICA que há de preparar e levar a todos os sacrifícios,

no aumento da presença do homem branco nas parcelas nacionais de além-mar;

prolongamento e completamento, nessas parcelas, da ação de âmbito nacional por uma AÇÃO DE ÂMBITO LOCAL, estruturada

numa DETENÇÃO DA AMEAÇA EM CURSO, entregando a planificação e a execução da luta a uma direção única, que coordene e acione os serviços e meios próprios, e intensificando-a, onde a situação o reclame, por uma ação militar, enérgica e severa, que assumirá então a plena e exclusiva responsabilidade, num CONTRA-ATAQUE, realizando a promoção das populações pela completa transformação das suas condições de vida, materiais e espirituais.

A execução de algumas das tarefas contidas nestas bases poderá ser imediata, visto depender exclusivamente de compreensão e boa vontade; reclamará, sem dúvida, a de outras, estudo ponderado, a preceder decisão superior.

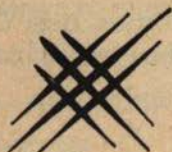
Fogem umas e outras, quando analisadas nos pormenores de concepção, aos esquemas clássicos por todos aceites; em certa medida, opõem-se mesmo a êles. Tais circunstâncias, ligadas à ausência de uma mentalização acerca da natureza da luta, determinam uma oposição generalizada à sua adoção.

No entanto, tôdas elas hão-de ser realizadas, sem perdas de tempo e custe o que custar, pela congregação da totalidade dos esforços nacionais e pondo de lado todos os motivos de dissensões, por muito justificáveis que sejam — e na maioria dos casos não o serão — se, na verdade, se quiser esmagar um inimigo que nem desistirá da luta nem poupará o seu opositor, criando um perigo mortal, que se acentuará dramaticamente de dia para dia.

Não tenho a menor dúvida de que todos os esforços serão ABSOLUTAMENTE INÚTEIS se se continuar a desprezá-las. Os fatos se encarregarão de mostrar como até ao dia de hoje, quem está dentro da razão.

Estou firmemente convencido de que só por uma ação baseada nos princípios gerais expostos será possível vencer a tormentosa crise representada pela subversão. Se não forem seguidos, dia virá — mais depressa do que se possa supor — em que, por tôda a parte, as populações arrastadas pelo adversário se levantarão em massa contra a ordem estabelecida, e a desintegração das Pátrias será uma fatalidade trágica.

Que ninguém o esqueça ou ignore...



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **Serviço Militar — Dignificante Dever** —
Cel Eurico Seixo de Brito.
- **As Forças Armadas e as Classes Empresariais** — Ten-Cel Octávio Pereira da Costa.
- **Atividades Pioneiras do Exército** — Tenente-Coronel Elber de Mello Henriques.
- **As Forças Armadas da República Federal Alemã — O Exército** — Ten-Cel Osny Vasconcellos
- **Uma Contribuição ao Estudo** — Marechal Armando P. Vasconcellos.
- **A Heveicultura no Vale do Tapajós** — Maj Danino Castro Rabelo.
- **Uma Nova Estratégia Para a Estatística Nacional** — Ten-Cel Germano Seidl Vidal.
- **Aspectos atuais da Engenharia Divisória** — Ten-Cel Eng Raul Mesquita.
- **Rondon — O Mestre** — Gen F. Jaguaribe Gomes de Mattos.
- **A Situação Internacional e Suas Implicações no Bloco Ocidental** — Prof. Guimarães Natal.
- **Origem dos Nomes das Capitais, Estados e Territórios Brasileiros** — 2º Sgt Adolpho Avoglio Hecht.

A COMISSÃO COORDENADORA DA CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL

(CCCCN)

criada pelas Leis 2.820, de 10 Jul 56,
e 4.096, de 18 Jul 62,
encarregada de coordenar as atividades dos
órgãos que cuidam do fomento da criação do
CAVALO NACIONAL,

realizará na

Semana de 7 a 14 Nov 65

na Cidade de S. Paulo a

SEMANA DO CAVALO

em patriótico culto ao Cavalo
como elemento contribuinte da
formação histórica do país,
através das heróicas tradições
a ele ligadas, e como fator do
desenvolvimento nacional, pelo
trabalho dado à nossa pecuária
e agricultura, no comêço do
Século.



Preço dêste exemplar
Cr\$ 200

SMG
IMPRESA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1965